

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TESE**

**LIMALHAS E GÁS LACRIMOGENEO: ESPADEIROS,  
ESPADEIRAS E POLICIAIS MILITARES NA GUERRA  
DE ESPADAS EM CRUZ DAS ALMAS/BA (1980-2024)**

**Filipe Arnaldo Cezarinho**

**2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TESE DE DOUTORADO**

**LIMALHAS E GÁS LACRIMOGÊNICO: ESPADEIROS, ESPADEIRAS E POLICIAIS  
MILITARES NA GUERRA DE ESPADAS EM CRUZ DAS ALMAS/BA (1980-2024)**

**FILIPPE ARNALDO CEZARINHO**

*Sob a orientação do professor*  
**Felipe Santos Magalhães**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em História, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

**Seropédica, RJ**

**2024**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C3871 Cezarinho, Filipe Arnaldo, 1988-  
Limalhas e gás lacrimogêneo: espadeiros,  
espadeiras e policiais militares na Guerra de Espadas  
em Cruz das Almas/BA (1980-2024) / Filipe Arnaldo  
Cezarinho. - Seropédica/RJ, 2024.  
202 f.: il.

Orientador: Felipe Santos Magalhães.  
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. História das Instituições. 2. Polícia. 3. Guerra  
de Espadas. 4. História do Tempo Presente. 5.  
Cotidiano. I. Magalhães, Felipe Santos, 1973-,  
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História III.  
Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



**TERMO Nº 867 / 2024 - PPHR (12.28.01.00.00.49)**

**Nº do Protocolo: 23083.055789/2024-44**

**Seropédica-RJ, 11 de outubro de 2024.**

Nome do(a) discente: FILIPE ARNALDO CEZARINHO

TESE submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTOR EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM : 09 de outubro de 2024

Banca Examinadora:

Dra. JUNIELE RABÊLO DE ALMEIDA, UFF Examinadora Externa à Instituição

Dra. ACACIA MARIA MADURO HAGEN, OUTRO Examinadora Externa à Instituição

Dr. MARCOS LUIZ BRETAS DA FONSECA, UFRJ Examinador Externo à Instituição

Dr. LUIS EDMUNDO DE SOUZA MORAES, UFRRJ Examinador Interno

Dr. FELIPE SANTOS MAGALHAES, UFRRJ Presidente

**(Assinado digitalmente em 11/10/2024 10:23 )**  
FELIPE SANTOS MAGALHAES  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)  
Matrícula: 1625588

**(Assinado digitalmente em 14/10/2024 10:11 )**  
LUIS EDMUNDO DE SOUZA MORAES  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)  
Matrícula: 1353338

**(Assinado digitalmente em 11/10/2024 17:48 )**  
JUNIELE RABÊLO DE ALMEIDA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 012.690.956-33

**(Assinado digitalmente em 11/10/2024 10:49 )**  
MARCOS LUIZ BRETAS DA FONSECA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 548.439.797-91

**(Assinado digitalmente em 11/10/2024 09:54 )**  
ACACIA MARIA MADURO HAGEN  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 401.035.950-15

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **867**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **11/10/2024** e o código de verificação: **ab18c8cc6f**

## AGRADECIMENTOS

À minha família, Flaviana Alves (vovó Flor), Cassia Maria Arnaldo Brito (mainha), Franz Arnaldo Cezarinho (irmão), José Barbosa Filho (pa(i)drasto) e demais membros que sempre estiveram comigo, o meu respeito, atenção e carinho. Amo todos vocês.

Natália Vial de Oliveira é a potência que entrou em minha vida. A verdadeira ponta de lança. É uma alegria ser o seu companheiro. Esta tese também é sua, visto que foram estabelecidos com você os diálogos traçados ao longo desses últimos dois anos. Por sinal, uma talentosa historiadora.

Agradeço ao atual presidente desse país, Luiz Inácio Lula da Silva, que criou, em 2005, uma pequena (hoje grandiosa) Universidade no Recôncavo da Bahia, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, possibilitando que jovens e adultos tivessem a oportunidade de vivenciar o ensino superior. Uma política de estado que gerou frutos reais. Muitos que ali entraram já são parte integrante da intelectualidade brasileira.

Ao meu orientador, Felipe Magalhães, que recebeu com respeito o meu primeiro e-mail sobre uma possível orientação no doutorado, o meu muito obrigado. Você não faz ideia do que esse ato significou para mim.

Agradeço, também, à banca examinadora que aceitou o desafio de avaliar uma tese em que o objeto de estudo tem pouca visibilidade no campo acadêmico. Não posso esquecer do querido professor Valter Martins. Ele é a personificação da humildade, da esperança e do respeito. Continua sendo, mesmo distante, um incentivador, um pai que encontrei na academia.

É preciso lembrar de todos os espadeiros e as espadeiras que se dedicaram, direta e indiretamente, em me ajudar nesta pesquisa. Eu jamais teria feito um trabalho como este sem a ação, a dedicação, o interesse e o respeito dessas pessoas. O meu contato aproximado, quase íntimo, com essas personagens históricas me transformou em um ser humano melhor. Foram elas que me ofereceram o sentido da vida. Sentido esse que me faz olhar com mais atenção para o campo da transformação social.

Finalmente, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), na condição de Bolsista Nota 10.

Rio de Janeiro, 09 de outubro de 2024

## RESUMO

CEZARINHO, Filipe Arnaldo. **Limalhas e gás lacrimogênio: espadeiros, espadeiras e policiais militares na Guerra de Espadas em Cruz das Almas/BA (1980-2024)**. 2024. 233 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

O objetivo da tese é investigar interações existentes entre espadeiros, espadeiras e policiais militares na Guerra de Espadas, em Cruz das Almas/BA. O recorte temporal, de 1980 a 2024, incide sobre o campo historiográfico do Tempo Presente. Considerando a sua criminalização, em 2011, foram reformuladas as dinâmicas entre esses agentes, criando aberturas para estratégias de resistência, negociação e articulação. Portanto, o foco da análise situa-se no cruzamento de duas instituições sociais: a Polícia e a Guerra de Espadas. As fontes concatenadas para a construção do texto histórico foram, não exclusivamente, os boletins de ocorrência e os relatos orais. A análise dos documentos deu-se por meio de conceitos e categorias como resistência, negociação, controle social e estrutura-agência, principalmente.

**Palavras-chave:** História Social; Guerra de Espadas; Polícia.

## ABSTRACT

CEZARINHO, Filipe Arnaldo. Filings and teargas: espadeiros, espadeiras and military police in the Guerra de Espadas in Cruz das Almas/BA (1980-2024). 2024. 233 f. Thesis (Doctorate in History). Postgraduate Program in History, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

The aim of this thesis is to investigate the interactions between *espadeiros*, *espadeiras* and military police officers in the *Guerra de Espadas* in Cruz das Almas/BA. The time frame, from 1980 to 2024, focuses on the historiographical field of Present Time. Considering its criminalization in 2011, the dynamics between these agents were reformulated, creating openings for strategies of resistance, negotiation and articulation. Therefore, the focus of the analysis is on the intersection of two social institutions: the police and the *Guerra de Espadas*. The sources used to construct the historical text were, not exclusively, police reports and oral accounts. The documents were analyzed using concepts and categories such as resistance, negotiation, social control and structure-agency.

**Keywords:** Social History; Guerra de Espadas; Police

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1:</b> Capa do Plano Estratégico 2017-2025 da Polícia Militar da Bahia – PMBA. ....	23
<b>Imagem 2:</b> Colegiado de coronéis definindo as diretrizes para a constituição do Mapa Estratégico da PMBA. ....	29
<b>Imagem 3:</b> Culminância da Formatura de policiais militares da Bahia. ....	33
<b>Imagem 4:</b> Oficiais de alta patente prestando continência à bandeira do Brasil em cerimonial e na presença do Governador do Estado. ....	36
<b>Imagem 5:</b> Indicação por satélite da localização da CIPM - Cruz das Almas. ....	45
<b>Imagem 6:</b> Orientações para o uso de roupas na Guerra de Espadas e primeiras ações em caso de queimaduras. ....	81
<b>Imagem 7:</b> Queimadura de espada na perna esquerda da espadeira Beatriz Moraes, em 2022. ....	85
<b>Imagem 8:</b> Marca da queimadura de espada na perna esquerda de Beatriz Moraes, em 2022. ....	86
<b>Imagem 9:</b> Queimadura de espada na perna esquerda da espadeira Paloma Moraes, em 2019. ....	87
<b>Imagem 10:</b> Marca da queimadura de espada na perna esquerda de Paloma Moraes, em 2019. ....	88
<b>Imagem 11:</b> Queimadura de espada nas regiões infra axilar posterior e anterior de Gilcimar de Souza, em 2011. ....	89
<b>Imagem 12:</b> Queimadura de espada de Quele Fabiano Oliveira, em 2018. ....	90
<b>Imagem 13:</b> Mônica Moraes, de camisa branca, e sua prima, Lorena Moraes, encerando o barbante que amarrará o papel laminado no bocal da espada (1994). ....	98
<b>Imagem 14:</b> Espadeiro encerando o barbante na rua para enrolar o bambu, período anterior à criminalização da Guerra de Espadas. ....	99
<b>Imagem 15:</b> Homens cozinhando bambu na rua, período anterior à criminalização. ....	101
<b>Imagem 16:</b> Fotografia do interior de uma loja de barro, período posterior à criminalização (2021). ....	102
<b>Imagem 17:</b> Espadeiro cerrando o bambu enrolado, período anterior à criminalização. ....	104
<b>Imagem 18:</b> Homem carregando bambus para a fase de secagem ao sol, período anterior à criminalização. ....	115
<b>Imagem 19:</b> Homem utiliza máquina para enrolar os bambus, período anterior à criminalização. ....	116
<b>Imagem 20:</b> Seu Mundinho em fotografia feita antes da criminalização das espadas. ....	147

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Classificação dos boletins de ocorrência por tipo de crime. ....	110
<b>Gráfico 2:</b> Cor das pessoas na Guerra de Espadas que aparecem nos boletins de ocorrência na delegacia de Cruz das Almas/BA. ....	114
<b>Gráfico 3:</b> Caracterização por gênero das pessoas envolvidas na Guerra de Espadas nos boletins de ocorrência.....	121

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Quadro 1: Quantitativo de praças da Polícia Militar da Bahia – PMBA. ....	27
<b>Quadro 2:</b> Quantitativo de oficiais da Polícia Militar da Bahia – PMBA.....	27
<b>Quadro 3:</b> Entendimento do controle social a partir dos modelos estruturalista, funcionalista, fenomenológico e interacionista.....	129

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO – GUERRA DE ESPADAS E POLÍCIA: QUANDO DUAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS SE ENCONTRAM .....</b>	<b>11</b>
<b>1 DAS NORMAS ÀS ORDENS DO TEMPO: A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA – PMBA NA DEMOCRACIA .....</b>	<b>21</b>
<b>1.1 Configuração atual da Polícia Militar da Bahia: uma visão panorâmica .....</b>	<b>24</b>
1.1.1 Ideologia da instituição policial: cotidiano do poder ritualístico .....	35
1.1.2 Polícia e sociedade .....	39
<b>1.2 Os boletins de ocorrência: .....</b>	<b>44</b>
1.2.1 Desvendando os boletins de ocorrência: uma hermenêutica para além do registro .....	49
<b>2 A GUERRA DE ESPADAS PELO COTIDIANO: UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL QUE QUEIMA.....</b>	<b>56</b>
<b>2.1 A comunidade cultural espadeira: a formação de uma instituição social .....</b>	<b>57</b>
<b>2.2 A economia simbólica das queimaduras .....</b>	<b>79</b>
<b>2.3. “A gente tinha mais liberdade para produzir nossas espadas” .....</b>	<b>96</b>
<b>2.4 Características da Guerra de Espadas pelo prisma da instituição social .....</b>	<b>106</b>
<b>3 CONFLITOS PELAS RUAS: A GUERRA DE ESPADAS EM MÚLTIPLOS SENTIDOS.....</b>	<b>109</b>
<b>3.1 Marcadores na Guerra de Espadas: uma tentativa de sistematização .....</b>	<b>110</b>
3.1.1 Guerra de Espadas: enquadramentos para a sua criminalização .....	110
3.1.2. Uma tradição com cor .....	113
3.1.3 Guerra de Espadas: espadeiras nas fendas documentais .....	121
<b>3.2 Se tem espada, tem polícia: controlando o fogo pela cidade .....</b>	<b>128</b>
<b>3.3 Se tem polícia, tem espada: enfrentamentos na cidade .....</b>	<b>149</b>
<b>4 NEGOCIANDO O (I)NEGOCIÁVEL: POLICIAIS/ESPADEIROS, ESPADEIROS E ESPADEIRAS VIVENCIANDO A GUERRA DE ESPADAS.....</b>	<b>161</b>
<b>4.1 Nas frestas das normas, no coração do cotidiano: participação oculta .....</b>	<b>162</b>
<b>4.2Estratégias na Guerra de Espadas: articulações visíveis .....</b>	<b>176</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>186</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>189</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>197</b>
<b>Boletins de Ocorrência .....</b>	<b>197</b>
<b>Fontes orais.....</b>	<b>199</b>
Sites .....	199
Legislações, Decretos e Pareceres.....	200
Revistas e Jornais .....	201

## INTRODUÇÃO – GUERRA DE ESPADAS E POLÍCIA: QUANDO DUAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS SE ENCONTRAM

O ano era 2022.

Ao retornarmos à Cruz das Almas para participar das festanças juninas, pudemos, novamente, enveredar em busca das preciosas espadas de fogo, tão comuns em muitos municípios baianos. Andando pelas ruas, na noite do dia 23 e durante o dia e noite de 24, a adrenalina, a emoção, o medo, o risco e o sentimento de manutenção de uma tradição se reavivaram com todo vigor. Após 11 anos de criminalização da Guerra de Espadas, o que observávamos pelos logradouros da cidade (pelo menos os que se conectavam diretamente ao centro e àqueles mais afastados) eram populares de idades variadas tocando<sup>1</sup> suas espadas.

Do outro lado, faziam-se intensos os carros de polícia rondando na tentativa de frustrar a manifestação popular. Na noite do dia 23, no bairro Santo Antônio, pessoas ocupavam as extremidades das ruas e tocavam espadas, produzindo as mais dinâmicas Guerras de Espadas. As posições eram estratégicas: permitiam observar a vinda dos camburões da Polícia Militar que apareceriam em dada oportunidade. Antes disso, passamos por dois outros pontos tradicionais da Guerra de Espadas: a rua Rio Branco (popularmente conhecida como Estrada de Ferro) e a rua da Estação.

No primeiro caso, eram nítidas a atenção e tensão dos transeuntes e residentes que ali estavam mobilizados em frente às suas casas para tocar espadas. Acendia-se cada espada depois da devida observação do espaço e de quem nele transitava. Assim, não havendo indicadores claros de que a polícia poderia aparecer no momento, mesmo quando pudesse de modo surpreendente chegar, as pessoas, defronte de suas residências, acendiam suas espadas, dirigiam-se ao centro da rua e lançavam-nas, tomando as espadas rumos incertos. Percebendo que as coisas naquele ponto ainda estavam se iniciando, resolvemos subir a ladeira da rua da Estrada de Ferro, que oferece acesso à rua da Estação.

Na rua da Estação, as coisas estavam acaloradas, e logo, ao passarmos pela frente de um dos bares de esquina que se camuflava com telas e tapumes para que seus consumidores pudessem assistir a Guerra de Espadas em segurança, nos deparamos com um amigo espadeiro conhecido como Cacau. Cumprimentou-nos com um aperto de mão, seguido de um abraço e, logo, emitiu as seguintes palavras: “Filipe, eu quase fui preso. A polícia me pegou com a espada na mão. Com conversa tudo se resolve. Conversamos e eles liberaram. Disseram que não estão aqui para prender ninguém, mas, se chamarem, eles têm que vir”. Algo - acredito, a criminalização das espadas – parece ter energizado na relação entre espadeiros, espadeiras e policiais militares: a negociação. Se no começo da proibição os conflitos se davam com os arremessos de espadas contra as viaturas, hoje há de se notar novas táticas de resistência, como as de parar momentaneamente de tocar as espadas e não vaiar<sup>2</sup> os policiais que estão em seu

---

<sup>1</sup> “Fala-se em tocar espadas por ter relações com o ato de tocar um instrumento musical. Diferentemente de outros fogos que queimam, as espadas são tocadas” (Cezarinho; Figueiredo, 2021, p. 91). Entretanto, para esta tese, conceberemos os verbos “queimar”, “lançar”, “arremessar”, “jogar” etc. como sinônimos de “tocar”.

<sup>2</sup> Aqui está uma das peripécias de espadeiras e espadeiros no campo da resistência: o deboche. Já discutido por Filipe Arnaldo Cezarinho (2018, p. 332-333) em outra oportunidade, a vaia passa a ser interpretada enquanto instrumento sonoro de poder. Considerando a existência de um *status* de autoridade, um poder simbólico que constitui os policiais militares nas relações sociais, submeter esses

exercício profissional. Eles, aparentemente, reconhecem tal evasiva espadeira e mantêm a interação no limite possível.

Assim sucedido, resolvemos voltar para casa e continuar as andanças no dia 24.

No outro dia, continuamos perambulando em diversas ruas no rastro das espadas. Os ânimos na rua da Estação e Estrada de Ferro ainda não estavam aflorados, apesar de presenciarmos uma interessante queima de espadas nessa última, e decidimos avançar. Interessante que quando chegamos à rua Santo Antônio, à tarde, havia uma sinalização feita com cordas e cones que cruzavam as esquinas. Estava presente um mecanismo de aviso que indicava Guerra de Espadas às pessoas que, porventura, viessem a utilizar aquela região. Assim era feita a divisão: quem participava ficava do lado de dentro da corda, e os que ansiavam prestigiá-la com maior segurança ficavam do outro lado da corda. Mulheres e homens participavam dentro da área tocando espadas e pulando-as<sup>3</sup>, mesmo quando o número de homens parecia maior. Sobre as calçadas, fora da zona demarcada, crianças e adolescentes acediam e tocavam seus coriscos e espadinhas (uma espécie de espada com dimensões menores). Esses dois fogos de artifício servem como alimentadores da tradição, viabilizando a formação de futuros espadeiros e espadeiras na Guerra de Espadas.

Ainda no bairro Santo Antônio, na esquina de uma praça localizada na rua da Vitória, avistamos um sofá assentado em uma intersecção de ruas. O sofá estava situado no meio do fogo das espadas e servia como apoio aos espadeiros, além de ser um convite à brincadeira e condicionante à masculinidade, visto que exigiria coragem e destreza; também era um modo de evitar a passagem de automóveis, principalmente da polícia, em alta velocidade. Como pudemos observar, quando a viatura policial chegou nesse lugar, todos(as) pararam de tocar suas espadas, havendo uma inicial correria. No entanto, os policiais pareciam mais querer mostrar que estavam atentos ao que acontecia e seguiram sem realizar qualquer tipo de contenção.

Antes de seguir, decidimos comprar<sup>4</sup> três espadas, pois um dos colegas que nos acompanhava estava conhecendo a Guerra de Espadas pela primeira vez. Gilcimar, espadeiro-consumidor, interceptou e pagou a Alan, espadeiro-produtor<sup>5</sup>, em meio à batalha de espadas

---

indivíduos ao jocoso jogo do deboche pode suscitar violentos contragolpes. Em muitos casos, “a depreciação da polícia será replicada com violência e repressão. Por outro lado, o não emprego da vaia viabiliza, a depender daqueles(as) que forem designados(as) para reprimir, a permissividade da prática”. A análise da vaia como meio de poder foi influenciada pelas reflexões de Norbert Elias e John Scotson (2000) sobre as fofocas em *Os estabelecidos e os outsiders*.

<sup>3</sup> Pular espada. Esse é o ato que caracteriza primazia na manifestação da Guerra de Espadas. A Guerra de Espadas se concretiza na ação de jogar espadas em direção a grupos ou indivíduos. Eles devem literalmente pular as espadas que rabeiam e lançam limalhas de fogo por entre suas pernas. “Joga pra cá” e “joga no chão” são frases esclarecedoras que sintetizam o modo de operar na tradicional prática.

<sup>4</sup> Desde 2011, ano que marca a criminalização da Guerra de Espadas, observou-se exponencial aumento no valor das espadas. Antes desse período, a dúzia de espadas, geralmente, era negociada entre os preços de R\$150,00 a R\$ 200,00. As experiências recentes de compra das espadas revelam reajustes de até 100%. Atualmente, dúzias de espadas são vendidas por R\$ 300,00 a R\$ 350,00. Isso é decorrente da dificuldade de acesso à matéria-prima; ao novo modo de produção das espadas, visto que os(as) espadeiros(as) tiveram que se encaminhar para zonas rurais distantes e escondidas, evitando os ritos repressivos policiais; e aos riscos de apreensões, acarretando prisão de seus fabricantes. Todas essas mudanças pesaram no valor final da espada. No caso acima descrito, foram compradas espadas por unidade. Foram pagos R\$ 90,00 no total, isto é, R\$ 30,00 por cada unidade.

<sup>5</sup> Essas classificações foram feitas, primeiramente, pela Adriana da Silva Oliveira (2012, p. 14): “Experiências cotidianas relacionadas às comemorações juninas fizeram parte da história de vida dos

que acontecia. Discretamente, acompanhamos o espadeiro até a porta de uma residência (não sabemos dizer se era a sua), pegamos as espadas, acondicionamo-las em um saco plástico e as guardamos dentro do veículo de outro amigo presente. Como observado, a venda, mesmo proibida, se desenrolava. Bastava acionar um conhecido ali, outro aqui, e tudo dimanava bem. Perguntamos ao espadeiro se as espadas estavam garantidas e obtivemos como resposta: “Claro, minhas espadas são garantidas”.

Aqui está uma particularidade que apressados(as) analistas da Guerra de Espadas podem deixar escapar facilmente. A espada não é uma mera pirotecnia. Não pode ser, a não ser que se busquem exames superficiais sobre a relação espadeiros/espadeiras-espadas como simples manuseio de fogos de artifício. A espada pode destituir a honra do(a) espadeiro(a), assim como pode elevar a sua respeitabilidade entre os pares. Se ela, a espada, não explode ou tem potência suficiente para que nenhum outro espadeiro ou espadeira seja capaz de interceptá-la em seu curso pelo chão, honrarias serão direcionadas a quem tocou. Por exemplo: “que espada boa”, “a espada de fulano ninguém pega”, “quem é o dono dessa espada?”. Por outro lado, espadas fracas (mijonas) ou que explodem (bombas) colocarão em suspensão as habilidades da pessoa que as produziu e frases jocosas e humilhantes serão ditas: “é cobrinha”, “joga essa bomba pra lá”, “lá vem homem bomba”, “é bomba”. A vergonha, acompanhada da perda do estatuto de um bom espadeiro, colocará o mesmo em condição de inferioridade e comicidade perante os(as) outros(as).

Com o passar do tempo, alcançando a noite, o brilho das espadas se intensificou pelas ruas que mantêm a resistência na Guerra de Espadas: rua da Estação, Estrada de Ferro, rua Santo Antônio e demais ruas e bairros mais afastados do centro da cidade. Decidimos seguir para a rua da Estação. Lá estavam espalhados por todo o perímetro muitos espadeiros, espadeiras e simpatizantes que prestigiavam a tradicional manifestação tanto no espaço aberto do logradouro quanto nos espaços fechados, como bares e residências protegidos por telas, tapumes e papelões<sup>6</sup>.

É notória a mudança estética dos espaços públicos e privados em dias de São João. A Guerra de Espadas mobiliza moradores e moradoras na proteção de seus patrimônios. Muitas dessas pessoas fazem por prazer e com o interesse, também, de receber amigos e familiares em suas casas para assistir às espadas de fogo em segurança. Do outro lado, aquelas pessoas que não compartilham do mesmo interesse cultural, negando incisivamente a Guerra de Espadas, fazem isso de modo obrigatório. O que se destaca é a mutação da cidade, que se transforma em

---

moradores da cidade. Os espadeiros se distinguem entre produtores e consumidores, recorrem às memórias que cultivam e modelam em função do contexto sociocultural que mantém contato”. Tanto os(as) espadeiros(as) consumidores(as) quanto produtores(as) possuem afeto, vínculo, liga à Guerra de Espadas. Seus elos identitários arvoraram da rotina de produção das espadas e das relações simbólicas e de reciprocidades no programa da tradição. Situaremos, do outro lado dessas categorias, o que denominamos de simpatizantes da tradição. Essas pessoas são aquelas que não possuem um laço mais íntimo com a manifestação das espadas, mas que se servem de seu consumo para divertimentos em dias juninos.

<sup>6</sup> A Guerra de Espadas movimenta a economia local, e essa movimentação não está limitada à compra da matéria-prima das espadas e da sua confecção. Telas de proteção, tapumes ou madeirites, arames etc. são materiais comprados nas lojas da cidade. Ainda, pessoas pagarão para que outras instalem suas proteções em residências e bares, gerando, concomitantemente, uma intrincada rede microeconômica entre moradores locais. Atento conhecedor de Cruz das Almas, Marcelo Machado, professor de Filosofia, ratifica essas análises ao dizer, em conversas informais, que até a quebra da telha de uma casa, devido ao impacto da espada, contribui na geração de renda. Conforme argumenta, algum pedreiro ou ajudante seria pago para trocar as telhas quebradas.

um campo de batalha. As casas se transmutam em pontos de apoio aos espadeiros e às espadeiras. Um olhar apurado pode revelar algo maior. As casas tornam-se espaços de poder dos populares.

Em certo momento da noite, quando a rua estava fechada de espadas<sup>7</sup> e tomada por uma intensa camada de fumaça que impedia a visão, diminuindo a capacidade de prever minimamente os movimentos das espadas, eis que surge o primeiro camburão da polícia militar na cor amarela, comumente chamado pelos populares de caatinga. Devido ao elevado teor de fumaça, os policiais reduziram a velocidade, indo até o final da rua e voltaram de uma extremidade para a outra lançando *spray* de pimenta no ar. Essa foi a primeira medida de contenção e controle da situação. Ao pararem no outro lado da rua, os policiais militares desceram do carro armados e começaram a lançar gás lacrimogênio em várias direções para que houvesse a dispersão do povo presente. Sentimos nos olhos e na respiração o poder desse instrumento de contenção. O gás lacrimogênio afeta drasticamente a respiração, causando uma imediata sensação de que a pessoa irá desfalecer. Juntamente a isso, ardência nos olhos, irritabilidade da pele e cegueira momentânea são provocadas. Mais carros da polícia chegaram e estacionaram no centro da rua da Estação, permanecendo por cerca de trinta minutos.

Passados os efeitos, os populares voltavam vagarosamente e com certa discrição aos lugares ocupados anteriormente. Sabiam que a patrulha não poderia permanecer ali. Havia rondas a serem feitas pela cidade. Sem prender e nem agredir ninguém por meio de força física, os policiais entraram nas viaturas e saíram dali<sup>8</sup>. Sabiam que estavam diante de uma instituição social poderosa e que a presença naquele lugar serviria apenas como paliativo, um abrandamento. Logo após a saída da polícia, a Guerra de Espadas retomou sua plenitude e a festança das espadas ganhava vida novamente. Voltamos para casa e finalizamos a noite entre familiares.

\*\*\*

---

<sup>7</sup> Termo utilizado por populares em Cruz das Almas para informar quando da intensificação de espadas sendo tocadas naquele instante. Quando isso acontece, dezenas de espadas estão sendo maneadas e lançadas ao mesmo tempo, por todos os lados, por muitas pessoas e num mesmo lugar. Desse modo, os riscos de queimaduras e impactos das espadas são ampliados, exigindo graus maiores de atenção, observação e cautela por parte dos(as) integrantes.

<sup>8</sup> No balanço feito pela Polícia Militar, na intenção de informar sobre os acontecimentos na Guerra de Espadas em Cruz das Almas/BA, ficou claro que a busca de bons resultados se dá por meio de grandes apreensões de espadas, tática já conhecida das forças policiais quando o tema são as drogas e que parece ter sido transportada para o combate às espadas. O reconhecimento de seu trabalho, aparentemente, dar-se por quantidade. Não houve prisões na cidade, conforme aponta o comandante da PM/BA em entrevista, coronel Paulo Coutinho, e seguiu proferindo: “Estaremos presentes para evitar qualquer ação dessa natureza, trabalhando com maior nível de inteligência. Utilizamos, sobretudo, a antecipação sempre que chega para nós qualquer evento como este, que é danoso para a sociedade e põe em risco a integridade das pessoas” (Novais, 2022). O foco, portanto, parece se deslocar dos espadeiros e das espadeiras para as espadas em si. Exemplo disso foi o que aconteceu em 2 de junho de 2022. Noticiou-se o seguinte: “[...] uma denúncia levou a Polícia Militar a uma residência abandonada, na qual possuía em seu interior mais materiais para confecção de espadas, bem como umas já prontas para uso. Todo o material foi recolhido e apresentado na delegacia de Cruz das Almas. Não houve prisão de envolvidos” (Revista Recôncavo, online, 2022).

Em quais momentos os policiais entram em ação como força de manutenção da ordem social na Guerra de Espadas? De que maneira a Guerra de Espadas fornece meios para que policiais (em certas circunstâncias), espadeiras e espadeiros se oponham às leis vigentes? Qual a finalidade no uso da violência? Como a criminalização da produção das espadas alterou as relações entre seus participantes?

O objetivo desta tese é compreender o relacionamento entre espadeiras, espadeiros e policiais militares que representam duas *instituições sociais*: a Guerra de Espadas e a Polícia. No que se refere à segunda, sua concepção enquanto instituição parece ser mais do que objetiva: é algo “naturalmente dado” – dizemos assim, visto que poucos recusariam essa atribuição tanto no cotidiano da vida comum quanto nas alamedas acadêmicas. Já a primeira, a classificação que logo vem em mente é a de uma manifestação cultural ou de uma tradição (Cezarinho, 2018; Wanderley, 2016; Oliveira, 2012; Peixoto, 2012; Tavares, 2012)<sup>9</sup>. Para esta tese não ofuscaremos o entendimento referente à manifestação cultural tradicional, pois sua existência dá-se no plano da realidade das fontes. Acontece que, ao concebermos heurísticamente a Guerra de Espadas como instituição social, fornecemos novas possibilidades de pensá-la enquanto objeto de verificação.

Distintamente do que acontece com os termos de classificação *manifestação cultural e tradição*, quase que essencializados pelo corpo social e intelectual (incluo aqui os meus trabalhos anteriores), pensar a Guerra de Espadas pelo prisma da *instituição social* é um ato de reflexibilidade teórica. Acontece que essa designação não consta nas diversas documentações que tratam desse fenômeno. Estaríamos, então, traindo o fazer histórico que se prende às fontes? Seria um processo meramente ilusório? Ou estaríamos provocando problematizações necessárias ao objeto? Só podemos responder a essas objeções caso tenhamos em mente a definição de *instituições sociais* e os sentidos da teorização.

O pensamento sobre instituições tem sua valoração, acreditamos, a partir da Sociologia. No *Dicionário de Filosofia*, esse verbete está associado às contribuições de Durkheim, que definiu *instituições* “como um conjunto de normas que regulam a ação social” (Abbagnano, 2007, p. 571). Ao nosso olhar, essa percepção pouco favoreceu no entendimento das expressões sociais concretas de indivíduos. Voltando-se para as estruturas que regem as ações, pouco obtivemos das complexas redes da vida dentro da própria história. Já o *Dicionário de Sociologia*, com uma percepção mais vasta do verbete *instituição*, diz:

Uma instituição é um conjunto duradouro de ideias sobre como atingir metas reconhecidamente importantes na sociedade. A maioria das sociedades conta com algumas formas de instituições de tipo familiar, religioso, econômico, curativo e político que definem o âmbito de seu sistema de vida (Johnson, 1997, p. 247).

Pode-se conjecturar, então, que ideias herdadas, regras, valores e significados são constituintes das instituições sociais. Claramente, todos esses condicionamentos amoldam-se e transformam-se ao longo do tempo histórico. Colocar instituições em perspectiva é, acima de qualquer coisa, tratá-las a partir de sua modulação em zonas temporalizadas. Lemos suas mudanças a partir de processos. Tais processos dão-se pelas brechas do cotidiano, no calar das

<sup>9</sup> Listamos aqui os principais trabalhos desenvolvidos em Programas de Pós-Graduação sobre o tema da Guerra de Espadas nos últimos dez anos. Com exceção das dissertações do Wanderley (Antropologia) e Tavares (História), que tratam do recorte espacial de Senhor do Bonfim, as demais localizam as reflexões em Cruz das Almas. Todas as propostas investigativas dão à Guerra de Espadas o estatuto de prática cultural tradicional.

noites, na supremacia do imperceptível. São ruídos de acontecimentos que passam a ganhar corpo e solidez em eventos, causando deslocamento em estruturas.

Todo evento é constituído por um conjunto de acontecimentos, cronologicamente ajustados, obtendo, dessa maneira, uma unidade de sentido. Esquemas temporais dão sentido(s) aos eventos: “O antes e o depois constituem o horizonte de sentido [*Sinnhorizont*] de uma narrativa – “*veni, vidi, vici*” –, mas somente porque a experiência histórica que constitui o evento está necessariamente inserida na sucessão temporal” (Koselleck, 2016, p. 134). O autor está afirmando que a representação histórica deve seguir o fio condutor das sucessões temporais, isto é, só dessa maneira é possível narrar eventos da política, por exemplo.

Concebendo os eventos e as estruturas, Reinhart Koselleck (2016, p. 139) não os entendeu separadamente. Na verdade, o que fornece sentido às estruturas são as sucessões de eventos, ao passo que as estruturas são condições de possibilidade dos eventos. “A forma mais adequada para se apreender o caráter processual da história moderna é o esclarecimento recíproco dos eventos pela estrutura e vice-versa”. Temos aqui uma primeira formulação teórica para *instituições* em nossa pesquisa. Ao voltarmos à definição proposta por Johnson (1997, p. 248), vemos que nossos instrumentos estão sendo afinados em diapasão: “Tal como a maioria dos aspectos da vida social, instituições são experimentadas como externas aos indivíduos que delas participam. Mas são também moldadas e mudadas por essa participação”.

Seguindo os fios de Ariadne, e respondendo às objeções anteriores, a Guerra de Espadas pode, sim, ser abarcada pelos sentidos que formulam *instituições sociais*. Lidamos com o nível teórico. É conceituando que os historiadores e as historiadoras tornam inteligíveis realidades em seus devidos contextos. Reinhart Koselleck (2016) informava que é imprescindível ao ofício do historiador o posicionamento de conceitos, categorias. A conceitualização coloca eventos contemporâneos em estado de larga escala, rejeitando a ideia de uma possível singularidade incompreensível do evento.

Sem perder o ritmo, é fundante uma metodologia que dê liga ao fermento teórico. O recurso está na História Social. Como afirmava o professor Luís Edmundo de Souza Moraes, em suas aulas no programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ, a História social é um estilo. Estilo que se combina, endossando seus argumentos, com o esteio da concretude, com o vigor das ações de homens e mulheres, nas estafas do labor dos ofícios, no empreendimento do conflito. Em destaque, para que não nos falte objetividade, na “expressão institucional das relações sociais” (Thompson, 1998, p. 32). O sustentáculo das instituições se erige daí.

A dramática trama que envolve instituições – a Guerra de Espadas e a Polícia – segue as pegadas historiográficas deixadas pelo Edward Palmer Thompson (1998, p. 57). Invocando o paternalismo, o historiador inglês provou que esse termo agregava demasiado valor ideológico que se distanciava de análises materialistas. No que tange ao campo de reflexão sobre instituições, sua postura é capital. Estava no jogo de tensões entre a *gentry* e a plebe o caminho a seguir. O historiador britânico tonificou a existência de um campo de forças na instituição paternalista no século XVIII. Concebendo essa correlação e interrogando veementemente suas fontes, tornavam-se explícitas as negociações ali circunstanciadas. Assim desfez: “Num certo sentido, os governantes e a multidão precisavam um do outro, vigiavam-se mutuamente, representavam o teatro e o contrateatro um no auditório do outro, moderavam o comportamento político mútuo”.

Elaborada a questão dessa forma, queremos dar primazia às pessoas que se agitam dentro de um tempo histórico. Essa agitação não é disparatada, ilógica, atemporal e muito menos desprovida de certos níveis de regulação. A combinação, disposta assim, faz referência à existência de estruturas que informam sensações, sentimentos, condutas, práticas, discursos, desejos e sonhos. Lidas por esse programa investigativo, as pessoas ganham densidade e

complexidade. Revelam-se maiores do que imaginam ser. Agregam-se em coletividades, mesmo não deixando de lado suas individualidades. O contrato que assinamos é, novamente, com Thompson (1981).

O capítulo intitulado “O termo ausente: experiência”, em sua obra magistral, *A miséria da teoria*<sup>10</sup>, emana toda a sua vitalidade entre os profissionais de História. A partir desse instrumental analítico, a experiência, o historiador britânico possibilitou um caminho teórico-metodológico substantivo para o estudo das ações dos indivíduos em relação a suas culturas. Ou seja, não enquanto atores e atrizes históricos sem estabilidade, isto é, sem uma estrutura cultural que fornecesse coerência a suas atitudes. É a partir desse jogo que a dinâmica se estabelece. Sendo assim, como observar essas interações? Consideramos importante direcionar o olhar para as dimensões cotidianas. O cotidiano permite perceber o modo como homens e mulheres manipulam e acionam estratégias racionais para o alcance de objetivos concretos na vida social.

Engrossando um pouco mais o caldo, articulamos as contribuições aqui compiladas às de Pierre Bourdieu (1989). Suas reflexões tendem a distinguir modelos epistemológicos na concepção de como abordar instituições. Crítico às veiculações de uma montagem teleológica, mas também fenomenológica, o sociólogo demonstrou que essa forma de análise pressupõe, imediatamente, o apagamento das práticas sociais, sendo que essas estariam fadadas à prescrição. Ou seja, saberíamos o seu final. A reviravolta para pensar instituições está nas fricções. Vejamos o que diz o autor:

A razão e a razão de ser de uma instituição [...] e dos seus efeitos sociais não está na “vontade” de um indivíduo ou de um grupo, mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes, se geram as “vontades” e no qual se define e se redefine continuamente, na luta – e através da luta – a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos (p. 81).

Falamos de ações racionais. Queremos colocar uma observação ao que estamos chamando de racional. Assim como Thompson (1981), Bourdieu (1996) mostrou o limite das abordagens de cunho estratégico, isto é, como um cálculo ambiciosamente cômico. *Razões práticas: sobre a teoria da ação* pode ajudar como fundamento. Todo jogo que se joga, conforme suas apreciações, é jogado sem darmos conta de que estamos jogando. Provocando furor, o sociólogo assegurava que, ao assimilarmos esquemas social e estruturalmente erigidos, somos tocados por um *habitus*. Por mais, como ele mesmo escrevera em seu texto, conscientes estivermos do que almejamos, dos nossos objetivos, jamais nos isolamos das pregas que nos estruturam, “o que não é fácil: não nos desvencilhamos por uma simples decisão de consciência” (p. 142).

---

<sup>10</sup> O livro é, sem dúvida, a maior obra de cunho teórico de Edward Palmer Thompson, conforme apontam especialistas. A partir de severas críticas às leituras teleológicas do marxismo, principalmente àquelas pautadas pelo filósofo Louis Althusser, foram abertas novas possibilidades para se pensar a relação agência dos sujeitos e estruturas. Localizando melhor, Althusser tornou-se profundamente conhecido por suas posturas teóricas que davam proeminências às ideologias e aos sistemas. Para ele, pouco haveria de ser feito pelos indivíduos, pois sujeitados estavam às condições intempestivas dos aparelhos ideológicos. Todavia, é preciso mencionar que as reflexões desse teórico tiveram grande visibilidade em seu tempo.

Não há o impedimento de escolhas, alternativas, opções. Assim como não há um livre arbítrio que deriva do sobrenatural. Há complexas redes que poderíamos sistematizar em três grandes esquemas a partir do que Bourdieu (1996, p. 18) nos ofereceu para pôr em aplicabilidade em tessituras espaciais e temporais várias.

Essa fórmula, que pode parecer abstrata e obscura, enuncia a primeira condição de uma leitura adequada da análise da relação entre as *posições sociais* (conceito relacional), as *disposições* (ou os *habitus*) e as *tomadas de posição*, as ‘escolhas’ que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática, na cozinha ou no esporte, na música ou na política.

A Guerra de Espadas e a Polícia são *instituições sociais* que só passam a existir, como objeto de estudo, dada a construção intelectual por parte daquele ou daquela que busca conhecê-las. A existência, *a priori*, não é garantidora de alçá-las ao nível de abstração e intelecção científicas. Suas *posições sociais*, que exprimem exterioridade, são o que as tornam espaços sociais. As *disposições* estão para os quadros de saberes engendrados através de suas tradições no tempo. Por fim, referente às *tomadas de posição*, encontramos os agentes. Um triângulo que nada tem de amor, mas conflituoso. São por esses trilhos que conseguimos abarcar e tratar de modo correlacional a Polícia e a Guerra de Espadas, instituições que são elevadas à condição de objeto científico através de processos heurísticos, acionamento de conceitos e categorias, delimitações, inclusões e exclusões. Michel de Certeau (2013) alertou que a História é uma operação: da mesma maneira que produzimos as fontes para nossos enredos, assim fazemos com nossos objetos.

Traçado o programa de estudo, no qual passado e presente se comunicam constantemente, esta tese aporta no que a historiografia chama de História do Tempo Presente. Alguns fatores nos levam a concebê-la dessa maneira: a conexão íntima com outras ciências sociais, a copresença do pesquisador com as atrizes e os atores de sua investigação e a dependência que não pode ser esquecida entre o presente e o tempo duradouro. Acrescentamos o quarto fator: a publicização da posição do autor com relação ao objeto. Esse mote de gestos, que rendeu e ainda rende inúmeras discussões pela comunidade acadêmica, não será esmiuçado aqui. Não é parte do objetivo. Cabe, como princípio organizativo de nossa operação historiográfica, apenas demonstrar em qual campo o nosso texto está situado. A fala de François Dosse (2012, p. 6) sobre a História do Tempo Presente é fecunda, pois desnuda um modo de se trabalhar através dessa nomenclatura:

A história do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração. Esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo. Ela se diferencia, portanto, da história imediata porque impõe um dever de mediação.

História do Tempo Presente é um acontecer permanente, sem pausa. Na busca de contribuir com o debate, incluindo as novas tecnologias, a *internet*, Pedro Eurico Rodrigues (2014, p. 146) afirmava que a História do Tempo Presente se faz no “‘gerúndio’, a qual está em processo de acontecimento/acontecendo [...]”. Estudar a Guerra de Espadas por esse viés é suportar estações que trazem problemas constantemente; é ser chamado à baila juntamente com aqueles e aquelas com quem trabalhamos; é sair, literalmente, do seu cômodo e sentir na pele o que é ser um historiador do Tempo Presente. Ocorre que quando isso acontece, o pesquisador ou a pesquisadora vê-se numa empresa sem volta, acometido(a) pelas emoções de uma vida

com sentido. Precisa munir-se com conceitos que efetivamente contribuam na análise de sua realidade e que também sejam significativos para o corpo de agentes ardentes junto ao contexto. Em outras palavras, “o tempo presente nos coloca diante do tempo da vida e do vivido em uma tentativa de compreender os vivos em seu tempo” (Elíbio Júnior, 2021, p. 20).

Nesse momento, demarcamos a diferença entre esta tese doutoral e os estudos que deram vida à dissertação de mestrado entre os anos de 2016 e 2018 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO/Irati)<sup>11</sup>. Naqueles dois anos de reflexões, certos conceitos que estavam dentro de um programa discursivo foram, em demasia, os orientadores das análises. Os estudos de Michel Foucault (1999, 1993, 1984), indubitavelmente, consubstanciaram quase que a totalidade do trabalho. A mudança se dá quando entendemos que suas projeções focavam menos nos sujeitos e mais nos discursos, dispositivos e nas técnicas disciplinares. Não se quer negar a potência de tais instrumentos analíticos/conceituais, mas atestar que, no caso presente, foi preciso acionar categorias que tornassem mais palpáveis as interpretações e as incursões investigativas com as(os) interlocutoras(es). Pensamos, então, que a História Social seria mais vantajosa às nossas intenções.

Os boletins de ocorrência, documentos apropriados para esta pesquisa, resultam das relações entre populares e policiais militares na Guerra de Espadas em Cruz das Almas/BA. Não correspondem exclusivamente aos momentos de saída das pessoas pelas ruas com suas espadas em mãos para guerrear. Fazem parte também do contexto de produção das espadas. Em palavras simples, envolvem toda a dinâmica da tradicional Guerra de Espadas. Como critério de seleção, utilizamos apenas os boletins que trouxessem o termo “espadas” em seu histórico. Isso se deveu ao fato de que outras ocorrências foram produzidas no período de São João a partir de diferentes gêneros de fogos de artifício.

Com a finalidade de classificar esses boletins, conseguimos localizar nove tipos de ações que tinham as espadas como instrumento de conflitos entre agentes da lei, população espadeira e não espadeira. Entre os 76 boletins coletados, datados de 2009 a 2017, encontramos as seguintes tipologias: “crimes contra a administração pública”, “crimes contra a pessoa”, “crimes contra o patrimônio”, “contravenção penal (perturbação do trabalho ou do sossego alheios e da tranquilidade)”, “ocorrências não delituosas (apresentação de preso)”, “crime contra a incolumidade pública (fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos)”, “conduta delituosa praticada por menores (ato infracional)”, “afirmação falsa ou enganosa sobre produto” e “porte ou posse ilegal de arma de fogo de uso restrito”. A coleta dessa documentação foi realizada por meio de pesquisa empírica na Delegacia Circunscripcional de Cruz das Almas, em 2018.

Falamos dos boletins de ocorrência. Precisamos atender aos relatos orais da mesma forma. A história oral foi concebida, nesta tese, como uma metodologia. Com isso, entrevistamos 6 pessoas que, intencionalmente, foram selecionadas por ocuparem posições sociais diferentes na Guerra de Espadas: um policial/espadeiro aposentado, um policial na ativa, um espadeiro/bombeiro militar na ativa, duas espadeiras, um espadeiro. Como veremos a partir do capítulo 2, quando passam a compartilhar suas memórias e experiências sociais, esses atores e atrizes ajudarão a delimitar com melhor qualidade o contexto da Guerra de Espadas. Ajudarão,

---

<sup>11</sup> Notoriamente, o programa possui um corpo de professores e professoras, não exclusivamente, que assume o diálogo teórico com autores(as) considerados(as) pós-estruturalistas. Destacam-se alguns deles: Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Judith Butler, Joan Scott e Michel de Certeau. Não citaremos aqui, mas basta uma breve averiguação dos trabalhos de dissertação publicados para ver como esses(as) autores(as) preenchem o escopo teórico deles.

também, a contrapor dados contidos nos registros policiais. As entrevistas deram-se em suas residências. Datam dos anos de 2021 e 2022, portanto, no entremeio de realização desta tese.

A tese está distribuída da seguinte maneira: no primeiro capítulo são discutidas questões que visam a contextualizar a Polícia Militar de Estado da Bahia – PMBA em sua estruturação e funcionamento, tendo como recorte temporal a década de 1980 aos anos recentes. Foi utilizada uma multiplicidade de documentos oficiais que permitiu dar forma, mesmo que panoramicamente, ao atual estado da instituição. Friccionamos a documentação coligida com uma literatura especializada sobre o tema da Polícia e com o conceito de democracia, que funciona como pano de fundo em todo o texto. O(A) leitor(a) poderá conhecer a configuração atual da polícia baiana, ideologias e ritos que conformam a instituição, os agentes inseridos, os conflitos e sua relação com a sociedade. No final do capítulo, são discutidos os boletins de ocorrência que lançam luz e articulam os policiais militares com os espadeiros, as espadeiras e a Guerra de Espadas.

O segundo capítulo apresenta a Guerra de Espadas através de seus atores e atrizes: espadeiros e espadeiras. O diálogo interdisciplinar entre História e Antropologia é evidente. Conceitos de ambas as disciplinas são acionados para uma melhor compreensão da complexa rede sociocultural que é a instituição Guerra de Espadas. Ao ler o capítulo, o(a) leitor(a) perceberá o esforço deflagrado de apresentar a Guerra de Espadas evitando as tradicionais narrativas esquemáticas e cronológicas que se iniciam do processo de produção das espadas (todas as etapas) até o momento de tocá-las pelas ruas. Para isso, selecionamos temas e os abordamos analiticamente durante toda a escrita. Assim, são discutidas a existência de uma comunidade cultural espadeira, as queimaduras, as mudanças na Guerra de Espadas causadas com a sua criminalização e pontuaremos sobre as características da instituição social Guerra de Espadas. As fontes orais aparecerão, e personagens como Lia, Lau, Beto, Alex, Vando e Conce<sup>12</sup> compartilharão seus sentimentos, memórias e histórias.

O terceiro capítulo é tematizado pelo controle social. O objetivo é avançar pelos conflitos entre policiais, espadeiros e espadeiras na Guerra de Espadas. Usando os registros policiais, quantificamos os dados a partir de categorias e demos a devida atenção a cada uma delas, a saber: tipologia de enquadramento do crime (ou não), raça/classe e gênero. Esperamos que a discussão proposta contribua com o avançar do entendimento do objeto de estudo. Nas demais seções, são protagonizados os empreendimentos repressivos da Polícia que opera com o desígnio de ordenamento da cidade e a resistência de espadeiras e espadeiros. O exercício mais profundo será o de decodificar interferências na produção dos boletins de ocorrência, encontrando possíveis brechas que informam sobre resistências e concepções sobre a Guerra de Espadas.

Finalmente, o quarto capítulo. Esse, o mais curto, se desdobra em duas seções que consideramos ser um avanço ao anterior. Na primeira parte, abordaremos as negociações e articulações ocultas entre espadeiros, espadeiras e policiais militares. Queremos mostrar que os agentes da lei integram a Guerra de Espadas de distintas formas, até mesmo ajudando em sua manutenção a partir de métodos múltiplos na informalidade do cotidiano. Analisaremos, na segunda parte, dois documentos oficiais que também são expressivos para que tenhamos acesso a outras nuances de participação de policiais, porém dentro do que chamaremos de articulações visíveis. O diálogo se dá com as contribuições de Marcos Luiz Bretas no tocante à historiografia da Polícia no Brasil.

---

<sup>12</sup> Todos são nomes fictícios.

## 1 DAS NORMAS ÀS ORDENS DO TEMPO: A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA – PMBA NA DEMOCRACIA

O objetivo maior deste capítulo é compreender a atual estruturação e funcionamento da Polícia Militar baiana em contexto histórico de ascensão da democracia. Ao final, faz-se pertinente afirmar se a corporação, de fato, integrou-se aos pressupostos da democracia ou, caso contrário, alinhavar sobre quais são os empecilhos ainda presentes. Arrolamos um conjunto de documentos oficiais que apresenta informações preciosas para o entendimento dessa instituição num estrato temporal de propagação dos valores democráticos. Situando no tempo a trama analítica que se apresenta, tomamos a década de 1980, que tem seu ápice com a Constituição de 1988, aos anos recentes. Nos últimos 40 anos, foram percebidas mudanças estruturais no âmbito policial que reverberaram, ao menos, em seus documentos primazes.

Antes de qualquer coisa, a democracia é entendida neste trabalho por sua indeterminação. Isso se verifica nas crises constantes que perfuram seus postulados de tempos em tempos – e agora não seria diferente. Sugerimos, então, entendê-la como nos revelou o historiador francês Pierre Rosanvallon (2010): “Longe de corresponder a uma simples incerteza prática sobre os meios de seu estabelecimento, o caráter vacilante da democracia participa mais profundamente de sua própria essência” (p. 74). Só quando tomamos a democracia a partir de sua historicidade conflituosa é que abrimos canais de interpretação não romantizadas. Tentaremos, de alguma maneira, mostrar que isso se aplica à própria instituição policial, em sua prática, quando decaem suas “boas intenções” ao executá-la. Ora, é olhando desse modo que conseguiremos alocar a democracia no interior de um problema que não cessa.

Reconhecendo ser este um trabalho localizado no campo da História do Tempo Presente e, por tal, preocupado com discórdias candentes, a hipótese adotada é a de que a instituição Polícia resguarda uma tradição que, de uma forma ou de outra, toca em praticamente todas as suas pretensões no presente. Então, significa observar como os lampejos do presente sofrem contenções ou são alimentados através de informações temporais de longa data. Olhar dessa forma para a Polícia baiana é considerar as ordens do tempo imbricadas, interligadas ou, para usar a expressão de Jacques Rancière (2011, p. 49), em anacronias. Isto posto, “uma anacronia é uma palavra, um acontecimento, uma sequência significativa saídos do ‘seu’ tempo, dotados da capacidade de definir direcionamentos temporais inéditos, de garantir o salto ou a conexão de uma linha de temporalidade com uma outra”.

Se combinarmos esse procedimento teórico com o que foi proposto por Reinhart Koselleck (2006, p. 136), as coisas ficam mais evidentes. Abordando sobre as estruturas, o historiador dos conceitos apontava que essas ultrapassam as experiências individuais e coletivas dos eventos, estando-as demarcadas pela longa duração. São formações que, na maioria das vezes, conduzem e limitam a vida em sociedade: “Sem desejar avaliar aqui tais estruturas, podemos dizer que todas têm em comum o fato de que suas constantes temporais ultrapassam o campo da experiência cronologicamente registrável dos indivíduos envolvidos em um evento”. Mesmo com esse entrelaço, as estruturas estão ao nível histórico, pois são imaginadas de forma processual, podendo, com isso, atender aos requisitos do cotidiano. O exemplo dessa percepção está nos costumes de determinadas sociedades. Assim, as estruturas sociais, políticas, culturais, econômicas, epistemológicas, psicológicas etc. podem e devem ser sentidas pela experiência quando não ultrapassam as unidades de memória das gerações contemporâneas.

O *Plano Estratégico 2017-2025* será lido de forma que vivências passadas da instituição policial deem sentido às dimensões passado-presente-futuro. Por esse trajeto, Koselleck (2006) propõe duas categorias para o pensamento histórico: experiência e expectativa. A Polícia

Militar da Bahia projeta-se ao futuro por meio de um passado que se vive no presente – uma triangulação. São as experiências na sociedade baiana que a legitima no tempo recente e cria projeções de futuro: “Nessa linha de evolução, todas as conquistas transatas serviram de referência para a elaboração do nosso Plano Estratégico para o período de 2017 a 2025, quando, então, a Corporação estará completando 200 anos de existência, uma polícia bicentenária” (Plano Estratégico, 2017, p. 12).

O documento supracitado apresenta belíssima aparência estética. É composto por dezenas de imagens, sendo que cada uma preserva ou procura avivar valores caros à instituição militar dentro de um contexto democrático. Tomemos como exemplo a imagem da capa, que é composta por uma militar mulher de alta patente, dois policiais homens carregando cada um uma criança (um menino e uma menina), uma criança vestida com a farda militar e um policial negro sorrindo. Basicamente, podemos extrair da fotografia ideias que remetem à tradição, pois as crianças representam exatamente uma função geracional que a Polícia Militar tenta exprimir. Por outro lado, também há a demonstração da diversidade, ou seja, uma polícia que se representa enquanto inclusiva, sugestionando estar atenta às demandas de grupos sociais vigentes<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Didi-Huberman (2015), ao analisar as fotografias feitas por indivíduos vinculados ao *Sonderkommando*, assumia uma postura sobre as imagens que ultrapassava a pura representação. Ou seja, as fotografias se convertiam em atos, ações. Os registros das pessoas indo em direção às câmaras de gás não correspondiam somente ao teor bárbaro do nazismo. Eram atitudes de resistência. Naquele contexto, asseverava o autor: “[...] a imagem fotográfica funcionava como uma decisão de *resistência* – embutida num movimento mais amplo, de coleta de testemunhos e de tentativas de levante –, e isso a transformava em algo que não tinha nada a ver com informação ou representação: ela era um *ato*, e não um mero registro, significava correr um risco e era uma *provação*, não apenas uma prova” (p. 92). Sugere, com isso, pensar a fotografia como “ato clandestino”. Tal acepção e forma de apreciar a documentação fotográfica são profícuas para a presente proposta, já que tendem a tornar palpáveis as vivências de policiais através das imagens. Ao libertar as fotos de uma essência, como se elas fossem produzidas para um único objetivo, passa-se a tomá-las para fins múltiplos. No caso presente, busca-se enxergar indicadores que revelem ideologias, mas também o cotidiano da corporação policial. Ora, as fotografias estão no presente sem que, necessariamente, estejam no presente. Toda foto é uma encruzilhada de temporalidades. Todo retrato é um acúmulo indeterminado de movimentos. É um confundir-se entre passado e presente.

**Imagem 1:** Capa do Plano Estratégico 2017-2025 da Polícia Militar da Bahia – PMBA.



**Fonte 1:** Extraída do Plano Estratégico 2017-2025 da Polícia Militar da Bahia (2017).

Entretanto, não estamos insinuando que as alterações que acometem os diversos ramos da existência policial no tempo presente sejam meras reproduções de um passado em contexto temporal diferente. Problemas novos passaram a constituir o circuito da vida policial. Destaca-se, por exemplo, o advento da *internet* que transformou radicalmente formatos tradicionais de policiar a sociedade e, por outro lado, de exercer o próprio controle sobre esses agentes quando maculados por práticas desviantes. Desenvolvida na segunda metade do século XX, a *internet*<sup>14</sup>, inicialmente, ganhara visibilidade enquanto instrumento no apoio à destruição: fora idealizada para a violência, para a guerra. Destarte, foi, gradualmente, penetrando em instituições de controle, como no caso da Polícia, e tornando-se componente cada vez mais explorado na montagem de planos estratégicos, policiamento ostensivo, aperfeiçoamento das unidades de operação e no que tange à inteligência.

À medida que construímos o entendimento de como se estrutura a instituição policial, procuraremos diminuir a escala de investigação para que outras providências se tornem visíveis. Quer-se dizer que se faz notório perceber como se dá a montagem de um dos ofícios cotidianos da polícia: a construção dos boletins de ocorrência. Nesta seção, a ideia é iniciar o contato com a outra instituição social: a Guerra de Espadas. Avancemos.

<sup>14</sup> Como apontou Richard Miskolci (2016), os EUA lançaram um sistema que buscava interligar instituições universitária, mas que também objetivava voltar-se aos temores da guerra: “De qualquer forma, ainda foi uma iniciativa do Departamento de Defesa dos Estados Unidos por meio de sua agência ARPA (Agência de Projetos de Pesquisa Avançada) que lançou a ARPANET em setembro de 1969, uma rede de comunicação [...]. Ainda durante a Guerra Fria, o objetivo era criar um sistema de comunicação que não fosse vulnerável a ataques nucleares” (p. 278-279).

## 1.1 Configuração atual da Polícia Militar da Bahia: uma visão panorâmica

A Lei nº 13.201, de 9 de dezembro de 2014, que reorganizava a Polícia Militar da Bahia, deliberou sobre as finalidades e competências dessa instituição existente na Bahia há quase duzentos anos. São traçados, logo nos dois primeiros incisos do Art. 1º, pontos norteadores que avançam sobremaneira às percepções comuns do exercício diário de sua atuação, ou seja, como mera força vinculada ao Estado que sai às ruas para “caçar” sujeitos que cometem ilicitudes e crimes:

- I – executar, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares às Forças Armadas, o policiamento ostensivo fardado, planejado pelas autoridades policiais militares competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a prevenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;
- II – exercer a missão de polícia ostensiva de segurança, de trânsito urbano e rodoviário, de proteção ambiental, guarda de presídios e instalações vitais, além do relacionamento com a prevenção criminal, justiça restaurativa, proteção e promoção aos direitos humanos, preservação e restauração da ordem pública (Bahia, 2014, p. 1).

Dispostos acima, a Polícia atua em diversas frentes, não estando limitada às comumente visões construídas no imaginário coletivo. Os serviços podem ser distribuídos da seguinte maneira: policiamento de trânsito, policiamento rodoviário, policiamento ambiental, policiamento de guardas, policiamento comunitário, policiamento de choque, operações especiais, policiamento turísticos e policiamento em eventos, por exemplo (Plano Estratégico 2017-2015, 2017). A sensação aparente, quando esmiuçada a gama de atribuições ostensivas e operativas dessa corporação, é a de que a polícia ocupa todos os espaços da realidade social e que estamos sob a égide de uma sociedade completamente policiada. O paradigma do controle.

Embora haja essa ilusória onipresença de policiais em todos os setores da vida, como passível de indução ao ler a fonte anterior, as coisas não funcionam bem assim. Em primeiro lugar, a Bahia é o quinto maior estado do Brasil, possuindo extensão territorial de 564.760,427 km<sup>2</sup> (IBGE, 2018). Em segundo, estima-se que sua população seja de aproximadamente 14.930.634 pessoas (IBGE, 2019). Por último, o efetivo policial em todo o estado é de 44.392 servidores (Bahia, 2014, p. 13). Calculando esses dados, teríamos, em média, cerca de 297 policiais militares para cada 100 mil habitantes. Significa dizer que a sensação de realmente vivermos sob o olhar policial pode advir de outros fatores e não da presença física desses servidores públicos pelas ruas<sup>15</sup>.

Um tipo de recurso da Polícia que induz a imaginar a sua disseminação por todos os espaços da vida está no método quantitativo. Quantificar ações e resultados obtidos é a forma tradicional manejada por instituições que se pretendem totais. Alguns desses dados são interessantes. O *Comando de Operações Policiais Militares* contabilizou diversas atuações desenvolvidas entre o período que vai de primeiro de janeiro a 20 de novembro do ano de 2022. Seguem alguns desses dados:

---

<sup>15</sup> Se incluíssemos os dados referentes aos policiais civis na Bahia, teríamos um adicional de 11.502 servidores na ativa distribuídos da seguinte maneira: 1.200 delegados, 1.293 escrivães, 6.440 investigadores, 600 peritos criminais, 420 peritos médicos-legistas, peritos odonto-legal e 1.039 peritos técnicos (Bahia, 2018). Além da atuação dessas forças de segurança a nível estadual, é importante lembrar que os municípios possuem suas guardas municipais. Nas cidades com populações acima de 100.000 habitantes, esses agentes têm a permissão da lei para utilização de armas de fogo. Sua função é estritamente preventiva. Negligenciamos falar sobre os policiais federais.

- 8.353.767 (oito milhões, trezentos e cinquenta e três mil, setecentas e sessenta e sete) pessoas abordadas;
- 388.081 (trezentos e oitenta e oito mil e oitenta e um) estabelecimentos abordados;
- 159.614 (cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e quatorze) pontos de ônibus abordados;
- 1.536.418 (um milhão, quinhentos e trinta e seis mil, quatrocentos e dezoito) carros abordados;
- 2.027.193 (dois milhões, vinte e sete mil, cento e noventa e três) motos abordadas;
- 35.852 (trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois) ônibus abordados;
- 86.626 (oitenta e seis mil, seiscentos e vinte e seis) táxis/APPs abordados (Comando de Operações Policiais Militares, *site*, 2022).

A quantificação das ações efetuadas pela Polícia Militar baiana, em todo o território estadual, permite concluir que a sua maior performance incide no método da abordagem cara a cara. Ao que parece, revistar transeuntes exige pouco investimento material, o que corrobora na diminuição de gastos por parte da instituição e, conseqüentemente, não necessitando de muitos recursos para a sua realização. Destaca-se, assim, o real significado do que é denominado de policiamento ostensivo<sup>16</sup>.

Ora, e os resultados das operações? É também o *Comando de Operações Policiais Militares* que traz, em destaque, alguns dos resultados alcançados dentro da mesma margem temporal: 10.029 (dez mil e vinte e nove) presos em flagrantes, 1.153 (mil, cento e cinquenta e três) adolescentes apreendidos; 7.415 (sete mil, quatrocentos e quinze) Termos Circunstanciados de Ocorrências – TCO lavrados; 1.154 (mil, cento e cinquenta e quatro) mandados de prisão cumpridos; 3.908 (três mil, novecentas e oito) armas de fogo apreendidas; 4.435 (quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco) veículos recuperados; e 9.891 (nove mil, oitocentos e noventa e uma) apreensões de drogas (Comando de Operações Policiais Militares, *site*, 2022).

Mesmo decodificando o esforço e o árduo trabalho de agentes policiais em exercício da função, outros dados colocam o Estado baiano em condições críticas de crime e violência. O orgulho obtido com as vitoriosas campanhas militares precisa ser contraposto com o amargor de indicadores alarmantes divulgados por diferentes instituições. Uma radiografia feita pelo *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE)* diagnosticou a Bahia como o terceiro Estado na lista com o maior número absoluto de vítimas de roubo. Estima-se que quase 150.000

---

<sup>16</sup> Os dados organizados acima referem-se às ações coletivas, sem discriminação, por parte da Polícia. Em outras palavras, não há, na explicitação dos mesmos, indicações de guarnições, efetivos ou grupamentos que registraram números maiores ou menores em tais abordagens. O desempenho da corporação não se pauta pelo viés individual. Essa problemática foi tema de dissertação do Adauto Sena Oliveira (2013), que buscou propor um mecanismo de avaliação de desempenho policial individual. Significa observar que, a depender da política implantada pela instituição, conforme percebeu, os dados que informam o desempenho da polícia podem aumentar. Quando envolvem incentivos aos agentes, a resposta dos policiais tende a ser diferente, caracterizando uma maior atuação desses no seio social. Por outro lado, o afã em obtenção de incentivos pode acarretar operações repressivas desenfreadas, ultrapassando determinados limites legais e inflacionando os números. Em suma, as estimativas quantitativas devem ser sempre averiguadas dentro de um contexto político mais amplo em cada realidade.

(cento e cinquenta mil) pessoas, na faixa etária acima dos 15 anos, tenham sido assaltadas no espectro temporal de 2020 a 2021 (G1, *site*, 2022). No ano de 2019, o *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA* apontava que a Bahia apresentava elevado índice de mortes por armas de fogo, colocando-a na terceira posição entre os demais da federação: “A maior taxa ocorreu no Rio Grande do Norte: 33,7 homicídios por 100 mil pessoas residentes. Na sequência se destacaram, com as mais elevadas taxas: Sergipe (33,5), Bahia (30,9) [...]” (Cerqueira, 2021 p. 92). Logo, o brilho das informações concatenadas no *site* oficial da Polícia Militar baiana pode ocultar dados relevantes que se contrapõem à sua efetividade no campo social.

O debate presente sobre as ações consideradas positivas pela polícia e a frustração com os dados alarmantes de aumento da criminalidade pode ser analisado, ainda, dentro de duas problemáticas conhecidas por especialistas sobre o tema. No primeiro caso, Paula Poncioni (2021) chamou a atenção para a representação do trabalho policial. Conforme a autora, existem duas percepções do trabalho policial: de um lado, o “real trabalho de polícia”, aquele comumente admitido pela sociedade (mídia, polícia, produções fílmicas etc.) que se refere ao combate ao crime, à manutenção da lei e da ordem; e, do outro lado, o “trabalho policial verdadeiro”, sendo esse voltado majoritariamente para as atividades que não necessariamente são/estão ligadas ao mundo da criminalidade.

Diante disso, o comprometimento da Polícia em trazer publicamente as atividades voltadas ao “real trabalho de polícia”, em detrimento do “trabalho policial verdadeiro”, carrega certas artimanhas. Essa representação funciona como um dispositivo legitimador da presença policial na sociedade. Poncioni (2021, p. 189-190), analisando dados obtidos de suas entrevistas, considera que

essa ênfase no “legalismo” encontrada nos discursos dos entrevistados insere-se na retórica de defesa do trabalho policial em um contexto no qual a polícia vinha sendo criticada veementemente – pelo poder político, pela mídia e pelo público em geral – por sua ineficiência, violência e o arbítrio em relação ao controle do crime.

Já no segundo caso, aquele condizente aos dados que alçam a Bahia à condição de uma região violenta, sugere-se que, mesmo com a devida presença da Polícia e de policiais, crimes continuam a ser cometidos, isto é, a presença da polícia não necessariamente inibe a criminalidade, pois a sua ação, na grande maioria dos casos, dá-se após a feitura do crime – a Polícia age reativamente. Teríamos que fazer as seguintes perguntas: se o papel projetado pela Polícia é o de garantir o bom funcionamento da lei e da ordem, mas os dados têm apontado para a forte presença da criminalidade, essa instituição ainda se justificaria no seio social? Qual o futuro das polícias nas sociedades democráticas?

Aparentemente de pouca relevância para o senso comum tais questionamentos, a realidade é a de que esse tipo de problematização já vem sendo feito por estudiosos há algumas décadas. As análises têm apontado para o redirecionamento das polícias ocidentais dentro de contextos democráticos como viabilidade de sua presença. David Bayley e Clifford Shearing (1996) entendem que a reestruturação das polícias pode trazer novas relações com os Direitos Humanos, a igualdade e até mesmo com a segurança pública. Isso porque, em termos de policiamento, as polícias públicas não são mais as únicas detentoras dessa atividade. O avanço vertiginoso do policiamento privado em diversos países europeus e na América do Norte tem corroborado para a reavaliação do próprio papel dessas instituições. Além desse fenômeno, a identidade policial também entra em tensão, tendendo a se voltar ao campo do comunitário.

É tendo consciência desse quadro de mudanças que olharemos para a PMBA. Duas características de tempos longínquos são basilares: a hierarquia e a disciplina. Esses dois componentes continuam a delimitar o ritmo de funcionamento da instituição. Essa afirmação é comprovada em praticamente todos os documentos oficiais da Polícia. Logo no Art. 2, da Lei nº 13.201/2014, são apontados os princípios norteadores. A importância que a hierarquia e a disciplina possuem está clara a partir da posição ocupada por elas no próprio texto. Não precisa ser especialista em semiótica para tal observação:

Art. 2º A Polícia Militar é regida pelos seguintes princípios institucionais:  
 I – Hierarquia militar;  
 II – Disciplina militar;  
 III – Legalidade;  
 IV – Impessoalidade;  
 V – Moralidade;  
 XI – Respeito aos direitos humanos;  
 XII – Proteção e promoção à dignidade da pessoa humana (LEI Nº 13.201/2014, p. 3).

A disposição em sequência dos princípios pode, se atendermos aos critérios de análise do discurso, levantar suposições de que a sua ordem estabelece sua prioridade. Ou seja, desde tempos remotos, são a hierarquia militar e a disciplina militar pilares inegáveis da formação e organização da Polícia Militar da Bahia. Obviamente que esses postulados se estendem às demais polícias estaduais em todo o Brasil. Nesse sentido, cabe demonstrar como está hierarquicamente montada a corporação em tempos presentes. Os quadros abaixo também informam sobre a quantidade de praças e oficiais existentes na PMBA.

**Quadro 1:** Quantitativo de praças da Polícia Militar da Bahia – PMBA.

GRADUAÇÃO	TOTAL
SUBTENENTE	1.650
1º SARGENTO	5.954
CABO	8.150
SOLDADO 1ª CLASSE	23.642
<b>TOTAL</b>	<b>39.396</b>

**Fonte 2:** Quadro adaptado pelo autor através da Lei nº 13.201, de 9 de dezembro de 2014, p. 31.

**Quadro 2:** Quantitativo de oficiais da Polícia Militar da Bahia – PMBA.

POSTO	TOTAL
CORONEL	31

<b>TENENTE CORONEL</b>	149
<b>MAJOR</b>	358
<b>CAPITÃO</b>	1.452
<b>1º TENENTE</b>	3.006
<b>TOTAL</b>	<b>4.996</b>

**Fonte 3:** Quadro adaptado pelo autor através da Lei nº 13.201, de 9 de dezembro de 2014, p. 30.

Os oficiais são os que gerem a instituição policial. Obviamente, não aparecem nos noticiários dos jornais na captura de criminosos(as). Quando vistos pelas mídias, é sempre para prestar informações sobre o funcionamento da instituição ou, como corriqueiramente, dar conta de ações virulentas efetivadas por seu corpo militar em contato direto com a população. Em outras palavras, são os especialistas ou “intelectuais” que definem os rumos da instituição. Antonio Gramsci (1982, p. 7), estudando o conceito de intelectual, instruía em seu livro que “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”. A chave está na função. Seus apontamentos informam sobre dois grandes modelos de acepção do intelectual: o primeiro seria aquele originário de um grupo social, e o segundo, enquanto independente, externo ao nascimento desse grupo<sup>17</sup>.

Supondo que os oficiais da polícia baiana se enquadrem nesse primeiro bloco, são esses, claramente, a planejar e decidir os caminhos a serem tomados pela corporação. Abre-se, deste modo, um distanciamento entre gerência (oficiais) e subordinados (praças) que se efetiva tanto no cotidiano institucional quanto nas relações externas. No âmbito interno, o *Plano Estratégico 2017-2025* parece ser um ótimo exemplo. O horizonte de expectativas de atuação na sociedade baiana, tendo como guia as decisões tomadas no documento, nasce das trocas de ideias entre esse nicho superior de oficiais, como valida o trecho a seguir:

O colegiado de coronéis da PMBA, liderança do mais alto nível da Corporação, iniciou em 04 de novembro de 2015 o planejamento estratégico para o período 2017-2025. A abertura do ciclo de *workshops* de planejamento foi realizada pelo comandante-geral da PMBA, coronel Anselmo Alves Brandão, e neste primeiro encontro foram definidas novas diretrizes e o mapa estratégico da Polícia Militar da Bahia, representação geográfica do conjunto de objetivos estratégicos (plano Estratégico 2017-2025, 2017, p. 34).

<sup>17</sup> Gramsci (1982) está trabalhando os intelectuais dentro da lógica de classes. As fontes policiais utilizadas para esta tese ofuscam a existência dessas divisões na estrutura erigida pela Polícia. Tentam entregar à sociedade a falsa harmonia institucional. Por isso, ao mobilizarmos a literatura especializada sobre a polícia baiana, identificamos ruídos classistas que não cessam. Em alguns momentos, certos intelectuais enxergarão a ainda frágil formação classista entre praças e oficiais e, em outros, essa fragilidade parece desaparecer, expondo-se com as greves e rebeldias às imposições hierárquicas e disciplinares.

**Imagem 2:** Colegiado de coronéis definindo as diretrizes para a constituição do Mapa Estratégico da PMBA.



**Fonte 4:** Plano Estratégico da Polícia Militar da Bahia 2017-2025 (2017, p. 35).

Esperadas funções dos(as) oficiais são as de gestar a corporação no presente e, ao mesmo tempo, de projetá-la para o seu existir no futuro. Acontece que, do outro lado, grande massa dos policiais tem a sua participação minimizada na construção e elaboração dos planos a serem postos em prática pela Polícia. Caberiam, aos praças, o dever de executá-los sem pestanejar, seguindo as regras do jogo da melhor maneira possível. Ora, esse distanciamento cria ruídos que reverberam dentro e fora das estruturas físicas militares. Cabe frisar que a boa fluidez das prerrogativas delineadas nos documentos primazes requer, incondicionalmente, a integração de todo o corpo efetivo policial. Sua não realização em diapação acarretará um mal funcionamento institucional: “Ou seja, todos devem ter clareza sobre o que torna (ou tornará) a Corporação em condições adequadas para atender às demandas requeridas pela sociedade” (Plano Estratégico 2017-2025, 2017, p. 44).

Todavia, a harmonia entre esses atores e atrizes está mais voltada para uma fábula mirabolante que se conta a criancinhas, algo pouco apegado ao real. A discrepância entre esses agentes profissionais energiza-se quando olhamos para os salários recebidos entre essas duas camadas – assunto esse que, por sinal, tem uma longa história no seio da corporação e é visto, por muitos praças, como ultrajante. Mas é necessário alertar que os oficiais da Polícia também possuem uma tradição de reclames quando o tema é o salário recebido<sup>18</sup>. Nesse caso, a comparação é feita com os oficiais das Forças Armadas, que possuem rendimentos superiores

<sup>18</sup> Essa é uma questão que precisa ser melhor compreendida na historiografia. Normalmente, as análises voltam-se para as distinções entre oficiais e praças, principalmente nos planos econômicos e simbólicos. Abordagens que tensionem os conflitos entre oficialatos militares podem fornecer bons caminhos para o entendimento de antagonismos históricos na construção e gerenciamento da instituição.

aos da Polícia Militar. As reivindicações por paridade salarial entre oficiais acarretaram, no início da década de 80 do século XX, uma greve que resultou na morte de um tenente da corporação.

Georgecohama Archanjo (2008) tratou desse caso isolado. O objeto de seu estudo foi a greve da Polícia Militar da Bahia em 1981. Na contramão de um movimento historiográfico que privilegiava os fatos ou acontecimentos de outrora, o autor debruçou-se sobre um fenômeno contemporâneo e o conectou às suas razões estruturais. Algumas dessas foram: baixa remuneração salarial, ausência de serviços de assistência social aos policiais militares e a forte influência política nos rumos da Polícia Militar. Um dos principais motivos de descontentamento do oficialato da instituição era a disparidade salarial quando comparada com a dos oficiais do Exército. Como Archanjo (2008) começa a mostrar em seu livro, principalmente com uma tabela comparativa dos valores recebidos, a milícia baiana almejava obter o mesmo status dos militares das Forças Armadas.

Resumidamente, o autor defendeu a tese de que o Movimento de 1981, na Bahia, não foi vitorioso devido à fragilidade da própria unidade policial. Vários foram os motivos para isso: 1) a sombra das Forças Armadas; 2) a divisão hierárquica entre oficialatos e praças; e 3) a dificuldade de sistematizar interesses comuns. Portanto, “sem união não há força. Tudo o que aconteceu pôs em evidência que a massa policial militar rebelde não soube avaliar criticamente sua realidade de classe” (Archanjo, 2008, p. 90). A tônica argumentativa sugeria ausência de consciência de classe. Aqui se tem a sombra que persegue a Polícia até os dias atuais: o seu desejo de ser como as Forças Armadas. Veremos, adiante, que esse espelhamento continua a ser o indicativo fulcral da evitação e negação de novas práticas policiais respaldadas por significados democráticos e humanitários.

Na contramão de uma visão harmoniosa proposta pelos documentos que fundamentam a Polícia baiana, o que se percebe, a partir de estudos de caso, é a existência de distinções em todos os níveis de sua estrutura. Em estudo satisfatório para o campo das relações raciais em instituições policiais, Jaime Pinto Ramalho Neto (2008) mergulhou no interior da alta oficialidade da Polícia Militar da Bahia para entender se a cor poderia conferir distinções no que tange ao status e à ocupação de cargos institucionais por esses agentes públicos. A pesquisa foi substanciada por entrevistas, questionários e atas de formaturas das turmas (nesse caso para coleta de informações da cor da pele dos oficiais), cobrindo uma textura temporal que abarcou as turmas de oficiais de 1970 a 2005. O autor argumentou que a cor é, sim, um dado relevante nas dinâmicas estabelecidas dentro da Polícia, podendo inviabilizar a entrada de oficiais negros em cargos de gerência da organização.

O trabalho de dissertação de Ramalho Neto (2008) é notório, pois demonstra como uma instituição social total (a Polícia) absorve os valores externos da sociedade e coloca os mesmos valores em funcionamento por via das interações existentes entre os agentes gestores da corporação e aqueles que são internados nela (o alunado). Focalizando a dimensão da cor, é facilmente perceptível como a estrutura racista compõe, quase que de modo natural, as relações no íntimo da Polícia Militar da Bahia.

Depois de realizar uma profunda discussão, manejando referências sociológicas sobre o debate racial no Brasil, Ramalho Neto (2008, p. 105) dedicou-se a abordar o aspecto do racismo existente na corporação. Apresentando os dados sobre os comandantes de altos cargos – por exemplo, da *Academia de Polícia da Bahia*, do *Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças*, do *Departamento de Finanças*, do *Departamento de Apoio Logístico*, do *Comando de Policiamento da Capital*, da *Casa Militar do Governador* e da *Polícia Militar da Bahia* –, entre os anos de 1970 a 2005, reconheceu ser a Polícia Militar da Bahia uma instituição “mestiça”, porém com os seguintes agravantes:

As características físicas, somáticas, em particular a cor da pele com os traços negroides, representam um sentido, uma visão de uma organização policial militar cuja ordem natural dispõe os oficiais num enquadramento racial, cujos mecanismos operados através dos estereótipos pela discriminação potencializam os brancos, pardos claros e pardos ao status elevado, às melhores oportunidade de alocação nas funções, ao poder de mando, enquanto que os oficiais de cor parda escura podem ser vistos como uma “minoridade privilegiada”, portadora de um esforço individual para superar as situações de racismo, seja por uma conformação racionalizada, seja pela negação de pertencer à farda.

Saindo do grupo de cima e olhando para o de baixo, Aretuza Pereira dos Santos (2016, p. 105) via na greve da Polícia Militar, no ano de 2001, diferentemente do concebido por Archanjo (2008) com as reivindicações de 1981, a imagem da existência de uma classe<sup>19</sup>. O movimento reivindicatório de 2001, realizado pela Polícia Militar da Bahia, com interesses de promover melhoramentos salariais e denunciar as assimetrias hierárquicas, trouxe, novamente, a pauta do direito à greve desses profissionais. Durante 13 dias, o Estado baiano viu-se com a grande maioria de sua força pública policial aquartelada em suas respectivas companhias e nos batalhões. Segundo a autora, essa empreitada é reveladora da luta de classes: “Diante de tudo isso, não podemos deixar de pontuar a resistência empregada na luta de classes, principalmente, para esta parcela duplamente explorada: capital e hierarquia disciplinadora”. Novamente reaparecem as premissas estimadas tradicionalmente pela corporação policial – hierarquia e disciplina – assim como a ideia de exploração do trabalho dos policiais de baixa patente como ponto de distúrbio institucional.

Considerando apenas o processo de formação, podemos suscitar uma rápida comparação salarial por meio dos editais de concursos públicos, única forma de ingresso de soldados e oficiais na PMBA. Durante a formação, os policiais (soldados e oficiais) recebem uma bolsa para que possam se manter financeiramente. No caso dos soldados, a bolsa equivale a um salário mínimo (EDITAL SAEB/05/2022, 2022, p. 5). Na situação dos oficiais, os valores recebidos variam conforme a passagem dos anos de formação. A discrepância no recebimento do auxílio é manifesta:

Durante o período de realização do Curso de Formação de Oficiais, o candidato matriculado na condição de Aluno a Oficial PM/BM receberá, a título de bolsa de estudo: no 1º ano, R\$ 2.431,41 (dois mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta e um centavos); no 2º ano, R\$ 2.836,65 (dois mil, oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos); e, no 3º ano, R\$ 3.241,89 (três mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e nove centavos), conforme disposto na Lei Estadual nº 7.990, de 27/12/2001 (EDITAL CFOPM/BM Nº 001-CG/2022, 2022, p. 5).

Visivelmente - e não é de interesse nosso avaliar os sentidos meritocrático que pesam entre essas duas formas de ingresso –, notamos que, mesmo sabendo que no findar de suas

<sup>19</sup> O objetivo da pesquisadora era investigar a produção discursiva dos meios de comunicação jornalísticos sobre o movimento grevista de 2001. A autora demonstrou que a leitura feita da greve, pelos diversos agentes sociais envolvidos – populares, políticos, jornais etc. – se limitou aos interesses de campanhas eleitorais, atrelando intimamente a instituição policial aos imbróglis político-partidários e, com isso, retirando do centro do debate as principais pautas da manifestação, a saber: o melhoramento salarial e a crítica às relações intransigentes de seus superiores.

formações esses militares integrarão a mesma instituição, as posições valorativas em que eles são situados desde a sua entrada conduzem a uma forma explícita de distinção. Após formado e pronto para o exercício da função, o soldado receberá, na soma da remuneração e das gratificações pela realização de suas atividades, valor próximo ao da bolsa de um aluno do curso de formação de oficiais em seu terceiro ano:

A remuneração da graduação de Soldado é composta pelo soldo no valor de R\$ 1.383,58 (mil, trezentos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos), acrescido de Gratificação de Atividade Policial Militar - GAPM na Referência III, equivalente a R\$ 1.867,56 (mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), podendo ser adicionadas outras vantagens, hipótese em que a remuneração poderá atingir o valor de R\$ 4.012,11 (quatro mil e doze reais e onze centavos) (EDITAL SAEB/05/2022, 2022, p. 5).

Folhear o *Plano Estratégico 2017-2025* da Polícia Militar da Bahia é deparar-se com iconografias harmoniosas e produções textuais que exacerbam uma melhor relação com a sociedade. Se considerarmos as imagens aos moldes do documento, avaliando ser essa a impressão que a instituição busca passar ao público, teremos uma polícia altamente organizada, com recursos materiais excelentes (a exemplo de viaturas em ótimas condições, uso de helicópteros e patrulhamento em cavalos), alta performance tecnológica, integração entre população e policiais pelo vetor da polícia comunitária e, sim, policiais felizes e honrados por fazerem parte da corporação. A visão proposta é a de que a polícia baiana deve “ser referência nacional até 2025, pela excelência na prestação de serviços da polícia ostensiva e cidadã” (Plano Estratégico 2017-2025, 2015, p. 51). Poderíamos dizer, resumidamente, que o documento parece funcionar como um tipo de marketing, uma propaganda sobre o bom funcionamento institucional, de caráter positivo aos princípios e valores da corporação. Um conto protagonizado e embelezado por homens e mulheres fiéis às leis, às ordens, às hierarquias e prontamente preparados para defender a sociedade.

Seria uma apreciação demasiadamente idealizadora? Lidar com a história de uma instituição social no tempo/espço é ter consciência de que a sua produção documental, a prática social e as finalidades serão articuladoras de sua legitimidade. Faz-se mais do que necessário que todo pesquisador ou pesquisadora se atente para que não seja capturado(a) pela retórica corporativa. Nesse rumo, as ausências e os silenciamentos costumam ser rotineiros. Caberiam mais duas questões: hierarquia e disciplina, motores de robustez histórica da organização policial, são premissas de fácil adequação ao corpo de agentes que a constitui? As derivações advindas daí causariam quais ônus?

O conjunto iconográfico embutido no Plano Estratégico pode ser contrastado com pesquisas de especialistas no tema para que melhor sejam redimensionadas as perspectivas aqui postas. Os autores Herbert Toledo Martins e Marcelino Soares de Melo Neto (2018, p. 41) enveredaram pelas entranhas da Polícia Militar da Bahia, especificamente no que hoje é a 27ª Companhia Independente de Polícia Militar, em Cruz das Almas, para interpretar as situações de violência institucional empregadas na superfície e nas profundezas da corporação. Para começar os trabalhos, eles fornecem, baseando-se em outros estudiosos, a conceituação de violência assumida em sua pesquisa. Essa percepção permite explorar a miudeza da violência imposta sobre os policiais. Como sabido, o tradicional modelo disciplinar e hierárquico interiorizou métodos de violência que passariam como normais ou aceitáveis:

[...] convém salientar que a violência subjetiva pode ser caracterizada pela tentativa de degradar ou controlar outra pessoa por meio de condutas de intimidação, manipulação, ameaça, humilhação e isolamento, ou qualquer conduta que prejudique a saúde psicológica, autodeterminação ou desenvolvimento de uma pessoa.

Quais seriam elas? Afirmam os dois estudiosos que assédio moral, coação, castração da sexualidade, desvalorização, intimidação, por exemplo, são recursos comumente ritualizados que garantem o exercício e a aplicação da violência. Não é de se estranhar que esse recurso possa advir de superiores ou superiores hierárquicos(as): “Provavelmente em função da hierarquia, todas essas situações de ridicularização são postas normalmente de superior contra inferior hierárquico” (Martins; Melo Neto, 2018, p. 42). As informações extraídas e analisadas por ambos indicavam a frequência dessas ações até mesmo entre oficiais em seus momentos de formação na Academia Militar. O que dizer então dos praças?

Dois são os grandes motivos de emanção da violência institucional: a hierarquização e a formação militar. O primeiro reluz um *modus operandi*, um padrão, que consubstancia relações animosas, mesmo quando dissimuladas e ocultadas entre superiores e inferiores. Tudo isso se junta aos privilégios de salas distintas para os oficiais descasarem do seu labor profissional, nos festejos de carnaval, por exemplo, onde há maiores vagas de camarotes para os oficiais em detrimento dos praças e em muitos outros casos rotineiros (Martins; Melo Neto, 2018).

**Imagem 3:** Culminância da formatura de policiais militares da Bahia.



**Fonte 5:** Plano Estratégico 2017-2025 (2015, p. 103).

No caso da formação militar, as Academias tenderiam a formar policiais aptos para atuar na sociedade por meio da força bruta. O “espírito militar” desabrochado dessas ritualísticas formativas operam no sentido de dificultar uma formação policial voltada para os pilares da democracia e cidadania. Deste modo, “[...] embora o currículo represente uma nova e interessante relação com a sociedade, o fato de a polícia militar se prender a seus rituais (o que pode em certa medida ser traduzido por uma cultura policial) torna difícil para ela alcançar inovações)” (Martins; Melo Neto, 2018, p. 58). Em síntese, o distanciamento provocado pelas patentes coloca praças em subordinação ao oficialato não apenas pelas vias da hierarquia, mas, sobretudo, através de um jogo de violência institucional dissimulado e explícito desdobrado no cotidiano do *fazer* policial:

A maioria dos policiais militares, principalmente os integrantes do quadro de praças, é vista e manobrada como simplesmente peças integrantes da engrenagem sem nenhum poder de participação direta no plano organizacional da instituição, desta forma violentando e acorrentando os mesmos a um modelo institucional ainda mais defasado e em desacordo com a sociedade contemporânea (Martins; Melo Neto, 2018, p. 45).

As querelas no centro da instituição não se limitam à degradante relação oficiais e praças. Sinais de violência são corriqueiros na parte superior da instituição: o oficialato. Carlos Linhares de Albuquerque e Eduardo Paes Machado (2001, p. 215) apontaram para uma dualidade entre as premissas democráticas e os imperativos da formação militar do policial ao estudarem a Academia de Polícia Militar, espaço institucional de formação do oficialato da polícia baiana, em Salvador/BA. Para tanto, analisam os ritos existentes nas trincheiras da instituição – da entrada à saída – como condicionadores de uma identidade que se distancia do cidadão comum, pois estaria fundamentada na violência. A Jornada de Instrução Militar – JIM, apontam os autores, “ainda que se trate de apenas uma atividade extracurricular, assume proporções na transmissão da identidade profissional maiores que o conjunto de disciplinas que compõem o amplo quadro curricular”. Além de tudo, a JIM serve como momento de desforra, ou seja, quando antigas rixas serão reatualizadas, sem contar nas práticas de tortura dissimuladas, interrogatórios, espancamentos, violência psicológica etc.

A instrução militar é o espelho da formação das Forças Armadas, uma tentativa de imitação que corrói a nova tendência de modificar radicalmente os postulados de uma polícia autoritária e violenta. Os ritos nas matas, por exemplo, tendem a minar com a formação de um policial cidadão disposto a usar menor quantidade de força contra a sociedade que o circunda:

A identidade, na experiência da JIM, é inculcada na alma e no corpo. A percepção da própria identidade se dá no meio à violência sobre seus corpos e a ultrapassagem dos limites [...]. O problema é que para esta identidade da selva emergir ela deve se opor a outra identidade, aquela que o novo currículo tenta, em vão, sustentar entre as grades de disciplinas diversas e os traços idealizados do novo perfil policial (Linhares de Albuquerque; Machado, 2001, p. 219).

Os autores formalizam o argumento, através de relatos de jovens participantes da Jornada de Instrução Militar, que o currículo cidadão aplicado nas aulas dentro da instituição não é suficientemente capaz de remodelar a formação dos futuros militares. Os processos, ou rituais, fomentam uma mentalidade e práticas hostis que serão deflagradas, consequentemente, sobre a população. Portanto, as aulas teóricas movimentadas por valores da cidadania e defesa

dos direitos estariam no plano do imaginário ou irreal. Já os saberes oriundos da Jornada de Instrução Militar seriam aqueles que mais se adequariam ao concreto da vida policial em interação com a comunidade.

Basicamente, esses estudos tendem a mostrar que o campo de vivência dos(as) policiais militares, sejam eles(as) praças ou oficiais, não é tão harmonioso como tenta demonstrar o *Plano Estratégico 2017-2025* e outros documentos afins. Há, sim, distanciamentos que acarretam implicações visíveis. Da hierarquia e disciplina, efeitos colaterais contundentes são transportados à sociedade, que passa a ser interpretada como o Outro, o polo negativo a ser disciplinado, normalizado, regulado por valores civilizatórios.

Designamos dessa forma porque essas instituições formalizam um corpo de indivíduos dentro de um “espírito militar”, fazendo com que sejam distintos do mundo civil. Dissemos anteriormente que a formação dos policiais militares, podendo ser maximizada para as polícias militares de todo o país, estima seguir o padrão estabelecido nas Forças Armadas. Celso Castro (1990, p. 38), estudioso que abriu as pesquisas nesse tipo de temática no Brasil, ao analisar a Academia Militar das Agulhas Negras, reiterou esse apartamento de mundos: “A comparação entre ‘*aqui dentro*’ e ‘*lá fora*’ é recorrente no discurso dos cadetes e serve de fonte para o estabelecimento de distinções entre militares e civis”. Toda essa jornada distintiva forja-se nas teias do cotidiano, fazendo-se presente nas técnicas de estudos, no comportamento, na apresentação individual, disciplina e outras minuciosas zonas de socialização.

Tem-se, assim, uma patente separação que a ordem do tempo parece manter. É muito mais saboroso gozar das imbricadas angústias de ser um militar e, por outro lado, usufruir de suas recompensas simbólicas do que aderir às novas tendências que buscam aproximar homens e mulheres de farda ao nível da igualdade com o corpo social civil. Simplificando, a estrutura institucional policial ainda prefere resguardar a sua distinção com o mundo externo, mesmo que isso implique o distanciamento dos valores democráticos.

#### 1.1.1 Ideologia da instituição policial: cotidiano do poder ritualístico

As separações entre praças e oficiais, grosso modo, começam pelas insígnias bordadas em seus uniformes localizadas nos ombros. Sem dúvida, são símbolos de poder. Porém, não param por aí. O cotidiano do trabalho policial, tanto no interior da corporação quanto nas ruas, revela o que vamos chamar de *circunstâncias de poder*. O rigor das continências, o respeito irrevogável ao superior, a geografia das disposições dos corpos e a linha de frente no combate ao crime são algumas das mais explícitas diferenças entre a alta oficialidade e praças.

A disposição de seu corpo vivo, as pessoas, dá-se de maneira verticalizada. Um aparelhamento hierárquico que mantém vínculos com um passado remoto. Na verdade, continua sendo essa a característica mais estimada, blindada e estimulada pela grande parcela da corporação. Praticamente todos os documentos oficiais da polícia baiana, que forneçam algum tipo de providência no que tange à organização, exaltam o mandamento de obediência aos postulados de divisão. Não é difícil encontrar essas orientações. No *Plano Estratégico 2017-2025*, hierarquia e disciplina são valores imaculáveis e de esmero extremo. Assim são, sequencialmente, definidos: “Hierarquia: ordenação da autoridade em diferentes níveis dentro da estrutura da Corporação por postos e graduações” e “Disciplina: rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas, disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos policiais militares” (*Plano Estratégico 2017-2025*, 2015, p. 50).

O que estamos considerando como *circunstâncias de poder* são, exatamente, as ocasiões de estabilidade e aclave das relações de poder entre praças e oficiais quando as performáticas se encaixam dentro dos moldes normativos e tudo parece ocorrer da devida maneira. Por outro lado, essas *circunstâncias de poder* também são condizentes aos instantes de desestabilidade e declive dessas mesmas interações. Em outras palavras, quando há rupturas das regras pré-estabelecidas entre esses agentes históricos, essas obliterações dos planos instituídos podem ser abertas, mas também dissimuladas, prosaicas. Para entendê-las, é mais do que necessário considerar que toda a estrutura institucional pode, por diversas vezes, entrar em saturação, e isso ocorre pelo estado de tensão das coisas. Para o momento, cabe-nos indicar, por meio do cotidiano, a estabilidade e aclave do poder<sup>20</sup>.

**Imagem 4:** Oficiais de alta patente prestando continência à bandeira do Brasil em cerimonial e na presença do governador do Estado.



**Fonte 6:** Plano Estratégico 2017-2025 (2017, p. 30).

<sup>20</sup> As análises seguintes, sobre as hierarquias no exercício das funções policiais, foram enriquecidas através de conversas informais com policiais militares da ativa tanto da capital da Bahia, Salvador, quanto de Cruz das Almas. Agradeço pela oportunidade e confiança nas trocas de ideias e informações consideráveis que permitiram construir uma visão mais profunda dessas relações de poder.

Passado e presente se mesclam nessa imagem, mesmo quando seja o ato momentâneo o que está em foco. O que se vê, no campo da objetividade, são policiais de nível hierárquico alto, voltados e em sinal de deferência à bandeira nacional, símbolo de irrestrita importância aos militares. Do outro lado, o chefe do governo estadual em posição de respeito, porém sem o recurso da continência. Uma distinção aparente entre civis e militares é eminente na foto. Entretanto, o não dito, o que está nas entrelinhas é o que nos chama a atenção. São temporalidades em sincronia, apego às tradições disciplinares e hierárquicas que se mantêm. Isso porque, como bem alinhavou Didi-Huberman (2012, p. 216), o dado fotográfico

é uma impressão, um rastro, um traço visual do tempo que quis tocar, mas também de outros tempos suplementares – fatalmente anacrônicos, heterogêneos entre eles – que não pode, como arte da memória, não pode aglutinar. É cinza mesclada de vários braseiros, mais ou menos ardentes.

As continências são sinais militares que sugestionam saudação e respeito. Na vivência da corporação, seja no horário do dia ou da noite, o movimento do braço direito com a mão aberta e os dedos juntos em direção à testa são indicadores da presença de determinada autoridade naquele espaço. Dentro dos recintos da Polícia, esse mecanismo de deferência opera pela interiorização. Os ritos das continências são tão frequentes e comuns que revelam certo grau de automatização. Mesmo assim, elas insinuam formas preciosas de relações de poder. A continência é prestada para aqueles(as) com maior nível hierárquico e também segue critério de antiguidade. Por exemplo, em um recinto com dois coronéis, será o tempo de matrícula na polícia a condição determinante entre quem deve iniciar o ritual indicado.

Esse tipo de procedimento ritualístico é previsto em documentos normativos. Porém, mais uma vez, emerge o reflexo do Exército nesse ato. A norma que institui e cria regras para o uso das continências denomina-se *Regulamento de Continências, Signaes de Respeito e Honras Militares – R. Cont.* Em sua segunda edição, datada de 10 de dezembro de 1919, estava estipulado o seguinte sobre esse tipo de apresentação: “2. A continência de um militar a outro é essencialmente impessoal, e por isso é uma absoluta obrigação mutua, a cumprir em qualquer situação. Ella visa o uniforme ou a insígnia, não a pessoa do seu portador, e por isso nenhum militar tem o direito de dispensal-a” (DECRETO N. 13.753, 1919). Ressalta-se que esse gestual será praticado não apenas na interação entre agentes militares, mas em cerimônias e entre autoridades diversas, a saber: com o tocar do Hino Nacional; no hasteamento da bandeira; na presença do Presidente da República e Vice-Presidente da República; Governadores dos Estados; Ministros de Estado, Presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal; Ministros do Superior Tribunal e mais (DECRETO N. 2.243, 1997).

Outra *circunstância de poder*, exercida quase que invisivelmente ao mundo civil, é frequente entre policiais. A geografia dos corpos é componente peculiar às divisões entre praças e oficiais. Pode-se tomar uma situação específica como modelo, tendo em vista sua corriqueira deflagração no habitual fazer policial. Dentro de uma viatura, a função de dirigir é atribuída ao soldado. O mais comum é que seja um soldado, a não ser em casos específicos em que cabos ou sargentos precisem realizar a atividade. Ao lado, no banco do carona, está posicionado aquele que tem o grau hierárquico maior. O oficial, caso esteja sem o colete, pode ser alocado para o banco de trás e outro policial assume sua posição. Essa estratégia serve para dar maior proteção ao oficial em eventuais confrontos. Tal cartografia dos corpos no interior do carro diz muito, mesmo quando não parece. Sua aplicação está prevista em legislação, sendo mais um ingrediente que estrutura e formaliza as hierarquias na instituição.

Poderíamos, com muita tranquilidade, remeter essas nuances ritualísticas que fazem parte de toda estruturação policial aos postulados discutidos por Norbert Elias (2001, p. 100) em *A sociedade de corte*. Ora, a teoria do poder reluzente em sua obra nos leva a reconhecer dinâmicas complexas de dominação que se traduzem na cotidianidade da vida da corte. Em seu aprofundado estudo, o sociólogo alemão destacou, a partir dos rituais de etiqueta e comportamento, toda a atmosfera de poder que envolvia aquele estrato social no século XVIII. Mesmo com a sua inevitável descentralização, a cultura de salão permanecia em outros espaços e englobava, além dos nobres, os financistas, por exemplo. Para mais, a disposição dos espaços físicos da corte revelava como estava fundamentada a soberania do rei: “A disposição do quarto de dormir do rei – que não era só de dormir – tem estreita relação com esse estado de coisas [...]. Nele torna-se visível, imediatamente, o quanto as funções do soberano como senhor da casa e como rei estavam fundidas uma na outra”.

A organização meticulosa do ritual de “levar” do rei, destacado por Elias (2001, p. 102), oferece elementos significativos da divisão/estruturação calculada do poder na corte. Por outro lado, essas relações não eram sempre empreendidas de maneira consciente, pois “não se trata de uma organização racional no sentido moderno, apesar da exatidão com que cada movimento é estabelecido previamente, e sim um tipo de organização em que cada atitude revela um sinal de prestígio, simbolizando a divisão de poder da época”. Tudo isso vai fazer brotar o chamado “fetiche de prestígio”, ou seja, as relações com as etiquetas estavam em disputas ou eram cobiçadas pelos membros da corte. Esse controle, claramente, emanava do rei. Os ritos de etiqueta demarcavam poder e status.

Uma das passagens mais estimulantes das reflexões do sociólogo alemão é quando destaca a incapacidade individual de alterar as condições de poder estabelecidas na sociedade de corte. Como disse Elias (2001, p. 104), a manutenção das cerimônias de etiqueta garantia aos privilegiados dessa sociedade a sua permanência no poder. Pouca chance havia de qualquer indivíduo desestruturar essa lógica. Fala-se de um arcabouço de dominação presente e legítimo entre os sujeitos da época. “Violar ou abolir tais condições de poder era uma espécie de tabu na camada dominante dessa sociedade”. A etiqueta fora um belíssimo instrumento de poder do rei. Quando esse desejava destituir alguém, bastava alimentar as disputas entre os concorrentes alterando prestígios entre os indivíduos. A estrutura de poder traduzida pelas ações de etiquetas nas cortes fazia-se constantemente manipulável pelo rei.

De nossa parte, comunicar-se, sentar-se com ou acompanhar um oficial também requer disciplina e indica formalidades. Para que um praça se sente ao lado de uma patente alta, é preciso autorização. No caso de andar juntos, há de se ater às posições dos corpos. Por exemplo, o mais antigo se posiciona geograficamente à direita do oficial, enquanto o de menor patente se situa à esquerda. Portanto, o oficialato está sempre no centro. O exercício de antropologia política que acabamos de suscitar informa as *circunstâncias de poder*, de como funcionam na cotidianidade policial, aparentemente insignificantes aos olhos desatentos, mas imprescindíveis àqueles (as) que vivenciam o fazer policial e que desejam a manutenção do seu domínio sobre os outros.

Tudo isso que estamos mostrando é parte integrante e une passado e presente na instituição policial. Se a violência está intimamente integrada na Polícia, entre os seus membros, como pensar a relação polícia e sociedade? De que modo as intenções democráticas são levantadas? Quais os obstáculos que precisamos resolver para termos uma polícia pautada pela defesa da democracia e dos Direitos Humanos? A próxima seção trata um pouco sobre essas proposições e encerra o panorama sobre a Polícia Militar do Estado da Bahia.

### 1.1.2 Polícia e sociedade

Retomando as ideias do efetivo policial nas ruas, parece ser endossado o argumento de que o quantitativo desses servidores é incompatível com a sensação de estarmos constantemente sob vigia policial. De onde emana essa sensação? As contribuições de Michel Foucault (2014) são valiosas. As sociedades modernas, principalmente a partir do século XVIII, desenvolveram formas, procedimentos, técnicas de controle que operavam sobre os corpos dos indivíduos e que são, em muitos casos, inverificáveis. A maravilhosa engenharia panóptica, proposta por Bentham, possibilitou a extensão do poder de observação e controle, mecanismo esse que foi ganhando tons generalizantes e infiltrando-se nas mais diversas instituições sociais. Toda essa arquitetura proporcionou um tipo específico de policiamento, de sociedade disciplinada e policiada, que abstraía a própria ideia de visibilidade.

Acreditamos que as sociedades contemporâneas ocidentais herdaram essa estruturação de poder e controle. O espectro panóptico penetrou na vida cotidiana das pessoas e surtiu efeitos nos movimentos, nas condutas e ações dirigidas diariamente. O mais interessante desse processo é revelado no policiamento de si mesmo. Basta que saíamos de casa para começarmos a confabular se estamos sendo observados por câmeras dispostas por todos os lados, mas que mal conseguimos identificá-las. Em síntese, o panóptico “ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens: um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça” (Foucault, 2014, p. 198).

O objetivo de fazer-se presente em todos os lugares está na meta da polícia baiana. Para que isso aconteça, foi construído o *Plano estratégico 2017-2025*. Embora identificada sua limitação em termos de onipresença, novos métodos foram desenvolvidos para que outra qualidade fosse agregada aos seus ideais: a onisciência. Como destaca o documento: “Por meio dele [o Plano Estratégico], aumentamos a probabilidade de sucesso e a certeza de que, no futuro, a Organização esteja no local certo, na hora certa e com os recursos que precisa para ofertar um serviço de excelente qualidade à população” (Plano Estratégico 2017-2025, 2017, p. 12). A vontade de tudo ver e em tudo estar é, de certa forma, projeto almejado pela instituição policial. Imbuídos do dever de salvaguardar a ordem e defender o bem-estar social, são necessários mecanismos que propaguem e sirvam de extensão do seu poder vigilante.

Acreditamos que a construção do *Centro de Operações e Inteligência de Segurança Pública 2 de Julho*, o maior centro de observação e operações policiais da América do Sul, criado em 2016, seja um desses mecanismos. Uma superestrutura que integra as forças policiais militar, civil e técnica, corpo de bombeiros e as guardas municipais. Tal mecanismo busca combater os avanços da violência e da criminalidade em toda a Bahia:

O local conta com sala de monitoramento, onde uma tela de 14 metros de largura receberá imagens em tempo real das mais de mil câmeras integradas ao sistema, incluindo as da CCR, empresa operadora do metrô de Salvador e da Concessionária Via Bahia, que administra a BR-324 e BR-116, além das imagens captadas pelo imageador acoplado ao helicóptero da PM. A partir do Centro de Operações 2 de julho, as forças de segurança poderão monitorar a capital, a região metropolitana e o interior (Martins, *site*, 2016).

Importa dizer que toda essa virtualização das relações interpessoais, que passa a ser deflagrada com a utilização dessas tipologias de tecnologias de controle – sejam elas eletrônicas ou informatizadas –, tende a pulverizar sentidos humanísticos orgânicos. Tal modalidade

prática sugestiona um alargamento da distância entre os que estão de um lado e os que estão do outro. É nesse quesito que um sujeito em uma atitude social vista como criminosa pode ser concebido enquanto peça a ser eliminada do jogo social, condicionando práticas de violência indiscriminadas.

Todo esse desdobramento da atuação policial na tessitura da sociedade baiana – mas aqui também poderia ser aplicado em outras realidades temporalmente compatíveis – visa alcançar, dentre vários outros objetivos, a demonstração da sua importância e necessidade para a manutenção da ordem. No Brasil, o empenho em fortalecer o papel das Polícias Militares deu-se com destaque a partir da Constituição de 1988, sendo essa caracterizada como a mais democrática da história nacional. Terminologias que remetem a um tipo de sociedade que valoriza a cidadania e, acima de tudo, os direitos humanos, aviltaram em praticamente todas as instituições e se tornaram parte do instrumental legítimo de funcionalidade delas. Em resumo, praticamente todas as democracias contemporâneas causaram, ao seu modo, mudanças no desenho de estruturação e formato das polícias (SKOLNICK; BAYLEY, 2006).

No caso da polícia baiana, conforme seus documentos apontam, tentativas de maior aproximação com a sociedade são identificadas. Isso se deu por meio de órgãos que visavam à ampliação de sua responsabilidade social e aproximação aos valores dos Direitos Humanos. O Departamento de Policiamento Comunitário e Direitos Humanos é um exemplo desse processo, que tem como finalidade medir ou mensurar as ações correspondentes à responsabilidade social. Outro órgão também tem a função de melhorar a imagem da Polícia Militar da Bahia com a população: o Departamento de Comunicação Social. Basicamente, o objetivo desse aparato é o de apreender a percepção da sociedade acerca da imagem institucional (Plano Estratégico, 2017-2025, 2017).

Tais instrumentos sinalizam para a percepção de que a instituição policial passou a se preocupar mais com a sua imagem. Além disso, as dezenas de páginas oficiais em redes sociais, que indicam abertura no jeito de se comunicar com a população, proporcionaram maior aproximação entre Polícia e sociedade. Apesar da manutenção de práticas tradicionais, como veremos mais abaixo, a Polícia Militar da Bahia saiu do casulo e se expôs às avaliações do público, nem sempre prazerosas aos olhares institucionais, mas que já fazem parte do seu cotidiano.

Considerando o envolvimento mais próximo com a população, não significa afirmar que práticas autoritárias e abusivas foram deixadas de lado. Para abordarmos essa questão, torna-se necessário entender as tensões no âmbito da democracia e de que maneira as brechas deixadas na elaboração da Constituição cidadã contribuíram para isso.

Faz-se fundamental pontuar algumas críticas sobre o real sentido democrático instado na Constituição de 1988 por parte de pesquisadores. A ideia de uma “democracia consolidada” é o ponto de tensão que permeia grande parte do livro de Jorge Zaverucha (2005, p. 18). Irredutível em aceitar as afirmações de que o Brasil vive, desde a década de 1980, uma democracia firmemente consolidada, o autor explora argumentos que permitem duvidar dessa aparente visão comum que políticos e intelectuais empregaram. Tratando do que ele denomina de democracia formal (burguesa) e democracia substantiva, enxerga disparidades democráticas entre os âmbitos políticos e socioeconômicos: “O que continua em jogo é a disputa entre a igualdade política versus a desigualdade socioeconômica”. A sua argumentação atinge frentes que pouco são caracterizadas enquanto postuladoras democráticas: as questões sociais e econômicas.

O vício informado por Zaverucha (2005, p. 24), de tomar a democracia brasileira como consolidada, pode ser consequência da penetração das ideias do economista Joseph Schumpeter, as quais restringiriam a democracia aos aspectos políticos, eleitorais. Limitada,

uma democracia efetiva seria capaz de colocar em funcionamento, basicamente, as eleições. Tal noção evita alçar a democracia a pontos de implicação social, cultural, econômico etc.: “Insisto: democracia não é redutível à competição eleitoral”.

A constituição democrática, assim comumente conhecida, manteve o seu teor militarista e com graus autoritários, mesmo quando os termos “direito” e “cidadania” aparecem com demasia em seu interior. Isso deveu-se pela forte presença de militares articuladores presentes nos debates para a redação da carta magna. O resultado foi a manutenção das polícias militares enquanto submetidas ao poder do Exército e não às forças civis (ZAVERRUCHA, 2005). Não apenas isso. O Art. 142 da Constituição de 1988 deu plenos poderes às Forças Armadas para a garantia do funcionamento do Estado brasileiro, no que tange aos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), assim como na manutenção da lei e da ordem.

Em linha reflexiva muito parecida, Luiz Eduardo Soares (2015, p. 30) acredita que pensar uma sociedade democrática é incorporar ao debate a própria força pública instituída para manutenção da ordem social: a Polícia. Embora entendendo a Carta de 1988 como importante dispositivo para o avanço da democracia, ele conduz suas discussões a temas que merecem ser mais observados:

Apesar de muitas mudanças importantes terem ocorrido no Brasil desde a promulgação da mais democrática Constituição de nossa história, em 1988, a arquitetura das instituições da segurança pública, na qual se inscreve o modelo policial, não foi alcançada e transformada pelo processo de transição, ainda que suas práticas tenham sofrido inflexões, adaptando-se superficialmente e insuficientemente às alterações legais.

Todo o argumento gira em torno do reflexo do Exército sobre as polícias militares. Essa permanente associação tem fomentado grilhões para que as polícias estaduais, realmente, mudem os seus programas ideológicos. Para Soares (2015), essa insistência fermenta, cada vez mais, antigas práticas de violência e atendimento cego aos imperativos normativos.

Apesar do que acabamos de suscitar, no Brasil, respeitar os Direitos Humanos se tornou política de Estado. Segundo Rivail Carvalho Rolim, os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva foram sintomáticos nesse sentido. Fernando Henrique Cardoso implantou o primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos, em 1996, e o segundo em 2002. Com relação ao último, as propostas de inclusão de conteúdos sobre Direitos Humanos na formação de policiais eram claras. O terceiro plano, em consonância com os anteriores, foi instituído em 2009, já no mandato do presidente Lula, e “[...] apontava para a necessidade de reforma do modelo de polícia, com ênfase na erradicação da tortura, na redução da letalidade policial e de combate às execuções extrajudiciais realizadas por agentes do Estado, assegurando a investigação dessas violências” (2020, p. 16-17).

As democracias contemporâneas provocaram nos modelos institucionais tradicionalistas, a exemplo das polícias, forçosas transformações exógenas. Isso pode ser detectado em um dos principais serviços que vem sendo assumido por praticamente todas as corporações militares brasileiras: o policiamento comunitário. A Polícia (instituição) e seus organismos tenderam a construir praticamente todo o seu referencial de atividade tendo em vista as interações com o público, a população. Tomando o caso da instituição militar da Bahia, esse escopo se verifica em diversos documentos oficiais. Um deles é a própria legislação estadual de 2014, em seu Art. 3º:

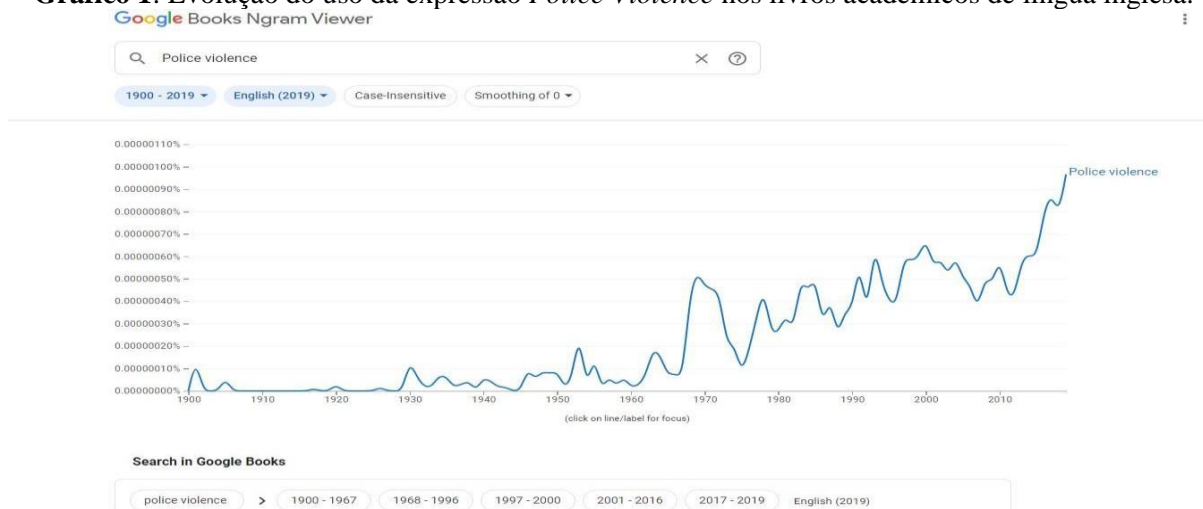
A Polícia Militar promoverá os meios necessários para difundir a importância do seu papel institucional, de forma a viabilizar o indispensável nível de

confiabilidade da população, inclusive através do estabelecimento de canais de comunicação permanentes com a sociedade civil organizada (BAHIA, 2014, p. 3).

Elevar a credibilidade policial é o fim. Tal empreendimento evidencia exatamente a lógica argumentativa que começamos a traçar nesse início de texto. Podemos dizer, muito tranquilamente, que o fracasso nas interações entre policiais e populares insiste em iluminar as matérias jornalísticas tanto do tempo presente como assim o fora no passado. O final do século XX e começo do XXI viram proliferar informações escandalosas da prática policial através da internet. Se muitas das contravenções promovidas por policiais em seus cotidianos puderam, pela força de um corporativismo entre os pares, estar inacessíveis aos olhares do público em outros tempos, está claro que hoje é mais difícil ocultar medidas criminosas por membros da própria instituição. Um celular com acesso à rede mundial e uma câmera não muito sofisticada são suficientes para que os rompantes estilos de violência policial se tornem públicos. Basta digitar nas plataformas digitais por termos semelhantes a “violência policial”, “abuso de poder” ou “corrupção policial”, por exemplo, e teremos uma imensidão de registros.

No campo da produção acadêmica esse fenômeno também surtiu seu devido efeito. Tomemos como exemplo a expressão “violência policial”. O gráfico abaixo mostra a guinada em sua utilização no avançar dos anos. Pode-se observar que o tema da violência social estabelecida por policiais tem a devida absorção e impacto nas produções científicas e literárias. A partir do *Google Books Ngram Viewer*, utilizamos o filtro cronológico que abarca por inteiro o século XX até o ano de 2019 e restringimos a pesquisa aos livros de língua inglesa para perceber que essa expressão tem aparecido com maior frequência nos espaços acadêmicos.

**Gráfico 1:** Evolução do uso da expressão *Police Violence* nos livros acadêmicos de língua inglesa.



**Fonte 3:** *Google Books Ngram Viewer*, 9 set. 2020.

A elevação no interesse em estudar as funções da polícia tem a sua primeira demonstração, conforme o gráfico, na década de 1930, quando passa-se a questionar formas tradicionais no uso da violência não mais aceitáveis socialmente nos EUA. Utilização de violência real para obter confissões de prisioneiros, corrupção e desmandos variados integram o grupo de atividades criticadas pelo público. Ainda, um aumento exponencial se verifica durante as décadas de 1960 e 1970. Acreditamos que um dos fatores propulsores tenha sido o

avanço dos modelos profissionais de polícia que parecem dar o incremento que faltava e a despertar o olhar acadêmico sobre essa instituição. No âmbito externo, tem-se um mundo conturbado que afluíu para o espalhamento de mais estudos. A década de 1960 viu florescer conflitos que dividiram o mundo entre duas grandes potências, lutas por direitos, a Guerra do Vietnã, tensões raciais e muito mais (Goldstein, 2003).

No que tange à violência policial, William Westley (2019), ao realizar estudo de caso em um departamento de polícia municipal dos EUA, explicou que o uso ilegal da violência se associa à experiência policial enquanto um grupo ocupacional. Nesse mote interpretativo, a polícia aceitaria e justificaria moralmente o recurso à violência. Para ele, a definição de ocupação produziria em seus membros posições sociais de prestígio. Por isso que a ocupação de um homem ou grupo contribuiria em sua conduta e na produção de sua identidade social. No estudo em questão, o autor tomou dois tipos de experiência que se abriam para o manejo ilegal da violência: a apreensão de criminosos e o controle de condutas sexuais.

Na realidade brasileira, a violência policial tem sido estudada por diversas áreas. Dentre os muitos exemplos, selecionamos abordar a perspectiva de Marcos Rolim (2023) sobre o conceito de polícia. Para ele, o problema está diretamente ligado à definição assumida pela instituição e pela lei que se refere ao direito do emprego da força. A autorização legal bastaria para que a violência policial fosse assumida por seus agentes: “A definição de polícia a partir da prerrogativa do uso da força tende a ser compreendida por policiais de mentalidade ‘guerreira’ como uma confirmação dos valores que maximizam as abordagens violentas” (p. 254). O debate gira em torno da ideia de que as polícias, em sociedades democráticas, devem proteger as pessoas e assegurar, dentro do possível, o exercício de seus direitos. A proposta do autor, então, é a redefinição do trabalho policial, que passaria a ser conjugado em termos de vocação para a proteção, “algo que sua identificação com a noção de força termina obscurecendo” (Rolim, 2023, p. 255).

Seja como for, o argumento comum entre a comunidade acadêmica é o de que a violência policial continua a ser um dos principais elementos a macular a democracia recente. E como se insere a polícia baiana nesse enredo? O *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2023* (relativo ao ano de 2022), ao apresentar os dados de letalidade policial no país, apontou a polícia da Bahia como a segunda mais letal, atrás apenas da polícia do Amapá/AP: “Algumas polícias são muito mais violentas que outras. Amapá, Bahia, Goiás, Rio de Janeiro e Sergipe seguem sendo as polícias que mais fazem uso abusivo da força no país” (17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 64).

Se retornarmos ao começo deste capítulo, no tocante ao Art. 2º da Lei nº 13.201/2004, em que são listados os princípios da instituição policial na Bahia, passamos a entender os motivos dos incisos XI e XII estarem localizados no fim da lista. Respectivamente, o respeito aos Direitos Humanos e a proteção e promoção à dignidade da pessoa humana ainda parecem não gozar da mesma credibilidade que os princípios considerados ponta de lança da polícia: a hierarquia e disciplina militares. Talvez, essa seja a mudança a ser buscada para que a polícia baiana, de fato, aproxime-se dos valores democráticos no tempo presente.

Baseados nas fontes utilizadas, nos dados arrolados e no manejo da bibliografia especializada para esta discussão, podemos cotejar algumas conclusões sobre o relacionamento da Polícia Militar da Bahia e a democracia. A primeira conclusão assinala que, sem dúvida alguma, os documentos atuais da Polícia Militar da Bahia tendem a obedecer às ordens do tempo. Indicadores disso estão nas tentativas de ampliação de uma perspectiva de ação policial que se volte para a defesa e respeito aos Direitos Humanos e na reconfiguração quando do contato com o público através de uma polícia mais comunitária, como consta na seguinte passagem: “Art. 30: O Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos tem por

finalidade desenvolver e divulgar as políticas de policiamento comunitário e de direitos humanos da PMBA” (LEI Nº 13.201/2014, 2014, p. 9).

A segunda conclusão corrói a primeira quando olhamos para a prática. A insistente presença de valores guerreiros na formação do(a) policial, o espectro assombroso das Forças Armadas e as rachaduras mantidas com o advento da Constituição cidadã de 1988 são fatores que coligem para a manutenção de modelos tradicionais de atuação policial, no nosso caso estudado, da polícia baiana. Esse amálgama facilita e torna permissivo o uso da violência como instrumento de estabelecimento da ordem.

Por fim, a terceira conclusão se volta para o interior da instituição Polícia Militar da Bahia. Conforme abalizamos em alguns de seus documentos, a corporação tenta entregar à sociedade a visão de uma Polícia igualitária, democrática no campo da tomada de decisões, como se todos e todas, independentemente da hierarquia, tivessem voz. Essas ideias são explícitas: “Foram convocadas equipes de policiais militares das mais diversas Unidades da PMBA para participarem das oficinas de planejamento estratégico [...] e oportunizada a todo colaborador, sem distinção de nível hierárquico, sua contribuição [...]” (Plano Estratégico 2017-2025, 2017, p. 33). Embora insinue colocar a corporação por inteira como comprometida com os rumos futuros da polícia baiana, a página seguinte informava o seguinte:

Após as palestras, os coronéis, distribuídos em grupos de trabalho e apoiados pela equipe de oficiais da Deplan<sup>21</sup>, discutiram as diretrizes estratégicas (visão, missão e valores) e o mapa estratégico com base nas informações que cada um deles compilou, previamente, em suas respectivas unidades, definindo os novos rumos da polícia Militar da Bahia” (Plano Estratégico 2017-2025, 2017, p. 34).

As divergências também se dão, como vimos, nos campos da cor, dos salários e entre o oficialato. Em síntese, o que temos é uma instituição que recua no tempo para manter antigas engrenagens funcionando no presente e que, por outro lado, galga assimilar as imperativas demandas de uma sociedade que credita à democracia modelo político eficaz.

## 1.2 Os boletins de ocorrência:

A cidade de Cruz das Almas possui a 27ª Companhia Independente da Polícia Militar – CIPM e a Delegacia Circunscricional. A 27ª CIPM é a responsável pelo policiamento da microrregião denominada Recôncavo baiano, cobrindo 12 municípios. São eles: Sapeaçu, Conceição do Almeida, São Felipe, Castro Alves, Santa Terezinha, Governador Mangabeira, Muritiba, São Félix, Cacheira, Maragogipe, Cabaceiras do Paraguaçu e Cruz das Almas. A Companhia foi o resultado de uma reconfiguração em sua estrutura. O Decreto nº 7.302, de 06 de maio de 1998, dispôs da transformação da 5ª Companhia Independente de Polícia Militar em 27ª CIPM:

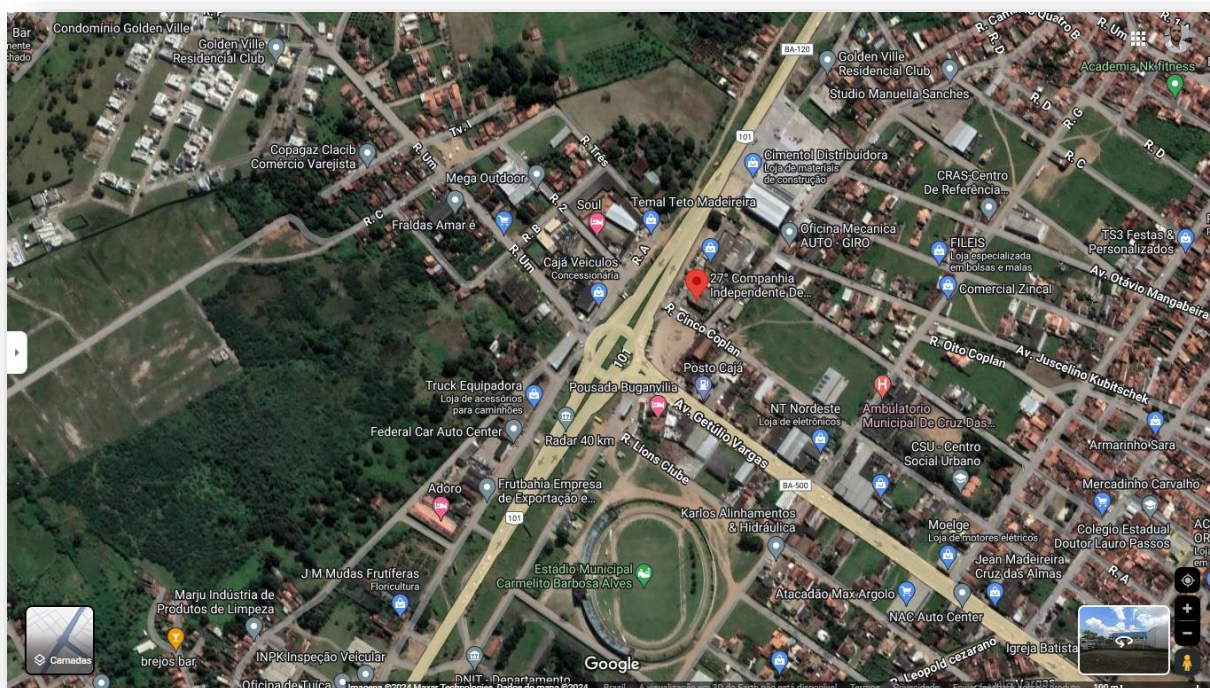
Art. 1º Fica transformada, na Polícia Militar, a 5ª Companhia do 14º Batalhão de Polícia Militar – 5ª/14º BPM em 27ª Companhia Independente de Polícia Militar – 27ª CIPM, com sede no município de Cruz das Almas-BA, com autonomia administrativa e operacional, desmembrando-se de sua Unidade de origem.

<sup>21</sup> Departamento de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 2º A Subunidade Independente, ora transformada, executará a atividade-fim de Polícia Militar afeta à sua antecessora, 5ª14ºBPM, mantendo-se a responsabilidade territorial anteriormente atribuída a ela (DECRETO Nº 7.302, de 06 de maio de 1998.).

Atualmente, o prédio está localizado em ponto estratégico da cidade, possuindo acesso direto à BR 101, às localidades vizinhas e áreas rurais de Cruz das Almas. Ou seja, situa-se na entrada da cidade. Em 2020, a unidade possuía, aproximadamente, 260 policiais militares, ordenados por seis pelotões operacionais, doze postos de policiamento destacados e serviços administrativos.

**Imagem 5:** Indicação por satélite da localização da CIPM – Cruz das Almas.



**Fonte 7:** Google Maps, 8 fev. 2024.

Já a Delegacia de Polícia Civil da cidade, que em tempos passados funcionou em outras ruas, hoje está localizada na Avenida Getúlio Vargas, tendo acesso direto à rodoviária e à entrada e saída do município. É dentro da delegacia, do encontro de espadeiros, espadeiras, policiais militares e polícia civil que resultaram as fontes utilizadas para a reflexão seguinte. Acreditamos que, mesmo diante da complexidade dessa tipologia documental, os registros policiais são vestígios históricos propícios para o entendimento de como a polícia e o público elaboram e dão significados aos acontecimentos sociais.

Portanto, nesta última seção buscaremos refletir sobre os boletins de ocorrência quando elevados à condição de fontes históricas. Necessariamente, essa documentação se afigura em duas instâncias para o nosso trabalho: primeiramente, enquanto produto da ação policial em seu dia a dia e, segundo, como fonte histórica para o(a) historiador(a). No primeiro caso, esse tipo de registro oficial tende a dar sentido a acontecimentos dos mais diversos nas relações sociais.

É imprescindível para elevar fatos corriqueiros a outro patamar. As causas que levam pessoas às delegacias para se queixarem de outras serão, inicialmente, registradas por meio desse tipo de oficialização:

Os boletins de ocorrência são elaborados a partir dos dados apresentados ao policial [...], transcrevendo da forma mais objetiva possível as informações que recebe. A pessoa que fornece as informações pode ser vítima de algum delito, o policial (civil ou militar) que fez o primeiro atendimento à situação ou uma testemunha (HAGEN, 2008, p. 2-3).

Acácia Hagen e Aida Griza (2009) argumentaram que esses registros resultam de demandas variadas e que, na maioria das vezes, não representam ações consideradas delituosas. As rixas coloquiais entre vizinhos(as) ou desavenças das mais diversificadas podem favorecer na elaboração do boletim de ocorrência. Na prática, são versões de alguém para obtenção do estatuto de oficialidade de suas demandas. Deste modo, e assim como qualquer outro documento que venha a se constituir como fonte histórica ou não, os interesses estão impregnados e ajudam a coordenar a sua fabricação.

De nosso lado, temos alguns casos similares que endossam essa percepção. Foi o que aconteceu com Manoel RJ, eletricitista, na cidade de Cruz das Almas. Em 2009, quando dirigia o “veículo de marca Fiat/Uno Mille Fire Flex, ano 2006”, acabou sendo surpreendido na Praça João XXIII, onde “estavam tocando fogos de artifício (espada) quando danificou o veículo no para-brisa do lado esquerdo” (B.O.1282009000971, 2009). A interpretação plausível para essa situação (in)esperada é a de que o trabalhador tenha ido à delegacia fazer uma notificação formal para que não arcassem com possíveis prejuízos ocasionados ao patrimônio, caso este fosse de determinada empresa de energia ou até mesmo na ocasião de acionar o seguro. Episódio muito parecido aconteceu em 2010. Maria RPCM, administradora, moradora do bairro Imbuí, Salvador, estava a serviço de uma empresa de bebidas, na cidade de Cruz das Almas, quando também notou o impacto de uma espada no carro em que dirigia. Assim relatado no boletim:

Alega a comunicante que na data, hora e local acima citados, quando transitava com seu veículo, Logan, ano 2008, de propriedade da locadora Unidas, a serviço da Schin Cariol [*sic*], uma “espada” tipo de fogos tocada nesta cidade, atingiu o veículo na porta do motorista abaixo do retrovisor (B.O. 1282010001284, 2010).

Uma última situação também é exemplar nesse sentido. No dia 24 de junho de 2009, em pleno Parque Sumaúma, espaço planejado pelos gestores municipais para as festas do “Arraiá” na cidade de Cruz das Almas, ocorreu fato delituoso propiciado pelo manejo de uma espada. O sujeito que tocou a espada, José AMF, funcionário municipal, pardo e morador da capital, Salvador, lançou-a não sabe em qual direção e acabou atingindo “o veículo corsa classic, ano 2002/3, cor prata, placa policial [...] causando ‘mossas’ no teto do veículo. É o registro” (B. O. 1282009000882, 2009). Movido pelo objetivo de punir o responsável pelo ato, o policial, igualmente de nome José CR, levou-o à delegacia para prestar as devidas contas com a lei.

Os três exemplos acima nos revelam algo de muito importante. Dos 76 boletins elencados para essa pesquisa, de 2009 a 2017, somente 10 têm vinculações com o patrimônio. Considerando que a Guerra de Espadas é uma tradição de valor social na cidade, na qual centenas ou milhares de pessoas participam, acreditamos que o número de incidentes presentes nos boletins é diminuto. Cabe, então, adicionar uma nova informação quando refletimos sobre

essas fontes. Estamos lidando, nesse caso, com o que Karl Monsma apontou sobre a seleção de produção desses documentos. Esses acontecimentos podem ser tão comuns nos dias de São João que muitas pessoas nem mesmo consideravam valer a pena realizar qualquer denúncia sobre uma telha quebrada, pelo súbito impacto de uma espada, ou marcas de pólvoras nas paredes das casas, ou por ter danificado o registro de água na frente de suas residências<sup>22</sup>. Portanto,

[...] sabemos que as chances de denúncia (ou do Boletim de Ocorrência hoje) são maiores para certos tipos de crimes, vítimas e contextos. Isso significa que existem formas de seletividade não aleatórias que influenciam a natureza do conjunto dos crimes que aparecem nos documentos da polícia e da justiça (2011, p. 28).

Podemos convir que a construção de um boletim dependerá, em maior ou menor grau, do fator cultural de cada sociedade e, é claro, da temporalidade em pauta. Muitos populares 47ruz-almenses, considerando membros das instâncias policiais, foram socializados no interior dessa manifestação tradicional. Por tal, essas pessoas podem desconsiderar a relevância da Guerra de Espadas como um crime<sup>23</sup>. Só por isso, não seria excessivo afirmar que grande parte desses documentos deixaria de ser produzido. Essas peculiaridades foram destacadas nas análises de Teresa Pires do Rio Caldeira (2000). Obviamente que a autora estava investigando a realidade de São Paulo nas décadas finais do século XX, porém a comparação analítica é factível:

A distorção das estatísticas de crime não é só uma questão quantitativa, mas também qualitativa. Tendo em vista que é a polícia que produz estatísticas, sua visão do que seja a população potencialmente criminosa, sua avaliação sobre os diversos crimes e sua maneira de agir em relação aos diferentes tipos de eventos são todos elementos que influenciam os resultados – ou seja, as estatísticas (p. 104).

---

<sup>22</sup> A nossa experiência na pesquisa de campo, dentro de uma delegacia, demonstrou que outros fatores podem borrar a produção de boletins de ocorrência. Um deles está na inabilidade de servidores (delegados(as), policiais e demais) em lidar com casos sensíveis, como na situação da violência contra a mulher. Foi o que ocorreu com uma mulher que tinha adentrado à delegacia afirmando que o seu irmão tinha a agredido. Ao ser interrogada pelo delegado sobre o local de moradia do agressor, a vítima afirmou que ambos residiam na mesma casa. Imediatamente o delegado demonstrou falta de destreza no trato da situação, o que causou desconforto na solicitante e nas pessoas que ali estavam a par do conflito. Em síntese, a vítima deixou a instituição policial sem prestar queixa por meio de um boletim de ocorrência. Porém, cabe indicar que existe um olhar crítico sobre o que acabamos de pontuar com relação à inabilidade policial. Para Acácia Hagen e Aínda Griza (2009), o problema não está na qualidade dos policiais que atendem à população, mas na inexistência, em muitos casos, da presença do Estado disponibilizando serviços como, por exemplo, acesso a psicólogos(as) e assistentes sociais. Um dos intuitos das autoras é o de demonstrar que a polícia, muitas vezes, é acionada para resolver problemas que estão além de sua competência.

<sup>23</sup> Os boletins apresentados até agora são anteriores à criminalização da Guerra de Espadas em Cruz das Almas/BA. Contudo, a lógica argumentativa se mantém. Do momento de sua proibição, em 2011, até o ano de 2017, foram registrados 53 boletins. Teríamos uma média de 7,5 boletins por ano. Tendo em vista que a Guerra de Espadas é uma prática de uso comum e histórico, na qual pessoas são socializadas dentro desse contexto, o índice continua sendo inexpressível em termos quantitativos.

Em mesma linha de pensamento, Marcos Luiz Bretas (1997) também considerou nuances importantes que servem como estímulos ao se trabalhar com as ocorrências policiais. Conforme tratou, a historiografia negligenciou por longa data esse tipo de documento por dar conta, muitas vezes, de elementos cotidianos que não necessariamente estavam atrelados ao crime. Isto é, não seria visto como importante aquilo que poderia ser enquadrado como atividade policial voltada à prestação de serviço assistencial, já que se distanciava do “verdadeiro” trabalho da polícia: o combate ao crime. Mais ainda, o historiador chamou a atenção à característica do crime: “Os recursos das forças policiais eram – e são – necessariamente limitados, obrigando-os a selecionar as ocorrências que deveriam ser rotuladas como crimes” (p. 24). Em outras palavras, lidamos com casos selecionados não apenas pelos critérios estabelecidos para a pesquisa, mas também pelos filtros daqueles que lidam diretamente com esses registros: os policiais.

Há outro ponto que se deve notar. Como percebido, os acontecimentos que resultaram na feitura dos boletins passaram por procedimentos restritos. Exigem-se sentidos objetivos do fato apresentado, o que pode corroborar na diluição de informações que passariam a ser interpretadas como insignificantes. Ainda, percebe-se na elaboração desses dados a existência de técnicas e padrões linguísticos localizados, delimitados, que obedecem a certa racionalidade. São acionados filtros na hora de redigir o que está sendo dito. Essas filtragens aparecem tanto em palavras quanto em expressões comumente aceitas entre os pares policiais e os demais servidores da instituição – “na data e hora acima citadas”, “alega a comunicante”, “o policial acima qualificado”, “palavras de baixo-calão”, “é o registro”, por exemplo – que, provavelmente, não foram ditas pelos(as) comunicantes (condutores e vítimas).

São imperativos que precisam ser seguidos na hora de formular o boletim de ocorrência. Conforme Maria de Fátima Silva dos Santos e João Gomes da Silva Neto (2014, n/p), esse dado oficial “constitui-se de um contexto que obedece a certos padrões linguísticos e discursivos-textuais e tem a função de registrar, de forma detalhada, o histórico da ocorrência, com a caracterização dos sujeitos envolvidos e das circunstâncias em que ocorreram os fatos alegados”. Sobre a “forma detalhada”, dita pelos(as) autores(as), trataremos mais adiante demonstrando alguns pontos sensíveis nesse quesito.

Esse tipo de registro, mesmo quando formulado no interior da estrutura policial, só ganha inteligibilidade se observado articuladamente com situações sociais externas e internas. Eis, portanto, um critério precioso a assumir. Em outras palavras, é preciso olhar para os contextos anteriores que conduziram as pessoas à delegacia e às reformulações perpassadas na comunicação do relato para construção do boletim em âmbito institucional. As considerações indicadas são características desse documento enquanto resultado das interações policiais com o público. Tais ocorrências sistematizam o amálgama de realidades distintas e aproximadas. Tomados de tais considerações é que agora olharemos mais detidamente para os boletins de ocorrência enquanto fontes históricas para pesquisa presente.

Assumir algum indício do passado no presente utilizando-o como fonte histórica exige, antes de tudo, a delimitação do problema de pesquisa<sup>24</sup>. Os boletins só se tornaram propícios

---

<sup>24</sup> Assume-se a grande contribuição da Escola dos *Annales* quando o assunto são as fontes históricas. Conforme essa corrente, o documento não ditaria a verdade como acreditavam os metódicos, os positivistas no século XIX. Cabe aquinhoar, interrogar e duvidar da sua existência e elaboração. Abonada por esses princípios, “[...] a fonte histórica passou a ser construção do historiador e de suas perguntas, sem deixar de lado a crítica documental, pois questionar o documento não era apenas construir interpretações sobre ele, mas também conhecer sua origem, sua ligação com a sociedade que o produziu” (Dicionário de Conceitos Históricos, 2013, p. 159).

para emprego na produção do conhecimento histórico quando do exercício intelectual na construção do objeto de pesquisa aqui enunciado. Como dito certa vez por Michel de Certeau, a História é produzida por meio de uma operação que envolve o lugar social, uma prática e uma escrita. Assim também se faz com os documentos. Os boletins de ocorrência não foram elaborados no afã de servirem ao historiador. Todavia, incumbe-se ao profissional de História a tarefa de enquadrá-los, submetê-los ao regime reflexivo e, por fim, transformá-los em um preciso utensílio para o fazer histórico. Isto é, “em História, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira” (2013, p. 69) – a fusão dos trabalhos manual e intelectual que, no fim, pode trazer bons resultados.

### 1.2.1 Desvendando os boletins de ocorrência: uma hermenêutica para além do registro<sup>25</sup>

De imediato, concebemos que a realidade é palpável, não resultando meramente de movimentos discursivos. É a realidade que informa os discursos. Por outro lado, toda realidade social é inapreensível em sua integralidade. E pouco podemos fazer sobre isso. Todo texto, seja ele escrito ou não, possui peculiaridades que dificilmente serão apreendidas. Tudo nos leva ao entendimento de que lemos, somente, traços do que realmente tenha ocorrido. São vestígios, rastros, indícios. Carlo Ginzburg (1989, p. 157) nos orientou para o método indiciário: “Nesse sentido, o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural”.

Em uma outra argumentação, James C. Scott indicava a dificuldade na decodificação da veracidade de um discurso. Partindo de estruturas de dominação – escravidão, servidão e subordinação de castas – começou a perceber transcrições ocultas entre dominadores e dominados. Sugere o cientista político ao falar sobre sua obra: “O que o meu trabalho compartilha com o pós-modernismo é a convicção de que não existe local social ou posição analítica na qual o verdadeiro valor do texto ou do discurso pode ser julgado” (1990, p. X, tradução livre)<sup>26</sup>.

As posições teóricas que estamos situando refletem exatamente sobre a tensa relação com a realidade. Pouco saberíamos do que realmente aconteceu. Até mesmo em casos nos quais as relações se demonstram presencialmente, é errôneo acreditar que conquistamos a verdade de um acontecimento ou evento. Nem mesmo uma fonte contemporânea seria capaz de tal façanha (Barros, 2019).

No nosso caso, estamos lidando com uma tipologia de fonte recheada de relações de poder. São entrecruzadas, assim como todas as outras, por interesses concretos desvelados na tessitura do cotidiano (Hagen, 2008). O contato *vis-à-vis* na hora de feitura do boletim de ocorrência não garante acesso integral ao real. Temos ali uma mistura de valores, normas e significados que insinuam complexas redes de resistência manejadas por todas as pessoas. Os dois casos abaixo nos servem como iniciais exemplos para desvendar as construções dos boletins. Ambos se referem à mesma natureza de fato, crime contra o patrimônio, e datam de

<sup>25</sup> Alguns casos extraídos dos boletins de ocorrência para construção desta reflexão serão, novamente, rediscutidos na tese, porém a partir de outro prisma teórico.

<sup>26</sup> [Original] “What it shares with postmodernism is the conviction that there is no social local or analytical position from which the truth value of a text or discourse may be judged”.

2010<sup>27</sup>. Porém, um dos casos é muito mais explorado do que o outro. Por que a mesma tipificação de crime pode ser registrada de modo tão distinta? Quais fatores podem corroborar isso? Vejamos os registros na íntegra: “Alega a comunicante que no dia e hora supracitados vândalos arremessaram uma espada que atingiu e danificou o relógio medidor da Coelba de nº 94035007, de contrato nº 0233257230, em nome da comunicante. Este é o registro” (B.O 1282010001280, 2010).

O segundo caso:

Compareceu nesta depol o investigador de polícia José, cadastro xx.xxx.xxx-x, alegando que estava dormindo no interior de sua residência com a sua família quando jogaram uma espada e a mesma atingiu o muro da casa. José saiu e perguntou para alguns vizinhos se eles viram quem havia arremessado a espada e estes lhe informaram que não sabiam e que tinha sido dois homens que estavam em uma motocicleta e que jogaram do lado contrário ao que eles estavam. Voltando para casa o policial percebeu que haviam [sic] outros vizinhos acordados e do lado de fora e estes perguntados sobre de que lado havia saído a espada. Disseram que a mesma tinha vindo da direção onde estavam os primeiros vizinhos indagados. Por volta de 1h após a primeira espada, arremessaram mais duas desta vez sendo visto pelo policial que quem arremessou ficou escondido no matagal do lado direito de sua casa do mesmo lado que os primeiros vizinhos disseram que veio a primeira. No dia seguinte, o policial perguntou aos vizinhos de frente de sua casa e estes, sem reconhecê-lo disseram que quem havia jogado as espadas tinha sido os vizinhos do outro lado que estavam com raiva do policial de frente e disse ainda quem jogou as duas últimas espadas foram dois homens, sendo um gordo e de pele escura e outro alto. No dia 23/06/2010, às 4:00h, arremessaram uma outra espada desta vez dentro da garagem da casa do policial causando danos nas paredes, no portão, telhado e piso. Salientando que havia na garagem o carro e duas motocicletas. Que na frente da casa do investigador de polícia havia marcas de frenagem de pneus de carro em manobra brusca e um pé de sandália. É o registro (B.O 1282010001191, 2010).

O primeiro registro fora feito por Alcione MR, 32, alfaiate, 2º grau completo; o segundo pelo José RCA, policial. Ao que parece, esses sujeitos exprimem valores sociais assimétricos, o que pode ter favorecido para a distorção na construção dos casos relatados. Seria a história contada por Alcione MR tão simplória como apresentada acima? Estaria a desgostosa senhora preocupada com possíveis retaliações de sua vizinhança? No caso da comunicante, o fato deu-se no dia 23 de junho e só foi registrado no dia 29 do mesmo mês, às 12h, ou seja, no horário de seu almoço. Teria sido esse o motivo do seu curto pronunciamento? Desvendar o que realmente aconteceu se torna impossível.

O registro de ocorrência de José RCA revela múltiplas vozes através da sua. É um típico exemplo, mas não exclusivo, de protagonismo sobre o documento que traz como elemento central a sua habilidade em organizar a história. São versões transformadas em uma. Mas há de

---

<sup>27</sup> A seleção dos dois casos não foi aleatória. Até o ano de 2010, a Guerra de Espadas expressava-se sem os grilhões da criminalização. Portanto, as espadas ainda não tinham sido tipificadas pelo Art. 16 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, do Estatuto do Desarmamento (2013), que dispõe sobre arma de fogo e artefato explosivo, como aconteceu a partir de 2011, quando o Ministério Público local, por meio de Ação Cautelar, tornou a tradição um crime. Com isso, as espadas, que eram classificadas como fogos de artifício, passaram a ser identificadas, também, como artefatos explosivos de uso restrito do Exército.

se notar a liberdade com a qual o policial teve para discorrer sobre os problemas ocorridos com seus vizinhos. José RCA é quem reconstitui com intensidade o acontecimento. Essa abertura, quando comparada com a da trabalhadora Alcione MR, dar-se pelo que ele representa à sociedade e à própria instituição que oferece o serviço para formalizar suas queixas. A representação é imanente à construção dos boletins de ocorrência.

O *Eu*, tomado como elemento de representação, foi devidamente teorizado por Erving Goffman (1985, p. 3-14). Tratando da interação entre sujeitos, o autor começava a descortinar significativas linhas interpretativas de como cada pessoa se apresenta e representa em esferas sociais variadas. O que entra em destaque é a imprecisão do real e da verdadeira percepção de uma pessoa para as outras: “Assim, quando uma pessoa chega à presença de outras, existe, em geral, alguma razão que a leva a atuar de forma a transmitir a elas a impressão que lhe interessa transmitir”. Claramente, transita-se aqui pelo campo da representação teatral, de como indivíduos encenam suas vidas.

Estão nas expressões emitidas o interesse maior de Goffman (1985, p. 15). Nesse caso, tais manifestações teatralizadas podem decorrer de atitudes conscientes ou inconscientes. Essas devem ser analisadas a partir de propósitos, intenções, negociações, anulações. Todas essas revelações tangenciam com acuidade sobre a feitura dos boletins de ocorrência. Parecem se encaixar perfeitamente na análise de como os sujeitos operam na hora de relatar dada circunstância e, de tal modo, construir a sua realidade. A pessoa, nas palavras do autor,

às vezes, agirá de maneira completamente calculada, expressando-se de determinada forma somente para dar aos outros o tipo de impressão que irá provavelmente levá-los a uma resposta específica que lhe interessa obter. Outras vezes, o indivíduo estará agindo calculadamente, mas terá, em termos relativos, pouca consciência de estar procedendo assim.

Ao anotarmos essas ideias, apreendemos que a criação dialógica do boletim ocorre sempre por meio de tensões. As qualidades gerenciáveis ou controláveis da expressão do emissor serão tomadas pelo receptor, mas sendo que este último terá acesso a níveis mais abstratos que emanam dos detalhes: um piscar de olhos, um sorriso impróprio, tremedeira, olhares indevidos e muitos outros sinais. O que estamos situando nos serve para entender que os boletins, inquiridos como fontes históricas, são montados e estão envoltos por estratégias de representação.

Em nossos exames, começamos a descobrir que as pessoas não exclusivamente ambicionavam dar legitimidades às situações pelas quais passara. Havia outro ingrediente: representar-se. A forma com a qual esperavam ser vistas está integralmente associada à construção do caso que ansiavam içar ao plano oficial. Infelizmente, certos boletins tendem a apresentar maiores dificuldade no acesso ao fator representação do que outros. Atentar-se para quem está relatando pode ser uma saída viável. Os canais de classe já são, sem dúvida alguma, indicadores e propulsores de representação. Concomitantemente, os objetos utilizados e que aparecem no registro de cada pessoa também. Mais uma vez contamos com a valorosa contribuição dos estudos de Goffman:

A sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada. Ligado a este princípio há um segundo, ou seja, de que um indivíduo que implícita ou explicitamente dê a entender que possui certas características sociais deve de

fato ser o que pretende ser. Conseqüentemente [*sic*], quando um indivíduo projeta uma definição da situação e com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e a tratá-lo de acordo com o que as pessoas de seu tipo têm o direito de esperar (1985, p. 21).

Arguir os registros com o instrumento conceitual da representação parece ser caminho perspicaz. Esse mecanismo permite compreender parte do processo de elaboração do documento sem que haja a necessidade de cruzamento com tipologias de fontes distintas. Em outras palavras, mesmo que o historiador tivesse apenas esse registro histórico para dar sentido à sua narrativa, o recurso ao conceito de representação o ajudaria na interpretação da própria elaboração dos boletins de ocorrência. Mas o que pode acontecer quando conectamos os boletins a outras fontes? Para avançarmos na construção da imagem de que os boletins de ocorrência resultam das posições dos indivíduos interessados, será preciso apresentar um caso abordado em nossas pesquisas anteriores.

Em 2015, o espadeiro Joaquim<sup>28</sup> tinha sido levado à delegacia por estar tocando espadas nas ruas de Cruz das Almas/BA. Ao entrevistarmos, em 2016, o jovem espadeiro relatava a seguinte situação:

Aí, eu estava lá na rua, lá na rua do... Nos Poções. Aí, eu estava com duas espadas dentro do saco. Aí, eu de costas, aí os policial já veio curvando, aí já me pegaram de costas. Veio abordando com arma e tudo e quem estava em volta [...]. Aí, me botaram na sala lá para dar depoimento. Aí, como eu já estava com advogado, aí veio o chefe da viatura, como ele falou a parte dele e eu depois falei a minha, aí, depois entrou outro policial querendo botar coisas que não estavam, não eram meu pertence. Ele entrou na sala querendo botar uma mochila lá cheia de espada que não era minha. Eu aleguei que não era minha (Cezarinho, 2018, p. 52-53).

A fala de Joaquim é importante no que tange à origem do acontecimento. Teríamos, *a priori*, um ponto de partida para analisar a realidade na qual estava envolvido o espadeiro. Como já indicamos, os fatores externos contribuem significativamente na modelagem do arranjo na hora da produção dos boletins de ocorrência. Ainda, estão evidentemente expostas no depoimento as crises que permeiam esses indivíduos quando são apresentados para relatar o que realmente aconteceu em uma delegacia de polícia. Segundo o colaborador, determinado policial tentou incluir objetos que não eram seus com o objetivo de incriminá-lo. Não estamos aqui para analisar os pormenores da situação, mas demonstrar algo maior que estrutura essas documentações.

No ano de 2018, quando realizávamos a pesquisa de campo na Delegacia Circunscripcional de Cruz das Almas, para começarmos a montagem do projeto de doutorado, encontramos, por sorte, o referido caso entre os 76 boletins coletados. Na verdade, não achamos o depoimento feito por Joaquim. O fato foi apresentado pelo policial com a patente mais alta. Consta no registro:

---

<sup>28</sup> Nome fictício utilizado na pesquisa anterior e que será utilizado no boletim de ocorrência para manter a sua identidade preservada.

Pela guarnição composto [*sic*] por Cap/PM xxxx, Ten xxxx e SD/PM xxxx foi apresentado Joaquim, com 20 anos de idade, pelo fato do mesmo estar tocando espadas (fogos de artifício) que no momento da abordagem o mesmo estava tocando a espada acesa. Foi apreendida 03 espadas. Que foi encontrado com o apresentado R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos), um relógio marca Atlantis, uma penca de chave, um aparelho celular marca Motorola Moto G. O conduzido foi autuado em flagrante. É o registro (4ª CRPN C ALMAS-BO-15-00266, 2015).

Tanto o relato de Joaquim quanto o do capitão da polícia demonstraram que o espadeiro realmente estava na rua com espadas em suas mãos. Ambos partem de um elemento real. Destarte, seria difícil negar que o jovem Joaquim não teria participado da Guerra de Espadas naquele ano. Esse é o marco da realidade. Por outro lado, como pudemos observar, a fonte não deu conta de tratar de diversos elementos que foram descritos pelo espadeiro, principalmente a tentativa frustrada de acusá-lo por meio da produção de provas ilícitas. Também não foi revelado o procedimento de abordagem policial. Foram produzidos arranjos para que determinadas situações ficassem ocultadas do histórico. Sem o cruzamento do boletim com a fonte oral jamais teríamos acesso ao que foi informado pelo nosso colaborador. Houve, indubitavelmente, uma reelaboração do que aconteceu, dando luz a um novo original.

Não para por aí. A negação de certos pontos demarcados por Joaquim também nos leva à questão da representação. Nesse caso, a representação serviu como limitador do discurso ao invés de explorar o que se sucedeu. Isso aconteceu por motivo claro: para que fosse mantida intacta a credibilidade do indivíduo e de seus pares sobre aquele acontecimento. São as “intromissões inoportunas”, reconhecidas por Goffman (1985, p. 192):

Quando um ator irrefletidamente faz uma contribuição intencional que destrói a imagem de sua própria equipe, podemos falar de “gafes” ou “ratas”. Se um ator põe em risco a imagem de sua personalidade projetada pela outra equipe, falamos de “mancada” ou dizemos que o ator “meteu os pés pelas mãos.

Ele continua da seguinte maneira:

Quando acontece um incidente, a realidade patrocinada pelos atores é ameaçada. É provável que as pessoas presentes reajam tornando-se aturdidadas, constrangidas, embaraçadas, nervosas, etc. [...]. Quando este aturdimento ou os sintomas de embaraço se tornam evidentes, a realidade mantida pela representação provavelmente ficará mais prejudicada e enfraquecida, pois estes sinais de nervosismo, na maioria dos casos, são um aspecto do indivíduo que representa um personagem e não um aspecto do personagem que ele projeta [...] (Goffman, 1985, p. 194).

Ora, por mais que encontremos nos boletins de ocorrência meios eficazes de acesso a acontecimentos e eventos passados, não se pode tomá-los sem a devida criticidade. Por analogia, o ente que constrói o boletim se assemelha ao arranjador que submete à composição original do compositor elementos característicos de sua identidade ou atua retirando aqueles já existentes, assim, favorecendo na criação de uma nova composição. Ambos possuem certa liberdade na interpretação da realidade. É franca essa postura quando percebemos que nada foi registrado sobre as performances dos policiais agindo contra a lei. Talvez, havendo seguimento do caso por meio de um processo criminal, esses e outros indicadores aparecessem. Contudo,

isso não garante que o processo criminal, como fonte histórica, seja melhor ou esteja mais próximo da verdade. Teríamos, assim como nos boletins de ocorrência, versões, impressões, insinuações do sucedido. Concretamente, até mesmo o ato tornar-se-ia auto. Os processos transformam-se em fábulas (Corrêa, 1983; Zenha, 1985).

Os arranjos existentes nos registros de ocorrência estão imediatamente ligados às formas de representação de cada indivíduo ou grupos. A cautela em tecer o que houve é redobrada. Evita-se que o outro sujeito possa supor incoerência ou duvidar do que está sendo relatado. As conjecturas devem estar de acordo com o protagonista da ação. À medida que o discurso vai sendo empregado, percebe-se que a moral, os valores, as relações e o reconhecimento social do comunicante são postos à mesa. Em resumo, lidamos com relações de poder que revelam estratégias e negociações. O boletim de ocorrência é um “campo minado” onde qualquer descuido pode dirimir a reconstituição da realidade.

Apesar dos pontos sensíveis do documento, esse tipo de fonte conduz-nos para o entendimento de muitas relações da vida cotidiana. É a vida ordinária que fulge quando olhamos com maior dedicação para o registro. Desentendimentos entre vizinhos e conflitos entre população/polícia são alguns desses aspectos. Mas também são vistas as formas de como os indivíduos buscam se representar cotidianamente quando em contato com outras pessoas. Além de tudo isso, no nosso universo analítico, a recorrência de casos originados por motivos da utilização das espadas entre moradores(as) de Cruz das Almas, na Bahia, alimenta a existência de uma estrutura cultural que perdura há mais de cem anos, sendo a Guerra de Espadas tradição que atravessa gerações (Cezarinho, 2018; Oliveira, 2012; Peixoto, 2012). Temos práticas sociais que foram se assentando e conformando-se no seio social. Os boletins são indicadores de estruturas sociais ao mesmo tempo em que abrem espaços significativos para a ação e transformação da estrutura: “Uma prática antropológica total, contrastando com qualquer redução fenomenológica, não pode omitir que a síntese exata do passado e do presente é relativa à ordem cultural, do modo como se manifesta em sua estrutura da conjuntura específica” (Sahlins, 2011, p. 190).

Por fim, os boletins de ocorrência, se submetidos a procedimentos críticos sustentados por bases teórico-conceituais, tornam-se utilizáveis na produção do conhecimento histórico. A carência de reflexões profundas sobre a emergência de tal tipologia documental pode forjar interpretações descuidadas da realidade. Não são e jamais expressarão com fidelidade o passado. As tensões e intenções em sua formulação são caracterizadas por relações de poder que visibilizam interesses da vida concreta. Como apresentado, os sujeitos envolvidos estão prontos para forjar e causar colisões de versões sobre o acontecido, legitimando suas posições sociais perante outras pessoas e, que fique claro, aptos para se representarem.

Esses documentos não falseiam a realidade e estão longe de serem meros relatos ficcionais, fajutos, mentirosos. Acreditamos que introduzem reformulações nos acontecimentos pretéritos e produzem uma nova realidade. O fictício, a criatividade, os interesses, as representações, valores, significados são fios condutores que energizam os boletins de ocorrência promovendo, assim, circunstâncias mais próximas ou mais distantes do que aconteceu.

Há de se observar com maior atenção os atores e as atrizes que estão mobilizados(as) no empenho de terem suas histórias salvaguardadas pelo estatuto de oficialidade inato aos boletins de ocorrência. Mesmo quando sabemos que técnicas específicas são impostas para produzir um registro policial, as pessoas são capazes de articular estratégias múltiplas e burlar mecanismos que cumprem a função de extrair a objetividade do relato. Vimos isso com um dos casos abordados ao longo de nossa investigação. Mutuamente, o silencioso inconsciente demonstra vida. Isso deve-se ao entendimento de que nem toda ação desdobrada na vida social

é planejada em cálculos. Porém, é somente com um uso não massificado das fontes, em outras palavras, na recusa de serem manejadas como meros instrumentos para reafirmar objetivos de pesquisa através de seu conteúdo, que esses suavizados lances interpretativos flamejam ao historiador e historiadora.

Finalmente, acreditamos que interpretar as ocorrências policiais por uma perspectiva cruzada é se aproximar da complexidade que é a vida social. Paralelamente, o conceito de representação amplia as possibilidades de análises documental, permitindo compreender sobre os sujeitos e, ao mesmo tempo, a própria estruturação do registro. Apesar das reflexões realizadas, acreditamos que ainda há muito a ser discutido. Não tivemos a oportunidade de atingir uma etnografia mais aprofundada no ambiente policial, o que pode ter favorecido para que muitos outros detalhes não fossem percebidos.

## 2 A GUERRA DE ESPADAS PELO COTIDIANO: UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL QUE QUEIMA

*A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática.*

(SAHLINS, 2011, p. 7)

O centro de análise deste capítulo procura desbravar a Guerra de Espadas através de seus agentes sociais, especialmente. Desse modo, objetiva-se a sua contextualização histórica pelas tramas do cotidiano, no invisível das relações ordinárias, no submundo do político. De cara a cara com nossos(as) informantes, propomos o entrecruzar da História com a Antropologia. Lia, Lau, Vando, Conce, Beto e Alex, por vezes, deixarão escapar em seus depoimentos emoções e desejos que poucas fontes históricas permitiriam captar. A história oral, aqui vista pelo prisma de uma técnica metodológica, fecunda em sua capacidade de dar vida aos anseios e sentimentos multifacetados, remete-nos a um quadro de *projetos individuais* magnífico. O conjunto de experiências remontadas a seguir evoca postulados já demarcados no começo de nosso trabalho. Para tanto, sua combinação com outro instrumento analítico, *campo de possibilidades* (Velho, 2013), ramifica e avigora as relações sociais.

Há uma tensão que precisa estar clara ao leitor e à leitora deste escrito. Aquele que aqui escreve possui atrelamentos íntimos com o fenômeno estudado. Sua trajetória pode, por incansáveis vezes, ser um espelho ou, no mínimo, reluzir aspectos análogos aos de seus/suas colaboradores(as). A semelhança é identificada no plano das emoções, mas também na esteira do engajamento político. Eis o problema: como vivificar um objeto com tanta subjetividade e interesses subjacentes aos procedimentos científicos? Por sorte, e com o desenvolvimento teórico da Antropologia, sabe-se hoje que toda sociedade, mesmo quando integrada por uma mesma cultura, possui desníveis que permitem ao pesquisador estranhar o seu objeto. Esse estranhamento, como bem situado por Gilberto Velho (1980, p. 18), se faz possível “[...] porque a vida social e a cultura se dão em *múltiplos planos*, em várias *realidades* que estão referidas a *níveis institucionais distintos*”.

O estranhamento proposto aqui, então, é o de contrapor ou *comparar* as experiências tingidas pelo enxofre das espadas de fogo nos corpos e nas memórias desses indivíduos possuidores(as) de objetivos sociais concretos. A tarefa não é fácil, mas caso efetivada, teremos não apenas uma multiplicidade de percepções sobre a Guerra de Espadas como, ao mesmo tempo, projetos individuais escorados por campos de possibilidades:

As trajetórias individuais ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades (Velho, 2013, p. 138).

Consideraremos o campo de possibilidades como movediço, em transformação. Tal enquadramento estabiliza-nos dentro de uma concepção teórica embebecida por autores já lembrados neste texto, a saber: Edward Palmer Thompson (1981), Pierre Bourdieu (1989) e Marshall Sahlins (1990). O que se quer dizer com isso? O esforço é não deixar que as “más bocas” nos rotulem de hereges teóricos ou adeptos de orgias conceituais discrepantes, mesmo quando não nos preocupamos com tais alegorias. Em outras palavras, a abertura teórica permite a ampliação na interpelação à realidade admitida.

A primeira seção do capítulo investe na tese da existência de uma comunidade cultural espadeira, sendo essa heterogênea, obviamente. Lidamos com o campo do simbólico que se efetiva na concretude da vida e da história de atrizes e atores envolvidos no manancial de significados emergidos da Guerra de Espadas. Boletins de ocorrência e, em destaques, os relatos orais de espadeiras e espadeiros nos ajudarão a montar o quadro de experiências vivíveis que dão forma a essa comunidade cultural. Na segunda seção, são indicadas algumas modificações causadas na Guerra de Espadas com a sua criminalização. Não pretendemos fazer uma análise pormenorizada, mas traçar uma panorâmica.

Na terceira, desenvolve-se as peculiaridades inerentes às queimaduras das espadas na Guerra de Espadas. Propomos um olhar contra-hegemônico do que é denominado de “acidentes” com as espadas pelos veículos jornalísticos e pelo Estado, especialmente. Evocaremos, assim, uma Antropologia das Queimaduras, demonstrando que se queimar é parte constituinte da instituição social Guerra de Espadas.<sup>29</sup>

Suscito as grandes questões do capítulo: que tipo de instituição social é a Guerra de Espadas? Quais as suas características? Uma vez respondida essas provocações, mesmo sem o objetivo de exaurir a discussão, atribuiremos novo sentido à Guerra de Espadas que não se limita ao trinômio tradição-cultura-patrimônio. Ela torna-se instituição exatamente por envolver esses três mecanismos classificatórios. Portanto, tentaremos estabelecer suas propriedades ao final do capítulo.

## **2.1 A comunidade cultural espadeira: a formação de uma instituição social**

Em 24 de junho de 2014, Douglas BB, dezessete anos, natural de Alagoinhas, Ensino Fundamental completo, pardo e residente do Bairro Assembleia, em Cruz das Almas, divertia-se nas Guerra de Espadas quando a patrulha policial, de surpresa, chegou ao local, capturando-o e colocando-o no interior do camburão. A discórdia se deu no instante em que a guarnição, composta por um subtenente e três soldados militares, recebeu informações de que estava havendo queima de espadas na Praça João XXIII, no centro da cidade. Sabidos disso, “deslocaram-se para o local. Várias pessoas que avistaram a viatura da PM saíram correndo, dentre elas, o menor que fora alcançado com um artefato na mão e conduzido para esta depol” (B.O 1282014001860, 2014).

---

<sup>29</sup> A divisão do capítulo também tem como objetivo apresentar a Guerra de Espadas aos leitores e leitoras desta tese. Escolhemos, então, três nichos de discussão para isso. Visto que em todos os trabalhos publicados sobre o tema há a necessidade de uma apreciação do que é a Guerra de Espadas, devido ao desconhecimento do fenômeno por muitos(as), é comum ver narrativas que se repetem (incluindo a nossa em oportunidades passadas). Por esse motivo, decidimos apresentá-la de modo que não seja mais um texto similar aos demais, com repetições esquemáticas sobre o passo a passo de todo o processo produtivo até a queima das espadas pelas ruas da cidade. Esperamos que essa estratégia favoreça no entendimento do objeto em estudo.

No mesmo ano e local em que Douglas BB foi apreendido pelo motivo de estar portando uma espada, três horas mais tarde, Matheus BS, menor de idade, também estava lá participando da Guerra de Espadas. No seu caso, foram encontradas “5 espadas de bambu prontas para uso” (B.O 1282014001859, 2014). O jovem espadeiro caiu na mão do capitão Edson SFJ e nada pôde fazer. Acabou sendo flagrado e encaminhado ao Departamento de Polícia do Interior, ou seja, à Delegacia Circunscrição de Cruz das Almas. Infelizmente, não foram registradas informações básicas em seu boletim de ocorrência, a saber: idade, naturalidade, endereço de moradia, nível educacional, cor e os respectivos nomes da mãe e do pai. Nos dois casos, como apontam os registros, o enquadramento do crime indica posse ou porte de arma ilegal.

Não para por aí. Em 23 de junho de 2014, às 21h 50min<sup>30</sup>, dia anterior que marcou os acontecimentos que levaram Douglas BB e Matheus BS à visita forçada à delegacia para oitivas, Iranildo AS, de dezesseis anos, já tinha tido a sua experiência com as forças policiais. O desafortunado jovem, filho de Ivanildo RS e Marluci AS, deslocou-se do seu bairro, Itapicuru, rumando ao centro da cidade de Cruz das Almas em busca de adrenalina e diversão na Guerra de Espadas. Visto o avançar das horas, é factível que já estivesse aproveitando o São João desde cedo. O que foi encontrado com Iranildo AS? “Uma mochila contendo uma espada, uma camisa, um celular de marca Samsung preto. O fato foi encaminhado a [sic] autoridade competente para que fossem adotadas as devidas providências” (B.O 1282014001828, 2014). Ao que parece, a situação que envolveu o espadeiro adolescente tornou-se amena, visto que a sua mãe compareceu para acompanhá-lo na oitiva dentro da delegacia de polícia.

Ainda que esses ocorridos pareçam fortuitos, banais e, em até certo ponto, casuísticos, uma conduta teórica que combine e disponha de maneira estandardizada essas experiências individuais permitirá visualizar um mundo cultural pujante. Falamos aqui de uma comunidade sustentada por significados, regras, valores, saberes e fazeres que remetem, se introduzirmos a perspectiva histórica, a tempos de outrora. Não que precisássemos desatar os nós de origem da Guerra de Espadas, mas o tempo recuado ajuda a envolver essas ações em um cenário de densidade, complexidade e tenacidade sociocultural. Qual a importância desses três casos? O que sugerem?

Para avançarmos, cabe apoderar-se do conceito thompsoniano de cultura. Tratando sobre os séculos XVIII e XIX, o historiador argumentou que os costumes ainda eram poderosos entre a população pobre inglesa. Indo na contramão da historiografia contemporânea, Edward Palmer Thompson delineou um contexto sociocultural pressionado por conflitos baseados pelos costumes. Era por meio desses que a multidão legitimava suas ações cotidianas de luta contra as forças que buscavam a sua “reforma”: “Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra ‘tradição’, o costume era um campo para a mudança, e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes” (1998, p. 16-17).

A noção de cultura formulada por Thompson (1998, p. 17) é compreendida quando inata às relações sociais concretas. No que tange ao conceito de “cultura popular”, esse autor atuou com ceticismo sobre a virtualidade de sua homogeneização. Segundo o mesmo autor, cultura pressupõe interação, e “sua invocação confortável de um consenso pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto”. Com isso, a cultura ganha estatuto material, ou seja, revela-se como condição de conflitos no seio social. O exemplo clássico está nos motins contra a fome provocados pela população inglesa no século XVIII. A leitura prestigiosa desse historiador reconfigurou os olhares teóricos

---

<sup>30</sup> É possível que haja distorções nas horas informadas no boletim. O histórico da situação aponta que o caso aconteceu às 21h 50min. Entretanto, a hora de produção do registro é de 21h 55 min. Ou seja, do acontecido à sua formalização em documento passaram-se apenas cinco minutos, o que é incomum.

enfadonhos que explicavam o ser/estar das coisas por estruturas econômicas. A perspicácia de sua abordagem permitiu introduzir o teor cultural nos jogos a serem jogados.

Na esteira dessa noção, podemos chamar, se assim desejar, de uma cultura que ensina. A cultura não somente interiorizada pelo *habitus*, mas que, ao passar por esse processo, também serve como ferramenta a ser empregada em *circunstâncias de poder*. Esses ensinamentos que se adicionam, pensamos assim, garantem sua força através da transmissão geracional, comunitária e, acima de tudo, no contato direto com a realidade societal a qual estão relacionados. No nosso caso, os saberes que se avolumam por todo território cruzalmeno foram percebidos ainda em 1957, por meio da crônica de Mário Pinto da Cunha, incluída no pequeno livro organizado por Hermes Peixoto, *São João e as criaturas movidas a fogo veloz*. Apresentamos um sucinto trecho da crônica: “E temos que reconhecer, também, que já ganharam fama, fazendo astros e escola, a técnica, perícia e audácia dos aficionados do original esporte, que tem algo de espartano” (Cunha, 2003, p. 10).

Aparentemente, as menções à escola, técnica, perícia e audácia reveladas no pequeno texto se limitam aos processos de maestria na fabricação das espadas e aos *status* daí recebidos. Aqui o epíteto *escola* será ampliado para abraçar outras variáveis como: lutas, resistências, negociações, articulações, interesses e visões de mundo. As decisões tomadas por espadeiras e espadeiros farão referências a esses aprendizados adquiridos por interação calculada e pelo *habitus* internalizado inconscientemente. Essa é a via teórica e metodológica de leitura da documentação relacionada.

Retornando aos casos anteriores, dos três jovens adolescentes conduzidos à delegacia por estarem participando da Guerra de Espadas, é preciso não se enganar com a categoria geracional dos envolvidos. O que estamos querendo dizer? Facilmente seríamos conduzidos a pensar que a manifestação de tocar espadas pelas ruas do município cruzalmeno é feita por menores adolescentes ou pessoas que atingiram, recentemente, a idade adulta. Um simples indicativo de orgia coletiva circunstanciada ao comportamento juvenil de alguns. A observação para que não se recorra a uma visão meramente orgástica desses jovens ou de um passatempo torna-se concreta. A imersão etnográfica e as entrevistas orais revelam movimentos que podem justificar a presença de jovens nos boletins de ocorrência, desconstruindo qualquer interpretação simplória sobre os partícipes da Guerra de Espadas.

No envolvimento com a pesquisa de campo, as vozes populares informavam que muitos dos antigos espadeiros e espadeiras deixaram de fabricar e tocar espadas com o advento da institucionalização do crime. A cessação momentânea da produtividade, podendo ser lida como aceitação aos imperativos do Ministério Público<sup>31</sup>, gerou um certo esvaziamento desses sujeitos tocando espadas pelas ruas da cidade. Não significa dizer que eles desapareceram dos espaços públicos e da queima das espadas em sua totalidade. Ao que parece, passaram a exercer papéis de coadjuvantes nesses espaços, ou seja, aderindo por meio de apoios e mantendo a sua presença física pelas ruas, mesmo quando para observar as dinâmicas durante os anos iniciais do processo de criminalização.

---

<sup>31</sup> Nesta tese, os promotores do Ministério Público são entendidos como “empreendedores morais”, a partir da definição de Howard Becker (2008). Sabemos que essa instituição não tem o poder de criar leis. No entanto, os seus empreendedores morais manipulam legislações e regramentos existentes com objetivos específicos. Eles funcionam como impositores de regras. É dessa maneira que aparecem na Guerra de Espadas, em Cruz das Almas/BA. Sustentando discursos e práticas, passam a definir o que é certo e o que é errado. Convictos de suas posições sociais sobre os supostos desviantes, selecionam leis existentes e aplicam sobre os indivíduos, grupos ou comunidades, realizando um tipo de cruzada moral.

Desse modo, a mobilização de jovens espadeiros e espadeiras se efetivou com certa primazia por várias localidades da urbe. São partícipes que, no começo da criminalização, conduziram a força motriz no fazer das espadas de fogo, sendo reconhecidos e, por outro lado, alvos de críticas vindas de seus pares mais experientes com a Guerra de Espadas, como ficará mais claro ao longo da narrativa. Portanto, e para os propósitos de nossas argumentações, é imprescindível reconhecer que essa resistência está amparada em bases costumeiras de longa duração, por saberes compartilhados e por uma economia moral, pois evitamos, assim, a obtusa e limitada ideia de uma ação descoordenada ou baderneira praticada por esses atores e atrizes.

Um pequeno recuo temporal com relação aos casos citados dos três jovens pode corroborar na construção da ideia de uma comunidade cultural espadeira constituída com a Guerra de Espadas. Documentos oficiais, tanto do Executivo quanto do Legislativo local, refletem certa anuência à prática das espadas. A Prefeitura Municipal de Cruz das Almas, no ano de 2008, disponibilizava em sua lei complementar, na subseção V, *Da cultura, esporte e lazer*, as diretrizes de proteção e incentivo à cultura local. Consta no inciso I: “Apoio à preservação da cultura de comunidades tradicionais, em especial das comunidades afrodescendentes e das comunidades agrícolas” (LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2008, 2008, p. 11). Na página seguinte, inciso III, há referências diretas à Guerra de Espadas:

Implementação de medidas que promovam e valorizem as manifestações culturais ligadas à comemoração do São João, em particular a “guerra de espadas”, promovendo-se a segurança adequada e esclarecimento dos espadeiros quanto aos procedimentos para uso dos fogos (LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2008, 2008, p. 12).

O conteúdo exposto na documentação atesta a importância da Guerra de Espadas para a cidade de Cruz das Almas. Ao mesmo tempo em que sugere a produção de mecanismos que deem sustentação para uma prática segura, inclui no documento o termo guerra de espadas entre aspas. Considerando que toda fonte resguarda interesses de grupos, esse recurso ao termo sugere abrandamento da expressão, um tipo de evitação ou busca pelo distanciamento dos sentidos e significados pessimistas provocados pela palavra *guerra*. Tem-se, desse modo, um importante indicador de como esses agentes municipais, à época, concebiam a manifestação em pauta. Lembremos que os sujeitos que compõem a administração pública local também estão alimentados, quer queira quer não, pelos padrões culturais e condicionamentos da Guerra de Espadas. Em muitos casos, são partícipes inegáveis.

Uma mudança significativa sentida a olho nu e que fortalece o argumento da existência de uma comunidade cultural centrada no fenômeno da Guerra de Espadas é de cunho classificatório. Antes da popularização do processo de fabricação, a produção das espadas estava restrita aos conhecidos fogueteiros. Esse movimento vai se alterar ao longo da segunda metade do século XX com a abertura da fabricação. O substantivo “fogueteiro” vai sendo substituído por outro: “espadeiro”. A mudança denota a emergência de uma nova categoria que passaria a ser utilizada por todas as pessoas que se envolvessem efetivamente na prática de confeccionar espadas e de tocá-las.

Adriana da Silva Oliveira (2012, p. 73) identificou tais alterações:

Os sujeitos que participavam de forma atuante na manifestação, os responsáveis pela fabricação e uso do artefato no festejo, demarcaram posicionamentos no tempo e no espaço. Eram inicialmente identificados como fogueteiros e posteriormente como espadeiros, tais distinções nominais estão

relacionadas a mudanças operadas nos meios de produção dos fogos de artifícios que eles desenvolveram, principalmente a utilização de materiais diferenciados e o posicionamento na realização da festa.

De relevância incontestável, tornar-se espadeiro/espadeira era ganhar um novo estatuto de dimensão simbólica entre os cruzalmenses. Além da comunidade se consolidando, é visível a instituição social ganhando tons por meio de agentes próprios. Esse reconhecimento vinha carregado de valores sustentados pela coletividade que a legitimava, a saber: coragem, força, vigor, respeito. Andar pelas ruas com as roupas sujas de barro e pólvora não era algo vergonhoso ou reprovável. Ao contrário, ali estava um tipo específico de sujeira que deveria ser visto abertamente, pois gozava de um poder simbólico.

Então, tem-se uma instituição social que se desenvolveu via um processo de longa duração, possibilitando que seus participantes se imaginassem enquanto uma comunidade espadeira. Essa afirmativa pode ser testada por diversos meios. Um deles é a história oral. Os relatos captados e as análises feitas permitiram-nos constatar que, assim como qualquer outra instituição social – família, escola, igreja, polícia etc. –, grande parte da trajetória de vida dos espadeiros e espadeiras é banhada pelos significados, sentimentos, valores e desejos existentes na Guerra de Espadas. Isso leva ao entendimento de que não é apenas no momento de furor, no ápice dos festejos juninos em Cruz das Almas, que essas pessoas colocam em exercício os condicionamentos herdados historicamente com as espadas. Podemos, por esse trilha, dialogar com o que fora dito por Gilberto Velho (1994, p. 40) para entender as múltiplas ações tanto dos jovens quanto dos mais antigos espadeiros e espadeiras: “Assim, evitando um voluntarismo individualista, as noções de *projeto* e *campo de possibilidades* podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-la arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades”.

Para que esses dados comecem a fazer sentido, trazemos a nossa primeira interlocutora. Lia<sup>32</sup>, cruzalmense, nascida em 30 de junho de 1976, negra, espadeira e professora, traz, marcadamente em sua trajetória, o que estamos chamando de condicionamentos ou reflexos da Guerra de Espadas. Abrimos a entrevista com perguntas genéricas sobre a sua vida, pedindo que relatasse sobre elementos básicos de sua infância até a idade adulta:

Primeiro, eu vou responder essa questão falando sobre a questão do meu nome. Algumas pessoas me apresentam como Lea e outras como Lia. Meu nome é Lea, que é meu nome de batismo, que está na certidão de nascimento, mas desde criança eu sou conhecida como Lia e essa é a identidade que assumi como espadeira e como professora, como todo mundo me conheceu a vida inteira. Nasci aqui na Estrada de Ferro [rua Rio Branco], descendo um pouco mais aqui, né? Eu nasci em 30 de junho de 76, estou com 45 anos de idade. Fui criada aqui até os 11 anos. Logo em seguida fui morar no bairro Dona Rosa, onde eu dei continuidade à minha trajetória nas espadas, porque eu nasci aqui, no berço dos espadeiros, no berço dos fogueteiros. Fui vizinha do finado

---

<sup>32</sup> Nome fictício. A entrevistada é conhecida na cidade pelo seu nome social, sendo esse associado à Guerra de Espadas. Entrevistamos Lia em sua casa, à noite, quando disponível para contribuir com a nossa pesquisa. Dedicou, amigavelmente, duas horas da sua noite, tempo que poderia ter investido com suas filhas e esposo. Porém, o seu desejo em ajudar falou mais alto. Lia carrega as lembranças de uma vida de muita pobreza quando, ainda muito cedo, cuidava de seus irmãos na lida da casa. Agradecemos por sua amizade e pelas trocas que ainda continuam se realizando presencialmente e via aplicativos digitais.

Luiz Fogueteiro, que era um fogueteiro muito conhecido aqui, muito bom. Eu tive muitas referências dele. A referência que meus irmãos tiveram. Sou irmã de espadeiros. Sou a quinta filha, né? Sou a quinta de onze irmãos. Minha mãe, dona Regina S, ela foi mãe solo e criou os onze filhos sozinha, mãe solteira, sozinha, trabalhando nos armazéns de fumo de Cruz das Almas, que era a principal fonte de renda daqui da cidade. E assim nós fomos criados. Eu cresci, fui morar no Bairro Dona Rosa, onde eu morei por mais de 30 anos. Onde comecei minha família. Sou mãe de duas filhas (Lia, entrevista, 10 set. 2021).

Um lance na memória de Lia chama a atenção. Por ser uma espadeira que vivenciou mudanças significativas na Guerra de Espadas, durante a década de 1980, fica registrado como que os termos “espadeiros” e “fogueteiros” ainda estavam em transição. Dificilmente um(a) jovem espadeiro(a) (de vinte anos) que não experienciou aquele contexto aludiria em seu exercício rememorativo alguma referência aos fogueteiros. A espadeira, quando indica a existência de um fogueteiro, está se referindo a um antigo produtor de espadas que também produzia outros fogos de artifício. A nossa colaboradora, sem notar, situou o que falamos anteriormente sobre a solidez de uma camada sociocultural inventada através da Guerra de Espadas.

Irmã de espadeiros, e criada por uma mãe sem a presença do pai, Lia informa que a sua inserção na Guerra de Espadas deu-se por meio da interação com seus irmãos homens e com a vizinhança. Tal movimento permitiu que ela assumisse uma nova identidade, um nome social, que a identificava entre os pares. Se tomarmos a manifestação das espadas como palco de formação de sujeitos, temos em Lia um exemplo físico disso. A identificação enquanto professora caminha lado a lado com a de espadeira. Índícios prestigiosos de que os atributos inerentes à Guerra de Espadas demarcam os indivíduos durante a sua trajetória.

A experiência de Lia ainda nos leva à caracterização de um todo geográfico da Guerra de Espadas. Quando cita as ruas ou bairros em que residiu, a entrevistada está nos indicando uma cartografia das espadas, revelando moradores produtores e consumidores. Em outras palavras, até mesmo os espaços urbanos estão delineados por sentidos que remetem à Guerra de Espadas. É comum associar algumas ruas ou bairros da cidade – como nos casos da Estrada de Ferro, rua da Estação, Pulo do Bode, Tabela, rua Santo Antônio – a referentes marcadamente voltados às espadas: “essa rua fecha de espadas”, “ali pega fogo”. Na verdade, a fama dessas ruas provém exatamente da presença maciça de espadeiros e espadeiras que ali residem ou que perambulam durante os festejos de São João.

A associação de espadeiros e espadeiras com ruas e bairros também foi percebida por Rafael Caldas Barros Peixoto (2012, p. 39). Em sua dissertação, evidenciou o momento de testes das espadas<sup>33</sup> como mais um condicionante dessa territorialização espadeira.

---

<sup>33</sup> Fase da produção das espadas em que espadeiros e espadeiras saem às ruas para testar, literalmente, suas produções. Precisam observar se as espadas foram bem produzidas, se estarão prontas para serem tocadas no São João, ou se precisarão passar por ajustes, adequações e até refeitos alguns passos para que não explodam. Normalmente, vê-se várias pessoas juntas avaliando o desenvolvimento das espadas. Todos os pontos serão notados por esses produtores: o tempo de duração da espada (rabeio), a potência, a limalha (que seria a expressão das faíscas das espadas), a boca de cor (processos químicos feitos para dar tonalidades diferentes a cada espada no ato de tocá-la) e se estão explodindo. Em caso de explosões, as espadas serão expostas novamente a reajustes. Esse contexto de teste é crucial para o futuro do espadeiro na Guerra de Espadas. Se as suas espadas não estiverem boas nos dias seguintes (sem explodir,

Popularmente, as ruas e bairros passam a ser reconhecidos por meio dessas pessoas, pelos trânsitos que estabelecem:

Inseridos nesses espaços embelezados pelo contexto junino, os espadeiros se reúnem em grupos e dão início aos festejos nas suas próprias localidades. São espécie de encontros multifocais designados como espécie de “testes” realizados por diversos espadeiros antes mesmo de se encontrarem nas ruas principais da queima dos fogos. É interessante notar que na maioria das ruas da cidade onde moram espadeiros há essas espécies de teste. Nesse sentido, se cria uma identidade entre espadeiros e o seu bairro que reflete inclusive no momento da queima dos fogos [...].

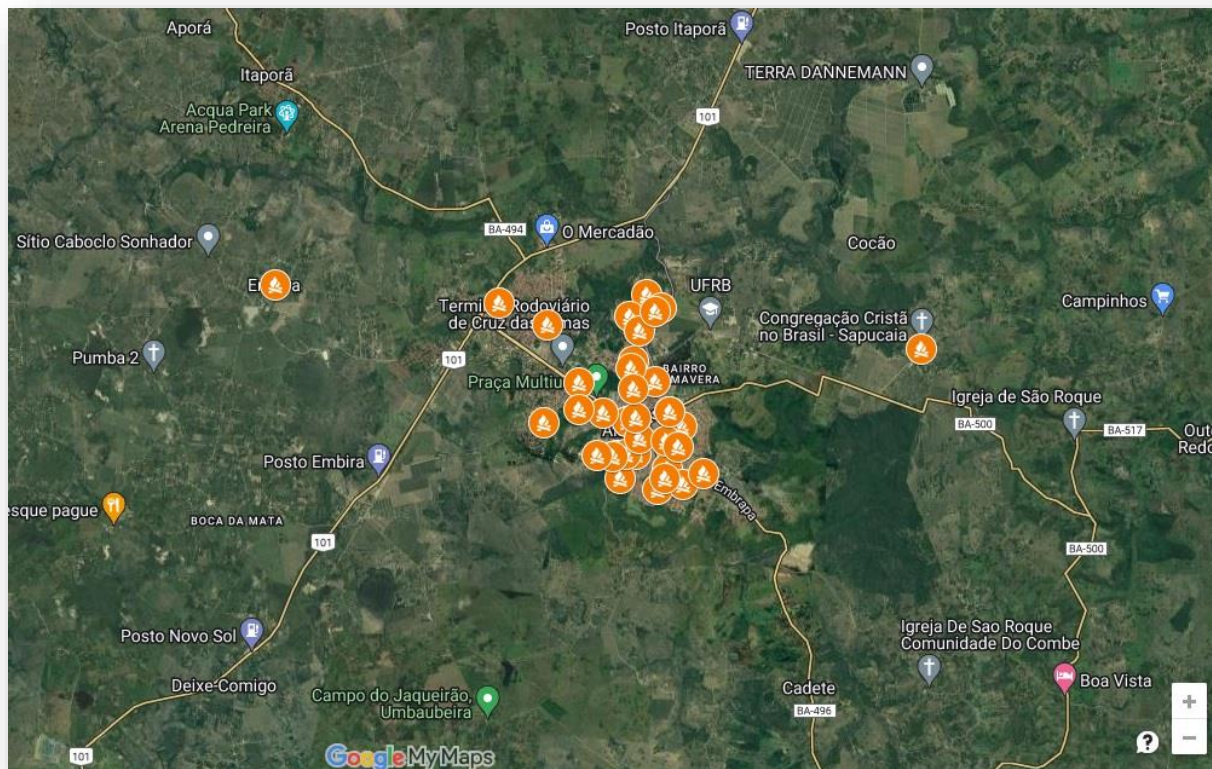
Se reconhecemos a existência de uma instituição social disseminada na cidade de Cruz das Almas, nada mais apropriado do que olharmos de cima. Passamos a perceber, com o arrolamento de cada nome de logradouro que aparecia nas fontes, que a Guerra de Espadas não era e nem é uma prática localizada, mas generalizada no município. Listar todas as ruas, praças, avenidas e bairros seria desnecessário. Ruas, praças, avenidas e bairros se conectam dando a entender a real dimensão da manifestação cultural. Nesse ritmo, as interações, os laços de solidariedade/reciprocidade e o imbricamento do indivíduo ao coletivo vão gerando, historicamente, uma comunidade cultural em torno da Guerra de Espadas.

Por meio dos nomes de bairros, ruas, avenidas e praças listados nas fontes, criamos um mapa que melhor dimensionasse o funcionamento dessa manifestação institucional no município. Como recurso, utilizamos o ícone na cor laranja e com uma fogueira em seu interior. Usando 37 (não a totalidade das ocorrências) nomes de ruas, bairros, avenidas e praças chegamos à seguinte expressão da presença de espadas no mapa:

---

sem subir ou fracas de potência), o espadeiro será submetido a cargas depreciativas por meio de zombarias. Posteriormente, falaremos um pouco mais sobre os testes.

**Mapa 1:** Presença de espadas a partir de dados dos boletins de ocorrência em Cruz das Almas (2009-2017).<sup>34</sup>



**Fonte 8:** Produzido pelo autor (2024).

O Jornal *A Tarde*, edição datada de 1985 que encontramos na Biblioteca Municipal Carmelito Barbosa Alves, fortalece nossas argumentações ao informar sobre a relevante e significativa presença de produtores de espadas em toda a cidade cruzalmense. Assim está:

Em Cruz das Almas não existe um fabricante número um, pois ‘todo mundo sabe fabricar espadas’. Contudo, há na cidade fabricantes muito procurados pelas pessoas de fora, de outros estados principalmente. Os nomes são muitos: Tadeu, Paulo, Raimundo, Óscar, enfim, quase todos os habitantes da cidade são envolvidos no processo (A Tarde, 3 jun. 1985).

Os envolvimento, os contatos, as experiências, as emoções, os saberes/fazer, os moldurando, inventariando e inventando historicamente a Guerra de Espadas, os espadeiros e as espadeiras. A comunidade cultural passa a existir por meio de micro atitudes que se realizam em todos os espaços. Não há um eixo centralizador do processo e esse também não é passível de cálculo. As idas e vindas, entendidas como naturais, são o que garantem a constituição da

<sup>34</sup> No centro do mapa está a cidade de Cruz das Almas, a sua área urbana. É possível identificar nas laterais algumas localidades rurais, a saber: Comunidade da Sapucaia, Embira, Pumba, Cadete etc. Quando combinamos a imagem do satélite com as indicações de localidades existentes nos boletins de ocorrência, passamos a entender a amplitude da Guerra de Espadas. Cabe informar que esses nomes apareceram em situações levadas à delegacia e, por isso, representam exclusivamente um critério de seleção adotado.

instituição Guerra de Espadas. A espadeira Conce<sup>35</sup>, 45, negra, cruzalmense, mãe de um filho, residente no Bairro Areal, em seu relato, dá sinais de como esse conjunto de fatores listados acima funcionava quando ela participava da Guerra de Espadas. Primeiramente, Conce já nasceu envolvida nos ritmos e nas tônicas das espadas, visto que seu avô e pai produziam espadas há décadas:

Meu pai é Joselito P, e o nome do meu avô é Marcos LP. Aí, eu vou te contar a história direitinho [risos]. Meu avô fazia espada. Depois perdeu a saúde e começou a fazer churvinha. Eu gostava porque a minha churvinha era grandona e demorava de acabar<sup>36</sup>. Essas churvinhas de fábrica era rapidinho. E, antigamente, bem antes de ter [a entrevistada interrompe, suscitando uma observação]. Olha, uma coisa: por causa da fibromialgia, eu tenho lapso de memória. Por isso que eu fiquei assim imaginando. Aí, qualquer coisa, tu pode me lembrar, fique à vontade. Que tem aquele, que mudou para lá? Ah, o Arraiá! [a entrevistada lembrou do que gostaria de falar]. Antes não tinha o Arraiá. Era o melhor São João que tinha. Mainha pegava o meu primo e fazia uma perversidade. Tu não sabe. Vestia eu e minhas duas irmã, tudo igual. Era aquelas roupinha de borboleta, né? Com aquela chita [risos]. Que antigamente não tinha esse negócio de roupa bonita, essa roupa assim. Era chita, era assim. Só mudava a cor. Aí, era borboleta, vamos dizer: aí, ela comprava um pano desse, assim, quadrado e fazia roupa assim para as três igual. Todas as três era tudo vestida igual. As filhas da vizinha também era a mesma coisa. Não era assim como hoje que você veste o *look*, é *look*. Nem roupa é, é *look*. Um veste um *look*, outro veste outro. Aí, voltando para as espada. Tinha esse São João gostoso de porta em porta. Não tinha Arraiá de jeito nenhum. E meu avô fazia a churvinha, fazia a cobrinha. Mas o que mais encantava era a churvinha, que era grossona e demorava de terminar. E nisso, painho fazia as espadas. Painho fazia muita espada, muita mesmo. E antes a gente era pequeno, não tinha tanta noção. A gente gritava: “É churvinha, joga que a gente pega de boca”, nera, mainha? [Em diálogo com a sua mãe]. Como é que era mais? “Joga cuspe”. Tudo para abusar, tudo para abusar. [A mãe acrescenta à fala]: “Essa daí eu vou pegar de boca, joga, joga”. Ficava e pulava. Antes, a farda, sabe como era? Era calça, porque hoje tem EPI<sup>37</sup>, né? Equipamento de proteção. Só que antes era uma calça *jeans* e um *short* por cima da calça [risos]. Pra gente não se queimar, é. E não tinha luva, assim como tem hoje essas proteção, esses

<sup>35</sup> Nome fictício. A entrevista foi feita em sua casa e acompanhada de perto por sua mãe, que, sentada ao chão da pequena sala, continuava a fazer o seu trabalho no crochê. Envolvida por diversas doenças, a exemplo da fibromialgia, a nossa entrevistada revelou ser, através de suas memórias e histórias, uma mulher marcada por todas as intransigências características de uma sociedade fundada em desigualdades: pobreza, violências sexual e física, descontinuidade nos estudos e exploração no trabalho são apenas algumas das questões presentes durante a entrevista. A história oral permite-nos ir além, assim como impõe-nos limites. Por respeito e consideração, muitas passagens da história de nossa colaboradora serão preservadas, mesmo quando pudessem ser articuladas com os nossos objetivos. Suas cicatrizes agora também constituem a memória deste escritor e serão mantidas ocultas.

<sup>36</sup> Aqui a colaboradora diferenciou os fogos produzidos décadas passadas por fogueteiros individuais, que, dotados da habilidade de execução de todo o processo de fabricação, prezavam pela qualidade do seu produto, algo completamente diferente dos fogos de artifício confeccionados em fábricas, que tendem a medir e reger os elementos contidos nas pirotecnias, buscando como fim a lucratividade.

<sup>37</sup> Equipamento de Proteção Individual – EPI é qualquer dispositivo voltado para evitar acidentes no trabalho, garantindo a saúde no exercício da função.

aparelhos todos aí, esses equipamentos de proteção. Não tinha tanto como tem hoje. O certo mesmo era: calça e o short e uma blusa de algodão. Essa era a nossa proteção. Não tinha capacete, não tinha esses negócios. Depois que veio capacete, que veio aquela luva que a gente dizia que era a luva do homem do lixo, né? Que é aquela luva que os homem pegava. Que hoje você nem vê pegando aquela luva grossa. Uns usa e outros nem usa, né? E nisso aí que começou a minha história das espadas. Painho fazia, meu tio, irmão dela [refere-se à mãe], Antônio C fazia. Os colegas de painho, os vizinhos tudo fazia. Antes, a gente humano, assim, era um mais chegado ao outro. Era tudo considerado como família (Conce, entrevista, 8 dez. 2022).

A riqueza do trecho é notável. A preparação de Conce para a entrada no circuito das espadas se deu ainda pequena. Circuito movido pelos fogos de artifício que precedem as espadas, pelas roupas tradicionais, pela apreensão de linguagens específicas à Guerra de Espadas e pela sociabilidade com vizinhos. Não que fosse deliberadamente consciente. Aos poucos, e sem perceber, Conce passava a fazer parte daquela coletividade, produzindo e reproduzindo rituais, falas, comportamentos, lógicas internalizadas, sentimentos. A instituição social se implantava. As roupinhas de chita, os gritos de “vou pegar com a boca” e “é chuvinha”, a mobilização de seu painho e os colegas são indicadores de que a instituição Guerra de Espadas estava em pleno exercício. Como Eric Hobsbawm (1997, p. 9) argumentou certa vez, tem-se “[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento [...]”, levando a uma reatualização do passado no presente.

Assim como muitas outras mulheres, Conce se reconhecia como membro, como pertencente. Um dar-se conta da existência através do contato com os outros. A produção da identidade local estava magnetizada às fruições da Guerra de Espadas:

Quando eu começo? Uns 10 anos, né, mainha? Uns 10 anos. Ou menos. Porque, se era berço, meu fi. Se o meu pai fazia desde novo. Eu me lembro dos meus 10 anos por aí, já envolvida. Já tava tocando já. Corisquinho mesmo. Aqueles corisquinhos, né? Guerra de corisquinho [A mãe interrompe em uma rápida fala] (Conce, entrevista, 8 dez. 2022).

E continua:

Menino, chegava junho, eu ficava doida, orgulhosa. Pense num orgulho, era eu ficar. Eu me sentia super, o que eu não sei, mas era super, diferenciada, né? Não desfazendo das outras pessoas. Era uma coisa assim que me alimentava, igual a uma festa de aniversário seu, que é só seu, né? Pode ter outras pessoas comemorando, mas é deles. Era seu, era esse o meu orgulho. Eu ficava doidazinha, doidazinha, doidazinha... Dizia: “Tu vai perder as estribeiras”. Eu nem dormia. Eu nem dormia direito para não perder o São João” (Conce, entrevista, 8 dez. 2022).

Podemos dizer que os sentimentos levantados com o envolvimento na Guerra de Espadas estão garantidos tanto às mulheres quanto aos homens. A ansiedade véspera ao São João, o sentir-se “diferenciada” e a integração comunitária fazem-se francos. Como no caso de

Lau<sup>38</sup>. Espadeiro, 35, cruzalmense, músico, nascido e criado em mais uma rua tradicionalmente reconhecida pela Guerra de Espadas: Rua da Malva<sup>39</sup>. Filho mais velho entre três, ele diz ter nascido, ou melhor, ter sido criado no meio das espadas, visto que o seu pai já as produzia quando ele ainda era criança. Sus lembranças reconstituem um passado de integração entre jovens e adultos na Guerra de Espadas:

Eu lembro [...] que eu tinha uns sete a oito anos, a gente começou a ajudar. A gente ia, participava, o pessoal batendo espada, e a gente rezando para rachar uma espada pra pegar. Pra tirar a pólvora e fazer uns besourinhos de cano. Foi aí que a gente foi entendendo e começando (Lau, entrevista, 23 dez. 2022).

O acesso direto aos materiais das espadas pelas crianças acontecia quando, no processo de fabricação, uma espada apresentasse algum desvio em sua qualidade. Ou seja, no ato de feitura, se fosse identificada qualquer irregularidade – rachaduras –, essa seria descartada, estando disponível aos jovens presentes. Em uma engenhosa manobra, os jovens aprendizes retirariam a pólvora ali prensada e reutilizariam em benefício de seus besouros. Esse dado nos leva a pensar que o acesso direto das crianças à pólvora tinha alguma restrição devido ao alto grau de risco. A força de trabalho dos mais jovens direcionava-se para outras fases da produção, como afirmou o espadeiro:

Meu pai sempre fez espadas. Eu fui criado no meio das espadas, né? No caso, aqui na rua da Malva é uma rua muito tradicional na queima de espadas e a gente foi criado aqui junto, desde pequeno era ajudando, botando o bambu para secar, o barro. A gente tinha esse trabalho de, à noite, tirar, guardar esse material, já que o pessoal mais velho trabalhava, sempre as pessoas mais novas cuidavam dessa parte (Lau, entrevista, 23 dez. 2022).

Passa-se a observar que essas pessoas foram desenvolvendo regras tácitas para a participação de jovens. Não é uma instituição sem controle. Estavam alocados em fases de poucos riscos e, gradativamente, iam assumindo novas etapas na produção. A feitura dos coriscos surgia como consequência das observações da produção. A reprodução dos atos e as conversas *in loco* forneciam o arcabouço de saberes necessários para a confecção dos coriscos. As pessoas estavam presentes no processo, “homem e mulher. A rua toda tava envolvida. Que começava desde o enfeito da rua até o casamento” (Lau, entrevista, 23 dez. 2022). E continua:

Era uma brincadeira saudável. A gente saía, às vezes, tinha um grupo que saía com instrumentos; outros tinha um carrinho de som que saía pela rua empurrando, curtindo o forró e, quando via outras pessoas que era espadeira, a gente trocava: eles jogava de lá; a gente jogava de cá. Era uma brincadeira sadia (Lau, Entrevista, 23 dez. 2022).

<sup>38</sup> Nome fictício. A entrevista com Lau ocorreu dentro de sua residência. Foi a única que durou menos de uma hora devido ao seu trabalho no bar (ou boteco) da família. Todavia, foi quando o entrevistado achou que seria possível de realizá-la. O espadeiro parou, momentaneamente, as suas funções, deixando fregueses(as) aguardando dentro do bar enquanto dava a entrevista. Sua mãe fazia a unha na sala e realizamos o trabalho na cozinha.

<sup>39</sup> Leopoldo Cezarano é o nome oficial. O nome usado comumente é rua da Malva, que também ganha destaque por ser um espaço de manutenção da Guerra de Espadas.

As informações trazidas pelo espadeiro ajudam a entender o funcionamento da Guerra de Espadas antes de se tornar uma prática tida como criminosa. Circunstanciar o momento festivo do São João ao ato da Guerra de Espadas, sem considerar a arrumação das ruas com bandeiras e fogueiras, a feitura das comidas típicas, o tradicional licor e muitas outras peripécias (o casamento na roça, por exemplo), é compreender o contexto de modo limitado. É não perceber a complexidade e a ligação desses elementos com a Guerra de Espadas. Exemplificando, podemos destacar as funções sociais das fogueiras, dos alimentos e das bebidas.

Uma observação apurada das fogueiras permite visualizá-las, também, como pontos utilizados por espadeiros e espadeiras. Uma fogueira em chamas pela rua é um canal de possibilidade para que espadas sejam acesas e tocadas. Ao mesmo tempo, as comidas e bebidas feitas para o festejo contribuem para que aquela pessoa que se deslocou do seu bairro possa se alimentar e continuar as andanças pela cidade, sem qualquer pagamento em dinheiro. Com a expressão “São João passou por aí?” as portas das casas são abertas e cada pessoa pode desfrutar dos quitutes e dos saborosos licores postos sobre a mesa.

Rodrigo Gomes Wanderley (2016, p. 29) percebeu o papel das fogueiras quando estudou a Guerra de Espadas em Senhor do Bonfim/BA, outro município em que as espadas têm grande expressividade. Conforme o antropólogo, “a porta da casa, na beira das calçadas, é onde as fogueiras são montadas. É o lugar da conversa, do chamamento para adentrar o lar, de perguntar por São João, de arrelhar o guerreiro que passa na rua [...]”. São essas as aberturas proporcionadas pelos moradores locais que facilitam o deslocamento de espadeiros e espadeiras por toda a cidade. Isso demonstra que a participação não está limitada ao ato de manuseio das espadas. Participa-se da Guerra de Espadas quando são abertas as portas das residências, quando são sinalizadas com as fogueiras que ali pode ser um ponto de apoio, quando são oferecidas comidas e bebidas. Não é difícil de imaginar que, com o passar dos anos, determinadas casas, ruas e bairros tornem-se locais de passagem quase que obrigatórios por espadeiras e espadeiros, pois há a certeza de que os moradores e as moradoras aguardam por suas visitas.

Com isso, passamos a enxergar uma intrincada estrutura erguida pela população local que viabiliza a Guerra de Espadas. Era muito comum, ao virar a esquina, encontrar mesas postas no meio das ruas, um tipo de desafio aos mais corajosos e corajosas. Mesas repletas de comidas que, quem conseguisse alcançá-las, poderia se deleitar com as mais deliciosas guloseimas. A espadeira Lia relatou sobre:

Tinha o Ou Corre, ou Morre<sup>40</sup>, no Pulo do Bode [rua 2 de julho], que a gente participava, mas lá só ia quem tinha muita coragem mesmo. Nem todo

---

<sup>40</sup> O *Mortal Combate* ou o *Ou corre, Ou Morre* era mais uma entre as muitas invenções dos populares para dar sentido à Guerra de Espadas em logradouros e bairros. No presente caso, a dinâmica estabelecida pelos moradores da rua e adjacências era bastante criativa. Um dos organizadores fazia a sua entrada dentro de um caixão, e, no momento de sua saída, todos acendiam as espadas, dando início à batalha. Obviamente que havia uma encenação para isso. O interessante era notar que, durante o acontecimento, pessoas da rua exerciam alguns papéis, como no caso do espadeiro Roque, que, tendo em suas mãos uma lona preta, pulava para pegar as espadas que passavam por ele como se fosse um goleiro de futebol. Famosa por sua inserção na Guerra de Espadas, o Pulo do Bode era uma localidade respeitada por espadeiros e espadeiras pelo elevado número de espadas que ali eram tocadas e pelo risco que apresentava. No ano de 2024, curiosamente, a queima de espadas se deu com certo vigor, animando antigos moradores espadeiros e espadeiras do local. Soubemos disso por meio de conversas com residentes de lá.

membro da Esquadilha ia. E eu tava lá colada, não perdia um. Tinha a Mesa do Escoteiro que a gente participava. Eles botavam uma mesa, botavam um sofá, botavam uma mesa cheia de comida e muita espada. Então, só ia lá quem tinha coragem (Lia, entrevista, 10 set. 2021).

Toda essa análise abre caminho para perceber que a Guerra de Espadas é uma instituição que resiste até mesmo quando voltamos os olhares para a questão da segurança pública. Se, pelo modelo atual (uso de câmeras, segurança privada etc.), o Outro, aquele que adentra em sua casa sendo desconhecido, é um potencial inimigo, na estrutura montada através do tempo pela Guerra de Espadas, o desconhecido é alguém a ser esperado, recebido e estimado. As portas são abertas. A confiança na coletividade supera os valores individuais. O espadeiro/policial Beto, que será devidamente apresentado mais adiante, relembra de como as coisas aconteciam na época de São João na década de 1980:

Filipe: A gente está falando, mais ou menos, da década de 80?

Beto: Oitenta, oitenta. Década de 80. Ou até antes, 78. Década de 80. Basicamente, década de 80.

Filipe: As pessoas abriam as portas?

Beto: Abria, todo mundo, a rua toda, de ponta a ponta. Aqui, se você chegasse nessa rua aqui, você passava o dia. Que só aqui você entrava em todas as casas, a porta era aberta. Casa aqui, da vizinha aqui, chegava o São João com 60 pessoas. Nessa casa aqui [aponta para a casa da vizinha]. E todo mundo gostava aí, todo mundo tocava espada. Até a anfitriã adorava espada (Beto, entrevista, 13 ago. 2021).

A Guerra de Espadas funciona como o oposto da lógica do condomínio. Os condomínios aderem à perspectiva privatista, regulada e excludente. Já as casas que se espalham pela cidade, inseridas no simbólico tradicional da Guerra de Espadas, revelam o comunal, o costumeiro e o inclusivo. A permanência da Guerra de Espadas no seio social evoca discussões no âmbito macro da sociedade capitalista contemporânea<sup>41</sup>.

As pessoas estão inseridas nesse complexo de relações. O São João, em Cruz das Almas, não pode ser desassociado da Guerra de Espadas. A chegada do período junino é, como podemos perceber, retornar e reatualizar os laços entre indivíduo e coletividade. O espadeiro Vando<sup>42</sup>, 38, bombeiro militar, pardo e cruzalmense, direciona o seu relato para as memórias de infância. A marca das espadas em sua juventude é indelével:

<sup>41</sup> Essa dinâmica já se apresenta em Cruz das Almas e tem ganhado força. Extensões de áreas públicas passam a ser privatizadas, tornando-se inacessíveis ao uso público (Azevêdo, 2003). Concretamente, tal modelo carrega implicações para a Guerra de Espadas a qual acaba perdendo espaço físico para a sua disseminação. Em Cruz das Almas, por exemplo, já podem ser encontrados os condomínios Palm Ville, Villa Real e Golden Ville. São os famosos *AlphaVille*, modelos importados na década de 1970 para o Brasil e que, como afirmou Christian Dunker (2017, p. 6), indicam que “a lógica do condomínio tem por premissa justamente excluir o que está fora de seus muros”.

<sup>42</sup> Nome fictício. A entrevista com esse espadeiro revelou um nível de complexidade ainda maior sobre o tema da Guerra de Espadas. Isso porque percebemos mais uma instituição fortemente presente em seus discursos: a religião. Acreditamos que empreender pesquisas que cruzem as representações de grupos evangélicos sobre a Guerra de Espadas, em Cruz das Almas, pode favorecer para o entendimento

Meu pai, ele era assim: acho que em algum momento da vida dele, ele tinha aquela admiração, mas nunca foi um incentivador, até pelo risco, né? Ele, assim: eu passei a ter contato mais com o meu pai a partir dos 10 anos de idade. Foi quando ele retornou para Cruz das Almas. Mas assim: ele sempre me alertava, porque desde novinho eu comecei a fazer corisco. Então, com 10 anos de idade eu fabricava o meu corisco, fazia todo ano 10 dúzias, desde novinho. 10 anos, não. Vamos botar com 12 anos, eu comecei a fazer, né, os coriscos. Aí, todo ano eu fazia. Chegava dia 15 de junho, você vê que eu sou tão apaixonado que eu hoje estou na contagem regressiva para o de 2022. Então, quando dava 25 de junho, além de eu já estar super triste, porque é a data mais distante do São João, eu vivia essa melancolia e até hoje eu vivo, e dia 25 eu já começava a juntar tubo para fazer os coriscos, né? Então, eu juntava, porque eu fazia na casa de meu colega, Serginho, a gente era guri de infância, os pais dele deixavam fazer na casa dele. Na casa de minha mãe não tinha espaço para fabricar, então, a gente fazia. Tinha o irmão mais velho dele que ajudava a gente, supervisionava, principalmente a questão da pólvora que tinha o maior risco. Então, a gente tinha todo esse cuidado (Vando, entrevista, 31 ago. 2021).

A melancolia sentida por Vando é o típico sentimento que impacta espadeiros e espadeiras quando se deparam com o fim do dia 24. Muitos se juntam nas últimas horas do dia para contar sobre suas aventuras, queimaduras, dar risadas, chorar e projetar o próximo ano. Sabem que aquele é o momento da despedida dos amigos e familiares que voltaram à Cruz das Almas para o período junino. Cabe salientar que essas histórias, ao serem contadas entre os pares, constituirão memórias. Até aqui, conseguimos observar cinco mecanismos de projeção de memórias individual e coletiva: a produção das espadas, as personalidades, as ruas (ou bairros), os signos linguísticos e as histórias contadas na Guerra de Espadas.

É no jogo do envolver-se com o outro que as memórias se produzem, assim como as identidades aparecem. Michel Pollak (1992), ao discutir sobre a memória e a identidade na história oral, observou que essas duas dimensões são interdependentes. Demarcar, historicamente, a integração com certos espadeiros e espadeiras, o pertencimento a tal bairro ou rua, expressar formas de falar peculiares à instituição social em voga é negociar a memória e a identidade. Os relatos dessas pessoas informam a existência durável no tempo, mas não sem contradição, de uma comunidade cultural em prol de uma instituição social: a Guerra de Espadas. Se, de um lado, as tendências estigmatizantes forjam a criminalização da Guerra de Espadas, por outro, as memórias de espadeiras e espadeiros aparecem como força contrária, indicando uma historicidade de práticas realizadas por aquelas pessoas.

São esses elos identitários que darão as condições de possibilidade de resistência na Guerra de Espadas. Como situado no relato, Vando é um militar que continuou, mesmo com a proibição, a produzir e tocar espadas. Em diversas passagens da entrevista, ele se percebe declarando que permanecia na prática. Um desses momentos é visível quando perguntamos se suas irmãs participam da Guerra de Espadas:

---

de como essas religiões se relacionam com a cultura popular. Por uma questão óbvia de objetivos desta pesquisa, não abordaremos essa temática, o que ampliaria demasiadamente o campo de análises, tornando a nossa proposta inviável. Mas podemos indicar, como hipótese, que determinados grupos religiosos ou vertentes religiosas tendem a projetar nas práticas populares classificações pejorativas e até pecaminosas, dando a entender que são práticas não compatíveis com os pressupostos daquela religião. Por mais que estejamos de frente a um relato pessoal de micro escala, como sinalizou Alessandro Portelli (2001, p. 27), “a disposição dos caracteres pode ir da história de vida de um indivíduo à reconstrução do cerne de um processo envolvendo milhões de pessoas; a meta geográfica pode ser um trabalho de campo, uma vizinhança, uma cidade, um fenômeno internacional [...]”.

Já, já. Algumas irmãs. Têm... [Nesse momento ele fala baixo e pergunta: “posso falar de recente”? A preocupação do entrevistado é com o fato de reconhecer a continuidade da produção das espadas, mesmo estando criminalizada]. Geralmente, na questão de botar papel, né, depois da espada estar toda batida. Depois que eu fazia a broca. Aí, eu pedia ajuda, às vezes até para escovar. Eu ensino como é e, principalmente, como cortar o papel e colocar o papel com a borracha do jeito que a gente faz. Então, o aporte sempre foi mais nessa questão. E tocar, uma ou outra, com essa questão da proibição, né, exposição realmente fica complicada, as pessoas ficam com medo. Então, hoje a gente evita, né, essa questão. Mas assim: minhas irmãs saem comigo no São João, a gente vai avaliar. [Durante esse último trecho, o vizinho ligou uma serra elétrica para o corte de madeira, o que causou ruídos na comunicação. A máquina ligada provocou grande desconforto e mudamos de lugar nesse momento]. Sempre a ajuda foi essa e participar, né, da cultura e vendo. E a coisa, assim, muitas sobrinhas minhas. Teve uma mesmo, têm uns três anos, né, que ela tocou uma espada, uma alegria retada e, uma espada, depois, queimou o pé dela e ela ficou super feliz, porque agora “eu sou espadeira”. Então, o fato dela ter queimado (Vando, entrevista, 31 ago. 2021).

O espadeiro Vando não só continuou produzindo e tocando suas espadas como alguns de seus familiares foram sendo introduzidos à dinâmica, mesmo que com certas restrições causadas com advento do crime. Nesse sentido, não sendo policial militar, mas bombeiro militar, torna-se imperativo perceber de que modo ele, o espadeiro/militar/religioso, manuseia as inevitáveis contradições de suas identidades. Destacamos duas passagens que remetem a essas questões e que informam, de alguma maneira, a força institucional da Guerra de Espadas na construção de seus pensamentos e ações. É a história e a estrutura que se esbarram no cotidiano, fornecendo condições aos indivíduos de atuarem socialmente:

Filipe: Você continua sendo evangélico?

Vando: É, em meus preceitos, sim. Hoje, eu não tenho [inaudível], que eu frequentava com assiduidade, né? Mas, assim: eu encarei a situação e tentei me desvencilhar um pouco, né? Eu cheguei até a conversar com o líder da igreja, o pastor, que é um cara muito culto, uma pessoa muito respeitada na cidade, e uma vez eu cheguei a perguntar a ele: “Pastor, tocar espada é pecado?” Ele falou: “Não, tocar espada não é pecado. O pecado é a intenção, né, qual a intenção que você vai fazer ao tocar uma espada?” Como você vai fazer uma espada? Porque assim: na bíblia não tem nada que associasse a espada ao pecado. Só que, infelizmente, as pessoas crescem e diz que tudo é pecado. Até aquilo que Jesus nunca pregou que é pecado, as pessoas inventam que é para tornar, realmente, a questão da religião um peso, né? Então, eu sofri muito. Toda vez que chegava perto do São João, antes de eu me converter mesmo, eu entrava, ficava o ano todo na igreja, quando chegava junho, eu saía. Aí, quando era agosto para setembro, eu voltava. Todo ano. Aí, chegou um momento assim, entre os meus 16 anos, né, que eu fui mesmo. O último ano que eu curti, pedindo perdão a Deus que, na minha mente, que aquilo era pecado, fui, mas depois passou o São João, agradei a Deus por não ter tido nada comigo. E, aí, eu me converti, fiquei um período aí, velho, sem curtir. Mas nesse período em que eu não curtia, eu participava olhando, né? Era a minha forma de lidar com a saudade. Mas, assim, eu sofria muito. Foi um

momento difícil, porque eu sou apaixonado pelo São João, forró, eu escuto forró o ano todo (Vando, entrevista, 31 ago. 2021).

Assim, Filipe, eu na condição de militar, entra até a questão do ego. Porque assim: quando você entra no militarismo, você acaba tendo certos entendimentos. E você, querendo ou não, quando você coloca uma farda, você está representando o Estado. E você na condição de uma autoridade, você tem que ser respeitado. Às vezes, eu acho que as pessoas têm que ter isso em mente. O policial pode até tá errado, mas eu tenho que respeitar ele que é autoridade. E, assim, acho que no início da proibição, a gente sofreu muito com isso. Não só a sociedade, mas o próprio policial. O próprio policial não soube lidar com a situação. Porque, imagine aí, você tá portando arma, você saber que não vai poder sair atirando, né, e do outro lado pessoas com bambu pegando fogo e sendo lançado contra você. Pessoas usando também, até da própria situação, para entrar na questão do vitimismo, a gente sabe que acontece, né? Então, assim, é uma situação que é uma situação atípica. Situação nova e quando a gente lida com o novo é difícil, não é fácil. Então, acho que foi difícil pro policial, foi difícil pra sociedade. De repente, imagine, você cresceu, você novinho, 5 anos, você começando a tocar os seus primeiros fogos. Você vai tocando coriscos, vai pra espadinha número 6, vai pra espadinha número 8, espadinha número 10, chega em espada. Você participa de vários anos tocando espadas, se alegrando com a tradição e, de repente, chega uma lei: “É proibido, Filipe”. Então, assim, você não vai encarar isso de forma fácil, né? É um *back*. Porque você sabe a influência que aquilo na nossa vida. A tradição das espadas, ela é muito forte na minha vida, entendeu? Então, assim, não é fácil pra sociedade. Os órgãos têm que ter esse entendimento, porque a gente vê pessoas de 80 anos que ainda é espadeiro. Pessoas que criou gerações, né, fazendo espada e isso pra ele é, imagine aí. Você chegar hoje pra [inaudível, refere-se a um caso hipotético] meu avô: “Tudo o que você viveu é mentira, é ilegal”. Imagine para uma pessoa dessa, né? (Vando, entrevista, 31 ago. 2021).

Os dois relatos são ricos no quesito resistência e negociação. Ao mesmo tempo em que o seu autor demonstra resistir aos empecilhos oriundos dos mundos metafísico e físico, ficam manifestos os demarcadores tradicionais da Guerra de Espadas. É, assim como Thompson (1998, p. 152) argumentou, uma economia moral que permite o contraponto. Do mesmo modo que o historiador inglês interpretou os motins da fome na Inglaterra do século XVIII, tomado de um instrumento analítico capaz de esvaziar as explicações esdrúxulas e elementares da economia, podemos, aqui, reconhecer a sua potencialidade enquanto categoria para a compreensão do fenômeno Guerra de Espadas. Os conflitos físicos, simbólicos, psicológicos e discursivos, expressos no conjunto dos relatos de espadeiras e espadeiros até aqui considerados, advêm, para usarmos as palavras de Thompson, “[...] da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade”.

O espadeiro Vando formula suas críticas à religião e à lei a partir do passado, por meio de pessoas que dividiram ou dividem com ele o mesmo sentimento e que compreendem uma comunidade legitimadora da prática. As cartas jogadas para fundamentar suas projeções são racionais, fazem parte e operam em conjunto com muitos outros espadeiros e espadeiras. Cartadas essas retiradas nem de leis positivas, nem de leis sobrenaturais, mas de um corpo social que há mais de um século concebe a Guerra de Espadas como direito comum.

As contribuições da Sociologia são notáveis nesse quesito, pois ajudam a melhor dimensionar a questão. Quando colocamos as ações dos espadeiros e espadeiras integradas ao tempo, ao espaço e à coletividade, conseguimos extrair sentidos desses movimentos. Ou seja, são ações sociais orientadas subjetivamente (Weber, 1987) por serem magnetizadas por subjetividades e preenchidas de sentido que as atitudes, sejam elas linguísticas, físicas ou simbólicas (e até mesmo as omissões), de espadeiros e espadeiras, tornam inteligíveis. O que estamos fazendo aqui é tentar compreender e interpretar os múltiplos significados presentes nas relações que esses atores e atrizes imprimem no seio social.

Até o presente momento, apresentamos duas espadeiras e dois espadeiros que nasceram no seio da Guerra de Espadas e, portanto, facilmente cooptados(as) pelo ambiente social. Seria, então, importante considerar duas novas categorias: a categoria dos que não eram do lugar e se integraram e, por outro lado, a dos que eram do lugar e romperam com os valores da instituição Guerra de Espadas. É aqui que encontramos o espadeiro Beto<sup>43</sup>. Policial reformado, nascido em Santo Antônio de Jesus, em 1967, Beto vai chegar ainda jovem em cidade de Cruz das Almas. No ir e vir entre localidades, a sua família acabou se ajustando em definitivo no município cruzalmense:

Meu pai trabalhava como encarregado de manutenção em rodovias, construção de rodovias, aí sempre a nossa família estava se deslocando. Nós éramos nômades, não tinha uma habitação fixa naquela época. Aí, na época em que estava fazendo essa BR 101, se eu não me engano, não tenho certeza, aí meus pais vieram para aqui, para essa rua mesmo. Aí, moramos aqui em uma casa aqui próximo. Aí, ficamos um tempo aqui. Aí, depois foi transferido para Queimadas, na Paraíba. Aí, fomos todos para a Paraíba. Aí, depois retornamos aqui para Cruz de novo. E nisso começou o projeto aí da Barragem da Pedra do Cavalo. Aí, meu pai começou a trabalhar lá na Pedra do Cavalo e nisso nós nos instalamos aqui. Só nessa rua aqui morei. Já é a quarta casa, que a gente nunca saiu aqui dessa rua. Aí, minha mãe e minha tia foram trabalhar na Saci Modas e nisso permaneci aqui o tempo todo. Estudei no CEAT, o curso, hoje é fundamental e médio, não é isso? (Beto, entrevista, 13 ago. 2021).

Como observamos anteriormente, as espadas se espalharam por todas as vias, becos e vielas da urbe. Não seria tão difícil de imaginar que a família de Beto se instalasse exatamente em uma dessas ruas que movimentavam as engrenagens da Guerra de Espadas. Os espaços de socialização em que Beto se inseriu já estavam embebecidos por valores, regramentos, significados e signos de uma instituição que ela ainda desconhecia. É na adolescência que começa a se embrenhar, trocando conversas, observando e se misturando lentamente no processo de confecção das espadas. Novamente, o seu relato reluz elementos profícuos que

---

<sup>43</sup> Agradecemos ao espadeiro pela boa vontade em ceder a entrevista em sua residência. Beto, pai de um adolescente, uma criança e esposo de uma professora (espadeira), emana paixão pela Guerra de Espadas. A entrevista foi realizada numa tarde de sol. Aguardei sentado na varanda até a sua chegada, juntamente com a do seu filho mais velho. Bom, ao se desculpar pelo atraso, já sinalizava o motivo do mesmo: a fabricação das espadas. Toda a entrevista foi acompanhada pelo seu filho, que, sentado ao lado, fornecia alguma lembrança experienciada na Guerra de Espadas. Quando finalizamos os trabalhos, Beto ainda desejava mostrar algumas centenas de fotografias guardadas, com muito cuidado, em seu pen drive. Fotografias que atravessavam décadas. Uma, especificamente, chamava bastante a atenção. Era a de seu amigo, também policial militar, que tocava uma espada vestido com a farda da polícia. Infelizmente, não conseguimos a permissão para publicá-la.

caracterizam o macro da Guerra de Espadas. Isto é, os relatos orais ultrapassam níveis individuais e permitem acomodar relações mais amplas que dão sentido ao objeto dentro de um contexto:

Eu deveria ter meus 14, 15 anos e aqui também tinha uma fábrica de fogos de artifícios, em frente de minha casa aqui. Seu Nozinho Fogueteiro. Nozinho Fogueteiro. Aqui tinha muita gente, aqui, eu não sei se eu tô falando, se até da alta sociedade que todos vinha comprar espada na mão desse. Tinha Luizinho Cotó, fogueteiro, que era logo depois da rua da Igrejinha, fazia muita espada. Tinha aqui atrás o pessoal da família de Zé Dalto. Aqui na fábrica, aqui fazia muita espada. [recordando dos lugares e dos antigos moradores]. Tinha o seu Tonhão, marido de Bá do Acarajé, muitas espadas ele fazia, espadas muito boas. Seu Manhoso. Todo esse pessoal, de vez em quando, via tudo. E depois de um tempo, eu não me recordo quando foi, se foi quando eu estudava, Joca, irmão de... fez muitas espadas nessa casa aqui. Muitas e muitas e muitas espadas. Eu só vivia entocado aí dentro, entendeu? E nisso aprendi muita coisa com Joca e outras pessoas que faziam com eles aí, e nisso você vai olhando e adquirindo conhecimentos (Beto, entrevista, 13 ago. 2021).

Pessoas e ruas. Essa é a associação que identifica os lugares. Mesmo que cada logradouro possua o seu registro oficial – rua 2 de Julho, rua da Estação, rua Santo Antônio etc. –, o reconhecimento faz-se pelas pessoas que ali residem ou frequentam. A identidade espaço/temporal deriva das personalidades. Por isso, talvez, quase todas as ruas da cidade necessitassem de um ou vários espadeiros para chamar de seu. Se Lia tinha o Luiz Fogueteiro, Conce tinha o seu painho e avô; e Beto trazia muitos outros nomes, como Nozinho Fogueteiro, Luizinho Cotó, Zé Dalto e Joca<sup>44</sup>. Por ser mais velho, Beto também identificou a singularidade do período ao situar a presença simultânea de fogueteiros e espadeiros.

A dificuldade de Beto em demarcar precisamente quando ele aprendeu a fazer espadas é uma das características marcantes da Guerra de Espadas. Instituição na qual os envolvidos absorvem os valores, os significados, as formas de *fazer* e *ser* pelo cotidiano. Um estar presente cotidianamente entre os sujeitos produtores era a única condição para que Beto também se tornasse um deles. Isto é, nas trocas, nos compartilhamentos, no trabalho coletivo, nas observações, na reciprocidade. Consequentemente, as divisões iam aparecendo e cada pessoa ocupava um espaço no processo, como lembrou Conce:

Aí, um dava uma coisa, outro dava outra coisa. Um dava o salitre. Um outro pegava, que trabalhava. Painho mesmo botava os bambu logo para secar, que ele fica aí de dia, como ele trabalhava de noite, ele ficava assim. Aí, vinha um rapaz chamado Nego Tonhe, que era um rapaz bem grossudo assim [refere-se ao físico do homem], um negão mesmo, desaforado e pegava e encerava [fase de encerar o sisal para enrolar no bambu], botava de um poste a outro. Rapaz, quando a gente via aqueles postes tudo cheio de cordão encerando, era a alegria. São João já estava pra chegar. Aquelas comida gostosa e era fogueira. Saía todo mundo assim, suas turminhas: “São João passou por aqui?”, e aí vai. Um ia em uma casa, um ia em outro. A minha história da espada começou assim (Conce, entrevista, 8 dez. 2022).

<sup>44</sup> Conhecemos o espadeiro Joca. Apesar de ser citado por Beto, Joca não era morador da rua Santo Antônio, mas da rua Dois de Julho, conhecida popularmente como Pulo do Bode. A sua presença é reveladora da mobilidade existente entre espadeiros e espadeira por toda a cidade.

Vale tanto para os homens quanto para as mulheres, como demonstra Conce. Precisamos lembrar que Beto surge como um novo morador que vai sendo introduzido às dinâmicas da Guerra de Espadas. Podemos afirmar que é na sua adolescência que ele passa a se deparar e assimilar toda a carga cultural. Diante disso, temos, primeiro, as experiências sociais que darão a ele condições de se ver enquanto um espadeiro. Já no final da década de 80, por animação de um amigo e por almejar melhorar de vida, Beto decide tentar o concurso da Polícia Militar da Bahia e passa:

Aí, fui trabalhar como ajudante de pintor, com o pai dele, de Eliel, seu Edinho, Edinho pintor. Morou muito tempo na rua da Estação lá. Aí, eu estava em Salvador trabalhando e Eliel chegou, já era soldado, informando que abriu concurso de novo. Eu disse: “pô”. Aí, ele trabalhava [inaudível] que era da banda de música. Aí, ele: “Vai lá na Vila, se inscreve”. Aí, eu fui e me inscrevi. Aí, fiz o concurso e passei no concurso. Aí, vim fazer o meu curso de formação aqui no CEFAP, em Governador Mangabeira, onde hoje é o IF. Permaneci 11 meses aí no curso, depois fui para o 14º Batalhão, em Santo Antônio de Jesus, onde eu trabalhei de 90 a 92. Fiz o curso de cabo, cabo da PM, e retornei para o CEFAP. Concluí o curso e permaneci lá durante 10 anos, no CEFAP. Aí, trabalhei exercendo atividade de magistério no CEFAP. Depois o CEFAP saiu daí de Mangabeira, foi para Salvador, em Ondina. Aí, trabalhei em Salvador, mas eu não quis ficar por lá, em Salvador. Aí, consegui a transferência para aqui, para Cruz das Almas mesmo, 27º. Aí, trabalhei em Mangabeira com o irmão de Eliel, sargento, que hoje é tenente Neto, está na reserva também. Aí, depois fui para o Almeida, levei oito dias. Depois consegui uma transferência para o batalhão rodoviário, fiquei na 5ª Cia que é em Santo Antônio de Jesus. Lá permaneci durante 16 anos até me aposentar, cá fora (Beto, entrevista, 13 ago. 2021).

A partir desse momento, Beto se insere em uma outra instituição social que lhe acompanharia por toda a vida: a Polícia Militar. Todavia, Guerra de Espadas e Polícia não pareciam estar em lados opostos. O espadeiro Beto caracteriza isso muito bem. Ele, durante muitos anos, trocou dias de serviço com os seus colegas policiais para que pudesse participar ativamente da Guerra de Espadas. Tornou-se tão próximo das espadas que, nos dias 23 e 24 do mês junino, até pagava para que outras pessoas lhe cobrissem:

Dessa minha vida toda, minha vida toda de polícia, eu só não participei de um São João, um. Porque eu estava recém-chegado de uma unidade, recém-chegado de uma unidade, e eu não consegui naquela época uma permuta. Mas, mesmo assim, eu cheguei lá meio-dia. Conversei lá, foi dia 23, [inaudível] dia 24. E os outros serviços tudo foi permuta. Pagava para alguém tirar ao meu serviço, pagava até alto (Beto, entrevista, 13 ago. 2021).

Rapaz. É porque existia as escalas minhas. Inclusive, eu já levei espada para enrolar em Companhia, já levei espada para colocar papel no CFAP45, tudo eu fazia, isso tudo. Chegava de noite, ficava, às vezes, lá na Companhia só. E eu, para não perder tempo, levava um [inaudível], um gancho. [inaudível] cheio de bambu. O que eu pudesse enrolar, eu enrolava tudo. Enrolava só na mão (Beto, entrevista, 13 ago. 2021).

Não apenas pagava a outros policiais para que ocupassem o seu lugar no trabalho, como também utilizava o próprio ambiente para agilizar a produção de suas espadas quando necessário. O espadeiro/policial nos leva a compreender o ampliado espaço de articulação em

<sup>45</sup> Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.

suas ações e de como essas estão impregnadas pelos padrões culturais da Guerra de Espadas. Como nos relatou, essa prática era comum entre os policiais que participavam da Guerra de Espadas antes da criminalização.

Por fim, o policial Alex<sup>46</sup>. Nascido no ano de 1978 e tendo uma trajetória bastante similar com a do espadeiro/policial Beto, Alex residiu em muitas cidades até fincar os pés em Cruz das Almas: “E eu morei em várias cidades, pelo fato do meu pai era caminhoneiro, né, então, Nazaré das Farinhas. Morei em algumas cidades do Recôncavo – Mangabeira, Muritiba – e vim para Cruz das Almas no ano de 1992. Fevereiro de 1992” (Alex, entrevista, 15 set. 2021). Em Cruz das Almas, ele finalizou os ensinos fundamental e médio, recebendo o diploma de técnico em contabilidade. Como muitos que chegaram à cidade durante as décadas de 70 e 80, período que marca a construção da Barragem Pedra do Cavalo e da BR 101, o policial, durante anos de vivência, fez amizades e acabou se aproximando da Guerra de Espadas. Assim recorda de sua participação:

Filipe: O senhor chegou a participar da Guerra de Espadas? Chegou a produzir ou participar em algum momento?

Alex: Eu cheguei aqui adolescente, na adolescência, na juventude. E eu, por influência de alguns amigos, participei do fabrico. Não a mim mesmo, mas pra terceiros acabei fabricando. Aí, tinha aquele processo, que eu considero até trabalhoso, é o processo de adquirir os materiais: bambu, barro, os materiais pra pólvora, que o pessoal compra, carvão. Tinha a seleção do carvão. Tem carvão que é melhor, queima melhor. Carvão de Embaúba, Embaúba, se eu não me engano. É uma árvore e esse é um carvão que queima melhor. Então, o pessoal faz essa seleção. Limalha. Então, são muitos materiais que são utilizados na confecção das espadas. E, aí, tinha o cordão que tinha que encerar com parafina, com a cera. Tudo feito artesanalmente. Participei desse processo: encerar, enrolar o bambu, botar o bambu pra secar, o barro pra secar, enrolar o bambu, serrar, bater a espada (que é pilar o barro ali dentro). Dar aquela consistência, depois a pólvora. Outra camada de barro, fechar ela e até fazer espada, pro processo de broca, né, até furar. Fazer o furo e depois coloca mais um pouco de quantidade de pólvora e aí, depois de botar o bocal, que é aquele papel colorido nas pontas, ela tá pronta. Ela tava pronta pra tocar. Agora, eu participei fabricando para um colega. E um fato curioso, não sei se posso falar aí, posso falar? (Alex, entrevista, 15 set. 2021).

O que o policial Alex chama de influência, já dando sinais de uma mudança de posicionamento com relação à Guerra de Espadas, chamaremos de condicionamentos e relações sociais. É difícil acreditar que um jovem rapaz que chegara em um município marcado por uma

---

<sup>46</sup> Entrevistamos o policial Alex em sua residência. Observamos que ele é um homem que simpatiza com a leitura, visto os livros expostos em sua sala e o encadeamento de sua fala. Consegue refletir criticamente sobre termos comumente utilizados, evitando, na maior parte da entrevista, ser lido como uma pessoa que usa as palavras aleatoriamente. Se colocou como um policial que dialoga nas situações cotidianas de seu ofício. Assim como o espadeiro/bombeiro Vando, a religião opera com força em suas atitudes e pensamentos. Porém, quando interrogado sobre a ligação Guerra de Espadas e religião, demonstrou-se capaz de não estigmatizar a cultura das espadas, mesmo quando a entendida como irracional. Talvez seja esse o limite de suas reflexões: confiar demasiadamente que a Guerra de Espadas é esvaziada de racionalidade. No mais, buscou passar uma imagem de bastante seriedade e frieza durante a entrevista, mas sempre educado. Nome fictício.

forte tradição não fosse envolvido por ela. Ativa ou passivamente, os impulsos se fizeram presentes. Do mesmo modo que os demais, Alex aprendeu os principais passos da feitura das espadas. Mas deixemos que ele continue e conte-nos sobre o fato curioso:

Filipe: Pode, claro. Fique à vontade.

Alex: Aproveitar o embalo. Um processo curioso, que eu lembro agora, é que, esse rapaz que eu ajudei a fabricar, né, não vou citar o nome porque é um fato conhecido de todos, notório, esse rapaz chamado XXXXXXXX, ele foi vitimado por uma espada e veio a falecer futuramente, né? Anos depois, ele foi vitimado por uma espada. Já chegando em casa depois de tocar, de brincar, ele andava todo equipado – capacete, bota –, com tudo, mesmo assim, chegando em casa, já depois de brincar, na Guerra de Espadas, né, uma espada veio de longe, ela tem esse processo também de subir, às vezes, subir e depois descer. E com o próprio peso dela, mesmo apagada, ela pode atingir os telhados ou alguma pessoa, foi o que aconteceu. Essa espada, não sei se foi acesa ou apagada, mas atingiu a nuca dele e, ele apesar de atleta, um cara forte, né, e também com experiência nessa brincadeira, mas acabou sendo vitimado pela própria espada, né? Que é um dos pontos negativos da queima de espadas. É esses riscos que ela traz, não só ao patrimônio, mas também à própria vida de pessoas que vieram a falecer ou na brincadeira, ou no próprio fabrico (Alex, entrevista, 15 set. 2021).

Sem dúvidas, a Guerra de Espadas é uma manifestação cultural arriscada. Aquelas e aqueles que participam sabem muito bem dos perigos e dos infortúnios permanentes que uma espada pode causar a si ou a outrem. O que chama a atenção no relato do policial Alex é que, apesar de sua saída do círculo dos espadeiros e espadeiras com os quais cresceu, suas palavras ainda mantêm uma relação orgânica quando se refere às espadas de fogo. Isso acontece por saber que aqueles(as) que mantêm a resistência na Guerra de Espadas são as mesmas pessoas com as quais conviveu quando de sua juventude. Para esta tese, a saída do policial da prática das espadas tem grande validade, pois demonstra que as estruturas socioculturais não determinam os indivíduos. Se assim fosse, a história estava morta.

Chegamos até aqui e, agora, precisaremos de um parêntese para definirmos o que chamamos de comunidade e de que modo esses atores e atrizes se posicionam dentro ou fora dela. As sociedades burguesas conseguiram fornecer aos indivíduos a possibilidade de escolha. As integrações primárias, ou “naturais”, ao que conhecemos por comunidade foram sendo derrubadas progressivamente. Para Agnes Heller (1970), está no desenvolvimento da individualidade a virada de chave de toda essa modificação. Ou seja, fazer parte de uma dada comunidade deixava de ser uma obrigatoriedade, uma imposição absoluta, e passava a constituir o campo de escolhas das pessoas. É o que identificamos com nossos colaboradores e colaboradoras em suas entrevistas.

Porém, com cuidado, Heller fazia a seguinte afirmação ao definir comunidade:

A comunidade é uma unidade estruturada, organizada, de grupos, dispondo de uma hierarquia homogênea de valores e à qual o indivíduo pertence necessariamente; essa necessidade pode decorrer do fato desse “estar lançado” nela ao nascer, caso em que a comunidade promove posteriormente a formação da individualidade, ou de uma escolha relativamente autônoma do indivíduo já desenvolvido (1970, p. 70-71).

Assim, não se perde a comunidade com o advento da individualidade. Individualidade e comunidade não são opostas. O que muda é a relação. Passa-se de uma dimensão rígida de comunidade para a dimensão “*construída, livremente escolhida*” (Heller, 1970, p. 76).

Voltando ao policial, a sua postura será fundamental para o encadeamento argumentativo que propomos nesta tese. Alex, assim como muitos outros policiais ou policiais/espadeiros, preserva contradições sobre a instituição. Para ele, com o passar dos anos e com o advento de sua maturidade, a cultura das espadas passou a ser identificada pela sua “irracionalidade”. Entretanto, também percebeu que, no fim, há uma instituição social fecunda e amplamente enraizada nos poros do corpo social cruzalmense:

Bom, eles, esses praticantes, os resistentes, o pessoal que ainda insiste em tocar espada, inevitavelmente, são marginais. Não no sentido pejorativo, mas no sentido de que estão à margem da lei. Não diria vagabundos porque, na verdade, há pessoas de várias esferas sociais que têm a prática, inclusive comerciantes, pessoas influentes, pais de famílias, né, pessoas de alta sociedade. Eu me lembro que nesses anos, nesse início da proibição, até advogados foram detidos fazendo a queima de espadas na região de Muritiba. Um advogado, ele foi preso fazendo a queima de espadas já sendo ela proibida. Então, assim, nessa questão cultural envolve muitas classes. Não só o povão, mas as pessoas de classe média, as pessoas influentes, comerciantes, advogados, como eu citei, né, e outras classes também aí. E por isso, não necessariamente, seriam vagabundos, mas marginais no sentido de estar à margem da lei. É uma palavra até que soa bem pejorativa, mas é uma realidade. E assim, a meu ver, hoje, eu vou crescendo e também amadurecendo na questão do conhecimento e de avaliação da cultura da espada, olhando pela razão, olhando como pai de família, eu vejo uma cultura prejudicial e danosa. Tanto ao patrimônio público, de queimar, pichar paredes, quebrar telhados, quanto perigosa aos próprios fabricantes e participantes da cultura. Porque a espada, ela já ceifou muitas vidas, tanto no fabrico com explosões quanto na queima. Então, racionalmente, ela é uma cultura danosa, eu vejo assim, resumo assim. Embora na juventude, pra gente, tudo é festa, não há uma racionalização do ato. A gente pratica por influências, por até inconseqüências. Mas, hoje, eu resumo como uma cultura, independente de ser crime ou não, eu considero uma cultura danosa (Alex, entrevista, 15 set. 2021).

As mudanças no entendimento do policial Alex sobre a Guerra de Espadas não se deram do dia para a noite. Muito menos podemos confirmar cientificamente que o avançar dos anos lhe permitiram alcançar uma razão superior. O que podemos organizar enquanto argumento é que ele continuou se movendo socialmente, fazendo parte de outras instituições sociais, absorvendo diferentes programas ou projetos (VELHO, 2013) de hermenêutica do real. Fez isso quando passou a compor o quadro de soldados da polícia e quando se tornou membro da religião evangélica, com formação em Teologia, realizando mentorias para os que compartilham de sua fé. Característica fundamental de qualquer instituição, seja ela total ou não, é a de que produz um conjunto de códigos, normas e saberes que tende ao adestramento do indivíduo. Alex se torna importante quando provoca tensões sobre o valor da racionalidade no interior da Guerra de Espadas. Seria essa a instituição social que tem como predominância as emoções? Estaria aí a sua rápida e apressada associação com a irracionalidade? Para tentarmos conjecturar algo sobre esses pontos, enveredaremos por caminhos sinuosos, com poucas pistas e atalhos. Uma

jornada nada fácil, mas que precisa ser decodificada tomando como ponto de vista os próprios atores e atrizes da Guerra de Espadas. Assim, caminhemos para as queimaduras das espadas.

## 2.2 A economia simbólica das queimaduras

O policial civil Edson MFJ, coordenador de custódia desta unidade, comunica a apresentação dos presos Antônio SN, com lesões aparente [*sic*] de queimaduras no lado direito do corpo e escoriações em ambos os braços e no pé direito; Geová SP; Lourival JS; Pedro SS e Renan NS, com lesão no joelho direito provocada por queimadura de espada; apresentação esta, após os mesmos terem sido beneficiados em passar as festas juninas com suas respectivas famílias. Após a apresentação, os mesmos foram recolhidos à custódia. É o registro (B.O 1282009000910, 2009).

Abrimos o item com um registro policial peculiar. Depois de receberem o benefício para passar as festas juninas com as suas respectivas famílias, foram notadas queimaduras em dois dos cinco homens que retornaram à cadeia de Cruz das Almas. Se a ideia era a de conceder a essas pessoas a possibilidade de reavivar os valores tradicionais desabrochados no tempo com o São João, marca indelével ao contexto nordestino, tudo parece ter ocorrido dentro das expectativas, visto o retorno dos mesmos à delegacia. As queimaduras são demarcadoras desse envolvimento ativo com o São João e com a Guerra de Espadas. A presença de queimaduras com as espadas é detectável em praticamente toda a documentação que se movimenta para o estudo da Guerra de Espadas. Parece ser esse um elemento inevitável. Portanto, nossos argumentos asseveram sobre o caráter integrante das queimaduras na Guerra de Espadas e, ao mesmo tempo, de que maneira são sentidas e legitimadas por aquelas pessoas que estão inseridas no bojo dessa instituição social.

Não é de espanto que, historicamente, os diversos meios de comunicação registraram as queimaduras na Guerra de Espadas como algo absurdo, bárbaro ou incivilizado. Como participar de uma festa em que o resultado, de modo que se costuma pensar, é o elevado número de pessoas queimadas? Se acessarmos jornais que veicularam em suas edições a questão da Guerra de Espadas, não será difícil para o interessado ou interessada no tema encontrar dados sobre<sup>47</sup>. Independentemente desses dados corresponderem à realidade ou não, pois sabemos das muitas variantes que integram e fazem oscilar a quantificação de determinado fenômeno, o mais

---

<sup>47</sup> Não faremos, aqui, um gráfico apresentando os números de queimados ou queimadas ao longo dos anos na Guerra de Espadas, em Cruz das Almas/BA. Faz-se honesto, visto que consultamos os mesmos jornais, prestar os devidos créditos à pesquisa de Adriana da Silva Oliveira (2012, p. 130), **Entre a cruz e as espadas: práticas culturais e identidades no São João de Cruz das Almas – BA (1950-1990)**, na qual a autora sistematiza esses dados dentro do espectro temporal compatível com o recorte de nosso estudo, isto é, entre os anos de 1978 a 2003. Sobre essas datas, os anos que foram possíveis de identificação do contingente de pessoas queimadas foram: 1978, 1979, 1980, 1985, 1986, 1988, 1990, 1993, 1994 e 2003. Interessante notar que durante esse período, 25 anos, oito pessoas foram feridas fatalmente pelas espadas. O ano de 1979 aparece como o mais elevado em termos de queimados, 500, e depois disso com variações sempre abaixo. O último ano, 2003, contabilizaram-se 293 pessoas queimadas. Obviamente que esses dados são estimativas, aproximações. Salientamos que é possível questionar a forma com a qual esses indicadores aparecem nos jornais, pois, na grande maioria das situações, não existe discriminação entre os fogos de artifício que causaram as queimaduras. Todas são contabilizadas como se fossem provocadas pelo uso das espadas de fogo.

interessante é perceber como esses acontecimentos estão dispostos aos olhos de instituições e do público:

Em Cruz das Almas, no Recôncavo baiano, a 124 km de Salvador, a perigosa “guerra de espadas” atrai um grande número de curiosos e participantes. Admirada por uns, pelo belo espetáculo pirotécnico que proporciona, e condenada por outros, a “guerra de espadas”, em Cruz das Almas, mesmo considerada como um ato de selvageria, é uma tradição cinquentenária incorporada de forma veemente aos festejos juninos da cidade. No geral, trata-se de uma “brincadeira” cheia de emoção e medo, que consiste em perseguir ou ser perseguido pela “espada”, um cartucho de bambu, cheio de pólvora e amarrado de cordão, como uma cobrinha gigante (A Tarde, 15 jun. 1986).

A notícia sobre a efervescente Guerra de Espadas guarda ambiguidades, contrariedades. Concomitante ao brilho e esplendor, a gramática do homem (e mulher também) selvagem se delineia por entre a narrativa. Em suma, é uma instituição que, em razão de sua incorporação social, aglutina milhares de pessoas pela cidade. Em outra edição do mesmo veículo jornalístico, alguns anos mais tarde, reapareceram as informações das queimaduras em espadeiros e espadeiras. São casos que se espalham por toda a cidade e que já parecem ganhar certo amadurecimento quando relatados em jornais. Como se vê, não apenas a Guerra de Espadas se incorpora, mas são as próprias queimaduras que passam a ganhar sentido e significados, mesmo quando parcialmente compreendidos na matéria.

Trajados como se fossem para uma guerra, os participantes da brincadeira tentam proteger-se com capacetes, botas e luvas e calças grossas e blusões. Porém, nem todos cumprem este ritual de segurança e entram na folia sem qualquer tipo de proteção, como forma de aumentar o perigoso desafio e chamar mais atenção dos observadores. Os acidentes também já fazem parte da guerra de espadas e todos os anos muitos participantes sofrem queimaduras, algumas graves a ponto de provocar mutilações e mortes (A Tarde, 21 jun. 1994, p. 16).

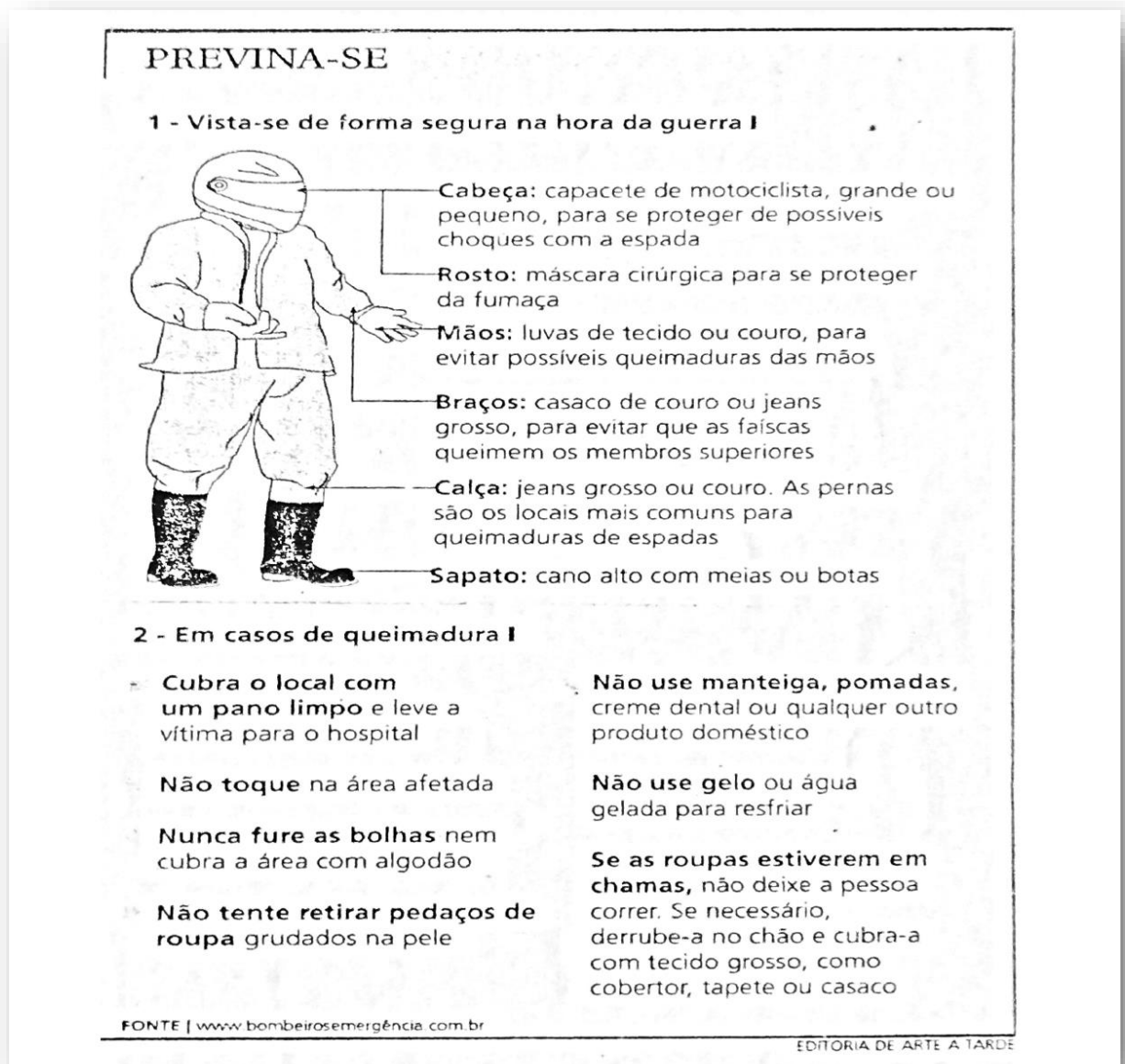
Temos, conforme registrado acima, aqueles(as) que se protegem com vestimentas apropriadas e aqueles(as) que não as utilizam. Por que alguns não se protegem com as devidas indumentárias? Por uma perspectiva econômica, rapidamente daríamos como resposta a falta de recursos para a aquisição de trajes de couro, que, geralmente, são mais caros que outros tipos de tecidos. Essa não é uma hipótese a ser descartada. Na verdade, ajuda a distanciar-se da ideia de que esses sujeitos são desregrados em seus comportamentos. De fato, trajes completos em couro caracterizam investimentos maiores e, por isso, o uso do *jeans* poderia ser uma saída alternativa para muitos espadeiros e espadeiras que não teriam condições materiais para roupas mais resistentes.

Portanto, se assumirmos essa momentânea resposta, teremos a solução do problema das queimaduras. Bastaria que todos utilizassem vestes adequadas. Todavia, aspectos endógenos à Guerra de Espadas, que remetem ao simbólico, ficariam de fora. Antes de avançarmos para eles, é preciso dizer que a exacerbada preocupação com as queimaduras surge menos de espadeiros e espadeiras do que se imagina. Os jornais imprimem em suas matérias, quando se referem às queimaduras das espadas, os valores de uma sociedade civilizada, na qual qualquer ruptura com essa lógica é vista como danosa ao social. É nesse sentido que todas as medidas

contidas nas muitas matérias jornalísticas precisam ser realçadas e seguidas por seus praticantes.

Não à toa, em 2007, o mesmo jornal trouxe algumas orientações não limitadas às vestes, mas também aos procedimentos a serem adotados, caso alguma pessoa fosse queimada.

**Imagem 6:** Orientações para o uso de roupas na Guerra de Espadas e primeiras ações em caso de queimaduras.



**Fonte 9:** (A Tarde, 19 jun. 2007).

As práticas de controle social ou disciplinamento da população por parte das autoridades, aparentemente, causaram deslocamentos visíveis nos números de pessoas queimadas por espadas. Essas tentativas contínuas provocaram, segundo informações em

jornais, a queda nos dados, pelo menos oficialmente. Por outro lado, espadeiros e espadeiras moveram certos esforços ao longo dos anos para minimizar acidentes considerados graves, como os que poderiam levar à morte. Ações como *Espadeiro Consciente Respeita a Vida*, proibições de tocar espadas em determinadas ruas (essas já apareciam em tempos anteriores) e decretos para a produção das espadas de forma segura foram sendo inseridos no âmago da Guerra de Espadas. A matéria publicada em 2010 trouxe alguns desses aspectos: “A prefeitura tem promovido reunião com os espadeiros nos últimos cinco anos para definir regras da realização da queima de espadas. Outra ação é a campanha *Espadeiros Consciente Respeita a Vida*” (A Tarde, 26 maio 2010). E continua da seguinte maneira: “A conscientização vem surtindo efeito. Segundo informações da Santa Casa de Misericórdia, número de acidentes com as espadas reduziu de 478 feridos, em 2004, para 284 feridos no ano passado” (A Tarde, 26 maio 2010).

As fontes orais também demarcaram o lugar das queimaduras na Guerra de Espadas. É difícil encontrar alguém que não tenha uma lembrança sobre. Falas de como aconteceu, de onde se queimou e com quem estavam são reveladoras de como essas pessoas recebem suas queimaduras. Histórias que são contadas por meio de risos, como no caso abaixo:

Já queimei barriga, já queimei perna, já bateu na minha cabeça, já parti supercílio, já queimei mão, pé [quase que perdeu o pé, afirmou o filho]; queimei isso aqui tudo do pé. A do pé foi cruel, doeu pra porra [risos]. [...]. [Fui eu que toquei ainda, disse o filho sorrindo]. Foi. A porra detonou [onomatopeia: bum]. Queimou o meu pé a porra. Agora, porque eu estava de sandália; se eu estivesse de bota (Beto, Entrevista, 13 ago. 2021).

Era recorrente, e ainda é, que muitas pessoas queimadas pelas espadas só se dirigissem ao hospital da cidade caso as suas queimaduras fossem consideradas graves ao olho nu. Tudo isso dependeria da extensão e da localização da parte queimada no corpo. Geralmente, as situações que envolviam as partes íntimas e os rostos, a depender da proporção, necessitavam de um suporte técnico-profissional presente no hospital. Por outro lado, a nossa presença ao longo de anos entre os espadeiros e as espadeiras permite indicar que várias situações relacionadas às queimaduras eram resolvidas com o suporte dos espadeiros e espadeiras dentro de suas casas ou de pessoas desconhecidas. Pouco se precisava para isso: utilizavam-se de uma bucha e água para esfregar o local até que toda a parte preta (pólvora), queimada pela espada, fosse retirada, deixando o local em “carne viva”, como comumente se diz. Não era espantoso de ver a mesma pessoa tocando espadas pelas ruas, sorrindo, dançando e bebendo poucos minutos depois de sua queimadura. Considera-se, ainda, que na composição desses grupos de espadeiras e espadeiros havia profissionais em saúde, ou em áreas correlatas, que poderiam contribuir na lida da coisa. Enfermeiras(os), médicas(os), técnicas(os) em saúde também compõem o quadro heterogêneo de participantes na Guerra de Espadas.

Ora, se espadeiras e espadeiros conduziam o processo de cuidado das queimaduras em suas residências, prática reconhecidamente existente entre as(os) brincantes, os dados oficiais não expressam a totalidade de queimados(as) pela Guerra de Espadas. Possivelmente, as estatísticas estão sub-representadas. Isso acontece pelo motivo que já situamos, mas não só por isso. Ir ao hospital significaria endossar os argumentos contrários à continuidade das espadas. Espadeiros e espadeiras estavam atentos(as) a esse movimento de estigma da tradição e, a partir daí, passaram a tratar do assunto pelo viés da resistência. Talvez, e podemos tomá-la como hipótese, até mesmo a diminuição que consta nos jornais tenha se dado por essa razão. A

criminalização da Guerra de Espadas, em 2011, pode ter corroborado para que esses laços de solidariedade no cuidado da queimadura se intensificassem.

Provocar tensão a esses dados é de fundamental importância, pois evidencia que os movimentos existentes na dinâmica da Guerra de Espadas são complexos, não atendendo a respostas simplificadas. Falamos da existência de relações endógenas produzidas pelos espadeiros e espadeiras como respostas aos imperativos das autoridades, mas também como relações simbólicas desenvolvidas ao longo do tempo com as queimaduras e que fornecem significados que são pouco compreendidos por agentes externos. Foi assim que, em 2011, o Ministério Público acionou o argumento de ser ilegal a prática da Guerra de Espadas não exclusivamente porque colocava o direito de ir e vir em suspensão, mas por todo o processo de produção das espadas dar-se desligado do poder do Estado. Com a emergência do crime, muitos espadeiros deixaram de produzir grandes quantidades de espadas ou, até mesmo, nenhuma. Deve-se a isso, acreditamos, a diminuição real de queimados e queimadas.<sup>48</sup>

Todavia, as queimaduras continuaram. Continuaram não somente pelo fato de a Guerra de Espadas ser uma tradição que abre caminhos para esse tipo de ocorrência. Continuaram porque essa instituição social produziu, ao longo de sua história, um tipo característico de capital simbólico desabrochado no microcosmo do mundo espadeiro. Esse capital é passível de ser percebido em diversas fontes. Queimar-se, nesse contexto específico, não é um desejo individual calculadamente posto; muito menos pode ser entendido como uma perversão desorientada e primitiva, como apontam os agentes do Ministério Público local e jornais. É assim que sugerimos uma crível resposta à questão anterior: como participar de uma manifestação na qual queimar-se é quase que um elemento dado? Porém, é preciso minuciar ainda mais o objeto. De que tipo de queimaduras estamos falando?

Cabe, aqui, propor uma distinção ainda não abordada pela historiografia da Guerra de Espadas. Notoriamente, todas as discussões densas sobre esse tema empenharam algum tempo para o tratamento das queimaduras. Algumas mais; outras menos. Rafael Caldas Barros Peixoto (2012, p. 94), quando versou sobre as relações entre espadeiros, espadeiras e as queimaduras, identificou um indicador de produção e manutenção da masculinidade. As queimaduras seriam, por assim dizer, um instrumento de sustentação e projeção de virilidades: “Percebemos, a partir dessas atitudes, que há um simbolismo no ato das queimaduras, correspondente a uma ratificação da masculinidade. O retorno à festa apresenta ao público espectador e ao grupo de espadeiros o ato de bravura e da intrepidez do guerreiro”.

Nessa esteira de análise, que, por sinal, tendo o seu trabalho publicado no mesmo ano do anterior, Adriana da Silva Oliveira (2012, p. 132), já citada neste texto, também cuidou do assunto. Além da coragem, sua narrativa desdobra as queimaduras pelo sentido das dádivas, apesar de não utilizar esse termo. A autora fortalece os nossos argumentos de que as queimaduras não são tão problemáticas para as espadeiras e os espadeiros. Citaremos integralmente o trecho para que possamos observar que a pesquisadora está em diálogo com os seus colaboradores:

O uso das espadas acabou por se tornar uma prática em que a coragem se tornava o elemento motivador, enquanto que os possíveis danos causados por

---

<sup>48</sup> Nossas conversas recentes com espadeiros e espadeiras têm levantado a suposição de um aumento de espadas produzidas. Essa percepção se dá no campo prático, no andar pelas ruas, assim, intuitiva. Não é fruto de um estudo sistematizado. Acontece que, segundo essas pessoas, passados mais de 10 anos da criminalização, a continuidade da prática tem se revelado fator suficiente para que alguns retornem aos trabalhos com a produção das espadas.

seu uso não representavam, para alguns brincantes, desmotivação em participar da brincadeira, ao contrário, tornava-se uma espécie de prêmio ou motivação. Podemos perceber essa relação na descrição que Carlos Detefon faz ao falar das queimaduras “prêmios”, exibidos com orgulho ao final dos festejos juninos. Esse destemor apresenta-se como característica marcante nas brincadeiras de espadas, fosse ele motivado pela ação coletiva da brincadeira, ou por uma tentativa de superar desafios.

A indicação que valora as queimaduras está na sua coletividade. Em outras palavras, só fazem sentido dentro de uma pintura sociocultural que, ao longo dos tempos, foi ganhando dimensão entre esses atores e atrizes. A linguagem simbólica da queimadura, por esse tom, revela peculiaridades da instituição social Guerra de Espadas. Avançando, o antropólogo Rodrigo Gomes Wanderley (2016, p. 67), trazendo a Guerra de Espadas como objeto de seus estudos, mas em outro recorte espacial, Senhor do Bonfim/BA, ilustrou a sua narrativa com as jornadas etnográficas que realizou. Novamente, as queimaduras chamam a atenção e reiteram a profusão de sentidos: “É válido ressaltar mais uma vez que a queimadura não é necessariamente compreendida como algo ruim dentro da prática da Guerra de Espadas [...]. As queimaduras são como estigmas positivos que reafirmam a lógica da coragem e do enfrentamento dos medos”. O que se está desenhando é a existência de status provocado quando a pele de um espadeiro ou de uma espadeira é marcada pelo fogo da espada. Somente a queimadura das espadas, e não de outros fogos de artifícios, permite tal promoção. Em acidentes com bombas, por exemplo, é comum ouvir das bocas populares: “por isso que eu prefiro as espadas”.

Um último trabalho atesta todo o protagonismo masculino na Guerra de Espada. Ao debruçar-se sobre a masculinidade, Raimilson da Silva Tavares (2012, p. 76) conduziu suas análises demonstrando que o contexto construído para a deflagração da queima das espadas propicia o fortalecimento dos valores viris. Conforme situa o historiador, até mesmo as mulheres se transmutam em “machos” valentes e se lançam nos combates pelas vias. E de que modo são tratadas as queimaduras? Como marcas ou tatuagens que atualizam a coragem dos espadeiros. Igualmente, simbolismos estão presentes e se somam aos demais autores e autoras que, apesar de pouco investimento analítico sobre o tema, perceberam o despertar de significados circulando no relacionamento entre espadeiras/espadeiros e as queimaduras.

As quatro pesquisas apresentadas acima atribuem aos homens, excessivamente, grande relevância na interação simbólica com as queimaduras, diminuindo, infelizmente, a participação das mulheres nesse contexto. No geral, se for feita uma leitura minuciosa dessas pesquisas, a atuação feminina é de pouca intensidade. Acreditamos que o momento da produção das espadas, já que visivelmente são os homens que dominam boa parte da confecção, e a grande quantidade deles presentes nas fontes (jornais, boletins de ocorrência, fotografias, relatos orais que privilegiaram homens etc.) proporcionaram uma visão simplória da presença feminina na festa. Por tal, é preciso cuidado na crítica documental para que essas vozes e ações não continuem silenciadas. A presente tese ambiciona demarcar a Guerra de Espada como um campo de atuação efervescente das mulheres, seja na casa ou nas ruas.

**Imagem 7:** Queimadura de espada na perna esquerda da espadeira Beatriz Moraes, em 2022<sup>49</sup>.



**Fonte 10:** Arquivo pessoal de Beatriz Moraes (2023).

<sup>49</sup> Quando perguntada sobre a queimadura, a espadeira forneceu o seguinte relato: “Bom, no dia 24, eu sempre gosto de ir às ruas. Eu acho a tradição linda, sou apaixonada. Eu venho de uma família de espadeiros, então, isso sempre cresceu comigo ali. Eu sempre vi todo o processo, processo de fabricação. Queimaduras também e pós queimaduras, como tratar. Então, no dia 24 do ano passado, eu estava com um grupo de amigos apreciando a queima, não vou mentir que eu estava pelo meio, e aí veio de lá uma espada em minha direção. Eu pulei uma, pulei duas, pulei três, ela continuava embaixo das minhas pernas e aí ela subiu e queimou, né? E nisso, eu continuei

**Imagem 8:** Marca da queimadura de espada na perna esquerda de Beatriz Moraes, em 2022.



**Fonte 11:** Arquivo pessoal de Beatriz Moraes (2023).

---

pulando, minha calça pegando fogo, pegando fogo. E eu não sabia o que fazer, porque eu tava com o celular em uma mão e o licor em outra. Eu não sabia se eu jogasse o licor em cima, pegaria mais fogo ainda. E, aí, eu esperei ela apagar. Quando ela apagou, aí um amigo que estava no grupo comigo, percebeu e jogou a cerveja que ele tava na mão”.

**Imagem 9:** Queimadura de espada na perna esquerda da espadeira Paloma Moraes, em 2019.



**Fonte 12:** Arquivo pessoal de Paloma Moraes (2023).

**Imagem 10:** Marca da queimadura de espada na perna esquerda de Paloma Moraes, em 2019.



**Fonte 13:** Arquivo pessoal de Paloma Moraes (2023).

**Imagem 11:** Queimadura de espada nas regiões infra axilar posterior e anterior de Gilcimar de Souza, em 2011.



**Fonte 14:** Arquivo pessoal de Gilcimar de Souza (2023).

**Imagem 12:** Queimadura de espada de Quele Fabiano Oliveira, em 2018.



**Fonte 15:** Arquivo pessoal de Quele Fabiano Oliveira (2024).

As mulheres são parte integrante de todo o contexto funcional da Guerra de Espadas. Não seria pertinente, seguindo esse raciocínio, desvinculá-las do gozo proporcionado por esse capital simbólico com as queimaduras. Em diálogo direto com o seu interlocutor, uma de nossas entrevistadas comunicava:

Porque também quando a gente passava as pessoas ficavam: “Que é isso”? Era uma tietagem tão grande, Filipe. A gente se sentia artista de cinema. Porque todo mundo vinha de fora para ver os espadeiros. E eu, enquanto mulher, no meio desses homens todos, Ave Maria, eu me achava (Lia, Entrevista, 10 set. 2021).

Monique de Saint Martin (2017), ao explicar o conceito formulado por Pierre Bourdieu, instruía que, mesmo com as dificuldades presentes com os sentidos do capital simbólico, o termo foi e continua sendo utilizado por estudiosos em diversas sociedades. Isso se deve à sua sustentação que é subjetiva e depende, primordialmente, de ser reconhecida pelo outro. Esse reconhecimento existe e é praticado por homens e mulheres na Guerra de Espadas. Sugerimos falar, então, de uma *economia simbólica da queimadura*, sendo tal economia pouco trabalhada pela historiografia ou nem mesmo sequer percebida.

O que chamamos de *economia simbólica da queimadura* nada mais é que a percepção coletiva e não raciocinada, em termos individuais, de que a queimadura entrega aos praticantes da Guerra de Espadas determinados atributos no campo mágico-abstrato. Em canal direto com Bourdieu (2011, p. 170),

o capital simbólico é uma propriedade qualquer – força física, riqueza, valor guerreiro – que, percebida pelos agentes sociais dotados das categorias de percepção e de avaliação que lhes permitem percebê-la, conhecê-la e reconhecê-la, se torna simbolicamente eficiente, como uma verdadeira força mágica [...].

O pequeno trecho citado conduz-nos para a compreensão de que a condição simbólica da queimadura só se realiza dentro de um quadro espacial/temporal determinada coletividade. Quando tornada racional, individualizada e calculada, toda essa estrutura recebida culturalmente é deslocada. Em outras palavras, nem toda queimadura na Guerra de Espadas dispõe do devido capital simbólico. É, acreditamos, essa a grande diferenciação que a historiografia da Guerra de Espadas não percebeu. Para que haja deleite mágico, precisam ser espontâneas as queimaduras. Trazendo as palavras ditas por Bourdieu (2011), é um jogo que deve ser jogado sem que o fim seja planejado. A queimadura não pode ser provocada intencionalmente, mas fortuitamente.

Em jornal citado anteriormente, o relato do espadeiro já falecido, Mundinho, é expressivo. O que esse tradicional fabricante provava entender era que não se poderia tocar uma espada com intenções degradantes, até porque o outro não deveria ser compreendido como o seu inimigo, não em termos maliciosos e premeditáveis:

Raimundo Mendes, 69 anos, conhecido como Mundinho Fogueteiro, ressalta que os principiantes gostam de disputar, por isso fazem espadas mais fortes: “Mas isso não pode ser admitido, aquele que acende a espada não pode visar

a queima de ninguém, porque a espada não foi feita para jogar em cima dos outros, a graça é vê-la bailar”, afirma (A Tarde, 19 jun. 2007).

Narrativas do tipo não são incomuns. Em entrevista recente com uma de nossas colaboradoras, dentro de seu ambiente familiar, mais uma vez se pôde identificar a *economia simbólica da queimadura*. Para a espadeira em questão, queimar-se não é um ato proposital, deve acontecer de modo natural, espontâneo. Suas observações nos dizem ainda mais sobre as queimaduras transportando-nos para os campos dos desejos e dos sonhos. Afirma:

Na verdade, Filipe, para quem não entende, chega a dizer que somos masoquistas. A queimadura dos espadeiros é o troféu, entendeu? Todo espadeiro exhibe sua queimadura como um troféu. Meu Deus do céu! Era o meu sonho de adolescente me queimar no São João e ir para a escola com a mão queimada: “Ah, eu me queimei!”. Na verdade, a queimadura sempre foi o troféu pra gente, nunca foi um problema pra gente a queimadura. Até porque não era uma coisa que a gente ia buscar lá propositalmente. A gente sabia que era a consequência. A gente entende o quê? Que a espada é um esporte arriscado, como muitos outros, que tem consequências. Então, a gente sabia que a queimadura era a consequência da prática do esporte. E a gente estava preparado para isso (Lia, Entrevista, 10 set. 2021).

A sua fala é de autoridade, é de quem sentiu de fato as chamas da espada queimando parte de seu corpo. É de alguém que obteve o reconhecimento de seus pares enquanto espadeira:

Nós estávamos em frente ao Bar de Janeiro. Em frente ao Cemitério não tem o Bar de Janeiro? E a gente tava lá tocando espadas. Sabe, quando eu virei, vi um fumaceiro, assim, e um bandeirão. Parecia coisa de filme. Eu olhei e fiz: “O que é aquilo?”. Os meninos disseram assim: “Os Bidum Society”<sup>50</sup>. Agora é a hora. Ou corre, ou morre”. Ali, Filipe, foi um verdadeiro corre ou morre. Eu nunca enfrentei um grupo, nunca tive um embate. Porque se fala assim: Guerra de Espadas. Sim, mas você vinha para a praça e ninguém joga uma espada contra o outro assim, sabe. A Guerra de Espadas na praça é totalmente diferente do que o povo descreve, né? A gente ia lá para se divertir, para pular espada mesmo, pra se livrar das espadas. Mas quando você vê um grupo lá, um outro cá e se enfrentar, foi coisa de cinema. E, aí, eu vi os meninos acendendo, assim, três espadas de uma vez. Só que o menino que estava filmando ficou assustado, ficou amedrontado. E disse que não iria filmar mais. Eu disse: “Então, dê que eu filmo”. Aí, eu peguei a câmera para filmar [...]. Foi quando eu me queimei. Eu tive uma queimadura feia, a espada queimou minhas partes. Eu não senti. Como eu estava de bota, de courinho e tal, com a peneira, eu não senti a espada me queimar. A espada subiu aqui pelas minhas pernas, queimou minha calça que pegava fogo e eu não vi [...]. E, aí, os meninos disseram: “Lia, sua calça tá pegando fogo”. Eu fiz: “Agora eu tenho que sair daqui?”. Então, eu não queria sair. Os meninos me puxaram, tomaram a câmera e me puxou. Aí, eu fui pro posto. Eu tirei a calça, os meninos lavou. Eu não tinha vergonha. Nunca tive vergonha, não. E, aí, tirei a calça, lavou

<sup>50</sup> A Guerra de Espadas é caracterizada por grupos de pessoas que saem às ruas para tocar espadas. Esses grupos, incontáveis, são devidamente organizados e, em alguns casos, utilizam estandartes que os identificam durante a batalha.

minha [inaudível] e, aí, eu vesti de novo. Eu disse: “Agora tem que voltar pra lá” (Lia, Entrevista, 10 set. 2021).

Atenção: se queimar, dentro do que nomeamos de *economia simbólica da queimadura*, precisa ser entendido enquanto algo espontâneo. Todavia, as emoções, as projeções em sonhos e os significados daí surgidos estão estreitamente relacionados ao mundo sociocultural de cada grupo ou sociedade e à interpretação individual. A Antropologia das Emoções trouxe-nos um vão de contribuições nesse sentido. Descaracterizando as proposições puramente fisiológicas das emoções, intelectuais como David Le Breton (2009) atribuíram aos vínculos sociais a primazia no evocar das emoções. Paralelamente, foram observadas que as variações na avaliação e a compreensão de determinado acontecimento são, também, produtoras de emoções diversas. Com isso, as emoções deixariam de existir *per se* e se tornariam dependentes dos relacionamentos entre os valores sociais.

Por muito tempo, e ainda continua acontecendo, cientistas sociais analisaram os momentos de furor, dos excessos coletivos, das festas etc. como propícios para a substituição da razão pela emoção. Como se essas duas unidades se encontrassem em lados opostos. De uma outra perspectiva, a Antropologia das Emoções permitiu olhar para essas relações de um modo mais excitante. Le Breton (2009, p. 144) não só avaliava essa posição, como provocou uma interessante ideia: “As emoções não são expressões selvagens que vêm quebrar as condutas razoáveis, elas obedecem a lógicas pessoais e sociais, elas têm também sua razão, da mesma forma que a razão não se concebe uma inteligência pétrea ou maquinal”. Ora, assim sendo, espadeiros e espadeiras estariam sendo logicamente guiados pelos valores historicamente aprendidos e que dão sentido às suas existências quando se lançam numa batalha de espadas e se veem abertos às queimaduras.

A comunidade espadeira pode ter gerado o que Barbara Rosenwein (2011, p. 22) chamou de “comunidades emocionais”. Em seu texto *História das emoções: problemas e métodos*, a historiadora ensina, passo a passo, como engajar estudos sobre esse tipo de perspectiva. Para ela, “comunidades emocionais são, quase por definição (já que emoções tendem a ter um papel social, comunicativo), um aspecto de todo grupo social na qual as pessoas têm interesses”. É relevante dizer que conceber as emoções vinculadas às dimensões históricas, sociais e culturais não é, obrigatoriamente, negar os níveis biológicos e psicológicos que lhes dão sentido. O que se coloca é a historicidade dos afetos.

As visões universalista e presentista das emoções são suficientemente problemáticas para abrir caminhos para uma história (ou, sem dúvida, múltiplas histórias) das emoções. Tal história não deve negar o substrato biológico das emoções, pois está claro que elas estão embutidas tanto no corpo como na mente. Ao mesmo tempo, uma história das emoções deve problematizar os sentimentos do passado, tratando de suas características distintivas. Até os corpos (e, como vimos, os cérebros) são moldados pela cultura (Rosenwein, 2011, p. 21).

A manutenção das interpretações que colocam em oposição razão/emoção<sup>51</sup> acaba favorecendo para que grupos sociais, quando manifestam suas referências culturais e

<sup>51</sup> Lendo algumas passagens em Max Weber (1987, p. 16), percebemos que ele também tinha certa resistência em conceber as emoções conectadas à racionalidade. Mesmo não negando a importância das ações guiadas emocionalmente para o reconhecimento do sentido dentro de um contexto, o importante sociólogo afirmava: “Por fim, entendemos motivacionalmente um acesso de raiva se sabemos que a

simbólicas, sejam lidos como desregrados. As queimaduras são exemplos inequívocos disso. Ao fazerem isso, esquecem-se, no entanto, que as traduções desses significados socioculturais nas ações individuais ou coletivas são informadas por valores legitimamente aceitos entre os pares. As sensibilidades, os gozos, as afetividades não são, dentro desse cenário, aberrações sem controle. Le Breton (2009, p. 158), mais uma vez, dizia: “No interior de uma comunidade social, as manifestações corporais de um ator carregam, aos olhos de seus parceiros, um significado virtual: elas estão em ressonância mútua, fazendo recíprocas remissões por meio de um infinito jogo de espelhos”.

Talvez estejam na não identificação desse deslocamento da *economia simbólica da queimadura* as análises apressadas de que espadeiros e espadeiras tornaram-se violentos, de que a Guerra de Espadas, antigamente, não era da forma como é agora. As explicações voltaram-se para o comportamento de seus participantes, deixando de lado elementos fundamentais e de características muito mais ampliadas. Estamos nos referindo aos gradientes liberais de individualidade em contraposição aos aspectos comunitários e solidários presentes nas mais variadas práticas populares. O meio da Guerra de Espadas passou a receber, de maneira intensificada, os valores da rua que são, nas palavras de alguns intelectuais, os valores da ordem, do progresso, da civilização, do controle, das normas, das leis positivas.

A metáfora da casa e da rua, utilizada por Roberto DaMatta (1997, p. 97) para indicar a existência de sistemas de valores distintos em uma sociedade, pode ser muito bem apreendida no caso presente. Sabido de que suas argumentações teóricas deixariam de atender a determinadas nuances nos microcosmos sociais, o antropólogo construiu a ideia de que, no Brasil, é determinante “um sistema onde o básico, o *valor fundamental*, é *relacionar, juntar, confundir, conciliar*. Ficar no meio, descobrir a mediação e estabelecer a gradação, incluir (jamais excluir)”. Comparativamente, difere-se dos EUA, que são, indubitavelmente, banhados pelos códigos que maximizam os valores do indivíduo em detrimento do coletivismo. No final das contas, a tese defendida por DaMatta (1997) tende a fortalecer que esses sistemas coexistem em uma mesma sociedade, não apenas voltados para uma dualidade rígida.

De que maneira é possível transportar tais teorizações para a situação das queimaduras na Guerra de Espadas? O endosso do processo de criminalização da Guerra de Espadas favoreceu para que a harmonia comunal começasse a ruir. Essa desmontagem não se deu completamente, é claro, mas foi sentida na carne por atrizes e atores sociais envolvidos nas engrenagens que dão mobilidade à Guerra de Espadas e às queimaduras. Esse efeito pode ser muito bem vislumbrado na fala do espadeiro que fornece uma resposta interessante quando perguntado sobre o aspecto da violência na queima das espadas. Assim explicava:

Rapaz, é basicamente o que eu tô falando. Os mais novos agora que estão chegando, eles não têm noção de como é que faz. Vai fazer de qualquer jeito e não tem uma orientação, como a gente aprendeu vivendo dentro do meio como é que faz toda a produção da espada. Então, eles, também não posso nem culpar a nova geração. É devido à proibição. Hoje a gente tem que tá dentro do mato, e não sei o quê. E muitos desses não acompanham, pega já o barco voando e bate uma espada, bate um besouro e diz que é espadeiro (Lau, entrevista, 23 dez. 2022).

---

causa imediata pode ser encontrada em ciúmes, orgulho ferido ou vaidade magoada, todas causadas emocionalmente e portanto relacionadas a motivos irracionais”.

Não há dúvida de que o esvaziamento causado com o advento do crime balançou as estruturas que sustentavam a Guerra de Espadas. As relações de reciprocidade e demais trocas envolvidas foram sendo frustradas. Literalmente, o ambiente familiar deixa de servir-se como ponto de socialização. Como consequência catastrófica desse evento, os sujeitos passaram a trabalhar em segredo, discretamente, individualmente. O outro, nesse choque de valores, deixa de ser integrante de um todo mobilizador e torna-se uma ameaça. Os corpos dessas pessoas são obrigados a lançar-se no calar da noite e não mais sob a luz do sol. Os rostos sorridentes e as conversas em alto tom são substituídos pelos semblantes fechados e pela tensão de um possível encontro com a polícia.

Esse é o divisor de águas. As entrevistas realizadas com espadeiros e espadeiras para a elaboração desta tese revelam essa fratura. Percebemos, ao longo das entrevistas, e por diversas vezes, receios em dissertar sobre certos temas. Algumas respostas dadas às nossas perguntas não se alinhavam à realidade, não eram verídicas. Entretanto, não foram descartadas pelo simples fato de confirmar outras implicações ali existentes. Em muitos casos, os espadeiros e as espadeiras afirmavam não mais fabricar ou tocar espadas, mas, na prática, ao realizarmos as jornadas etnográficas durante esses últimos anos na Guerra de Espadas, essas mesmas pessoas estavam tocando espadas em suas ruas e bairros. O segredo passa a ganhar densidade nas relações, mesmo quando ambas as partes envolvidas estão conscientes de que é preciso, naquele instante, vestirem-se como atores/atrizes e representar uma ficção. Tacitamente, pesquisador e colaborador(a) dissimulam o real.

O que podemos extrair de toda essa discussão? A primeira conclusão é a de que guiar as análises de uma instituição social somente pela perspectiva individual e calculada dos indivíduos é deixar de fora fenômenos amplos que, mais ou menos, influenciam conjunturalmente no próprio objeto. Em outros termos, as ações das pessoas precisam estar conectadas a maiores dimensões. É por isso que queimar-se na Guerra de Espadas, quando almejamos considerar uma *economia simbólica da queimadura*, não se realiza de modo propositado. Para que haja deleite mágico, isto é, dádivas na ordem de produção de *status*, torna-se imprescindível o suporte coletivo que se dá de maneira virtualizada e tácita no tempo e espaço: “Rapaz, a queimadura. Os mais antigo, quando se queimava, era um troféu. Era a marca do São João que ficava. Você tinha essa marca por muitos anos. Eu mesmo tenho várias marca [sic] de queimadura. É aquela emoção, quem tá no fogo é pra se queimar” (Lau, Entrevista, 2022).

A segunda conclusão emana da primeira. O fato de não nos apoiarmos em narrativas puramente comportamentais de espadeiros e espadeiras no ato de queimar-se é suficientemente crítico às ideias de desregramentos por parte desses mesmos atores e atrizes sociais. Quando partimos do entendimento de que seus movimentos sociais estão alimentados por situações mais abrangentes, como falamos acima, o desejo de identificação patológica, bárbara ou incivilizada de homens e mulheres na Guerra de Espadas é afastado por ausência de rigor analítico. Percebemos isso quando lemos os pronunciamentos do Ministério Público local. Em tom claro e conflituoso com o Decreto Municipal de 2005, que atendia aos anseios de praticantes da manifestação de continuar a tocar espadas em determinadas ruas da cidade, o Ministério Público local, por meio de seu representante, o promotor de justiça Christian Ribeiro de Menezes, conduziu a seguinte narrativa:

Parece óbvio que a nota em questão não apenas desatende às expectativas em torno da manutenção de uma tradição local minimamente racionalizada, como nitidamente se revela incapaz de garantir aquilo a que se propõe, ou seja, liberdades individuais, sendo certo que o jogo perigoso da “guerra de espadas”

permanece, e em toda a sua potencialidade lesiva, por quase todas as ruas da cidade, em dias diversos e sem qualquer garantia de controle por parte do Poder Público, que se utiliza agora de acordos e pactos surreais firmados com pseudo-representantes da “comunidade espadeira” para fundamentar tamanha permissividade (Ação Cautelar N° 0001047-89.2011.805.0072, 2011, p. 2).

A terceira e última conclusão encaminha o olhar para o campo das emoções, dos sentimentos. Analisar momentos de furor como propícios para a exacerbação da emoção em detrimento da razão, ofusca, no final das contas, a própria racionalidade inerente a esses contextos festivos. Podemos até considerar enquanto hipótese que abordagens, sejam elas na História ou não, que ratificam essa postura interpretativa acabam legitimando ideias preconceituosas sobre grupos ou comunidades quando estão em interação direta com suas manifestações. Por esse nicho de observação, nada há além do êxtase, da orgia, da desordem e da libertinagem. Como vimos com a Antropologia das Emoções, esse recorte que separa a razão da emoção é validado principalmente no campo científico: “O pensamento científico por vezes retoma, sem distância, esse julgamento de valor, analisando a emoção como uma fonte de perturbação dos processos intelectuais e comportamentais” (Le Breton, 2009, p. 142).

As queimaduras das espadas são exemplos. Argumentamos que nada há de irracional e bárbaro no ato de queimar-se na Guerra de Espadas. A eminência de um consenso social e os critérios não formalizados de como a coisa deve acontecer são suficientes para a identificação de sua lógica. Entretanto, a outra face da queimadura, que tende a ganhar tons calculáveis, pode ser lida por termos variados que se relacionam ao cotidiano: ajustamento de contas, conflitos entre vizinhos, divergências de classes. Nesses casos, e em outros, que podem provocar queimaduras ou até danos maiores com o uso das espadas, não mais se tratará de uma *economia simbólica da queimadura*, mas de outras peculiaridades, a exemplo do que aconteceu com André RTS: “O comunicante dirigiu-se à essa unidade policial alegando que foi agredido por uma pessoa conhecida por Júnior (cunhado de xxxxx) com uma espada apagada, deixando-o com lesões no pescoço, braço, rosto e nas costas próximo as axilas [...]” (B.O. 1282010001100, 14 jun. 2010).<sup>52</sup>

Antes de entramos no próximo capítulo, precisamos identificar as mudanças trazidas pela criminalização da Guerra de Espadas e elucidar sobre algumas das características dessa instituição social.

### 2.3. “A gente tinha mais liberdade para produzir nossas espadas”

A transformação da Guerra de Espadas em uma instituição criminosa não pode ser respondida facilmente através de um rompante de personalidades pertencentes ao Ministério Público local, mesmo quando o desejo daqueles sujeitos fosse determinante para o atual estado das coisas (Cezarinho, 2018). Assim, mesmo reconhecendo a força que os procuradores do

---

<sup>52</sup> A discussão estabelecida nessa seção refere-se à comunidade de espadeiros e espadeiras. Não se aplica às pessoas que simpatizam pela Guerra de Espadas ou que eventualmente possam participar da mesma. Apesar da possibilidade de comparação com outros municípios em detalhes e em abrangência, a queimadura como objeto foi refletida no recorte espacial de Cruz das Almas-BA. Essas observações importam, porque nem todas as pessoas que tocam espadas nos dias de São João podem ser consideradas espadeiras, isto é, não possuem em suas formações enquanto sujeito a carga de normas, valores, saberes e significados historicamente criados. Com isso, advém que os seus interesses são outros, seus olhares são outros e suas intenções são outras. Colocá-las em uma mesma classificação é desconhecer a emaranhada trama de participantes que estão envolvidos na Guerra de Espadas.

período (movidos por difusos interesses) forjaram o crime, não se nega a existência de antigas reivindicações por parte da população, de membros religiosos respeitados na cidade (tanto da igreja católica quanto de grupos evangélicos), de confrontos político-partidários e mais. Acreditamos que para cada eixo desse seria necessária uma pesquisa rigorosa. Um exemplo magnífico dessas turbulentas relações é destacado pelo jornal A Tarde, na década de 1980:

Na cidade também existem comentários de que esse movimento para acabar com a guerra de espadas partiu de políticos. Hoje, Cruz das Almas está sendo administrada pelo PMDB, onde também mantém a maioria na Câmara. Um vereador do PSD, descontente com a vitória de Carmelito Barbosa, desencadeou o movimento, que passou a ganhar respaldo de algumas senhoras idosas ligadas à Igreja Católica. No fim, porém, bem senso funcionou e vai ter guerra de espadas.

Vereador Crispim Alves Sampaio, do PMDB, um dos soltadores de espadas, disse que na Câmara de Vereadores não foi levantada nenhum *[sic]* discussão para acabar com a guerra de espadas (A Tarde, 19 jun. 1983).

Com base nisso, a criminalização teve o seu sustentáculo na história da cidade que, recorrentemente, fora marcada por contestações candentes sobre a Guerra de Espadas. Sabendo-se disso, o que mudou? As modificações ocasionadas com o crime das espadas tocaram em toda a estrutura da prática cultural. Espadeiras e espadeiros tiveram que se reinventar na forma de produzir, na maneira de se organizar, no jeito de tocar, no modo de se relacionar, como já suscitamos anteriormente. Frisamos que esses elementos estão contidos em toda a presente tese. Por assim ser, parte desta seção justifica-se apenas por buscar uma síntese ou um olhar mais delimitado sobre tais movimentações.

**Imagem 13:** Mônica Moraes, de camisa branca, e sua prima, Lorena Moraes, encerando o barbante que amarrará o papel laminado no bocal da espada (1994)<sup>53</sup>.



**Fonte 16:** Fotografia enviada por Mônica Moraes em 2021.

A primeira e mais visível transformação foi observada na interação entre espaços público e privado. A casa e a rua eram sinônimas, indissociáveis. A produção das espadas ligava-se pelas vias, cobria as calçadas, seguia pelas varandas das residências e chegava aos quintais de mulheres e homens. No mês de junho, antes de 2011, via-se com frequência pessoas pilando barro lado a lado dos carros que passavam, bambus expostos ao sol sobre os paralelepípedos durante dois ou três dias após o seu cozimento, árvores perfuradas com um objeto de ferro onde espadeiros e espadeiras enceravam o sisal para enrolar no bambu. Muitas outras atividades desdobravam-se na rua, no espaço público, sob os olhares de todas e todos. Sem grilhões. Com o avançar da produção, passava-se para o interior das residências onde novos passos do processo se realizariam, sendo esse o fluxo que mantinha conectadas a casa e a rua. A partir de 2011, quem ousou desobedecer a letra da lei, expondo seus materiais abertamente, sem dúvida, submeteu-se ao severo constrangimento policial.

<sup>53</sup> (*In memoriam*) Agradeço pela oportunidade de prestar essa homenagem. Falecida em 2023, Mônica Moraes contribuiu diretamente em diversas pesquisas feitas por mim e, não menos importante, fez parte da vida de minha família como amiga e companheira durante muitos anos na Guerras de Espadas. A sua história continuará através de suas duas filhas e de seu filho, sendo todos os três amantes da Guerra de Espadas. (Paloma Moraes, uma das espadeiras queimadas anteriormente, é sua filha).

**Imagem 14:** Espadeiro encerando o barbante na rua para enrolar o bambu, período anterior à criminalização da Guerra de Espadas<sup>54</sup>.



**Fonte 17:** Arquivo pessoal de Petry Lordelo (2024).

Como consequência dessa primeira mácula à Guerra de Espadas, surge o medo, o receio, o corte com a identidade dos indivíduos com a sua rua. A contragosto, o espadeiro Lau sentiu na pele e na mente esses efeitos:

<sup>54</sup> A foto registra um homem negro encerando o cordão por meio de uma engenharia feita por ele mesmo e uma mulher que está se alimentando e, ao mesmo tempo, observando o seu trabalho. Estar acompanhado quando da fabricação das espadas, seja qual fosse a etapa, era comum e abrandava o processo extenuante da produção.

Como era? A gente tinha mais liberdade para produzir nossas espadas. Desde quando começava a botar o barro para secar na porta de casa, depois vinha o bambu. Encerar também, que a gente encerava aí, na rua, de noite. E, aí, a gente tinha liberdade de tocar as nossas próprias espadas e testar. Era uma emoção quando você ia testar a primeira espada para ver se deu tudo boa. Então, era uma emoção. Tinha o Casamento do CEAT<sup>55</sup> que a gente podia, também, testar as espadas antes do São João para ver como é que tava as espadas, se precisava apertar ou folgar mais a broca. Então, era bem melhor. Hoje, depois da proibição, a gente praticamente faz tudo escondido. Hoje, a gente tem que ir para uma roça, no mato, fazer escondido. Na hora de tocar tem aquele medo também da polícia vir e prender. E hoje a gente tamo sendo como um criminoso, né? Hoje tem a proibição aí e hoje, se você for pego tocando espada, produzindo ou alguma coisa, você é preso e há uma multa de mais de 10 mil reais (Lau, entrevista, 23 dez. 2022).

Espadeiras e espadeiros se veem proibidos de manter a tradicional forma de produção das espadas que se dava nas ruas onde moravam. A modificação arrebatou violentamente sobre o comportamento e as emoções dessas pessoas. Deslocados de seu lugar “natural”, passaram a se esconder pela redondeza, preferencialmente nas roças. Os valores da “multa”, como expressou o espadeiro Lau, variavam a cada ano. Isto é, tornou-se elástico o suficiente para que pudesse amedrontar a população em cada período junino. A espadeira Lia conta de quanto teve que desembolsar para libertar um de seus irmãos da cadeia: “Ficou três dias preso. Foi cinco mil reais a fiança dele. Foi cinco mil reais, aí, na época, a gente não tinha esse dinheiro” (Lia, entrevista, 10 set. 2021).

---

<sup>55</sup> Falaremos melhor sobre o Casamento do CEAT no capítulo 3.

**Imagem 15:** Homens cozinhando bambu na rua, período anterior à criminalização.



**Fonte 18:** Arquivo Pessoal de Petry Lordelo (2024).

**Imagem 16:** Fotografia do interior de uma loca de barro, período posterior à criminalização (2021)<sup>56</sup>.



**Fonte 19:** Arquivo pessoal de um dos nossos entrevistados (2021).

A transferência forçada de espadeiros e espadeiras para lugares distantes de suas casas acarretou seu isolamento. Isolados(as), passaram a produzir espadas em silêncio, solitariamente, distantes dos afagos familiares. Nessa esteira, as modificações foram sentidas tanto espacialmente quanto temporalmente. Espadeiros e espadeiras iniciavam a fabricação das espadas dois ou três meses antes do mês junino. Ou seja, por ser uma árdua trajetória produtiva, o mês de abril, e até março, era época propícia para isso. Com o advento do crime, o período foi alterado e muitos espadeiros e espadeiras fabricantes passaram a começar os trabalhos no mês de dezembro, como uma tentativa de frustrar as ações policiais que eram intensificadas nos

<sup>56</sup> A fotografia em pauta é representativa da mudança ocorrida com a proibição da Guerra de Espadas. O barro é o material indispensável para a fabricação das espadas. Sua extração se dá manualmente por espadeiros e espadeiras. Para isso, essas pessoas adentram nas locas e retiram o necessário para a confecção das espadas. No que tange à reflexão que estamos propondo, a pessoa desaparece enquanto objeto da imagem, restando apenas o seu instrumento de trabalho como comprovação do fato. O instrumento de ferro em forma cilíndrica que vemos na imagem é o “socador”, normalmente utilizado para prensar ou “socar” o barro e a pólvora dentro do bambu, que, mais tarde, dará forma à espada.

meses próximos a junho. O espadeiro/bombeiro Vando compartilhou algumas de suas estratégias:

A estratégia é fazer antes. Fazer antes e não trazer pra casa. Testar, que eu acho o momento mais perigoso, vê aquela rua que sabe que a galera gosta, que aí ninguém denuncia à polícia. Porque a polícia lá vai quando há denúncia, né? Então esse período é um período muito tenso. Então, todo ano eu digo: “Ah, eu não quero mais”. Porque você se sente naquela. Eu tenho uma vida ilibada, graças a Deus. Nunca me envolvi em nada. Não tenho nenhuma situação de ninguém e chegar pra mim e falar: “Pô, velho, você fez isso de errado. Isso e aquilo”. Entendeu, irmão? No meu ambiente de trabalho tenho boas relações com todos os militares, graças a Deus. Muito boa. Todo mundo sabe da minha conduta, mas se hoje eu tivesse um pecado na minha profissão, seria esse. Entendeu? Então, assim, é uma coisa que pra mim é difícil. Porque, por outro lado, querendo ou não, eu represento uma corporação, né? E essa corporação hoje, querendo ou não, por mais que a maioria, eu conheço muitos militares, independente de patente, mas que sempre fizeram a cultura. Mas que ainda faz de forma escondida, alguns que deixaram de fazer (Vando, entrevista, 31 ago. 2021).

A comprovação do isolamento dá-se ao percebermos que, mesmo prontas as espadas, elas não devem retornar à casa. Não duvidemos dos valores simbólico e material que essas pessoas projetam nas espadas de fogo. Essa alienação causou, como estamos vendo, ruídos materiais, psicológicos, físicos, identitários e de significados. Trazer as espadas prontas para casa, empilhá-las na parede da sala e desejar, vigorosamente, a chegada dos dias 23 e 24 eram rituais feitos em família. Contá-las e reuni-las em dúzias indicava o fim de uma trajetória extenuante. Conce contou sobre a integração que esses momentos ofereciam:

Bom, bom. Antes era muito gostoso. Era um tempo muito bom, agradável, em família, em amigos, onde o povo reunia. Todo mundo reunia, todo mundo dava pitaco [sobre] quem sabia fazer, quem não sabia. Muitos curiosos. Muitos queriam aprender, aquela de vontade aprender como é que faz, como é que não faz [...]. Era uma coisa que rendia pra quem vendia. Rendia muito. Muita gente chegava o tempo das espadas pra vender. Pra comprar geladeira, televisão, né? Quantas pessoas aí sobreviviam da Guerra de Espadas? [...] O povo comprava, comprava licor. Têm os milhos, têm as laranjas. É uma coisa, assim, inexplicável. Não sei como explicar. É emocionante. É mais que emocionante. É, assim, um gozo dentro da gente, sobrenatural (Conce, entrevista 8 dez. 2022).

Mais do que obrigar a retirada desses indivíduos do espaço visível da cidade, a proibição provocou o despedaçamento de rituais costumeiros entre parentes e amigos. A vitalidade da Guerra de Espadas foi posta em risco nesse momento, a partir do rompimento dos laços familiares. Nesse percurso de mudanças – produção das espadas em lugares distantes e quebra de ritos familiares –, a testagem das espadas, como relatado anteriormente, sofreu severas contenções. A fabricação exige rigor, método, técnica, experimentação, verificação. Mesmo sendo uma prática popular, em que a grande maioria de seus participantes não possui intimidade com os bancos universitários, não é possível a sua confecção sem que se saiba, minimamente, realizar cálculos, usar ferramentas como o compasso e o paquímetro, manipular compostos químicos e muito mais. Apontamos, em trabalhos anteriores, a importância que os testes das

espadas tinham para todo o desencadear da Guerra de Espadas. Vale relembrar essa passagem enquanto exercício de síntese da discussão: “São nos momentos em que antecedem o São João que as espadas passam por testes. Se as espadas estiverem potentes, o melhor a se fazer é folgar a broca para que não venha explodir; se estiverem mijonas, então o movimento é o de diminuir a broca” (Cezarinho, 2022, p. 243).

**Imagem 17:** Espadeiro cerrando o bambu enrolado, período anterior à criminalização.



**Fonte 20:** Arquivo pessoal de Petry Lordelo (2024).

Os testes se faziam durante todo o mês junino. Principalmente no turno da noite, quando os comércios locais baixavam as portas, espadeiras e espadeiros saíam de suas casas com as espadas em mão, em suas próprias ruas, ou em ruas adjacentes, para testar as espadas que estavam sendo finalizadas. Era hora de saber se havia algo de errado na fabricação ou se estava tudo dentro do planejado. Tudo isso poderia trazer benefícios mágicos aos produtores, gerando respeito por parte dos pares e das pessoas que assistiam, quando tocavam suas espadas e a

qualidade era indiscutível: “A galera aplaude, porque é uma espada que chama muita a atenção. Aquela espada que rabeia, que vai ali, que vai aqui. Aquela espada mesmo que a galera bate palma” (Lau, entrevista, 23 dez, 2022).

Depois de 2011, esse tipo de prática deixou de acontecer, pelo menos seguindo o modelo que acabamos de situar. Testar uma espada seria entregar-se facilmente às garras da polícia e aos desejos de denúncia da vizinhança. Fatalmente, as espadas deixariam de ser testadas com frequência em linhas urbanas, potencializando os riscos de acidentes, já que abafariam a possibilidade de controle de sua produção. Poderíamos dizer que havia, na prática do teste das espadas, um controle sobre o nível de poder da espada que seria tocada durante o São João. De alguma maneira, esse controle ficou comprometido, abrindo caminho para que alguns começassem a produzir e a tocar a ermo:

No processo de fabricação, sou extremamente rigoroso, extremamente chato. Esse ano mesmo, eu tive um colega que ele falou, quando eu tava no processo de testar a broca: “Porra, velho, dá pra fechar mais, tem que botar a broca no limite”. Eu falei para ele, que é um amigo meu: “Irmão, eu prefiro uma espada minha sair fraca, todo mundo vaiar de minha cara, do que eu fazer uma espada e eu saber que aquela espada machucou alguém”. Então, isso é o senso de responsabilidade que a minha profissão, ela trouxe (Vando, entrevista, 31 ago. 2021).

Testar espadas coletivamente, como se fazia antes da criminalização, cumpria uma segunda função que estava vinculada ao controle sobre o espadeiro e a espadeira. Ponderava-se sobre a força, a duração, a qualidade da pólvora, o teor da limalha, o rabeio. Assim, geria-se os excessos, os descontroles, os desregramentos. Todo esse controle ficou comprometido, ainda mais que diversos eventos promovidos pelos populares, que serviam como oportunidade de testagem das espadas (Alvorada<sup>57</sup>, Casamento do CEAT e Aniversário de Tonhe Diabo), deixaram de existir ou foram fortemente constrangidos pela Polícia. O espadeiro/policial Beto afirmou o seguinte quando perguntado sobre os testes das espadas em um desses eventos: “Geralmente. Tinha algumas espadas nossas, eu e alguns companheiros aqui, porque se antecedia do São João, ou até antes nós já experimentava, entendeu?” (Beto, entrevista, 13 ago. 2021).

Estamos destacando de que maneira a proibição reestruturou a Guerra de Espadas na cidade de Cruz das Almas/BA. São muitas as alterações. Dificilmente conseguiríamos listá-las e pormenorizá-las. Mas cabe informar que essas pessoas utilizavam as espadas como um recurso de sobrevivência econômica. As espadas geravam renda, movimentavam o comércio da cidade e forneciam mão de obra daquelas pessoas que se encontravam desempregadas. A sua marginalização afetou a renda de muitas famílias, dado que parcela de espadeiros(as) deixou de produzi-las.

Infelizmente, ainda não dispomos de pesquisas que tratem especificamente desse tipo de questão, recorrendo a análises econômicas. Seria de grande validade que, num futuro, fossem pesquisados os dados da Secretaria da Fazenda, buscando compreender o fluxo econômico

---

<sup>57</sup> A Alvorada, que acontecia e acontece na madrugada de maio para junho, foi a única que conseguiu permanecer, mesmo sob repressão policial durante os primeiros anos de proibição. Nos anos seguintes, gestores municipais passaram a realizar comemorações com *shows* musicais na rua Rio Branco (Estrada de Ferro) como forma de cobrir a lacuna e evitar a queima de espadas. Entretanto, o efeito foi reverso. Espadeiros e espadeiras mantiveram a resistência, demonstrando que são os verdadeiros protagonistas e não meros e meras consumidores(as) de sua tradição.

durante o período junino; investigar os comércios que disponibilizavam materiais para ao fabrico das espadas (antes e depois da proibição), pois a criminalização é de 2011 e, provavelmente, muitas empresas já tinham atravessado o processo de informatização de suas transações; e, não menos importante, entrevistar comerciantes e espadeiros(as) no intuito de clarear ainda mais esse processo.

A criminalização fora vista como positiva por moradores e moradoras críticos(as) à Guerra de Espadas. Na grande maioria das ruas e bairros da cidade, a mudança se deu na proteção das suas casas. Antes da proibição, quase toda a cidade, com exceção de alguns espaços vitais, estava aberta para o usufruto de espadeiras e espadeiros. A proibição reduziu a margem de atuação dos(as) participantes, proporcionando maior acesso à rua por parte dos residentes que, nessa época, enclausuravam-se em suas moradas, protegendo-as com telas de aço e tapumes que, por outro lado, também acabavam contribuindo com o fluxo do comércio local.

Esta tese se baseia na relação entre espadeiros, espadeiras e policiais militares. Seria pertinente demonstrar que o crime acarretou a performance policial pelas ruas. Foram obrigados, por lei, a reconhecer a existência de uma nova tipologia de criminoso: o(a) espadeiro(a). Não há dúvida de que essa revisão tenha se dado de modo conflituoso, com grandes contradições. Até pouco tempo policiais eram (muitos continuam sendo) parte constitutiva da Guerra de Espadas. Eram eles e elas os próprios espadeiros e espadeiras. Não dá para acreditar que, inesperadamente, essas pessoas apagassem suas histórias e atuassem como meras operadoras da lei. O espadeiro/bombeiro Vando identificou a problemática em sua experiência com outros militares:

E a polícia, ela também sofreu. Até porque muitos policiais gostam da tradição. Muitos policiais, que até não são daqui, acha a ação errada. Porque ele entra naquele consenso: “Porra, se o cara não quer, ele não vá”. Mas a gente sabe que a galera gosta, a galera está aqui porque ela gosta. Então, às vezes, a população entra naquela coisa: “Polícia, tanto bandido pra você correr atrás, você tá vindo atrás da nossa tradição” [...]. Eu acho que tem muita coisa na sociedade que direcionar essa energia seria mais importante do que tá querendo fazer essa repressão da nossa cultura (Vando, entrevista, 31 ago. 2021).

As análises traçadas até aqui demonstraram que a Guerra de Espadas se modificou, ao longo desses anos, com muito mais intensidade. Alterou rotas e formas; reformulou planos e ações; gerou expectativas e desesperanças. Como toda instituição que vivencia problemas, a Guerra de Espadas se manteve. Entre inúmeras estratégias de resistência, negociação e articulação, ela sobreviveu ao seu mais intenso sufocamento. Por ironia do tempo e das circunstâncias, a Guerra de Espadas, os espadeiros e as espadeiras parecem renovar suas forças e vitalidade a cada ano que passa. A produção das espadas parece aumentar na mesma medida em que seus produtores começam a sair do limbo em que foram lançados. Mas de onde vem tanta força? O que tem garantido a essa instituição social sublevar-se aos imperativos manipulados pela lei? A chave para responder o mistério pode estar em suas características enquanto instituição social.

## **2.4 Características da Guerra de Espadas pelo prisma da instituição social**

Para finalizar este capítulo, precisamos designar quatro características que justifiquem o epíteto *instituição* à Guerra de Espadas. Neste trabalho, instituições, conforme demarcou Mary Douglas (2007), são convenções sociais que tendem à solidificação, a ganhar densidade no corpo social. Acreditamos que é aceitável aplicar às espadas certos atributos que compreendam as instituições consideradas totais (Polícia, Manicômios, Exército etc.) e os atributos daquelas que chamaríamos de *abertas*, como a linguagem, por exemplo. Obviamente que alguns traços podem compor tanto um tipo quanto o outro, sem a necessidade de estabelecer restrições. É isso que tentaremos, em poucos parágrafos, atribuir à Guerra de Espadas.

Para Peter Berger e Brigitte Berger (1977, p. 194), sociologicamente, o termo instituição é amplo. Desse modo, eles veem a linguagem como a instituição social primeira a acometer a pessoa. Analisando seus efeitos sobre as crianças, afirmam: “No estágio inicial da existência, a linguagem aponta as realidades mais extensas que se situam além do microcosmo das experiências imediatas do indivíduo”. Antes mesmo da família, a linguagem já opera sobre seus corpos, suas mentes e suas percepções. Assim como todas as instituições, há características inatas à linguagem, a saber: exterioridade, objetividade, coercitividade e autoridade moral. É daqui que começamos a pensar sobre a Guerra de Espadas.

Igualmente à linguagem, a Guerra de Espadas tem como característica a *exteriorização*. Os autores definem esse atributo como “[...] *algo dotado de realidade exterior*, em outras palavras, a instituição é alguma coisa situada fora do indivíduo [...]” (Berger; Berger, 1977, p. 196). As análises que realizamos ao longo do desenvolvimento deste capítulo informaram que a tradição das espadas está para além do sujeito, não submetida a desejos individuais. Em casos como esses, ninguém seria capaz de determinar a sua permanência ou extinção. Acreditamos que por esse motivo a criminalização da manifestação das espadas não tenha alcançado o seu objetivo, mesmo quando causado deslocamentos contundentes à instituição.

Do mesmo modo, essa exteriorização pode ser percebida nas falas de nossos colaboradores quando dizem ter nascido no seio da Guerra de Espadas. Quando situam os sentimentos desabrochados. Quando se reúnem entre familiares e amigos para festejar. A forma de falar, os desejos emanados e os encontros realizados têm motivos que lhes são exteriores, que não vêm de dentro de cada indivíduo. Assim, essa construção que permite a exterioridade da Guerra de Espadas se junta a outra característica que lhe é caríssima: a *historicidade*.

Apesar de não traçarmos uma linha do tempo da Guerra de Espadas, conseguimos visualizar a sua presença e mudança histórica em cada voz ou relato. As trajetórias de vida das espadeiras e dos espadeiros foram atravessadas pela instituição social Guerra de Espadas. Muitos deles já nasceram dentro desse contexto, portanto é uma instituição social que antecede ao sujeito e continuará existindo independentemente de cada um: “As instituições têm a qualidade da historicidade. Não são apenas fatos, mas fatos históricos; têm uma história” (Berger; Berger, 1997, p. 198).

Como percebemos, a Guerra de Espadas é uma instituição volátil, que se modifica, se adapta a novos contextos. Ainda assim, consegue manter certos aspectos de tempos passados no presente, demonstrando gozar de certa estabilidade. Diferentemente das instituições totais que tendem ao enrijecimento e controle, a Guerra de Espadas indica amoldar-se às dinâmicas do tempo. A busca pela regulamentação, como veremos no último capítulo, é uma dessas modulações em sua forma, intensidade e frequência.

A terceira qualidade ou característica da Guerra de Espadas é a *identidade*. Histórica, ritualizada e em movimento, a *identidade espadeira* foi sendo construída através da *historicidade*, ou seja, por meio de um longo processo. Um exemplo expressivo está na mudança de identificação desses sujeitos que de fogueteiros passaram a se denominar espadeiros e espadeiras. Porém, o elo social é ainda maior. A Guerra de Espadas projetou o

município de Cruz das Almas como a terra ou a cidade das espadas. Esse tipo de associação é mais do que comum entre as pessoas que compartilham esses significados e simbologias. Para cada rua, um ou vários(as) espadeiros(as), a Guerra de Espadas deu visibilidade às pessoas comuns. Lia, Conce, Lau, Beto, Vando e Alex, com certeza, sabem identificar certo local como ambiente de algum espadeiro ou espadeira.

Por fim, a Guerra de Espadas é uma instituição *aberta*. Distintamente das instituições totais que, como muito bem falou Erving Goffman (2015), tendem ao fechamento, a manifestação das espadas se efetiva pela sua real abertura ao meio. O trânsito de pessoas é livre, como demonstrado acima. Não há cerceamento de indivíduos desconhecidos. Ao contrário, é essa mobilidade e cruzamento entre pessoas que a torna eficiente. Esse processo se vislumbra no acesso livre entre os espaços da casa e da rua; na integração dos que até então eram *outsiders* à instituição (como no caso de Beto); na saída sem coerção por parte de uma autoridade moral ou hierárquica (como no caso de Alex).

Entretanto, mesmo tendo como característica a *abertura*, temos observado tentativas cada vez mais concretas de *fechamento* da Guerra de Espadas, a partir de sua criminalização. Essa ideia parece ganhar solidez com a busca pela regulamentação que criaria critérios mais rígidos e formais de entrada e saída dos participantes. A regulamentação seria como um tipo de penduricalho que ratificaria a sua importância social, embora diminuísse substantivamente a sua liberdade de ação.

Acreditamos que essas são apenas algumas possíveis características institucionais aplicáveis à Guerra de Espadas. Novos estudos, que a concebam por esse viés, contribuirão para o aperfeiçoamento e melhor delineamento de suas qualidades. O que fizemos foi dar os primeiros passos. Passos curtos que permitem olhar de outro modo para o que chamamos de instituição social Guerra de Espadas.

Concluída essa etapa, tomemos fôlego para os próximos passos. Estejam atentos(as), leitores e leitoras, pois a polícia pode chegar a qualquer instante.

### 3 CONFLITOS PELAS RUAS: A GUERRA DE ESPADAS EM MÚLTIPLOS SENTIDOS

O objetivo central deste capítulo é apreender as tensões instadas no cotidiano entre populares e policiais, na cidade de Cruz das Almas/BA, em dias de festejos juninos. Descortinar a cotidianidade permite acessar mais de perto as relações conflituosas entre diversos agentes sociais e, também, os recursos disponíveis para resolução de suas desavenças. Queremos demonstrar que as espadas entram na lógica do jogo, e sua utilização dependerá das circunstâncias apresentadas. A linha entre a diversão e o conflito é tênue. Tocar espadas pode revelar interesses que não estão limitados às brincadeiras festivas.

O cotidiano é estruturado. Acrescenta-se a isso que nenhum indivíduo é capaz de subtrair sua cotidianidade. Com essas constatações, Agnes Heller (1970, p. 17) indicou que todas as funções da vida humana se efetivam nas malhas do cotidiano. Em outras palavras, na cotidianidade “colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias”. Partindo desse ponto, o indivíduo é entendido tanto como um humano-genérico, aquele que resguarda e reproduz os valores imanescentes à condição humana, quanto pela sua individualidade que não é subsumida no coletivo. Essa brecha para pensar o indivíduo particularizado permite que compreendamos opções, alternativas. Comenta Heller (1970, p. 22) que “o indivíduo (a individualidade) contém *tanto* a particularidade *quanto* o humano-genérico que funciona consciente e inconscientemente no homem [...]. É comum a toda individualidade a escolha *relativamente* livre (autônoma) dos elementos genéricos e particulares [...]”.

A ideia de uma escolha “relativamente” livre é notória aqui. O que Heller (1970) parece indicar é que, por mais que exista a individualidade e que essa seja efetivada sem submissão, todas as escolhas das pessoas não são deliberadamente independentes. Em graus maiores ou menores, todo agenciamento pressupõe contato com a genericidade do que é humano. Isso nos leva à condição histórica da cotidianidade. Olhar para o cotidiano é olhar para as manifestações efetivadas dentro de um tempo (ou de vários).

Tentaremos colocar em funcionamento as indicações acima reveladas por meio dos boletins de ocorrência e relatos orais. Como já nos alertou Karl Monsma (2011), esse cruzamento é vantajoso porque permite a contraposição aos documentos oficiais. São outras possibilidades alçadas quando confrontados. Em certas ocasiões, conduziremos, em notas de rodapé, algumas impressões extraídas do contato com a documentação. Certos casos revelam que não há muito cuidado na produção desse tipo de registro, dificultando o entendimento e a interpretação do acontecimento. São passagens confusas, mas já mostramos no capítulo anterior que isso não necessariamente invalida seus usos. Em outros episódios, os nossos óculos teóricos chamarão a atenção para questões muito mais profundas.

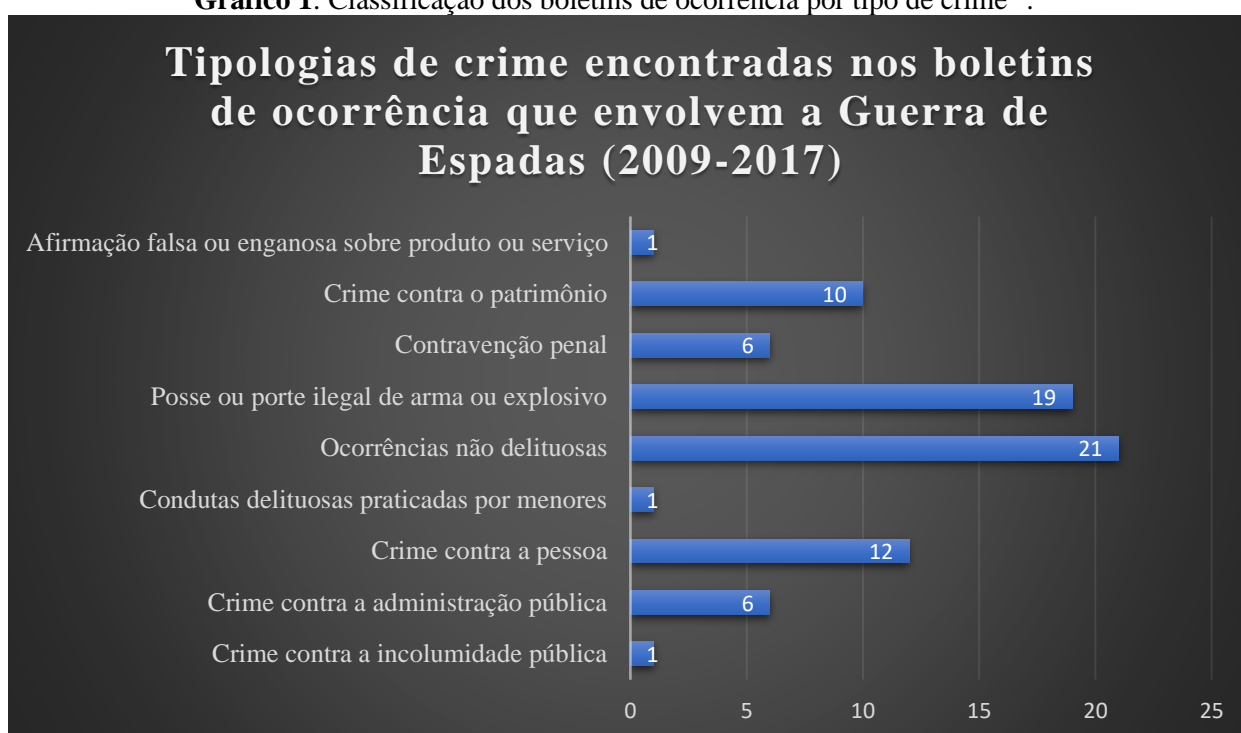
O texto distribui-se em três seções: a primeira tratar-se-á de evidenciar os marcadores que puderam ser sistematizados com o manuseio dos boletins de ocorrência. Em uma abordagem que privilegia o controle social, descortinar as categorias que envolvem essas pessoas é premissa imperativa. A segunda parte enfatiza os empreendimentos militares na “caça” de espadeiros(as) pelas ruas da cidade e os conflitos daí surgidos. Realiza-se uma leitura ampliada dos boletins de ocorrência no intento de constituir um conjunto estandardizado de experiências que comprove a existência de *estruturas de conjuntura* (Sahlins, 2008), no que chamaremos de territórios em litígio. A terceira, e última, busca enxergar as reações da população espadeira. Lembramos que o conceito de controle social está implicado em todo o capítulo, sendo esse o ponto norteador da trama.

### 3.1 Marcadores na Guerra de Espadas: uma tentativa de sistematização

A proposta para essa seção é a de sistematizar, classificar, descrever e analisar os boletins de ocorrência produzidos na Delegacia Circunscrição de Cruz das Almas/BA, durante os anos de 2009 a 2017, que informem sobre o fenômeno da Guerra de Espadas e seus agentes sociais. Mapear os tipos de crime e as pessoas envolvidas (por meio de categorias como raça, classe e gênero) é interessante para uma abordagem de interesse da História Social. Como veremos adiante, muitos desses boletins não fornecem as informações que completam as nossas pretensões. Por essa obviedade, não lidaremos, na maioria das vezes, com o número total da documentação arrolada. Ao longo de cada item faremos análises que contribuam no entendimento e melhor dimensionamento das fontes.

#### 3.1.1 Guerra de Espadas: enquadramentos para a sua criminalização

**Gráfico 1:** Classificação dos boletins de ocorrência por tipo de crime<sup>58</sup>.



**Fonte 21:** Elaborado pelo autor (2022).

Em pesquisa de campo, no ano de 2018, na Delegacia Circunscrição de Cruz das Almas, solicitamos aos delegados da época a oportunidade de pesquisar os registros policiais que tematizavam a Guerra de Espadas. A primeira informação recebida foi a de que só conseguiríamos acessar os registros digitalizados. Provavelmente, muitos outros foram perdidos ou, uma hipótese que precisa ser averiguada, que dentro das caixas empilhadas ainda possam constar boletins em seus interiores. Sabendo da dificuldade de investigação nesses ambientes e correndo o risco de abusar da boa-vontade dos que ali faziam-se presentes, concordamos em coletar os registros policiais digitalizados.

<sup>58</sup> Há um boletim de ocorrência com duas tipificações de crime. Por esse motivo que o número de tipificações ultrapassa o total de registros elencados.

A organização da documentação por tipologia de crimes, critério metodológico adotado, revelou, de imediato, que a Guerra de Espada ocupa espaço interessante no que concerne a esse quesito. Como percebido no gráfico, encontramos 9 enquadramentos, sendo 8 deles vistos como delitos e apenas 1 como não delito. Toda essa montagem leva a pensar como a Guerra de Espadas é, sim, um fenômeno sociocultural que causa ambiguidades no seio da comunidade cruzalmeno, uma vez que tais demandas são transportadas ao aparato policial local. De atos aparentemente insignificantes, a exemplo de uma espada que danificou um contador de água de determinada residência, às atitudes consideradas mais agressivas, como no uso das espadas para violentar outrem por desentendimentos momentâneos ou de longo tempo, está claro que a Guerra de Espadas é uma instituição móvel, elástica e em mutação.

Certos crimes atribuídos ao uso das espadas nos boletins de ocorrência são anteriores à sua criminalização oficializada pelo Ministério Público local. Temporalmente, só depois de 2011 que novas tipificações aparecem no centro da Guerra de Espadas, a exemplo dos crimes de posse/porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e posse de artefato explosivo desautorizado. Ambos retirados do bojo do atual Estatuto do Desarmamento. Nossa argumentação é a de que todas as tentativas anteriores de criminalizar a manifestação das espadas não deram conta de cerceá-la. Ou seja, mesmo a enquadrando em tipos criminosos já existentes – crime contra o patrimônio, crime contra a pessoa, crime contra a administração pública –, a força da tradição se revelou maior. Parte da comunidade, seja ela sociedade civil ou agentes vinculados a instituições de controle (Polícia, Ministério Público, Poder Executivo, moradores etc.), já demonstrava um olhar crítico à realização da Guerra de Espadas em Cruz das Almas.

Portanto, a oficialização da criminalização da Guerra de Espadas, em 2011, apesar de causar modificações significativas na dinâmica, não foi uma novidade, pelo menos em termos históricos. O que o evento de 2011 causou, na prática, foi a normatização de novas atitudes sobre os adeptos e as adeptas da Guerra de Espadas que já vinham sendo criminalizados(as). Atitudes voltadas à violência legítima por parte do Estado. A partir de então, haveria uma lei específica para legitimar a caça desses sujeitos. Novamente, se alteram, proveniente de uma outra ordem discursiva, o estilo de combate e a classificação especificada do sujeito. Espadeiras e espadeiros passam a ser, aos olhos da lei, criminosas(os).

Por que falamos de uma não-novidade em termos históricos? Torna-se preciosa essa explicação, visto que este é um trabalho de História (disciplina) e que, mesmo se alimentando de contribuições teóricas oriundas de outras ciências – Antropologia e Sociologia, destacadamente –, é dela de onde retiramos as nossas bases de sustentação. Dar protuberância ao que aconteceu no ano de 2011, em Cruz das Almas, omitindo um passado de conflitos, seria negar não apenas a História, mas também apagar agentes históricos que, de uma forma ou de outra, lançaram-se contra os imperativos que tentavam bloquear a instituição Guerra de Espadas em seu tempo. Aqui o papel a ser desempenhado pela historiadora ou pelo historiador é definidor.

Se o historiador ou a historiadora analisar a situação unicamente pelo prisma do evento, erradicará a História que se processa em comunhão com as estruturas. Optamos, então, em ver o evento de 2011 – a criminalização da tradição – com suas especificidades e inovações (uma ordem discursiva e práticas de repressão direcionadas), mas que possui lastros passados que não devem ser suprimidos. Com isso, fazemos ver a ciência histórica: “Eventos e estruturas têm, portanto, no campo da experiência do movimento histórico, diferentes extensões temporais, que são problematizadas exclusivamente pela história como ciência” (Koselleck, 2006, p.137). Até o desabrochar de 2011, muito se processou na história da Guerra de Espadas ao longo do tempo.

Os caracteres históricos da criminalização da Guerra de Espadas jazem por meio de dois planos discursivos: o disciplinamento e o impedimento. As duas edições do jornal *A Tarde* são indicadoras disso:

A prefeitura, juntamente com diversos setores da comunidade, decidiram [*sic*] este ano controlar os excessos da brincadeira, que acontecia em quase todas as ruas da cidade, prejudicando até a rotina dos cidadãos. Para isso, divulgou-se amplamente os nomes dos locais onde foi proibido [*sic*] a queima de espadas. Os flagrados descumprindo a determinação poderão ser preso [*sic*] em flagrante e processados. Pelo menos é o que estão garantido [*sic*] as autoridades, que determinaram ainda os dias e horários que os espadeiros poderão soltar os fogos, para evitar transtornos aos demais seguimentos da população que não adere à brincadeira (A Tarde, 21 jun. 1994).

Outra edição do jornal, datada de 1983, reafirma as tensões provenientes da Guerra de Espadas em década anterior. Essas se deram por meio de comentários de que naquele ano a queima das espadas estaria proibida. A beleza do conteúdo é tamanha que optamos em mantê-lo quase que integral:

Em Cruz das Almas agora está ocorrendo a “febre das espadas” de forma que em qualquer lugar que se passa tem gente fabricando o artefato. Na Praça dos combatentes, onde a reportagem de A TARDE parou para acompanhar o movimento de fabricação desses fogos, no instante viu juntar-se cerca de 100 jovens que aproveitaram para protestar contra a informação de que não haveria a batalha de espada este ano, principalmente na Praça Senador Temístocles. Vários deram sua opinião, uma mais desencontrada que a outra, mas todas refletindo a revolta dos moradores. O comerciante Dilton, um dos mais fanáticos soltadores de espadas, com marcas no corpo de algumas queimaduras de anos anteriores, com a informação de que não haveria a batalha, foi taxativo: “Mesmo que haja proibição vou tocar as minhas 70 dúzias que já estão prontas. Nem que me levem preso. Só se me soltarem depois do São João, assim será a única maneira de me conter”. Continuando, disse o comerciante: “Acredito que as espadas são perigosas para quem não sabe fazer ou tocá-las. Rapaz, tocar espadas é o meu fraco. Sou casado, pai de três filhos e desde quando me entendo solto espadas. Sou de opinião de que nem todas as ruas devem se soltar espadas, afinal de contas, ela pode entrar numa casa e causar sérios danos” (A Tarde, 19 jun. 1983).

Os mecanismos de contenção estavam sendo postos à Guerra de Espadas. O que não havia, porém, era a ideia de perceber-se como um criminoso, um fora da lei. Analisando os dois recortes, não há como negar a existência de um processo que poderia acarretar criminalização e, por tal, uma explicação que precisa ultrapassar a esfera do evento. Dos 76 boletins de ocorrência, encontramos 23 que demarcavam as datas de 2009 e 2010. Entre as tipificações enquadradas estão: ocorrência não delituosa, crime contra a pessoa, crime contra o patrimônio, crime contra a administração pública, perturbação do trabalho ou do sossego alheio e da tranquilidade e, por fim, outras infrações penais (contravenção penal).

Pensando a Guerra de Espada a longo e médio prazos, chegamos à conclusão de que o evento de 2011 é, sim, um divisor de águas. Entretanto, algumas de suas novidades possuem marcas envelhecidas banhadas pelo tempo. Essas nada mais são do que um *continuum* histórico. Notando o cenário mais recente, dando relevância aos últimos anos que demarcam a

temporalidade desta tese, parece estar surgindo mais um ajustamento, agora por parte da Polícia, na tentativa de atribuir outro estigma às espadeiras e aos espadeiros. Ao averiguar os passos da 27ª Companhia Independente de Polícia Militar, de Cruz das Almas, pela sua rede social oficial, *Instagram*, localizamos uma peculiar associação dos espadeiros(as) ao tráfico:

Além disso, com a marginalização da soltura de espadas, o tráfico de drogas passou a ser um dos grandes patrocinadores dessa prática arriscada e criminosa, sendo muito comum a presença de traficantes armados vendendo drogas misturados aos espadeiros” (Polícia Militar, *Instagram*, 01 jun. 2023)<sup>59</sup>.

Qualquer etnógrafo amador seria capaz de detectar ruídos grosseiros no tom acima citado. As nossas duas últimas participações diretas na Guerra de Espadas (2022 e 2023) revelaram que famílias continuam se reunindo para tocar espadas, sendo essas produzidas por seus próprios parentes ou adquiridas nas mãos de espadeiros que mantiveram a produção. Mesmo assim, não cabe aqui dizer se as constatações da Polícia Militar são compatíveis com a realidade ou não. Entendemo-las dentro de um conjunto de representações. O que mais importa identificar é esse jogo de estigmas que continua sendo formulado para oficializar o uso da força e da violência contra espadeiros e espadeiras em Cruz das Almas. Atrelar suas práticas, fazeres e saberes ao mundo do tráfico (refere-se especificamente ao das drogas), elemento de crítica e repúdio de grande parcela da sociedade brasileira, é a estratégia. Com isso, legitima-se o pavor, o ódio e a repressão.

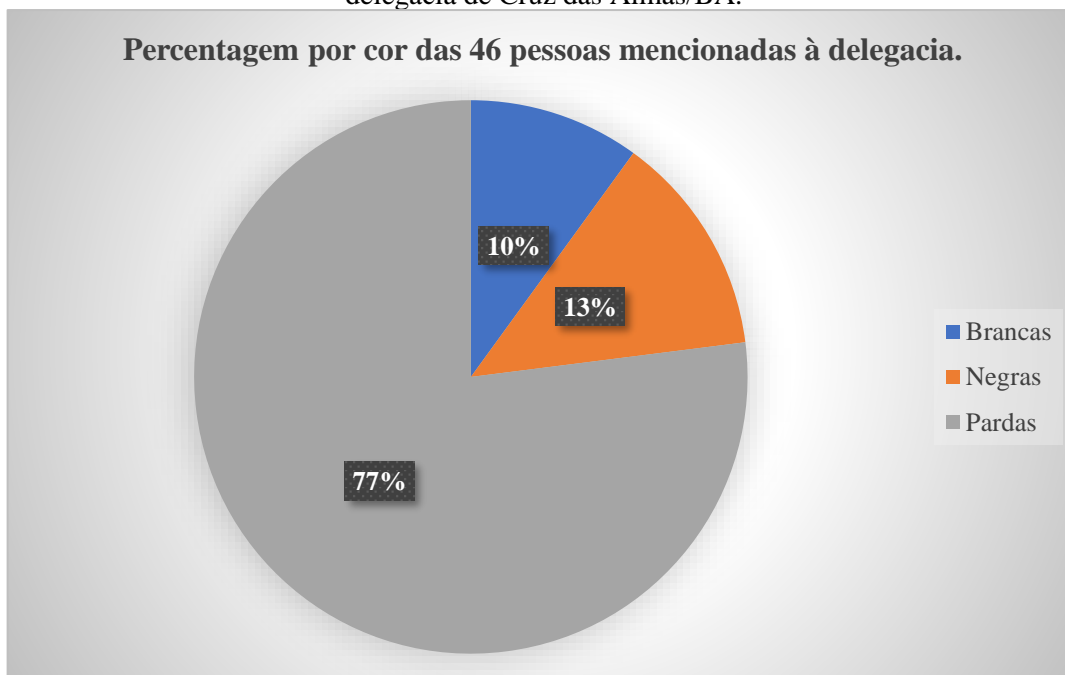
### 3.1.2. Uma tradição com cor

Não há dúvida de que a Guerra de Espadas é uma instituição social aberta às diversas categorias. No caso da questão racial, não seria diferente. Pessoas brancas, negras e pardas (para ficarmos apenas com essas três classificações que encontramos nos documentos policiais) se envolvem constantemente e de dessemelhantes maneiras com a queima das espadas e com o processo de produção. Basta sair às ruas para que isso se comprove a olho nu. Entretanto, uma análise mais detida sobre as pessoas citadas em boletins de ocorrência, de 2009 a 2017, permite concluir: a grande maioria era parda e negra. Dessa afirmativa emerge a constatação de que a forma de lidar com espadeiros brancos pode ser distinta da forma de lidar com espadeiros(as) pardos e negros.

---

<sup>59</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/27cipmba/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

**Gráfico 2:** Cor das pessoas na Guerra de Espadas que aparecem nos boletins de ocorrência na delegacia de Cruz das Almas/BA.



**Fonte 22:** Elaborado pelo autor (2022).

Consideraremos, neste texto, as atuais definições políticas e científicas sobre a questão da cor parda. Concebemos ambos, pardos e pretos, como negros. A predominância no gráfico de pessoas identificadas como pardas não é aleatória ou fruto de um simples reconhecimento racial. Historicamente, a categoria em questão voltou a ser utilizada no Brasil em 1950, depois de inclusões e retiradas dos censos, quando cerca de 20% da população não se reconhecia nem como branca e nem como negra. No fundo, o que se colocava em pauta era o desprestígio histórico em ser considerado negro. Acontece que a formulação da categoria parda foi sendo assumida como subterfúgio aos estigmas e desvalorizações quando do trato das pessoas negras: “Apesar de sempre ter feito parte do vocabulário corrente, o termo ‘negro’ funcionava como uma espécie de xingamento, o que tornava seus equivalentes eufemísticos (‘preto’, ‘pretinho’, ‘mulato’, ‘escuro’ etc.) bem mais palatáveis (Campos, 2013, p. 81).

Em Cruz das Almas/BA, a partir dos dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, com o censo de 2022, foram encontradas cinco categorias identitárias, a saber: branca, preta, amarela, parda e indígena. Respectivamente, os números são os seguintes: 7.939 (pessoas autodeclaradas brancas), 19.945 (pessoas autodeclaradas pretas), 47 (pessoas autodeclaradas amarelas), 32.310 (pessoas autodeclaradas pardas) e 100 (pessoas autodeclaradas indígenas). Em suma, dentro dos parâmetros utilizados para esta tese e que também estão acordados com os do IBGE, teríamos cerca de 52.255 pessoas dentro do ramo identitário negro. Ou seja, Cruz das Almas, cidade localizada no Recôncavo baiano, com população estimada de 60.348 mil habitantes, é predominante negra. Seriam, em percentual, 53% de pessoas pardas e 33% de pessoas pretas (IBGE, 2022).

**Imagem 18:** Homem carregando bambus para a fase de secagem ao sol, período anterior à criminalização.



**Fonte 23:** Arquivo pessoal de Petry Lordelo (2024).

**Imagem 19:** Homem utiliza máquina para enrolar os bambus, período anterior à criminalização.



**Fonte 24:** Arquivo pessoal de Petry Lordelo (2024).

Esses primeiros esclarecimentos sobre a cor da instituição social Guerra de Espadas não podem prescindir de outra categoria bastante relevante para o entendimento de que, a despeito de serem espadeiros e espadeiras em sua grande maioria negros(as), as posições sociais fomentam reações heterogêneas, principalmente na hora do encontro com as forças policiais. Por isso, a categoria cor precisa ser interseccionada à classe. Além desse fator, cabe dizer que, normalmente, espadeiros e espadeiras que possuem maior mobilidade econômica tendem a financiar os materiais (a matéria-prima) ou comprar as espadas prontas. Não significa dizer que estão completamente fora do trabalho braçal, das fases que compreendem o fazer das espadas. Podem até participar de algumas etapas, mas, no geral, a carga de trabalho físico/manual é

sustentada por pessoas economicamente vulneráveis. Um dos nossos entrevistados chegou a tocar nesse tema. O espadeiro/bombeiro militar Vando disse:

Para eu ser um espadeiro completo, eu tenho que fazer tudo, tenho que saber fazer tudo. Têm coisas, assim, que eu evito: pilar uma pólvora. Pra mim não tem. Aí, é serviço braçal mesmo e, como tem a questão do risco, eu também acho muito cansativo. Bater espada é muito cansativo, pra caramba. Mais do que pilar pólvora, até. Mas eu gosto, é prazeroso para mim. Eu não tenho prazer em pilar pólvora. Já pilei, já. Mas é um serviço que eu pagaria tranquilo (Vando, entrevista, 31 ago. 2021).

Continuou o seu relato assim:

Filipe: Você já pagou a alguém para fazer?

Vando: Já. Inclusive, no ano passado, 2020, nesse processo da pandemia, eu vi uma coisa que até o meu olho encheu de lagrima, né? Que um rapaz, que estava sem trabalhar, ele chegou pra mim e falou, depois que ele pilou a pólvora, eu dei o dinheiro a ele. Aí, ele falou: “Velho, o dinheiro que eu recebi essa semana é o dinheiro que você está me dando aqui dessa pólvora que eu pilei”. Aí, eu fiquei assim: meu Deus, como é que uma coisa dessa, que tá gerando emprego e foi proibida, né? Uma coisa que é de cultura da gente e coloca em um processo de marginalização. Como se fosse algo realmente ilegal, né? E, às vezes, a gente é colocado numa classe pior do que os malfeitores da sociedade, realmente (Vando, entrevista, 31 ago. 2021).

Falamos que, no geral, são as pessoas em condições financeiras menos favoráveis as que atuam com mais efetividade nas etapas extenuantes da fabricação das espadas. Há exceções, e trazemos o exemplo do espadeiro/policial aposentado Beto. Garante que é ele mesmo quem produz suas espadas: “Eram minhas e de outro colega. Eles estavam contratados para bater as do meu colega. Porque, geralmente, quem faz tudo é eu. Faço tudo, tudo” (Beto, entrevista, 13 ago. 2021). Temos, dessa forma, variações dentro do conjunto de espadeiros e espadeiras que viabilizam e validam a percepção de que, mesmo compartilhando uma cultura em comum, não podemos achar que estabeleçam dinâmicas iguais na Guerra de Espadas. Isso vai ficando mais palpável quando do choque com a polícia.

Em documento que será analisado no último capítulo desta tese, encaminhando outro mote analítico, a fala de um morador sobre as prisões na Guerra de Espadas, em Cruz das Almas, chama a atenção por estar alinhada à discussão presente. As problemáticas da raça e da classe tendem a expor relações que rompem com o nível local, isto é, dando a entender que os fenômenos estruturais do racismo e da desigualdade social estão presentes e são indutores do encarceramento. No momento, ficaremos com o sucinto trecho:

Posteriormente, o educador Rony Henrique fala que os vereadores presentes todos possuem Deputados Federais e porque esses deputados não realizam uma discussão mais ampla desse tema pedindo mudanças, sendo um grande crítico do cumprimento das leis e transmite isso aos seus alunos do Colégio Landulfo Alves, e finaliza informando que os ricos também tocam espadas, mas só os pobres sofrem os rigores da lei (Ata, 2023, p. 2).

Relatos de participação de pessoas pobres, de classe média e até de pessoas abastadas são comuns de serem ouvidos na Guerra de Espadas. Contudo, há nuances que precisam ser esclarecidas para que não tomemos esses sujeitos como homogêneos, em outras palavras, como se todos fossem submetidos de igual modo aos imperativos da lei. Classe e raça são potenciais mecanismos que irão, na Guerra de Espadas, definir quem vai ser preso ou como a ação para a captura da pessoa envolvida será realizada. Situação particular foi relatada em entrevista pelo policial Alex quando se viu na difícil missão de pegar um empresário da cidade de Cruz das Almas que tocava espadas em sua rua. Apesar de galgar vitória e conduzir o espadeiro à delegacia, não se sabe, ao certo, o que aconteceu depois disso:

O segundo fato, a segunda situação, foi, e esse eu participei diretamente, quando eu fiz a prisão de um cidadão que estava ali fazendo a queima de espadas, a polícia estava no entorno e conseguiu fazer a prisão dele. Só que, quando a gente fez a apreensão, se tratava de um homem “teoricamente de bem”, um empresário, comerciante da cidade e as pessoas que estavam próximas tentaram tomar ele da mão, da nossa mão, né? E, aí, a gente teve que conter, eu participei diretamente da ação, da segurança dos colegas. Jogaram espada na gente, bambu apagado, né? Então, praticamente uma agressão. Tentaram tomar o preso da mão da gente. Só que a gente conseguiu êxito na ação, conduziu ele até a delegacia, mas tratava-se de, “teoricamente”, um cidadão de bem que era um comerciante da cidade, né? Então, foi uma situação bem difícil e constrangedora, né? (Alex, entrevista, 10 set. 2021).

O fim do relato de Alex exprime a decepção de que toda a ação desenvolvida e os riscos reais presentes, já que houve potencial resistência dos populares, não surtiram o devido efeito. O motivo era claro: ele e seus colegas de profissão levaram uma pessoa devidamente bem posicionada no meio social da cidade<sup>60</sup>. A situação constrangedora, como o policial disse, tem a ver com a complicada questão de minimização de seu poder como agente da lei, frente a um civil com status social que, naquelas circunstâncias, demonstrava-se superior. Bretas (1997), quando tensionou a relação da polícia com as classes mais abastadas, argumentava que esse é um meandro de acesso bastante limitado aos historiadores e às historiadoras. Policiais e pessoas de classes superiores, como assim denominou o historiador citado, mantiveram sempre um relacionamento precavido que, por parte da Polícia, desembocava em excessivas boas intenções e tentativas de agrado, modo completamente distinto quando do trato com as classes baixas.

Mas esses conflitos acontecem, como vimos. Na situação informada pelo policial Alex, a contenda e a condução do empresário deram-se pelo fato do desafio impingido aos policiais por parte da população. Quando da criação de barreiras e até do arremesso de espadas queimadas contra os agentes militares, esses se deram conta de que os seus poderes legais e simbólicos estavam sendo questionados. Talvez, por isso, a energia utilizada tenha sido mais enfática do que em outras circunstâncias.

Inicialmente, buscávamos como objetivo cruzar os dados obtidos dos boletins de ocorrência que conectassem raça e classe. Todavia, a maioria desses registros policiais não apresentava a profissão e nem a cor das pessoas conduzidas à delegacia. No caso das profissões, conseguimos identificar algumas: comerciante (2), representante comercial (1), servente (3), pedreiro (3), mecânico (1), funcionário público municipal (1), funcionário público estadual (1), servidor público federal (1), vaqueiro (1), almoxarife (1), advogado (1), vigilante (1),

<sup>60</sup> Não encontramos boletim de ocorrência que tenha anotado a condução de um empresário cruzalmense à delegacia.

engenheiro (1), empresário (1), policial (1), operador de máquinas (1), desempregado (1), estudante (5), e outras (2)<sup>61</sup>. Dos 76 boletins, apenas conseguimos encontrar 29 indicações de profissões das pessoas levadas à delegacia por causa de espadas.

A situação à qual envolveu o advogado, o almoxarife, o engenheiro e o empresário foi registrada em um mesmo boletim, indicando que os quatro estavam juntos. Vejamos o que aconteceu com base no escrito:

Segundo o Tem PM XXX, várias denúncias chegaram ao conhecimento do comando que no local acima citado havia queima de espadas. Ao chegarem ao local, os policiais militares constataram que havia queima de espadas e no término da queima das mesmas os policiais detiveram as pessoas acima qualificadas pelo fato dos mesmos terem sido vistas “tocando espadas”. O Tem PM diz que os apresentados estavam desafiando os policiais militares chamando-os para o meio das espadas. O Tem PM XXX procedeu com as abordagens e apresentou os mesmos a esta depol. Com os conduzidos foram encontrados um capacete camuflado nas cores verde oliva do Exército Brasileiro, entre outras vestimentas de proteção. Com os conduzidos foram encontrados os seguintes pertences: um aparelho celular da marca *Blackberry*, um *laser*, uma câmera fotográfica da marca *Olympus*, um capacete com a camuflagem verde oliva, um relógio de pulso de marca *Shock*, um celular da marca *Iphone*, um aparelho celular *Samsung*. Os conduzidos foram flagrantados com base no Art. 16, parágrafo único da Lei Nº 10.826/03. É o registro (B.O. 1282012001017, 2012).

Contrariar policiais no exercício de sua função é arranhar o poder que caracteriza e dá sustentação a esses sujeitos. Possivelmente, foram as posições sociais dos detidos que fomentaram o conflito. Por trás disso, a confiança de que nada poderia lhes acontecer. Aristeu BC (natural do Rio de Janeiro/RJ), Goichi MN (natural de Brasília/DF), Alvaro JCAR (natural de Salvador/BA) e Ednardo BB (único cruzalense), todos residentes na cidade Salvador/BA, provavelmente foram se divertir com a Guerra de Espadas, em Cruz das Almas. Acreditamos que são simpatizantes, exceto Ednardo BB, que nasceu dentro do contexto. Os quatro encaminhados eram pardos, ao menos assim foram sinalizados oficialmente. Apesar do enrosco e da imputação de crime baseado na lei do desarmamento em seu histórico, quem redigiu o documento o fez como se fosse um fato não delituoso, de natureza não delituosa, o que causa contrariedade com o que foi dito pelos policiais militares. A hipótese provável é a de que, quando chegaram à delegacia, as credenciais de alguns deles tenham falado mais alto.

Esse foi o único boletim encontrado que trazia em seu bojo um advogado, um engenheiro e um empresário como atores de conflitos. É possível que outros também tenham apontado na delegacia devido à mesma situação, mas, se aconteceu, não encontramos os seus registros, revelando disparidades no tratado da questão. Tanto no atrito apresentado pelo policial Alex quanto nesse, ficam expressos os desafios à autoridade policial que se realizaram, também, por causa dos aspectos socioeconômicos dos envolvidos. O prestígio social, revelado pelas condições profissionais e econômicas, são gradientes que permitem o questionamento da autoridade.

Nesse caminhar, passamos a perceber a plausível ideia de que, na prática, espadeiros e espadeiras negros(as) e pobres podem receber tratamento diferenciado daqueles(as) que têm a mesma cor, mas que deslizam facilmente por entre os meios socioeconômicos, sem falar das

<sup>61</sup> Não foi atribuída nenhuma profissão nesses dois casos, sendo registrado “outros”.

peessoas brancas. Para manter a lógica argumentativa posta nesta seção, traremos um caso que também será discutido na seção seguinte. No momento, precisamos apreciá-lo aqui para indicar as formas de tratamento diferenciadas a esses sujeitos quando cor e classe são perspectivadas. Comparemos, portanto, os acontecimentos que giraram em torno do empresário levado pelo policial Alex e dos quatro rapazes com o caso do pedreiro, negro, Antônio NS, em 2014:

O policial acima qualificado compareceu nesta unidade fazendo a apresentação de cinco espadas, ora apreendidas, que foram encontradas em cima do guarda-roupas da residência do senhor Antônio NS no local acima citados; que o preposto da PM informou ainda que estavam em perseguição de dois homens que soltavam espadas quando os mesmos adentraram na referida residência, sendo que ambos conseguiram evadir-se e somente após uma revista foram encontradas as cinco espadas acima referidas; como pertences foram exibidos um aparelho de telefone celular marca Samsung, um boné cor branca e uma carteira contendo documentos pessoais e vinte e dois reais. Que o conduzido foi flagrantado pela prática do crime previsto no artigo 16, III da Lei 10.826/03. É o registro (B.O. 1282014001830, 2014)<sup>62</sup>.

Cinco espadas em um guarda-roupas, dois homens que adentraram à casa do senhor Antônio NS fugindo da polícia e o resultado, como vemos, é a condução do pedreiro, negro, 41 anos, 1º grau incompleto, à delegacia por cometimento de fato delituoso tipificado como posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Diferente dos quatro desafiadores tratados acima, o flagrantado em questão estava dentro de sua casa e nem sequer sabemos se as espadas eram verdadeiramente suas. Mesmo que fossem, há um desnível aparentemente real no tratamento do problema. Podemos cogitar que tal assimetria se deu pelos fatores da cor e da classe.

Passemos, então, para a argumentação de maior amplitude, mas que não perde de vista a classe e, principalmente a cor, da Guerra de Espadas. A hipótese é a de que, no final das contas, a Guerra de Espadas tenha sido criminalizada por ser, também, uma instituição social predominantemente negra. Os discursos da razão, de defesa da sociedade, do progresso e da civilização são catalizadores dessa concepção. Teríamos, por essa mão, mulheres e homens negros digladiando-se pelas ruas, causando desconforto, desordem social, atacando patrimônios privados e públicos, além de colocarem em riscos as vidas de si mesmos e de outrem. A exemplo dos capoeiras (Santos, 2004) e do samba, no século XIX, como vem acontecendo com o *funk* carioca no final do século XX e início do XXI (Mizrahi, 2020), o que temos com a Guerra de Espadas, em Cruz das Almas/BA, são os processos de assepsia social e racial da cidade, assim como um modelo ou padrão a ser elevado em detrimento das performances, dos estilos e das estéticas das populações negras.

Para não ficarmos em suposições comparativas a outras realidades, temporalidades e objetos, o artigo do promotor do Ministério Público, em Cruz das Almas, faz-se suficiente. Em outros aparecimentos ao público, quando chamado a se pronunciar sobre o tema no passado recente, identificamos ruídos potentes em sua concepção de cultura. É como se as práticas populares do povo fossem danosas ao social. Uma cultura que, em suas palavras, clama por violência. Segue parte de seu texto publicado em jornal:

Suponha que no São João, numa cidade apaixonada pelo evento e para onde vão milhares de turistas, um grupo de pessoas se arme de porretes. Eles vão a

<sup>62</sup> Chamamos a atenção do leitor e da leitora para este caso. Ele retornará mais adiante e será detidamente analisado através de outro viés analítico, mas resguardando os elementos raça e classe como cruciais.

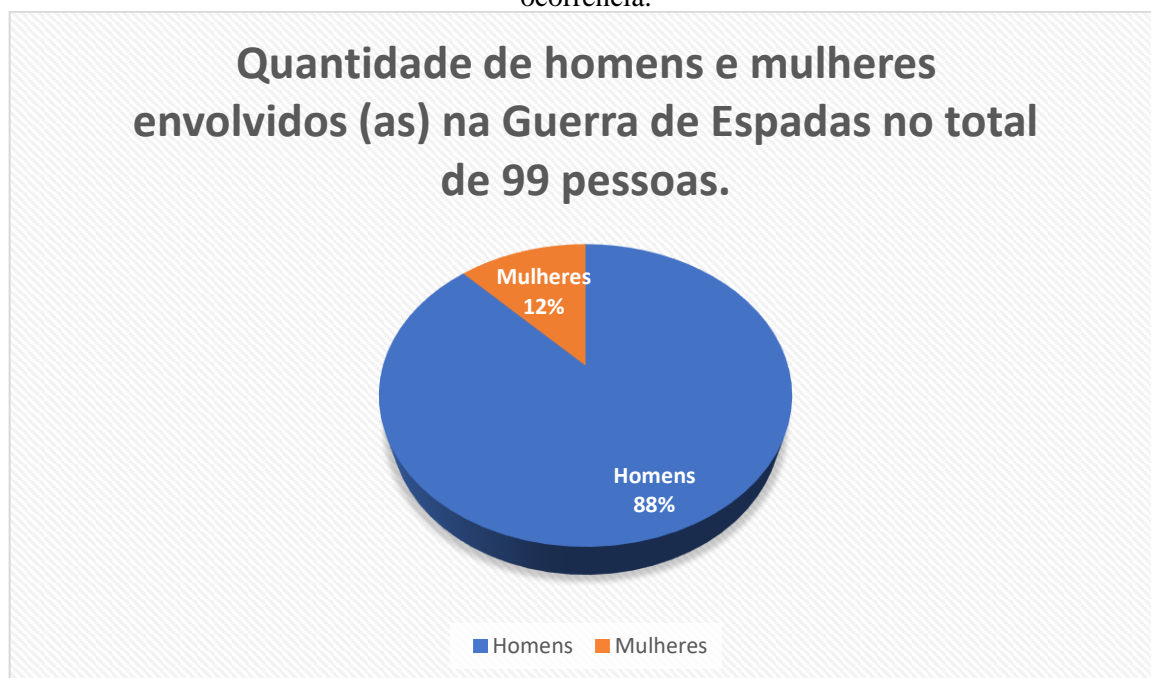
um determinado local e começam a se agredir com os ditos instrumentos, também lesionando terceiros que por lá passam. Danificam casas, carros, bens públicos [...]. Substitua os porretes da situação hipotética por “espadas de fogo” e não haverá mais necessidade de imaginação. É o que ocorre em Cruz das Almas, Senhor do Bonfim, Salvador (Periperi), Muritiba, Conceição do Almeida, São Felipe, Sapeaçu, Castro Alves e diversas cidades da Bahia (Reis Neto, A Tarde, 2019).

As falas do promotor José Reis Neto, homem branco, parecem perfazer ou reproduzir discursos oriundos de séculos passados: a cultura do povo, novamente, vista como algo dilacerante, imoral, atroz. Por tal, o controle social sobre a prática é imprescindível para o bom funcionamento da sociedade – pensamentos esses que abrem caminhos para o exercício legal da violência sobre populares. O que ele não conseguiu escamotear foi a dimensão real da Guerra de Espadas que se espalha por muitas cidades baianas. Não são residuais grupos, são milhares de pessoas que, de acordo com suas especificidades locais, mantêm acesas as chamas da tradição.

Fica uma pergunta no ar: no caso de Cruz das Almas, estaríamos presenciando aspectos que remetem ao racismo com a criminalização da Guerra de Espadas?

### 3.1.3 Guerra de Espadas: espadeiras nas fendas documentais

**Gráfico 3:** Caracterização por gênero das pessoas envolvidas na Guerra de Espadas nos boletins de ocorrência.



**Fonte 25:** Elaborado pelo autor (2022).

A relação indicada no gráfico revela a participação massiva de homens na Guerra de Espadas, exatamente 87 homens e 12 mulheres. Não significa dizer que as mulheres são/estão cerceadas. Se as mulheres estão presentes na Guerra de Espadas, por qual motivo aparecem em menor quantidade nos boletins policiais? Parece ser normal que, em registros da polícia, a

presença de homens seja maior do que a de mulheres, levando a considerar que a incidência do corpo feminino em atos de desvio seja sutil. Se focássemos estritamente nas mulheres que aparecem sendo conduzidas à delegacia por motivos relacionados às espadas, ou enquanto autoras das situações de possível burla das normas, teríamos um número ainda menor com o que está registrado acima e, assim, sucumbiríamos a certas armadilhas da vida social.

Em seu livro clássico, *Os excluídos da história*, Michelle Perrot (1988, p. 187) denunciava a dificuldade de encontrar documentos que fossem produzidos por mulheres, no século XIX, ao menos aqueles que se posicionavam nas esferas do mundo público. Não só isso. Além do predomínio masculino nas relações que envolviam a produção documental, a pesquisadora constatava a mesma ausência na ação histórica. As mulheres eram percebidas em segundo plano e tinham a sua participação política pouco dimensionada. Dentro desses dois enfoques, o problema maior, para Perrot, estava no fato de aceitarmos uma “visão tranquilizadora de um mundo rural sem conflitos, o folclore sob certos aspectos é a negação da história, uma certa maneira de transformar em ritos tranquilos as tensões e as lutas”.

Dadas as assimetrias temporais e espaciais dos objetos em comparação, podemos tomar como ponto de partida as ideias de ausência feminina tanto nas fontes quanto em sua participação efetiva na história. Mesmo considerando uma abordagem que se centra no final do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, as feições estruturais do pensar, dos discursos e das práticas não desapareceram. Elas permeiam e encharcam continuamente as vidas das pessoas. E são com essas lentes que retomamos o gráfico que abre essa seção.

Para chegarmos a tal índice, as fontes foram lidas de modo que a presença feminina, direta ou indiretamente, viesse à tona. Para sermos claros, mesmo em situações nas quais fossem os homens que tivessem os seus nomes oficializados como autores das ações enquadradas como criminosas nos registros da Polícia, o método de análise das fontes contribuiu na captura da participação de mulheres, assim, revelando níveis diferentes de atuação e importância<sup>63</sup>. De que maneira foram assumidos os boletins, então? Ora, fomos atrás de rastros da presença espadeira na documentação. Tudo que pudesse atestar a existência de marcas femininas na Guerra de Espadas, mesmo quando os punhos amparados sobre a mesa e os dedos dos servidores ou das servidoras tentassem retirar ou minorar suas atividades em cada registro, foi suficiente para ampliarmos a margem de atuação delas nas espadas<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> De 2009 a 2014 os registros policiais possuíam outra interface. Assim se distribuíam as informações: Número do registro, Data, Hora, Comunicante, Fato e Outros envolvidos. No que tange ao último indicador, não havia, até então, distinção dos envolvidos. Isto é: o autor principal da ação era relacionado juntamente aos demais, caso houvessem. No item Fato, estavam juntos tanto o que houve quanto a tipificação do que houve, além de dados complementares de data, hora, local e bairro. No final, aparecem os servidores que redigiram e assinaram. A partir de 2015, passou-se a utilizar novo modelo para o registro dos boletins de ocorrência. Modelo esse que consideramos, ao compará-los, mais completo em termos de informações discriminadas. Nos 13 boletins que possuem esse novo padrão, é possível identificar uma maior organização na inserção dos dados obtidos no instante da elaboração documental. As mudanças dão-se na própria denominação do documento, de *Registro de comunicação* para *Certidão*. No interior do novo modelo são observadas as seguintes divisões: Boletim de ocorrência (Número, unidade, delegado e data), Responsável pelo registro (Unidade e servidor), Origem (Descrição, Número, Autoridade requisitante, Data Recebimento, Encaminhamento, Data do documento, Órgão Origem e Hora recebimento), Dados do fato (Tipo, data e Histórico), Infração penal (Natureza, Legislação e Referência) e Pessoas envolvidas (Autor, Citado, Comunicante, Testemunha e Vítima). No fim do documento aparecem a identificação do responsável (delegado) e a sua assinatura.

<sup>64</sup> Essa hipótese da diluição da participação feminina na Guerra de Espadas precisa ser avistada dentro de estruturas sociocultural, política e histórica. Não exclusivamente podemos argumentar sobre esse

Para exemplo, apresentamos a situação que envolveu Verena JS, cruzalmense, 15 anos, parda; e uma outra mulher de nome Verônica JS, cruzalmense, 24 anos, parda. Ressaltamos que, em ambos os casos, as mulheres aparecem como citadas no registro policial. Ou seja, conforme o documento, elas não afiguram como personagens principais das respectivas situações, mesmo quando foram elas as que estavam presentes nas residências com diversos materiais que serviriam para a produção das espadas. Um olhar desatento do caso pode acarretar interpretações simplistas sobre os papéis sociais das mulheres na Guerra de Espadas, isto é, àquelas tipicamente voltadas para o lar. Isso porque esses documentos corroboram ou induzem para esse tipo de apropriação. Assim, retiram toda a responsabilidade, criatividade e protagonismo de mulheres que ali estão. Passemos ao caso.

Uma guarnição da polícia, essa composta por um tenente, um sargento e dois soldados, recebeu informações, por meio de denúncias telefônicas, de que homens, nas proximidades das pedreiras e da linha férrea, em Cruz das Almas, trocavam tiros. Na campanha para alcançá-los, “a guarnição se deslocou até o local acreditando que havia pelo menos um corpo no local” (4ª CRPN C ALMAS-BO-16-013228, 2016). Já na região da contenda, os policiais avistaram uma casa e entraram nela (não consta no boletim se havia algum documento respaldando tal ação). Dentro do recinto estava a menor Verena JS. Na sala em que a jovem fora flagrada pelos militares, foram encontrados os seguintes materiais para a fabricação das espadas: “Cerca de 40 kg de pólvora acondicionada em barris de papelão, além de 36 bambus enrolados com barbante e com barro da frente” (4ª CRPN C ALMAS-BO-16-013228, 2016). Ainda não satisfeitos com a descoberta, os mesmos militares adentraram a casa de taipa da vizinhança e lá se depararam com mais materiais para a confecção das espadas e uma outra mulher, Verônica JS. Além de espadas prontas, os agentes descobriram ferramentas consideráveis: 7 macetes de madeira, 4 socadores de ferro, uma peneira e uma lata de barro vermelho. Outro elemento instigante sobre o que foi discorrido no registro oficial aparece na explicação das moças sobre a propriedade dos itens encontrados nas residências:

Verônica JS ao ser perguntada se ouviu os tiros e a autoria, respondeu que no momento dos tiros ficou com medo e se enrolou no lençol e as apresentadas ao serem questionadas a respeito dos responsáveis pelo fabrico e da propriedade das espadas, responderam que não sabem. É o registro (4ª CRPN C ALMAS-BO-16-013228, 2016).

Uma leitura que tenta capturar a presença de determinadas pessoas em ocasiões diversas através de ocorrências policiais precisa ultrapassar os limites estabelecidos pelo rigor técnico dos boletins. Necessita ir além dos nomes que ali estão. As relações interpessoais dos sujeitos, quando constadas nas documentações, devem ser minimamente traçadas para que desvendemos coparticipantes. As indicações de amigos(as), cônjuges, filhos(as) ou desconhecidos(as) nos documentos são imprescindíveis para isso. Detalhes são acrescentados ao boletim com a

---

dado em documentos policiais. A historiografia brasileira, até meados do século XX, para que tenhamos um exemplo mais abrangente, cerceou por longo tempo a participação de mulheres quando os assuntos se voltavam à violência e ao crime. Coube às mulheres a condição de vítimas. Isto é, os olhares de historiadoras e historiadores reforçavam características patriarcais e legitimavam, não raramente, papéis sociais atribuídos a cada gênero. Claudia Priori e Valdemir Paiva (2019) afirmaram: “Na historiografia, as mulheres que cometeram violências ocuparam espaços periféricos, e na grande maioria das vezes elas foram descritas como auxiliadoras de crimes cometidos por homens, ou até mesmo vítimas passivas e sem ‘voz’” (p. 435-436).

intenção de causar efeitos de verdade por parte de quem narra. Todavia, é nessa abertura que se verifica como aqueles vários indivíduos afiguram uma mesma comunidade cultural.

As duas mulheres encontradas dentro das residências são moradoras daquele lugar, conforme consta no registro, levando-nos a cogitar a possibilidade de serem companheiras afetivas ou familiares dos espadeiros apontados no final do documento como os donos dos materiais. Nesse caso, pode-se conjecturar que elas estavam como guardadoras das espadas e demais materiais apreendidos. Quando dizem não saber dos proprietários, as duas mulheres entram em um evidente jogo de risco, mas também de resistência, evitando que os policiais acessassem seus possíveis parceiros. Entretanto, foram indicados três nomes de supostos autores (proprietários) das espadas. Não se sabe até que ponto os nomes dos homens referenciados na seção Pessoas Envolvidas foram ditos pelas mulheres e se eram reais (ou criados por elas na hora do acontecido). Os nomes de Lucas, Luciano e Iago não aparecem ligados aos seus sobrenomes, o que, no mínimo, causa certa dubiedade sobre suas existências. Em outra linha interpretativa, poderia mesmo ter sido o policial condutor da situação a dar os nomes para que fossem obedecidos os rituais técnicos na produção do boletim de ocorrência. Os três nomes nem sequer são compatíveis com os que apareciam no histórico do caso escrito pelos policiais:

A central de operações recebeu várias ligações telefônicas nas quais pessoas diziam que na pedreira, próximo à linha férrea, desceram três elementos, entre eles Dan da Tabela, aqui nesta unidade policial identificado como Marcos AC, e a pessoa conhecida Everaldo [...], e instantes depois, ouviram vários disparos de arma de fogo e depois, subiram apenas Dan e o filho de [...] (4ª CRPN C ALMAS-BO-16-013228, 2016).

Portanto, a leitura de uma suposta omissão consciente das mulheres e do ajustamento dos nomes por parte dos policiais são imagináveis. Mesmo que fossem nomes reais, a lacuna dos sobrenomes, coisa incomum de acontecer em boletins de ocorrência, seria suficiente para um tratamento duvidoso da documentação. Como que as mulheres identificadas não saberiam os nomes de seus afetos ou familiares? O que elas estariam fazendo ali dentro, já que não conseguiam reconhecer os próprios residentes da casa?

Tal esteira interpretativa da resistência é viável, e a próxima situação pode ajudar em seu entendimento. No ano seguinte, em 2017, foi a vez de Daniela S, negra, solteira<sup>65</sup>, a ser levada à delegacia para prestar esclarecimentos dos materiais de fabricação das espadas na residência em que se encontrava. Assim como nos casos anteriores, a conduzida estava sozinha em casa. Entretanto, há um detalhe que o diferencia em relação aos outros. Segue o histórico:

Na data e hora citada os policiais civis [...], após denúncia anônima de que havia fabricação clandestina de fogos de artifício no Bairro Dois de Julho, realizaram diligência e encontraram em uma casa na Rua Herval Sampaio (fundos), os seguintes materiais: 138 espadas feitas com bambu, sendo 18 prontas e 120 em fase de acabamento; aproximadamente 50 kg de pólvora; 3 baldes de 20 L com argila; 10 socadores e 01 massete [*sic*]; estava na referida casa e foi conduzida até esta delegacia a Sra. Daniela S, alegando que o material apreendido pertence ao seu namorado Alexandre O. É o registro (4ª CRPN C ALMAS-BO-17-01379, 2017).

<sup>65</sup> No caso, o registro de solteira é condizente ao fato da mesma não ter uma união oficializada com o citado no boletim de ocorrência.

Distintamente de Verena JS e Verônica JS, Daniela S não titubeou em entregar o nome completo de seu afeto aos policiais. Por qual motivo Daniela S entregaria tão facilmente o seu amado? Temos uma hipótese: se as duas outras mulheres foram apenas citadas e não conduzidas à delegacia, Daniela S não teve a mesma sorte. Isto é, a mulher em questão fora apresentada pelos policiais. Sendo assim, a estratégia reativa de evitar o seu encarceramento estaria na indicação do proprietário das espadas. Ela não só sabia informar o nome do seu querido amor, como também demonstrou perícia ao garantir que o seu sogro e sua sogra também fossem citados(as): Augusto JO e Carmelita O<sup>66</sup>.

Aparentemente convencidos com os argumentos, o comunicante Wanderley SO e o condutor Marcelo PA atribuíram à Daniela S o papel de conduzida/apresentada, mas sem a imputação da autoria. Novamente, os policiais descredibilizaram qualquer probabilidade de que uma mulher pudesse ter relação direta com o objeto em questão e, com isso, ser parte principal do caso. Investigando a documentação em sua completude e as interações ali emergidas, o argumento que podemos sugerir é o de que a Polícia e os policiais acabam produzindo e reproduzindo, consciente ou inconscientemente, a ideia de que as espadas são “coisas” de homens. Raramente se supõe que tudo aquilo que foi confiscado pela polícia pudesse ser de autoria compartilhada.

Mesmo quando as mulheres estão em nítida presença nos ambientes de produção das espadas, intensamente nas etapas finais do processo, o que se vê são enquadramentos que as colocam, na grande maioria dos casos, em posição secundária. Em outras palavras, o contexto que deveria ser visto como circunstância de protagonismo dessas mulheres, pois acionariam estratégias de resistência diversas na relação direta com policiais, acaba sendo descrito e registrado como de menor valia. Esvazia-se, desse modo, todas as manobras cotidianas ministradas por mulheres para que as espadas continuem seguras em suas residências, evitando denúncias de contrários à Guerra de Espadas e de até possíveis desafetos na vizinhança<sup>67</sup>.

Tomemos o caso de Maria GC, registrado pelo agente Antônio SS no dia 17 de junho de 2011. Sabemos do seu nome porque era preciso construir o boletim. Por outro lado, não identificamos mais nada. Tudo indica que o seu argumento tenha convencido os policiais militares que acabaram levando apenas a produção:

---

<sup>66</sup> Constam os nomes de ambos no documento, porém não participam da situação, o que nos leva ao entendimento de que a conduzida forneceu os nomes no momento da oitiva, ou possa ter entregue algum documento do seu companheiro que identificasse a filiação do mesmo. Essa última opção não pode ser comprovada via leitura do boletim. Estamos cogitando.

<sup>67</sup> Ao analisar situações em que mulheres estavam envolvidas em crimes, seja como vítimas ou algozes, Marcos Luiz Bretas (1997, p. 204) apresenta resposta diferente da nossa quando da presença feminina nas documentações. No seu caso, considerando a montagem temporal do Rio de Janeiro no início do século XX, estava na busca de proteção das mulheres o principal elemento de sua apresentação às instituições policiais. Eram as ideias de honra e de preservação da imagem de uma feminilidade intocável que levavam os policiais a apanhá-las pelas ruas. Até porque, os debates acerca da honra das mulheres possuíam extrema relevância para o período. Ao comentar sobre o relacionamento das mulheres com os policiais, afirma: “Essa proteção, certamente, era exercida sob determinadas condições, que a maioria das mulheres não estava preparada para receber ou era incapaz de aceitar. Isso as impelia para o universo da delegacia de polícia, onde os policiais eram os juízes supremos dos seus méritos”. Do nosso lado, tomando o mesmo prisma de análise, o resultado foi diferente. Ou seja, o ideal de cuidado da mulher, traduzido, por exemplo, quando do embelezamento das espadas no âmbito da residência, sendo comumente caracterizado como o papel determinante das mulheres na confecção das espadas, acarreta na minimização de seus atos nos boletins de ocorrência.

No dia e hora supracitados foram realizadas diligências na residência da Sr<sup>a</sup> Maria GC, onde foram apreendidas dez dúzias de espadas prontas para o uso, seis dúzias de espadas avulsas, materiais para fabricação de espadas, aproximadamente 10kg de pólvora pronta, nove barras de ferro, um furador, um batedor, e uma serra com arco. Os quais, segundo dona Maria GC, pertencem ao seu filho Hélio CB, que não se encontrava no momento da apreensão, e que estes materiais encontram-se custodiados nas dependências da 27<sup>a</sup> CIPM nesta cidade de Cruz das Almas/BA. Este é o registro (B.O. 1282011001477, 17 jun. 2011).

As mulheres, pelo prisma da agência, são invisibilizadas. Assim, a instituição policial, com os seus documentos estatísticos, corrobora e fortalece as falas do senso comum de que as mulheres não são partícipes, provocadoras de tensão na Guerra de Espadas. Para finalizar as asseverações sobre a presença das mulheres na dinâmica das espadas, eis o único documento em que uma mulher é registrada como autora do fato. O caso não contraria as argumentações apresentadas. Na verdade, tende a confirmar, considerando a sua peculiaridade frente aos anteriores.

No dia 24 de junho de 2016, às 15h30min, depois da guarnição, formada por um tenente, um cabo e um soldado, ser informada sobre existência de comercialização ilegal de espadas, a senhora de nome Eliene SG, 46 anos, negra, natural de Cruz das Almas, solteira e residente no Bairro Ana Lúcia, foi levada ao complexo policial como autora e principal envolvida nas negociações acima referidas. Assim é o relato do 1º Sargento, que não aparece como membro da guarnição em questão, comunicante da contenda:

Compareceu nesta DT a guarnição PM composta pelo Sub Ten PM Bahia, o Cb PM Rolando e o Sd Márcio N informando que ligaram para a central de operações dizendo que na rua 31 de agosto havia uma casa em que os carros paravam e colocavam as espadas. Ao chegarem na casa, os policiais encontraram 273 artefatos explosivos, conhecidos por espadas, todos armazenados no interior de um dos quartos da residência de dona Sr<sup>a</sup> Eliene SG. Dona Eliene fala que não sabe o nome da pessoa que guardou os artefatos na sua casa. O Sub Tem fala que no momento em que entrou na casa, só havia a apresentada. Com a apresentada foi encontrado o seu RG, a quantia de R\$ 304,55, além de um alicate de unha e um carregador de celular na cor preta, tudo no interior de uma bolsa de alça na cor verde. É o registro (4<sup>a</sup> CRPN C ALMAS-BO-16-01521, 2016).

Eliene SG foi pega em flagrante pelos policiais. Encontraram com ela uma quantia que, provavelmente, era oriunda da vendagem das espadas. A nossa experiência etnográfica com espadeiras permite afirmar que, em muitos casos, são as mulheres que negociam as espadas com os respectivos compradores, tendo em vista uma margem de valor previamente acordada com os homens produtores de espadas da casa. Esse dinheiro é empregado em diversos meios: pagamento de dívidas, compra de móveis, lazer, compra de alimentos na feira e muitas outras particularidades. O boletim de ocorrência serve, portanto, como um comprovante de que essas pessoas tinham nas vendas das espadas um recurso fundamental de sobrevivência.

No caso supracitado, a espadeira não teve saída exatamente por estar exercendo uma atividade, em plena luz do dia, às 15h30min, que se tornara ilícita e, mais ainda, sem o temor de ser denunciada por sua vizinhança ou transeuntes. Por esse motivo é que acreditamos que a

presença de Eliene SG como autora da situação tenha sido registrada na ocorrência. Vistas grossas, por parte dos policiais, poderiam ocasionar em críticas à instituição policial. Em nenhum outro boletim de ocorrência encontramos mulheres como autoras, mesmo quando o lastro de sua participação seja suficientemente determinante para compreendê-las como ativas no jogo em que estão envolvidas.

Para finalizar essa seção, é necessária uma última consideração sobre a participação feminina na Guerra de Espadas. Durante os momentos em que homens são vistos pelas ruas da cidade tocando espadas, quem está em casa realizando os trabalhos domésticos? Quem prepara as mesas com os quitutes juninos? Quem cuida de colocar os licores dispostos para serem consumidos? Quem guarda e comercializa as espadas produzidas? Quem cuida dos(as) filhos(as) e demais parentes? Quem organiza a ornamentação das ruas? A resposta tangível para a massiva presença masculina nas vias públicas está no fato de que as mulheres continuam a executar a maior parte das atividades laborais nos ambientes familiares. São nas pausas dessas tarefas que as mulheres encontram tempo e espaço para andar pelas vias e tocar suas espadas. Nesse caso, o não reconhecimento do trabalho feminino em casa cria a ilusão de que elas não participam da Guerra de Espadas. Contudo, igualmente aos homens, elas também se embriagam, flertam, brigam, negociam e se queimam nos dias de Guerra de Espadas<sup>68</sup>.

A espadeira Conce, quando relatava sobre a sua infância e juventude, traduziu muito bem os efeitos de uma socialização pautada pelos cuidados da família e da casa. Junto a toda essa demanda social, ainda sobrava espaços em sua narrativa para informar de sua presença ativa no mundo das espadas de fogo em Cruz das Almas. Ao ser perguntada sobre suas obrigações domésticas, afirmou:

Desde nova. Acho que com 8 anos, 9 anos por aí. Mainha trabalhava e aí, quando era perto de 5 horas, eu fazia o mingau de meu irmão, o café e o arroz. E, aí, quando ela chegava morta de cansada, coitada, acabava de ajeitar a janta, aí, eu que ia arrumar minha irmã, pentear cabelo, ver as tarefas de casa [...]  
(Conce, entrevista, 8 dez. 2022)

Mais adiante, afirmava: “Era poucas meninas que iam para a Guerra de Espadas, que participava. Eu só tive duas colegas, depois foram embora. Era mais homens. Me sentia à vontade, porque ou era meu amigo, ou era da minha família” (Conce, entrevista, 8 dez. 2022). Isto é, a participação das mulheres na Guerra de Espadas, ao contrário dos homens, estava e continua condicionada às brechas no labor doméstico, no cuidado de sua família, na organização e gerência da casa.

Finalmente, Verena JS, Verônica JS, Daniela S e Eliane SG indicam múltiplas ações deflagradas por mulheres no contexto da Guerra de Espadas. A análise apurada da

---

<sup>68</sup> A observação se torna importante. Esta tese não ignora as ações, emoções, movimentos de mulheres na Guerra de Espadas. Como vimos, elas participam ativamente em etapas específicas da produção do instrumento, assim como na produção dos festejos juninos, muito caracterizados por comidas e bebidas de produção caseira. Observar esses fatores é um exercício e um esforço que acreditamos ser válidos. Porém, a proporção das mulheres no mundo da rua (tocando espadas) não é igual à proporção dos homens. A Guerra de Espadas, assim como qualquer outra instituição inventada em uma estrutura de pensamento machista, é marcada por valores masculinos, tornando-se uma prática machista. As perguntas feitas no parágrafo não servem ou não podem ser interpretadas como uma retórica que iguala a natureza das atividades desempenhadas por homens e mulheres nesse fenômeno. Todavia, podem ser lidas como indícios de outras atividades, socialmente invisibilizadas como o trabalho doméstico, que tornam possível a realização da prática.

documentação permite dizer que elas estão lá, mas não do mesmo jeito e intensidade que os homens. Acreditar que as espadas são apenas “coisas de homens” seria, erroneamente, autorizar a visão essencialista, deixando de lado o elemento que mais importa aqui: a História. Cabe ao investigador ou à investigadora decodificar as camadas trazidas pelas próprias fontes, camadas essas que funcionam como limitadoras e supressoras das ações femininas no jogo social.

### 3.2 Se tem espada, tem polícia: controlando o fogo pela cidade

Em 2010, Jorge LSJ, soteropolitano, segundo grau completo, 28 anos e motorista do jornal *A Tarde*, rodava pela cidade de Cruz das Almas no momento mais importante do São João, o dia 24 de junho, quando o automóvel em que estava fora danificado por um objeto em chamas. Provavelmente acompanhado de jornalistas da mesma empresa televisiva, alegou que “[...] trafegava com o veículo [...] no centro da cidade, quando o veículo foi atingido por uma ‘espada’, danificando o paralamas [sic] do lado do motorista do referido veículo” (B.O. 1282010001232, 2010). É possível que o registro policial tenha sido feito para salvaguardá-lo de possíveis sanções da empresa ou da necessidade de acionamento do seguro.

No mesmo ano, a desgostosa Alcione MR<sup>69</sup>, natural de Cruz das Almas, 32 anos, segundo grau completo, alfaiate, residente na Rua Lauro Passos, no centro da cidade, deslocou-se à delegacia circunscricional para prestar queixa sobre um pequeno ocorrido, especificamente, no relógio medidor da Coelba em sua residência. Apesar da ocorrência ter acontecido no dia 23 de junho, a moradora só comunicou o fato seis dias depois. Assim está registrado: “Alega a comunicante que na hora e no dia supra citados [sic] vândalos arremessaram uma espada que atingiu e danificou o relógio medidor [...]” (B.O. 1282010001280, 2010).

No dia 24 de junho de 2009, no Parque Sumaúma, espaço planejado pelos gestores municipais para as festas do “Arraiá” na cidade, ocorreu fato delituoso propiciado pelo manejo de uma espada. O sujeito que tocou a espada, José AMF, 25 anos, funcionário municipal, pardo e morador da capital baiana, Salvador, lançou-a não sabe em qual direção e acabou atingindo um veículo, causando danos em seu teto (B.O. 1282009000882, 2009)<sup>70</sup>. Sem dúvida alguma, dadas as contingências do momento festivo na região, aquela área já estava tomada por trabalhadores(as) que abasteciam suas barracas com bebidas para sua venda, além de toda estrutura montada para a realização das festas do “Arraiá”, com diversas bandas musicais, motivos esses que levaram à sua apresentação na delegacia.

Por mais que esses três casos iniciais tenham ido parar na porta da delegacia, a Guerra de Espadas é, nesse momento, uma instituição que gozava de real legitimidade social por boa parte dos moradores de Cruz das Almas/BA, mesmo quando dos empecilhos impostos historicamente ao seu funcionamento. Acontecimentos esmigalhados – quebra das telhas das residências proporcionadas pelas espadas, mossas em carros, danos em contadores de luz ou registros de água etc. – eram mais do que comuns na vida dos populares cruzalmenses que presenciavam a chegada do mês junino. Entretanto, os sombreamentos de certos espaços causados pela ação policial eram tanto latentes quanto patentes. Iniciamos a seção dessa

<sup>69</sup> Alguns desses boletins foram discutidos no primeiro capítulo em termos metodológicos. Por esse motivo, faremos usos deles para novas análises.

<sup>70</sup> O registro envolve um policial (condutor), uma vítima e o conduzido. O fato foi descrito com certa confusão. Ao afirmar, o policial, que uma espada atingiu a viatura, o boletim de ocorrência traz para a cena o bibliotecário Hernando NJ como proprietário do veículo. Não se sabe pela leitura da documentação se foram dois carros atingidos ou se a vítima estava no carro da polícia. Tudo isso comprova que, na maioria dos casos, esses documentos são produzidos sem os cuidados necessários.

maneira para demonstrar as “transformações” de uma prática no tempo. Transformações porque a proibição não causou a sua eliminação da existência social, nem mesmo foi solapada sua legitimidade diante de grande parcela dos populares. Contudo, operou mudanças nas formas das pessoas experienciarem e existirem na Guerra de Espadas.

Reconhecendo que toda temporalidade histórica resguarda suas especificidades, o exercício de comparação, no intuito de traçarmos permanências estruturais ou experiências verossímeis, constitui parte do ofício do historiador. Dinâmica muito semelhante foi tratada por Robert Storch (1985, p. 15) quando investigava as mudanças nos padrões de comportamento ocorridas na Inglaterra do século XIX, alterações que causaram significativos deslocamentos nas práticas populares do povo inglês. Conforme apontou, a polícia seria uma espécie de instrumento das elites que cumpriria a função de pôr em prática essa nova roupagem. Engrenando a categoria de *comunidade ideológica*, afirmou que a formação policial “[...] levou o braço da autoridade municipal ou estatal a tocar diretamente em aspectos chaves da vida diária, iniciando assim uma batalha contínua com os costumes locais e com a cultura popular que se estendeu por décadas”.

Mesmo com o tom explicativo, Robert Storch (1985) não esquece de demonstrar as peripécias inventivas dos policiais nas ruas londrinas. Uma delas, e que se faz oportuna para o nosso trabalho, condiz com as variadas maneiras com as quais os agentes da lei atuavam na contenção de distúrbios. No receio de provocar maiores ebulições sociais, dezenas de casos eram resolvidos sob a luz das relações cotidianas de vizinhança, mas também pelas “vistas grossas” dos próprios policiais. Todavia, esse processo de instituir uma nova ordenação social foi sendo alargada durante as décadas avançadas de todo o século XIX.

As ideias de ordenamento da cidade vêm acompanhadas de formulações que flertam com a imposição de regras formais apoiadas em bases jurídicas. Não se trata aqui de analisar o processo de criminalização da Guerra de Espadas em Cruz das Almas. Para o nosso objetivo, cabe apenas indicar que o controle social, que requer certa tônica homogênea das manifestações do povo (Haerter, 2012), será demasiadamente instituído por forças contentoras plurais que, em níveis distintos, produzirão um mosaico de ações correlatas. Essas ações tendem a frear usos que passam a ser considerados indevidos nos espaços da urbe. Com isso, toda essa movimentação sugere um *corpus* vivo e privilegiado para colocar em prática o exercício do controle. No caso aqui específico, falamos dos espadeiros e das espadeiras.

As ciências sociais, no geral, disponibilizaram quatro grandes modelos explicativos que permitem decodificar o controle social distintamente. São: o estruturalismo, o funcionalismo, a fenomenologia e o interacionismo. A partir de uma tentativa valorosa de mostrar como esses modelos gerais de análise social operam para dar inteligibilidade ao controle social, Leandro Haerter (2012) montou as seguintes definições:

**Quadro 3:** Entendimento do controle social a partir dos modelos estruturalista, funcionalista, fenomenológico e interacionista<sup>71</sup>.

Modelos explicativos	Definições
Estruturalismo	“Para uma explicação, que se pretenda científica, para o Estruturalismo, precisa ter o seu objeto

<sup>71</sup> Como revela em seu artigo, o autor está tomando como referências para sua exposição as contribuições de Bottomore e Nisbet (1980), *A história da análise sociológica*, e as de Pierre Bourdieu (1990) em *Coisas ditas*. Não houve, no trabalho, uma maior abrangência de autores (as) que refletiram sobre esses quadros teóricos. Mesmo assim, consideramos a contribuição de grande validade para se compreender o modo de operar desses modelos.

	colocado em uma relação com um grande número de outros dados. No caso, o Controle Social deve ser perpassado por várias variáveis, entre elas variáveis econômicas, religiosas, valores, padrões de certo e errado” (2012, p. 26).
Funcionalismo	<p>“Para o Funcionalismo, as diferentes partes da sociedade funcionam em coesão com o todo, como se fosse um organismo, metaforicamente falando, em que as partes orgânicas eram de vitais importância para o organismo [...]” (2012, p. 28).</p> <p>“Os mecanismos de Controle Social seriam acionados graças a uma situação de desequilíbrio entre objetivos e meios, e o ambiente social tornasse favorável ao aparecimento desses indivíduos anômicos, justamente pelo afrouxamento de normas e valores que governam o sistema social” (2012, p. 28).</p>
Fenomenológico	“O Controle Social na perspectiva fenomenológica seria pensado sob o aspecto que tem sobre a consciência de indivíduos ou grupos sociais” (2012, p. 29).
Interacionista	<p>“O Controle Social, na perspectiva interacionista, estaria calcado na (re)criação de uma nova sociedade, cujo principal instrumento seria a individualização, pois, para haver funcionamento ou mudança na sociedade, era preciso haver a incorporação de novos valores/normas sociais, em que estaria incluído o Controle” (2012, p. 30-31).</p> <p>“Tratar-se-ia, então, de buscar-se o fator negociação entre as pessoas e a sociedade, pilar fundamental da perspectiva interacionista” (2012, p. 31).</p>

**Fonte 26:** Adaptado (Haerter, 2012).

Com relação aos dois primeiros paradigmas, acreditamos que somente a percepção da existência de estruturas sociais, não tão rígidas como se afigurou ao longo da historiografia, assim como pela Sociologia, possui relevância para nosso estudo. Fala-se dessa maneira porque não negligenciamos as existências grupais e individuais. O mecanicismo das estruturas não foi capaz de responder complexos sociais de fenômenos singulares no tempo e espaço. Basta um encurtar de escala para se aperceber disso. Dessa maneira fez Giovanni Levi (2000) quando rastreou as trajetórias, no século XVII, para colocar em operacionalização as estratégias racionais de grupos familiares quando deparados com problemas reais em suas vidas. Sua crítica dizia o seguinte: “São, enfim, as estratégias cotidianas de um fragmento do mundo camponês do século XVII, a nos colocarem por analogia, temas e problemas gerais e a porem em discussão algumas hipóteses que uma visão de fora, menos microscópica, nos habituou a aceitar” (p. 47).

Entretanto, a abordagem, proposta por Levi (2000), que buscou ponderar o característico funcional-estruturalismo, talvez, tenha dado elevada primazia ao cálculo, ao estratégico.

Poderíamos chamá-la de um tanto fenomenológica. Um caso do tipo, mas igualmente muito interessante, foi apresentado por James Scott (2011, p. 227-228) quando colocou em evidência as resistências cotidianas dos camponeses de Sedaka. Essas formas cotidianas de ação, pouco lapidadas pelas Ciências Sociais (em geral), perpetraram significativos descentramentos na realidade vivida das classes subalternizadas. Redirecionando os instrumentos analíticos para o prosaico, afirmava, com criticidade, o seguinte:

A história e a ciência social, por serem escritas por uma intelectualidade que se utiliza de registros escritos, também criados em grande medida por autoridades letradas, simplesmente não estão bem equipadas para revelar as formas silenciosas e anônimas de luta de classe que tipificam o campesinato.

A negação para o trabalho, a dissimulação, sabotagens, incêndios, difamação, relutâncias e furtos são algumas das estratégias apontadas por James Scott (2011, p. 239). O que chama a atenção é o excesso do cálculo que pode desembocar em uma armadilha pontuada na escritura de seu trabalho. “A pura fenomenologia tem suas próprias armadilhas. Parte considerável do comportamento, incluindo o discurso, é automática e irrefletida, baseada em entendimentos que raramente ascendem ao nível da consciência, se é que o fazem”. Contudo, importa que as experiências dos agentes são fundamentais para a nossa proposta, desde que articuladas com estruturas socioculturais que lhes deem liga.<sup>72</sup>

Assim, chegamos ao interacionismo. Uma abordagem em destaque, que envereda por essa aplicabilidade teórica, é a que foi proporcionada nos diversos trabalhos de Erving Goffman (1985, 2008, 2011). Destacamos o seu livro teórico *Ritual de interações*. Nele, o autor apresenta a guerra ou o jogo na defesa pela manutenção da *face* (fachada) de cada indivíduo no momento de interação com outros. É explícita a sua entrega à vertente interacionista quando nos relata que “[...]o estudo apropriado da interação não é o indivíduo e sua psicologia, e sim as relações sintáticas entre os atos de pessoas diferentes mutuamente presentes umas às outras” (2011, p. 10). Peculiar notar que o autor, mesmo quando delibera sentidos que poderiam ser examinados estritamente pelo psicológico individual, atribui toda a diligência ao contexto relacional ou interativo do social.

Deparamo-nos, cotidianamente, com situações as quais precisamos defender e manter intactas nossas fachadas. Essas circunstâncias nos colocam dentro de rituais que exigem séries infundáveis de estratégias verbais e não verbais que alimentem a representação que queremos passar a outrem. A perda da fachada (*face*) acarreta na destituição da representação do poder simbólico existente entre uma ou as várias partes envolvidas na interação. A consequência disso se transmuta em vergonha, desconfiança, fracasso de legitimidade, inferioridade etc. Em suma, Goffman (2011) chama a atenção para os desdobramentos dos momentos das pessoas quando interagem. Essa é a fórmula para se compreender suas contribuições teóricas sobre sociologia interacionista.

Bem, a questão que se propõe frente à consumada obra de Goffman (2011) é: a interação que se metamorfoseia em dramatização conduz para um mundo de tramas ficcionais e, assim, onde estaria a realidade social? Sem dúvida, o paradigma interacionista faz-se notável pela sua complexidade, todavia tende a trazer perdas significativas tanto para uma análise histórica quanto para as de classes ou grupos (Cárcamo, 1995). O imbricamento desses modelos, que

---

<sup>72</sup> Essa crítica tem origem no trabalho de Karl Monsma. Ver: MONSMA, Karl. James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 95-121, 1º semestre de 2000.

pode nos levar a duras críticas por parte de especialistas de fronteiras, demonstra-se como rota tática para adoção do conceito de controle social. Esse ponto de equilíbrio proporcionado pela correlação dos modos de análise desvincula a ideia voraz de inserção em quadradinhos teóricos únicos. Derradeiramente, como bem fez Pierre Bourdieu (1989), o ideal é romper com os limites estipulados entre os tipos ideais aqui listados para uma melhor interpretação analítica da realidade social.

Retornemos ao caso de José AMF, apresentado no começo da seção, que havia acendido uma espada dentro da área demarcada para a festa do Arraiá. A questão é: o que o levou a tocar espada em área ocupada por barracas e redirecionada para as festas de palco? Porém, um outro dado que não aparece em seu registro oficial é digno de entendimento: a espada foi tocada na mão ou lançada para que rabeasse entre os presentes? O que resta, então, é conectar o acontecimento com o aspecto cultural mais amplo. Admitindo as possíveis ações – na mão ou lançada –, vislumbraremos algo maior que uma simples manifestação individual calculadamente efetivada. Ao mesmo tempo, há o cálculo.

Tocar uma espada na mão expressa, à primeira vista, algo óbvio: a evitação de acidentes. Nas circunstâncias em que José AMF se encontrava, essa foi a estratégia consciente de sua atitude, caso assim se tenha sucedido. De imediato, uma explicação puramente fenomenológica pode desconsiderar dimensões marcantes que abraçam o indivíduo. Tocar espadas pode fornecer, no momento de interação com outros, marcadores ou “fachadas” benévolas. Coragem, vigor e desafio são só alguns dos referentes erigidos com a ação. Essa condição, como sabemos, independe da consciência calculada do indivíduo. Dar-se-á em sincronia com outros indivíduos.

Porém, há outro dado que os projetos fenomenológicos e interacionistas podem deixar escapar, caso esqueçamos a categoria estrutural da cultura. Retrocedamos algumas décadas para apurar o contexto histórico da Guerra de Espadas. Ainda em 1960, como afirmou o pesquisador Jânio Roque Barros de Castro (2012, p. 230), tentativas de proibição da Guerra de Espadas passavam a ser propositadas. O autor cita o caso do juiz de direito que tentou coibi-la, mas fracassou com suas intenções, visto a sua permeabilidade na vida daqueles populares. Com isso, adiciona-se algo que pode ser precioso: “A proibição, na verdade, foi encarada por alguns espadeiros como um convite à transgressão e fez com que a Guerra de Espadas se constituísse em um desafio à ordem jurídica instituída”, ou seja, ao controle social. Indubitavelmente, as décadas de 1980 a 1990 veem um agudizar nas pressões contra a Guerra de Espadas e seus adeptos e adeptas. A ousadia do José AMF, em 2009, ganha novos contornos quando analisamos outros acontecimentos e experiências passadas:

A festa [do Arraiá] passou a ter um espaço delimitado a partir de 1990, onde as pessoas iam assistir à exibição de shows, com a obrigatoriedade de horários definidos de início e término das apresentações, o público apenas constava como espectador. Neste espaço, um bairro nobre da cidade, era vetado o uso das espadas, cabendo punição e apreensão para quem transgredisse esta determinação (Oliveira, 2012, p. 150).

Antes de avançarmos na interpretação do caso, retornemos às duas outras ocasiões alistadas para uma breve anunciação. Os acontecimentos revelados por Jorge LSJ (mossas no carro) e Alcione MR (relógio medidor) admitem o vislumbre de que a Guerra de Espadas, até o ano de 2010, incidia por todos os lados, todas as ruas, com exceção daquelas que possuíam

faixas indicando a não permissão para tal<sup>73</sup> (mesmo quando uma ou outra pessoa rompia a regra). Claro, o desabrochar do evento estava nas mãos dos próprios populares, ainda que tentativas de disciplinamento fossem esboçadas por agentes do Executivo municipal ou Judiciário. Visto por esse prisma, a urbe, em dias de festas com as espadas, tornava-se dos espadeiros e espadeiras. Essa estruturação, ao longo de várias décadas, passa a ser interiorizada por esses sujeitos que simbolicamente ou concretamente revelam conflitos por territórios.

Voltando-se para José AMF, percebemos que ele colocou em prática disputas que exprimem, como empreendeu Marshall Sahlins (2008), as interações entre *estruturas de conjuntura*. A partir de agora é assim que as outras situações deverão ser interpretadas ao longo de nossa caminhada heurística. Três sucintos registros oficiais, que poderiam facilmente passar despercebidos, permitiram-nos conjecturar, quando interrogados, forças propulsoras da Guerra de Espadas. Supostamente desconexas, passam a ser reconhecidas no interior de um processo de longa duração quando examinadas em conjunto. Ganham outro estatuto.

A Guerra de Espadas é anterior ao desenvolvimento das festas espetacularizadas do Arraiá, em Cruz das Almas. Data de 1989 o primeiro ano da festa que já ocupava todas as imediações da Praça do Parque Sumaúma, obrigando a negociações de usos entre espadeiros/espadeiras e agentes públicos (Castro, 2012) tanto daquele lugar quanto de suas adjacências, visto que eram abertos parques de diversão, estacionamentos e vários outros pontos de apoio ao festejo. O autor ainda complementa da seguinte maneira:

Nas altas horas da noite do primeiro dia de edição da festa no Parque Sumaúma, alguns espadeiros vestidos estilisticamente para batalhas pirotécnicas – utilizando uma indumentária que parece uma armadura com capacete, blusões, luvas etc. – começaram a se deslocar para a praça festiva. Essa atitude representava um crédito de confiança ao esboço de reconfiguração dos espaços festivos juninos de Cruz das Almas ou o fato desses espadeiros se deslocarem para a praça festiva com a roupa das batalhas de espadas significava uma forma de demarcar corporal e esteticamente aquela área como território simbólico? (Castro, 2012, p. 176).

Apesar de encontrarmos um único boletim informando o uso de espadas na área da Praça Sumaúma, é sugestivo pensar que outras experiências do tipo foram realizadas. Em edição da *Veja*, datada de 1991, deparamo-nos com situação familiar:

Há alguns anos, esbouçou-se um movimento contra a guerra, mas ele acabou dando em nada. A administração do atual prefeito, Lourival José dos Santos, cogitou criar um espaço específico para as batalhas de espadas, mas diante da resistência dos espadeiros, optou pela solução inversa: urbanizou uma enorme área próxima do centro da cidade, que recebeu o nome de Parque da Ubauma [*sic*]<sup>74</sup>, e passou a promover no local o Arraiá da Laranjá, onde as espadas são proibidas. O único tocados de espadas que tentou quebrar essa regra, em 1989, acabou preso antes de acender a segunda (Veja, 1991, p. 6).

<sup>73</sup> Essas ruas são pontos norteadores onde certas instituições estão localizadas ou são áreas que possuem riscos de explosões por acondicionarem compostos inflamáveis. Assim, basicamente, teríamos: a rua do hospital, a rua da biblioteca, ruas com postos de gasolina etc.

<sup>74</sup> O correto seria Parque Sumaúma.

A atitude do envolvido na notícia da revista e a manifestação de José AMF, que seriam repelidas pelas forças policiais, nada mais eram que reações às contensões históricas designadas à Guerra de Espadas. As espadas evocam territórios em litígio. As posturas, na verdade, suscitavam, simbolicamente, disputas espaciais engendradas por décadas. Ultrapassa-se a ideia de uma disfunção comportamental para o que sugerimos ser identificado como *estruturas de conjuntura*, como suscita Marshall Sahlins (2008).

Foi dessa forma que Sahlins (2008) interpretou quando o opulento barco do chefe Kaneoneo destruía as canoas que se encontravam em sua direção. Era porque algo maior estava em funcionamento naquele momento. Todos os súditos deveriam abaixar-se diante dele, Kaneoneo. O que acontecia na ilha havaiana estudada pelo antropólogo se referia a um modo cultural estrutural de evidência no cotidiano. Semelhante modo acontecera com as mulheres havaianas que aportavam nos barcos dos homens brancos para relações íntimas. Longe de representar qualquer tipo de perversão ou imoralidade sexual, suas formas de fazer traduziam condicionamentos culturais, pois alguma dádiva poderia ser extraída daquelas relações, por exemplo, a busca por um senhor.

Com isso, as práticas revelam a releitura das heranças tradicionais em tensão a partir dos interesses de cada indivíduo ou de sua posição social. Claramente, esses interesses estão interligados aos indicadores culturais. Assim, começamos a evocar os múltiplos usos das espadas de fogo em período junino em Cruz das Almas. As ruas da cidade, seus bairros e todo o território queimam em disputas que por vezes afiguram-se como dissimuladas e que, por outras, fervem por serem explícitas. Os boletins de ocorrência permitem acessar o alastramento geográfico dessas disputas.

Maria RPCM alegou que no dia 23 de junho, em pleno deflagrar da manifestação da Guerra de Espadas, uma espada acertou o seu veículo na altura do retrovisor (B.O. 1282010001284, 2010). A concorrência pelos espaços, no caso específico, deu-se na rua Crisógno Fernandes, bairro Centro. Outros exemplos são suscetíveis de nota: Manoel RJ, nascido em Santo Antônio de Jesus, eletricista, 2º grau completo, teve o para-brisa do carro da empresa impactado pelo “fogos de artifícios (espada)” no centro da cidade (B.O. 1282009000971, 2009); e Ramiro LS, cruzalmense, viu, no Bairro Ana Lúcia, o telhado de sua casa ser atingido por “um artefato pirotécnico”, uma espada (B.O. 1282011001563, 2011).

São muitas as situações com as espadas de fogo. Como observado nas fontes aqui apresentadas, é o centro da cidade o lugar predileto de passagens espadeiras. Ou seja, moradores e moradoras de cada bairro não se limitam aos seus próprios recintos. São as perambulações pela urbe em sua integralidade que caracterizam o fenômeno cultural da Guerra de Espadas. Pessoas cortam a cidade a pé carregando mochilas pesadas com espadas empilhadas. Porém, esse transitar não se realiza de modo completamente aberto. A seleção desses dois últimos casos não se fez de modo aleatório. Primeiro, apesar de um distanciamento temporal curto de uma situação para a outra, há um aparente deslocamento na maneira de se falar sobre o objeto *espada*. Segundo, esse deslocamento tem coerência com o contexto externo de composição dos boletins de ocorrência. E terceiro, o contexto está intimamente ligado ao controle social.

Como demonstrado no capítulo anterior, quando tratada a questão da criminalização, foi no ano de 2011 que se operou uma radical transformação nas relações de produção, comercialização e consumo das espadas. A radicalidade observada também se efetivava no campo discursivo, no modo de tratamento da espada enquanto um “artefato”. Se antes a espada era vislumbrada, tecnicamente, pelos critérios de classificação de fogos de artifício, passara a ser agregado o termo *artefato*, estando esse vinculado a um objeto explosivo. Observa-se que a palavra vai sendo introduzida timidamente, ainda muito condicionada aos significados de uma pirotecnia. Entretanto, uma nova ordem do discurso passa a ganhar centralidade nesse contexto.

Podemos ilustrar esse fenômeno com o seguinte caso. O boletim registrado por Igor CF, informa que Gustavo OS, 2º grau completo, pardo, acabou sendo conduzido à delegacia pelo policial militar Marcus VMM, depois de ter sido encontrado participando da Guerra de Espadas na conhecida praça João XXIII: “Chegando em ronda com 5 viaturas sob o comando do capitão [...], avistou o conduzido com um artefato de bambu aceso em sua posse, sendo efetuada a sua prisão em flagrante” (B.O. 1282014001855, 2014). A simples constatação já nos permite aferir que esse era realmente um dos espaços prediletos de espadeiros e espadeiras, por isso sendo alvo de efetiva mobilização da força policial, claramente por ser uma área de fácil acesso.

A categorização das espadas pelo termo *artefato*<sup>75</sup> passa, sim, a ter evidência nessa nova conjuntura de criminalização. A natureza (ou tipificação) de ambos os fatos resplandece o intercruzamento de poderes. O controle social e a repressão aos espadeiros e às espadeiras se amparam em lei, pois as espadas passam a ser depositárias de elementos que as identificam como artefatos explosivos ou armas de fogo (Lei nº 10.826/03, Desarmamento, 2013). Olhando dessa forma, não exclusivamente o acontecimento se desdobra aos olhares de historiadores(as) em fluxo contextual. Há de se notar, assim, a constituição dos documentos que manejamos e apropriamos pelos sentidos de fonte histórica. Sua redação está inserida no bojo desse estalar social. Não significa dizer automatismo em sua formulação, mas na observação de condicionantes efetivos para tal. Em outras palavras, as prerrogativas do controle social passariam a “comandar” uma certa atitude de produção dos boletins de ocorrência no que tange à Guerra de Espadas.

Aqui é importante destacar o modo como instituições sociais se apropriam diferentemente do objeto espada. O termo *artefato* é constantemente citado nos documentos por critérios de formalização, burocratização e, claro, para enquadramento em determinado crime. Entretanto, uma leitura atenta dessas fontes pode suscitar que a permanência do termo *espada(s)* nos históricos dos boletins resguarda um modo tradicional de operar na classificação do objeto. Mais ainda, revela a sua continuidade no presente. Estaríamos lidando com uma forma de resistência?

Se indicadores institucionais sinalizam a tessitura dos documentos, em quais momentos são observadas distorções na sua construção? Ao aceitarmos facilmente o argumento de que os reguladores funcionalistas determinam a formulação dos boletins de ocorrência aqui tratados, fatalmente deixaríamos de lado as inconstâncias, resistências, negociações, isto é, tenazes alavancas subliminares. Não duvidamos de que esse prisma teórico fermenta a fonte. O resultado está aí. Porém, parece haver, em toda e qualquer produção documental, outras fricções, sendo elas explícitas ou implícitas; regadas de interesses conflitantes ou não. É aqui que acrescentamos as contribuições de Anthony Giddens (2000). Já que estamos a nível teórico, o complexo dá-se na relação – que por sinal é o título de seu livro – de *Dualidade da estrutura*.

---

<sup>75</sup> A palavra em questão também tem outro sentido no atual contexto temporal analisado. Membros simpatizantes da Guerra de Espadas tendem a classificar a espada pela categoria *artefato* por considerá-la um bem cultural de valor imaterial. Nessa situação, as disputas se juntam a outro ramo prático-discursivo de poder, a do patrimônio cultural imaterial, indubitavelmente amparado na Constituição de 1988, que promoveu a valorização dos saberes imateriais das comunidades tradicionais. Mas também por outras leis e decretos que funcionam como sustentáculos dessa posição, por exemplo: o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que *Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro*. Entretanto, seu uso neste trabalho não assume essa postura, mesmo quando reconhecemos a sua existência no plano social concreto. Lidamos, então, com a noção de artefato através de um engendramento depreciativo da própria espada por parte dos promotores do controle social.

Em seu texto, Giddens (2000) reformula as noções “estrutura” e “ação”. Sabendo que os modelos funcionalistas e estruturalistas deram maior atenção ao objeto em detrimento da agência, os interacionistas simbólicos, em sua excessiva ênfase no sujeito, deixaram de lado todo um conjunto de reflexões institucionais. É partindo desse longo debate oriundo da teoria sociológica que o autor persegue o seguinte objetivo:

Pretendo demonstrar neste texto que, na teoria social, as noções de ação e estrutura *se pressupõem uma à outra*, mas que o reconhecimento desta dependência, que é em si uma relação de tipo dialético, necessita de reformulação não só de uma série de conceitos associados a cada um dos termos, como dos próprios termos em si (p. 11).

Sobre a categoria ação (ou agência), o autor tem uma visão interessante. Em Giddens (2000, p. 14), as ações não são desamparadas, mas se inserem em um “fluxo contínuo de conduta”. Dotadas de causalidade e concretude, essas modulam o objeto e se relacionam diretamente com ele. Sobre a estrutura, o autor, ao empregar a dimensão tempo, reconduziu a terminologia para que não ocorresse a separação entre os sentidos sincrônico/diacrônico. De modo robusto, assim definiu: “[...] o termo ‘estrutura’ refere-se à ‘propriedade estrutural’ ou, mais exatamente, à ‘propriedade estruturante’, sendo que as propriedades estruturantes possibilitam o ‘cingir’ do tempo e do espaço nos sistemas sociais” (Giddens, 2000, p. 31). Em outras palavras, ao situar a estrutura no nível da temporalidade, as ações tornaram-se inteligíveis e conectadas à estrutura.

O resultado da equação ficou assim:

Por dualidade da estrutura pretendo afirmar que as propriedades estruturais dos sistemas sociais são simultaneamente o meio e o resultado das práticas que constituem esses mesmos sistemas. Assim formulada, a teoria da estruturação recusa qualquer diferenciação entre sincronia e diacronia, ou entre estática e dinâmica (Giddens, 2000, p. 43).

Subjacente a isso, tomamos de empréstimo o que Giddens (2000) denominou de “consequências não intencionais da conduta intencional” para voltarmos às fontes e identificar outro litígio territorial na Guerra de Espadas. Todo movimento produz um conjunto de novos movimentos que, na maioria dos casos, resultam em consequências impensadas. O acontecimento de Antônio NS, registrado na delegacia de polícia de Cruz das Almas por Arlene A, é emblemático nesse sentido. Tentaremos interpretá-lo a partir das contribuições teóricas acima indicadas.

O acontecido deu-se no dia 23 de junho de 2014. O soldado Ricardo SC encontrava-se em perseguição a dois espadeiros que tinham tocado espadas na rua da Gerema, bairro Centro. No ato da fuga, ambos entraram na residência de Antônio NS. Por ser o dono da residência, Antônio NS não obteve a mesma sorte dos outros dois que entraram e conseguiram escapar das garras do insistente policial. Com esse fato, o trabalhador foi conduzido à delegacia em flagrante por cometimento de crime de porte de arma ilegal previsto na Lei nº 10.826/03. O ocorrido foi registrado da seguinte maneira:

O policial acima qualificado compareceu nesta unidade fazendo a apresentação de cinco espadas, ora apreendidas, que foram encontradas em cima do guarda-roupas da residência do senhor Antônio NS no local acima citados; que o preposto da PM informou ainda que estavam em perseguição

de dois homens que soltavam espadas quando os mesmos adentraram na referida residência, sendo que ambos conseguiram evadir-se e somente após uma revista foram encontradas as cinco espadas acima referidas; como pertences foram exibidos um aparelho de telefone celular marca Samsung, um boné cor branca e uma carteira contendo documentos pessoais e vinte e dois reais. Que o conduzido foi flagrantado pela prática do crime previsto no artigo 16, III da Lei 10.826/03. É o registro (B.O. 1282014001830, 2014)<sup>76</sup>.

O caso descrito expõe a forma como policiais passaram a adentrar em residências em Cruz das Almas para apreender espadeiros(as) que resistiam à força da lei nos dias de Guerra de Espadas. Para o presente instante é interessante perceber que, ao redigir o boletim de ocorrência, a palavra *artefato* foi omitida, mesmo quando da tipificação do crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Conscientemente ou não, a ação de quem o produziu gerou consequências não intencionais, isto é, foram abertas brechas para que se observassem litígios territoriais na confecção desses documentos oficiais. A atitude da policial Arlene A, portanto, pode ser interpretada, a nível teórico, enquanto mais um indicador de interações deflagradas através da dualidade da estrutura. Com isso, tem-se outra peculiaridade que revela divergências territoriais na Guerra de Espadas não limitadas às ruas. Podemos encontrá-las no interior do próprio ambiente institucional quando da formalização dos registros policiais.

Todos os documentos produzidos pela agente Arlene A suprimem a palavra *artefato*? Não. Ao investigarmos cada boletim de ocorrência encontrado para esta pesquisa, percebemos que de 2009 a 2017 foram achados 18 registros constituídos pelas mãos de Arlene A, sendo 10 deles a partir de 2011. Sete desses constavam o termo *artefato*: 6 com o epíteto *pirotécnico* e 1 isolado. Entretanto, diferentemente de muitos outros, a policial parece dar indícios de manobras extremamente satisfatórias para a compreensão da noção de resistência, assim como da sua própria percepção do que seja a espada. Seguem dois exemplos:

O policial acima qualificado compareceu nesta unidade comunicando que foram apreendidas oito dúzias de *artefatos pirotécnico* [grifos meus] conhecido como ‘espada’, vinte e cinco ferros conhecidos como socadores e três quilos de pólvora localizados no local acima citado sendo este material encaminhado para o depósito da 27ª CIPM nesta cidade. Que o proprietário do material foi identificado como sendo a pessoa de nome Josevaldo [...] (B.O. 1282012001014, 2012).

O policial acima qualificado compareceu nesta unidade apresentando as pessoas de Juliano FS e Jailton C pelo fato dos mesmo estarem “tocando” *artefato pirotécnico conhecido como espada* [grifos meus]; com Juliano foi encontrado uma mochila contendo seis espadas intactas e com Jailton uma mochila cor verde/preta contendo quatro espadas intactas; que ainda foram apresentadas três bicicletas, sendo uma barra circular cor vermelha e outras

<sup>76</sup> Essa situação foi abordada anteriormente quando discutíamos questões raciais na Guerra de Espadas. De todos os boletins emitidos pela policial Arlene A, apenas dois deles, de um total de 10 formalizados a partir de 2011, foram caracterizados pelo crime de posse/porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Por que só esses dois? Coincidentemente ou não, duas pessoas que cometeram os delitos eram negras, Antônio NS e Jailton C, e a terceira era parda, Juliano FS. As percepções raciais teriam influenciado no marcador do crime? Estaríamos percebendo mais um elemento a definir o grau de periculosidade das pessoas levadas à delegacia? Possivelmente, a questão racial possa ter influenciado no recorte criminal imposto.

duas sem marca, quadro feminino de cor azul/branco e outra cinza, vinte e nove espadas intactas e três litros com restos de bebida alcoólica que foram encontradas em três mochilas cor preta que foram dispensadas por desconhecidos no local; como pertences apresentou Juliano a quantia de cento e vinte e cinco reais trinta e cinco centavos, duas caixas de fósforo, CPF, C de identidade, um óculos de sol, dois cartões magnéticos, um telefone aparelho celular marca *Samsung*, uma carteira contendo reservista, T de eleitor e cartão SUS; do senhor Jailton um par de luvas, um aparelho de telefone celular marca Motorola e carteira de identidade. Os conduzidos foram autuados em flagrante. É o registro (4ª CRPN C ALMAS-BO1500269, 2015).

Pela etimologia da palavra, *pyrotechnic*, do inglês, seria algo “[...] relativo a fogos de artifício e à arte de fazê-los” (Online Etymology Dictionary, 2022, tradução livre)<sup>77</sup>. A atribuição desse qualificativo à palavra denota, minimamente, recurso estratégico na ação desencadeada pela policial. Em primeiro lugar, pirotecnias, ou fogos de artifício, são empregadas nas mais diversas festas e não são submetidas, normalmente, a estigmas. Ao contrário, o seu emprego tende a ser legítimo socialmente. Em segundo, a ideia de uma *arte* revela a existência de saberes específicos em sua manufatura. Tal perspectiva orienta que espadeiros e espadeiras são agentes sociais criativos que dispõem de fórmulas aprendidas e apreendidas pela tradição no que tange à fabricação das espadas de fogo. Terceiro, e último, a robusteza discursiva semeia resistências.

Estariamos presenciando o poder do costume? Qual é o poder do costume? Se tentarmos responder a essa pergunta, parte de considerarmos que sua permanência ao longo dos tempos constitui-se enquanto força de lei. Vale, novamente, verificar as contribuições de Edward Palmer Thompson (1998) quando traçava os contornos da Inglaterra do século XVIII, com o desenvolver dos cerceamentos às terras comunais que, até então, eram de direito imemoráveis. As limitações aos usos tradicionais das terras vingavam-se em protestos e assíduos conflitos. Uma definição clara de costume estabelecida pelo historiador inglês, em conexão com as contribuições de Bourdieu, consiste no entender de “um ambiente vivido que inclui práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunham limites aos usos como revelam possibilidades, normas e sanções tanto da lei como das pressões da vizinhança” (p. 90).

O conceito no contexto inglês, e que aqui queremos transportá-lo, parece-nos ser esclarecedor. As movimentações de resistência em defesa das terras comunais caracterizavam, na Inglaterra do século XVIII, por sua pluralidade. Do enfrentamento direto, com a turba em choque, à penetrante e silenciosa conspiração por meio de artifícios diversos como cartas, derrubadas de cercas, incêndios, petições e outras artimanhas. Conta, ainda, com certa complacência daqueles que eram pagos para manutenção do controle social, como bem afirmava Thompson (1998, p. 99): “Até os homens que o xerife convocara para integrar a sua *posse* simpatizavam com a turba e ajudavam alguns dos prisioneiros a fugir”.

A plataforma que os pés da policial Arlene A pisam pode ser a plataforma do costume. Mesmo dentro de uma instituição de poder, há vestígios que nos levam a cogitar que ela poderia ter algum tipo de vínculo com padrões culturais externos aos de sua instituição vigente. A documentação apresentada informa que esses atores e atrizes sociais, ao se “infiltrarem” em agências semelhantes, como no caso presente, causaram deslocamentos que remetem ao nível do cotidiano. Suas mãos não escrevem de modo aleatório, pois autorizadas e consubstanciadas estavam pelo costume da Guerra de Espadas. Dos sete boletins com a palavra *artefato*, apenas

<sup>77</sup> “[...] pertaining to fireworks and the art of making them”.

um não tinha o complemento *pirotécnico*. Mesmo assim, o histórico desse registro e a tipificação do fato trazem à baila novas configurações.

Ícaro HSN, menor de idade, primeiro grau incompleto, pardo e morador do bairro Edla Costa, fora capturado por um agente policial. O que se sabe da situação é que o jovem se encontrava em confraternização com outras pessoas que tocavam espadas naquele momento. Conforme relata o policial, ele tinha uma espada em suas mãos:

O policial acima qualificado compareceu nesta unidade apresentando o menor Ícaro HSN, nascido [em] 09/09/1995 pelo fato deste, num tumulto onde se encontrava pessoas tocando espadas, ter sido avistado segurando um dos artefatos; que nenhuma espada foi exibida, sendo o referido menor entregue a seu genitor Sr. Antônio JCN [...] (B.O. 1282012001034, 2012).

Acontece que esse episódio foi descrito enquanto ocorrência não delituosa, mesmo estando dentro do período no qual a Guerra de Espadas já era presenciada como crime. Estar com um objeto como esse pelas ruas, em dias de festejos juninos, seria passível de um enquadramento mais severo quanto à tipologia do crime. Posto desse modo, outras estratégias de resistência são acionadas para minimizar danos futuros sobre os indivíduos. Ao tipificar o ato como não delituoso, Arlene A evitou que o responsável pelo jovem também caísse nas amarras do poder judicial. Ora, a agente evitou, em todas as circunstâncias que conseguimos arrolar, caracterizar as espadas enquanto *artefatos explosivos*, exatamente como passaram a ser denominadas com o imperativo do crime.

Até aqui lidamos com a hipótese de que a policial integrada ao corpo institucional da Polícia tenha agido de modo a revelar resistências quando da feitura de seus registros policiais. Em seu livro *Discurso Policial: a subjetividade em Boletins de ocorrências (sob a perspectiva da violência doméstica)*, Sérgio Nunes de Jesus (2011) trouxe contribuições pertinentes e que podem ser adicionadas para endosso de nossas argumentações. Dentro de um quadro teórico mais amplo da análise do discurso, o autor analisou diversas ocorrências e explicitou as subjetividades ali presentes. Em suas afirmações, o discurso policial (ou do técnico que redige o documento) está implícito, ao mesmo tempo em que adere ou não ao conjunto cultural de quem relata. Essa seria uma propriedade interessante suscitada dessas interações. Num segundo momento,

a outra característica presente nos Boletins de Ocorrências é a *ambiguidade*, uma vez que existem no discurso do escrivão alguns termos que acabam impedindo o entendimento único com relação àquilo que se diz, causando, assim, uma ruptura acerca do acontecido. Tal característica consiste em apontar dúvidas no que corresponde à culpa dos fatos (p. 98).

De começo, podemos dizer que, além das vozes cruzadas de quem relata e de quem redige o boletim, há o integrante institucional. É nesse jogo que o registro policial será formalizado. Cabe lembrar que estamos lidando com uma fonte que só se concretiza no interior de instituições policiais. Assim, normas técnicas institucionais precisam ser seguidas para que o discurso relatado e o discurso escrito ganhem sentido. Por outro lado, o que existe de mais interessante nas contribuições de Sérgio Nunes de Jesus (2011), para o nosso trabalho, refere-se à ação proativa do agente na hora de transportar o que é dito para o escrito, condição essa que advém de dois fatores, como argumentou o autor: da correspondência com o padrão cultural

e da sua habilidade em causar entendimentos múltiplos do ocorrido. Em termo simples, *intromissões* estão presentes quando tratamos metodologicamente os boletins de ocorrência.

Por mais que Arlene A não nos diga por escrito, objetivamente, o valor de suas ações, estaríamos ultrapassando os limites da razoabilidade interpretativa ao considerar indícios de tensões produzidas por ela na produção dos boletins de ocorrência? Defendemos que não. Em toda e qualquer circunstância social, seja qual for a relação entre indivíduos, dificilmente seríamos capazes de atingir a concretude de ações sociais mesmo quando verificadas. Poderíamos situar Arlene A no que Max Weber (1987, p. 17) chamou de “caso limite de interpretação de sentido”. Como trabalhamos no segundo capítulo, a policial está contextualizada e sob a influência de uma comunidade cultural onde os seus próprios colegas de profissão, não em sua totalidade, participam ativamente da Guerra de Espadas. Essa é a chave. Ainda que ela falasse claramente sobre as suas intenções, o “que parece motivação consciente para o indivíduo envolvido pode tão-somente servir para esconder os motivos e repressões mais profundas que estão realmente na raiz da sua ação, invalidando desta maneira mesmo as tentativas mais sinceras de autoanálise”.

Expusemos até aqui duas dimensões de controle por parte da Polícia. A primeira se voltou para o campo físico da repressão, no encaminhamento e, em casos diversos, no encarceramento de espadeiros. Na segunda, concomitantemente, promovemos uma leitura teórica sobre as fontes que forneceu meios para o estudo do controle social na documentação compilada. Ou seja, com o advento do crime, em 2011, passou-se a admitir uma nova economia de palavras que foi manipulada e registrada nos boletins de ocorrência, mesmo quando ainda identificássemos permanências de termos empregados pelo viés da tradição. Agora, olharemos para uma terceira dimensão que se evidenciou com o espectro das ações policiais: o psicológico.

Diferentemente do que podemos pensar, apreender grande quantidade de material para a fabricação das espadas não acarreta apenas em danos econômicos aos espadeiros e às espadeiras que têm nesse trabalho a sua subsistência. Claro que esse é fator de grande impacto entre aqueles que produzem para o consumo pessoal e para a comercialização. Não é à toa que a polícia tenha percebido isso e passado a operar com mais empenho durante o período de feitura das espadas. Essa estratégia tem como objetivo dissuadir a fabricação e demonstrar à sociedade que a polícia está fazendo o seu trabalho. A situação que envolveu Roberto JS é mais uma entre muitas outras:

Foi apresentado nesta unidade policial pela Polícia Militar a pessoa Roberto JS que estava fabricando o artefato explosivo e incendiário conhecido popularmente por “espadas” para a festa junina, na residência do seu irmão Fernando JS, sendo apreendidas 32 dúzias e mais duas espadas prontas, totalizando 386 espadas, bem como os seguintes materiais utilizados no fabrico: cinco baldes azuis, quatro pilões, dois rolos de cordões, 07 macetes, 02 caixas com aproximadamente 08 (oito) quilos de limalia [*sic*] de ferro, duas peneiras, vinte e nove socadores, uma furadeira elétrica, cinquenta furadores, seis dúzias de bambu e nove bambus. É o registro (4ª CRPN C ALMAS-BO-16-01417, 17 jun. 2016).

O incidido, anotado pelo servidor de nome Agostinho SM, abarcou termos como “explosivo” e “incendiário”. Palavras habilidosamente planejadas para causar efeito de periculosidade à situação, ou seja, um crime de grande calibre. Um outro ponto relevante é a demonstração de que a produção das espadas se faz entre familiares. Nesse caso, são dois irmãos que estão tendo seus materiais apreendidos pelos policiais e um deles sendo levado ao

cárcere. Não resta dúvida de que esse acontecimento tenha acarretado danos econômicos a esses espadeiros. Provavelmente, já tinham encomendas prontas a serem entregues. Casos como o de Roberto JS não são raros e não pararam de acontecer durante todos os anos após a criminalização.

Alex, como vocês lembram, o policial que colaborou com a nossa pesquisa, rememorou uma situação semelhante, mas que provocou danos econômicos alargados ao espadeiro. Ao ser perguntado sobre a sua participação nas apreensões dos materiais das espadas, respondeu da seguinte maneira:

Bom, eu vou tentar resumir dois fatos, rapidamente, para responder. Um fato eu não participei diretamente, mas acompanhei, vi. Soube da apreensão, cheguei a ver o material depois, onde um fabrico muito grande de um rapaz que fabricava uma quantidade grande, porque ele fazia pra ele, uso dele, e para terceiros, para vender. Ele fazia, ou seja, para encomenda. Então, ele fabricava muito. Então, avaliou-se o material dele em torno de 200 mil reais. [Nesse momento ele riu do susto que tomei com a sua projeção]. Até o entrevistador se assustou [risos]. Mas veja só: se avaliou, mais ou menos, em 200 mil reais. Então, o pessoal comenta que preocupou-se até que ele cometesse uma besteira, cometesse suicídio porque estava tendo uma perda muito grande. Ele não tinha como ressarcir as pessoas que encomendou e pagou para que ele produzisse. Então, ele tava fabricando até fora da cidade, assim, em zona rural e tal, mas teve essa apreensão. Se eu não me engano, no primeiro ano de proibição. Assim, como eu te falei, eu achei que foi uma decisão muito em cima, próxima do evento, que não deu tempo de que as pessoas pensassem assim: “Não, eu não vou fazer porque eu posso perder”. Então, ele já estava fabricando, praticamente, quando veio a proibição. E, aí, foi um prejuízo de um valor significativo e o cara ficou desesperado. Se preocuparam até que ele fizesse uma besteira, cometesse até um suicídio. Eu não sei o desfecho, daí em diante, mas eu sei que ele foi apresentado na delegacia, respondeu criminalmente, mas teve um prejuízo muito grande (Alex, entrevista, 15 set. 2021).

O relato do policial Alex remete ao início da criminalização, quando muitos espadeiros e espadeiras foram pegos de surpresa pelo promotor do Ministério Público que, em uma tomada de decisão um tanto argilosa, surpreendeu a todos com a elevação da Guerra de Espadas à condição de crime. Como no caso anterior, quantidades expressivas de espadas e materiais foram apreendidas. A diferença, nesse caso, é o valor estimado pelos policiais que caracteriza muito bem a importância econômica da Guerra de Espadas para essas pessoas. Somos levados, de imediato, a pensar que o dano psicológico está atrelado ao dano financeiro causado pelas apreensões. Por uma perspectiva econômica, sim, indiscutível. Mas precisamos polir o olhar. Concebemos que ser espadeiro e espadeira é um ofício. Ofício não regulamentado ou legitimado em termos oficiais. Porém, para a comunidade, sim, constitui-se um tipo profissional existente há gerações.

Quando reconhecemos que produzir espadas é um ofício, uma ocupação, se torna produtiva a ideia de que essas pessoas constroem laços com os seus instrumentos de trabalho. Socadores, furadores, pilões e pequenas ou grandes máquinas que facilitam a confecção de espadas são fontes de significados. Tomemos um exemplo hipotético. Imaginem um trabalhador intelectual que tem, no seu fazer diário, os livros como principais utensílios de trabalho. Agora, concebemos a trágica e factível possibilidade de que sua biblioteca particular

pegasse fogo, reduzindo tudo – livros adquiridos há mais de 30, 40 ou 50 anos, muitos deles presenteados por familiares que já faleceram, por amigos(as) de profissão de uma época em que faziam pós-graduação em outro estado ou país e até dos primeiros livros comprados com o suor de seu trabalho que modificaram a forma de pensar a realidade e orientaram a sua vida profissional – a cinzas. Inegavelmente, o dano econômico poderia ser estimado, calculado e delimitado. Esse dano é objetivo. Porém, o dano psicológico, não.

O controle social estabelecido pela polícia também opera no psicológico dos espadeiros e espadeiras. Não somente pelo prejuízo financeiro, mas por cortar o elo histórico que essas pessoas criaram, rompendo significados impressos nos materiais que lhes acompanharam durante toda a vida. O espadeiro/policial aposentado Beto teve sua produção apreendida pelos policiais em 2019. Conforme relatava, devido a divergências entre vizinhos, uma denúncia fora feita, resultando no aparecimento da polícia no local, uma fazenda distante da área urbana da cidade: “[...] um dos vizinhos, lá do local onde nós estávamos, tinha desavenças com o dono da fazenda, entendeu? Aí, essa foi a causa principal. Não foi nem, assim, direcionada a me entregar porque estava fazendo espada, e sim para prejudicar o dono da fazenda” (Beto, entrevista, 13 ago. 2021).

No contexto da apreensão, um dos policiais era conhecido de Beto, mas outros, não. Mesmo pedindo a colaboração de seu conhecido para que não levasse todo o material, os policiais acabaram colocando tudo dentro do camburão e levando para a delegacia:

Filipe: O que eles disseram? Como é que eles procederam? Eles sabiam que você tinha também uma tradição na polícia?

Beto: Um sabia.

Filipe: O que aconteceu? Você pode explicar?

Beto: Só que um tava, não era nem o próprio comandante da guarnição, era o outro, era um soldado que tava muito... Não queria conversa, assim, entendeu? Aí, eu tava tentando discutir, argumentar. Aí, o outro colega que tava comigo disse: “Beto, deixa isso pra lá”. Foi até bom, entendeu? Aí, leva tudo, levou tudo (Beto, Entrevista, 13 ago. 2021).

E segue da seguinte maneira:

Filipe: O que você sentiu naquele momento?

Beto: Não, pô. Que eu pedi pra ele [Beto pediu ao policial conhecido]: “Não, pô, quer levar, leva. Agora, leva metade ou alguma coisa, ou pelo menos deixa eu pegar minha [inaudível], algumas ferramentas”. Porque tinha feito até dentro da base. Porque esse cara que eu tava falando. Aí, tinha um departamento chamado Departamento Industrial, aí eu fiz vários socadores, tudo socadores, tinha trinta anos em minha mão, pô. Ele levou, levou tudo (Beto, entrevista, 13 ago. 2021).

Observamos a tentativa de Beto, quando dialogava com um dos policiais conhecidos, de fazer com que parte de seus materiais não fosse levada para a delegacia. Visto que não conseguiria evitar a apreensão, ele desiste. Porém, fica claro em seu relato que a principal preocupação se voltava para os seus instrumentos de trabalho. Isso porque os socadores

datavam de “trinta anos atrás. Eu estava na Marinha. Isso foi em 86. Trinta e poucos anos, trinta e três” (Beto, entrevista, 13 ago. 2021). Ou seja, seus benditos socadores remetiam a um tempo vivido por ele. As memórias pretéritas estavam intimamente bordadas nas superfícies dos objetos. Foi por meio desses utensílios que Beto encontrou uma maneira de preservar suas experiências passadas.

Não é absurdo dizer que o tempo de utilização dos instrumentos também é um indicador de sua experiência nas espadas. Quando essas pessoas falam que possuem determinado material para a produção das espadas há muitos anos, elas estão se situando em condição de respeito com relação às outras. Essas pessoas são lidas no meio social como produtores antigos ou velha-guarda da Guerra de Espadas. Beto é um espadeiro/policial que iniciou os seus trabalhos com as espadas ainda na década de 1980, portanto, não é difícil de imaginar que já esteja nesse ramo há quase 40 anos.

Como estamos argumentando, pode não ser o fator econômico o principal desencadeador da violência psicológica ocasionada pela criminalização da Guerra de Espadas. Os instrumentos de trabalho, que caracterizam o ofício e, concomitantemente, abrigam experiências e memórias passadas, têm grande relevo nesse quesito. Se tomarmos essa linha de raciocínio, então, como vimos anteriormente, na apreensão estimada em 200 mil reais, o receio dos policiais de que o espadeiro viesse a cometer suicídio não se confirmaria só pela cifra em reais, embora deva ser considerada. O impacto psicológico, que pode até fazer com que espadeiros e espadeiras sejam lançados à masmorra da tristeza, liga-se diretamente à ruptura dos sentidos, dos significados, dos valores (simbólicos) e das histórias que estariam preservados em seus instrumentos de trabalho.

Não custa lembrar que os laços de solidariedade são firmes entre espadeiras e espadeiros. Muito provavelmente outras pessoas tenham se sensibilizado com tamanha perda e ajudado por meio de “vaquinhas”. A “vaquinha”, expressão que se refere à prática de juntar dinheiro em benefício de alguém, era e continua sendo mecanismo empregado por populares adeptos e adeptas das espadas. Encontramos na vaquinha um valoroso instrumento de poder desses sujeitos. De boca em boca se obtém quantia que amortecerá os danos causados advindos da perda do material e das espadas vendidas. Outra forma de ajuda coletiva é a rifa. Rifa-se um produto para angariar dinheiro que será destinado àquele ou àquela que teve a sua produção comprometida pela polícia. A espadeira Lia relatou sobre essa forma de atuação coletiva, primeiro com relação ao seu irmão e, depois, com um espadeiro desconhecido:

Lia: Muito difícil. Então, assim: não tinha dinheiro. E agora? Mas, aí, como eu digo a você: nós somos uma irmandade. Nós, espadeiros, somos uma irmandade. Os espadeiros de Senhor do Bonfim abraçaram a causa e conseguiram a metade do dinheiro; e eu e minha mãe conseguimos a outra metade. E, aí, no dia 20 ele foi preso, no dia 22. Vinte e dois, vinte e três, vinte e quatro. No dia 26 ele já estava solto. No dia 26 ele foi solto.

Filipe: Mas você já se mobilizou para ajudar outras pessoas também?

Lia: Já, sim! Como eu disse a você, aqui o processo é o mesmo. É o que eu digo a você: até então, eu tinha participado desse processo com os amigos, com pessoas que eu nem conhecia. Como Beto da Assembleia. Eu não conhecia Beto pessoalmente. As espadas de Beto foram apreendidas, acho na Embira, não lembro. Foi numa zona rural, em 2016. E, aí, eu estava em casa, eu estava trabalhando quando eu recebi a notícia. Os meninos: “E agora”? A gente tem que soltar Beto. A fiança de Beto foi nove mil reais. E Beto ficou

preso, foi para Santo Antônio de Jesus, não tinha juiz na cidade e nós nos mobilizamos. Fizemos uma rifa. Eu nunca tinha visto Beto em minha vida. E eu tomei a frente com os meninos, a gente fez uma rifa, a gente fez um grupo e a gente arrecadou o dinheiro e pagou a fiança de Beto. Eu vim conhecer Beto, pessoalmente, dois meses depois, em agosto, quando nós fizemos a primeira assembleia da Associação na biblioteca e ele participou, ele foi lá. Encontrou comigo, me agradeceu (Lia, entrevista, 10 set. 2021).

A espadeira Lia demonstrou a existência de uma ramificação que ultrapassa os limites político-administrativos de Cruz das Almas. Para não perdermos o foco na discussão que estamos tratando, basta indicar que esses atores e atrizes não estão isolados em seus municípios. Muito pelo contrário, a vendagem de espadas em Cruz das Almas para outras cidades baianas é intensa e já se realiza há muitos anos. Tal mecanismo forjou e estreitou a liga entre espadeiros e espadeiras de diversas localidades, até mesmo de cidades distantes do Recôncavo baiano (como é o caso de Senhor do Bonfim), que foram criando e compartilhando mecanismos de resistência e negociação.

Mas cabe trazer à luz mais um caso que corrobora com as argumentações aqui feitas. Foi a espadeira Conce que contou sobre uma das experiências mais marcantes em sua trajetória na Guerra de Espadas e que está intimamente vinculada ao que argumentamos. Se por um lado, a apreensão das espadas, que causa danos financeiros aos produtores e produtoras, não são suficientes para minar a participação efetiva de espadeiros(as) na Guerra de Espadas, pois no ano seguinte estariam prontos novamente para isso, acreditamos que, por outro lado, a captura de seus instrumentos de trabalho, aqueles que são movimentadores de significados e sentidos, colocaria em risco a continuidade dessas pessoas na prática cultural. É esse o caminho interpretativo que tomamos com o relato de Conce, ao lembrar do seu amigo:

Aí, Rogério faleceu. Depois que Rogério faleceu acabou [nesse momento, com as mãos abertas, ela bate uma na outra]. Parou mesmo, parei de ajudar, parei de fabricar. Perdi o gosto de tá. É arriscado. Hoje, se a polícia lhe pegar, lhe bate. Pode ser homem, pode ser mulher, pode ser o que for. Principalmente quando se fala do Bairro do Areal, entendeu? Eles não querem nem saber. Se tá doente, por que tá ali? Se você diz que tem esse problema todo de saúde, por que está ali? Aí, pra mim, depois que Rogério faleceu e também alguém entregou as espadas dele. A gente fez tantas espadas, tantas espadas e não foi [inaudível], não foi nada. A gente não sabe quem foi. Ele morreu de angústia, na verdade toda, ele enfartou. Porque, antes, ele fez uma cirurgia e o coração dele tava bom, tava tudo bom. Os exames dele tava tudo bom. Ele fez uma pequena cirurgia. E depois, só fazia chorar, angustiado, entendeu? *Porque levaram tudo. Desde quando ele começou, levaram tudo* [grifos meus]. Levou foi três ranger. Levaram tudo, tudo, tudo do homem. Levou. Levou tudo. E foi no lugar certo. Só que deixaram, sabe o que foi? A máquina de enrolar que tinha um ano que ele tinha feito. Um ano que ele tinha feito. Só que viram ali uns paus, não sabiam. Tava desarrumado, não sabia o que era. Mas levou foi tudo. Além das espadas, *levou material de Rogério todo* [grifos meus]. Aí, eu me desgostei. Não pela espada, mas, me diz: um amigo, um irmão desse, que é meu irmão, perdi; perdeu essas espadas todo, perdeu isso tudo, ninguém sabe quem entregou, nem quem não entregou, e eu doente. Como é que eu vou fazer mais espadas? Eu compro, né? Compro, os amigo me dá. Os amigo de antigamente, tem Roni (Conce, entrevista, 8 dez. 2022).

São sinuosas as linhas que atravessam a Guerra de Espadas, os espadeiros e as espadeiras. A captura dos materiais (entendemos por materiais, não exclusivamente, mas essencialmente, os instrumentos que caracterizam o ofício) permite afirmar que esse é o fator central no descompasso e desestabilização desses indivíduos. Descolar esses itens de seus corpos é promover o desligamento com o passado que se fazia presente. Na opinião de Conce, o seu amigo caiu em desgraças quando se viu separado daquilo que estimava e que lhe dava sentido. A própria espadeira foi impactada com o “golpe”, deixando de participar do processo produtivo depois do acontecido. Desde então, tornou-se uma espadeira consumidora, comprando espadas para tocar ou ganhando de presente dos amigos próximos<sup>78</sup>.

Essas ocasiões de apreensão, quando devidamente analisadas, habilitam ao pesquisador ou à pesquisadora entender que a instituição social Guerra de Espadas alcança níveis profundos da vida dessas pessoas. Não é uma simples manifestação cultural realizada em um dia do ano. É, para a grande parte desses indivíduos, o chão que sustenta seus pés, que orienta suas ações, que fornece identidade, que se ocupa a memória. Para finalizar essa seção, trazemos mais uma forte lembrança da espadeira Lia. Pela riqueza da coisa dita, apresentaremos uma breve sequência do diálogo durante a entrevista.

Lia: Olha, Filipe, não. Porque assim: nesse processo de criminalização, da proibição, eu, por um certo tempo, não é que eu me conformei, eu procurei fazer a coisa corretamente. Porque nós assumimos a luta. Porque quando você tem uma frente, não pode dar errado. Então, a gente teve que se abster em fabricar e, aí, nós não tínhamos essa conexão porque nós não estávamos no fabrico. Eu, enquanto membro da Associação, não posso estar no fabrico. Porque o fabrico é ilegal, entendeu? Eu não posso estar e nenhum dos membros pode estar. Mas assim: sempre tem uma conexão. Sempre tem assim: tem aquela. Você está num lugar tocando espada, vem de lá uma viatura e, de repente, pronto: “tô preso”. Mas aí, é um policial conhecido e tal que já diz: “Pô, a gente fingir que vai levar, mas não vai levar você”. Aí, leva o material e não leva [a pessoa]. E sempre isso, né? Tem que levar alguma coisa para não ter que prender a pessoa. É raro. É raro acontecer isso, porque eles têm que fazer valer a lei, né? E cumprir os mandados, não tem jeito, tem que cumprir. Geralmente, os flagrantes que são piores. Mas nesse processo todo de apreensões, de prisões, você sabe o que é que mais dói ao espadeiro? É quando apreende o material, *as ferramentas de trabalho. De todas as perdas, Filipe, a que mais dói é a das ferramentas de trabalho. Porque são ferramentas que você carrega consigo a vida inteira. Já estão no seu molde, entendeu?* [grifos meus]. Os socadores, os macetes que você mandou fazer. O pilão que já está no seu jeito de bater. E você não recupera mais. Assim, socadores de vários tamanhos que a gente separa assim. A gente não, que eu não bato, né? A única parte do fabrico que eu não participo é a de bater, porque eu não tenho força para isso. Mas você vê os meninos separar socadores: tamanho assim para essa, para esse diâmetro. Às vezes, em uma única espada

---

<sup>78</sup> *A priori*, ganhar de presente uma espada, para um leigo ou leiga da Guerra de Espadas, pode parecer algo simples. Raramente se dá espadas a outra pessoa. Esse ato não é feito de forma aleatória, requer que seja praticado com alguém que realmente seja importância para o espadeiro ou espadeira. Isso se deve ao extenuante processo de produção que atravessa meses e que, consequentemente, produz um sentimento de apego ao objeto. Possivelmente, com a criminalização das espadas, esse elemento torne-se ainda mais consistente, porque agora foi acrescentado o risco de apreensão, fazendo com que se tornem mais zelosos.

usa-se dois, três socadores diferentes. E, aí, você vê a polícia chegar: “pra”. Arrastar isso tudo e levar. Material que tem mais de 10 anos de uso e você não vai conseguir outro igual de jeito nenhum, porque são materiais feitos em tornearias, entendeu? São materiais fundidos de ferro e têm materiais de madeira, também, esculpido, o macete é esculpido, o pilão e dificilmente consegue igual. E, aí, a técnica já não é mais a mesma.

Filipe: Ou seja, a espada é importante, ela é uma peça fundamental para os espadeiros e espadeiras. Agora, são os instrumentos de trabalho deles e delas que, quando são apreendidos, causam o maior dano.

Lia: Digo isso porque eu também presenciei a maior apreensão da minha vida. Foi a de seu Mundinho<sup>79</sup> espadeiro. Porque eu conheci as ferramentas que seu mundinho fez, eu vi aqueles pilões lá, elétricos, que ele fabricou, que ele criou. O seu Mundinho era um gênio. Por isso que eu chamava ele de “Mestre dos Magos”. Seu Mundinho era um gênio. Ele criou cada ferramenta. Ele tinha dois pilões elétricos que pilava a pólvora e que pilava o barro. Ele ligava lá e pilava sozinho. Pilava toneladas de pólvora e de barro. E era feito de materiais pesadíssimos. Cada peça daquela chegava a pesar quase uma tonelada ou mais de uma tonelada. De braço às bacias de caixa de geladeira, onde fica a pólvora e aqueles pilões enormes batiam. Cada material daquele, Filipe, ele criou, coisa de engenheiro. *Seu Mundinho criou. Então, assim: quando o Exército foi lá fazer a apreensão na casa dele, desmontou todo aquele material e ele chorava feito criança. Cada vez que ele contava sobre o que mais doía nele, foi ele ver desmontar aquelas duas máquinas que ele levou anos criando [grifos meus]. Então, assim: já doía, mas ver um material daquele, ver aquele acervo, pois foi um acervo que foi tomado dele, ele nunca mais recuperou. De seu Mundinho foi tomado um acervo inteiro de peças, de ferramentas que não tem valor, não tem preço, não tem dinheiro no mundo que pague [grifos meus].* Eu conhecia cada uma daquelas ferramentas, porque eu frequentava lá, ele me mostrava cada uma daquelas ferramentas com muito orgulho, entendeu? E assim: essa é uma dor muito grande. Era uma dor para a gente que perdia o material e para ele, que na época já era sexagenário. Sexagenário, não. Seu Mundinho já tinha mais de setenta anos, que seu Mundinho faleceu com 82 anos. Então, ele já tinha mais de setenta.

Filipe: Recentemente, né?

Lia: Recentemente! Seu Mundinho morreu no dia 10 de fevereiro de 2020, ano passado. E foi muito difícil. *Depois disso, o seu mundinho nunca mais foi a mesma pessoa [grifos meus]* (Lia, entrevista, 10 set. 2021).

---

<sup>79</sup> Se o leitor ou a leitora tiver boa memória, lembrará que esse espadeiro foi citado anteriormente, quando deu entrevista à revista *Veja*. O famoso Seu Mundinho, assim conhecido na cidade, foi um dos mais prestigiados espadeiros dos últimos 50 anos. Acreditamos que tenha sido esse espadeiro a desenvolver, manualmente, as primeiras máquinas que facilitaram a fabricação das espadas em certas etapas. Em termos mais amplos, caberia nova pesquisa que recuperasse as trajetórias dessas personagens pouco visitadas por historiadores e historiadoras, principalmente tendo como recorte os trinta primeiros anos do século XX, tentando entender de que maneira a Guerra de Espadas se situou nos contextos da Primeira República e do pós-abolição.

Há uma peculiaridade que ainda não foi devidamente discutida. As surpreendentes chegadas dos policiais em residências urbanas ou em propriedades rurais não se dão por acaso. Se queremos considerar os múltiplos usos das espadas, não se deve negligenciar as contendas cotidianas entre vizinhos. Se a polícia consegue êxito na apreensão de espadas, isso se deve, na grande maioria dos casos, à comunidade que delata o vizinho ou a vizinha que produz. Essas delações associam-se às divergências frequentes que não cessarão nos dias dos festejos juninos. Propícia oportunidade para se vingar de um desafeto. Por tal, nem sempre as denúncias à polícia podem vir de pessoas críticas das espadas, mas de relacionamentos conturbados pré-existentes.

**Imagem 20:** Seu Mundinho em fotografia feita antes da criminalização das espadas.



**Fonte 27:** Arquivo pessoal de Petry Lordelo (2024).

Por sua vez, as espadas podem ter outra utilidade nessas circunstâncias. Ora, se torna recurso para a resolução de um antigo problema entre vizinhos, como evidenciado pelo espadeiro Beto quando a polícia levou os seus materiais: “[...] um dos vizinhos lá do local onde nós estávamos, tinha desavenças com o dono da fazenda, entendeu?” (Beto, entrevista, 13 ago. 2021). Já o espadeiro Lau relatou que, com a criminalização, ele passou a fazer poucas dúzias de espadas. Ele entendeu algo importante: “Eu me lembro que já fiz cinquenta dúzias. Eu e mais três pessoas. Foi em 2016 isso. Mas, hoje em dia, a gente não passa de cinco dúzias, seis dúzias, porque é muito trabalho [...]. Hoje, qualquer denúncia é tchau e obrigado” (Lau, entrevista, 23 dez. 2022).

Ameaças são comuns, podendo até avançar para as vias de fato. Nesse cenário, as espadas tanto ajudam a resolver contendas antigas quanto podem abrir novas diligências entre moradores. Isaías PQ, aposentado, segundo grau completo, natural de Salvador, mas morador de Cruz das Almas, foi submetido a fortes ameaças no dia 17 de junho de 2011. Os motivos das intimidações são interessantes:

Alega o comunicante que no dia e hora supracitados recebeu ligações anônimas de ameaça de morte, de pessoas envolvidas na fabricação de espadas e que tanto o comunicante quanto os seus colegas do Conselho Tutelar desta cidade: Fernando PA, Antônio CAS, Nilton RC e Ivan SF. Dizendo esta pessoa que todos irão pagar caro se os espadeiros forem presos e que eles vão quebrar todos no pau pelo fato deles estarem fiscalizando se tem menores envolvidos com a fabricação e comercialização de espadas. Este é o registro (B.O. 1282011001472, 17 jun. 2011).

Como se observa, as ameaças fundam tensões entre moradores e instituições no município. O advento do crime autorizou que muitos indivíduos, inclusive representantes do Conselho Tutelar, agissem com maior ênfase sobre a fabricação e participação de jovens na Guerra de Espadas. Já mostramos a importância que os iniciantes ou jovens espadeiros e espadeiras possuem para a continuidade da manifestação. Não que se justifique o ato, mas o rompante das intimidações se situa no interior da lógica de permanência das espadas na cidade. Não são ameaças aleatórias, atos puramente movidos pelo desejo de violência. Possuem lógica quando contextualizadas. Assim, são compreensíveis ao pesquisador e pesquisadora.

Como estamos falando, as injúrias dirigidas a alguém tendem a avançar e se concretizar. Essas ameaças têm motivações infinitas e envolvem homens e mulheres. Um exemplo especial que encontramos com a leitura dos boletins de ocorrência se deu com o balconista Jorge CSS e Vanessa. A história que foi contada à policial Arlene A, policial civil que redigiu o boletim, aconteceu em 2011. De acordo com o documento, Vanessa queria que Jorge CSS lhe desse uma espada. Porém, as coisas não aconteceram como se esperava. A decepção e a raiva de Vanessa parecem ter se mantido durante algum tempo, pois somente no dia 27 de junho, já finalizado o São João, que José CSS começou a entender que tinha dado início a uma perigosa situação:

O comunicante compareceu nesta unidade policial alegando que uma mulher de nome Vanessa, esposa de Washinton, vem lhe causando constrangimentos onde quer que o encontre, ofendendo-o com palavras de baixo calão. Que no dia 23/06/2011, porque o senhor Jorge não quis lhe dar uma espada, esta lhe agrediu com um tapa e também a sua irmã Joelma e a partir daí a acusada não para de lhe ofender. Que soube por vizinhos que Vanessa está andando armada com uma faca. É o registro (B.O. 128201100609, 27 jun. 2011).

Bom, se as espadas de fogo já eram vistas ou entendidas pela lei enquanto bens ilegais, isso nem sequer aparece no registro acima. Não é esse o problema em questão.

Para o momento, cabe dizer que pensar sobre a criminalização das espadas, tendo como eixo norteador o conceito de controle social, é dar atenção às mudanças que não se limitam ao cercear do comportamento de espadeiros e espadeiras pelas ruas da cidade. Ambicionamos que as reflexões suscitadas sejam capazes de fornecer uma leitura intrincada das interações existentes na tessitura social da Guerra de Espadas, complexidade que ganha visibilidade quando passamos a conceber o cruzamento de modelos sociológicos distintos e de sua ligação à perspectiva histórica. As ruas são, claramente, o palco das tensões deflagradas por policiais, espadeiros e espadeiras. Entretanto, enveredar por outras camadas, como as das fontes e a do psicológico dos atores e atrizes das espadas, tende a enriquecer a realidade investigada e a evidenciar diferentes caminhos de fricção do controle social. O título dessa seção, “se tem espada, tem polícia”, foi elaborado com a finalidade de enxergar que o espectro policial assombra de muitas formas e em muitos formatos a comunidade espadeira, mesmo quando essa comunidade não é passiva, submissa e, tampouco, irracional. Como continuaremos notando, resistência e negociação são partes constitutivas dessa conturbada relação. E por que não apertar um pouco o outro lado da história?

### **3.3 Se tem polícia, tem espada: enfrentamentos na cidade**

Um acurado exame antropológico permite acessar esmeraldas nuances sociais. O que uma espada de fogo pode fazer? Reformulemos o questionamento da seguinte maneira: o que se pode fazer com uma espada de fogo? A segunda provocação coloca-nos no centro das relações entre os indivíduos, mas também dentro de uma unidade temporal de longa duração. É a partir dela que as diligências se efetivam. Reavivamos, em pesquisas passadas, esse cenário conflituoso, oferecendo indicações de que as contendidas pelas vias da urbe não estavam limitadas à coibição da Guerra de Espadas. As tensões são demarcadoras de uma contínua operacionalidade e materialidade da própria festança.

A queima das espadas delibera, muitas vezes disfarçadamente, que conflitos cotidianos sejam lembrados e postos em resolução. Se diariamente os sujeitos precisam se comportar devidamente, isto é, aos moldes civilizatórios, já na Guerra de Espadas, utilizando-se de risos, forrós, licores e muita “brincadeira”, abre-se uma brecha bastante propícia para que conflitos, por meio de espadas lançadas ao encontro de grupos “rivais”, concretizem-se (Cezarinho, 2018, p. 180).

Espada é poder. O espectro repressivo que ronda espadeiras e espadeiros cruzalmenses vai também se deparar com certos obstáculos para sua concretização. Antes de avançarmos por essas pistas, cabe enfatizar que a força policial produzirá uma violência legal, ou seja, acastelada pelo saber jurídico do estado. Exemplos históricos desse tipo de atuação são muitos. Sidney Chalhoub (1996, p. 19) tratou da destruição do “Cabeça de Porco”, cortiço localizado no Rio de Janeiro, nos finais do século XIX. Denominada de “uma operação de guerra”, o historiador argumentou o seguinte: “O que mais impressiona no episódio do Cabeça de Porco é a sua torturante contemporaneidade. Intervenções violentas das autoridades constituídas no cotidiano dos habitantes da cidade [...] são hoje lugar-comum nos centros urbanos brasileiros”.

Ora, constantemente são vistas medidas sustentadas pelos dispositivos da “neutralidade” e “civilização” que retiram a condição cidadã de pessoas trabalhadoras e reiteram a legitimidade no exercício da violência. Nessa concepção, suas práticas, juntamente com seus comportamentos, tornam-se potencialmente danosas aos preceitos de uma sociedade civilizada e ordeira. Como dito, o trabalho de Chalhoub (1996) retratava uma realidade localizada no final do século XIX, o Rio de Janeiro. Estaríamos agindo como déspotas do tempo ao suscitá-lo em nossa abordagem? Pensamos que não. O objetivo aqui é o de demonstrar linhas de permanência, estruturas de pensamento, de ações/práticas que persistem mesmo dentro do estrato temporal de valores democráticos.

Iacy Maia Mata (2008), ao estudar o contexto da pós-abolição na Bahia, argumentou que o motor da reestruturação da força policial da época foi, exatamente, o controle e a repressão aos libertos. A argumentação centra-se na ideia de que, com o fim da escravidão, a força de trabalho nos campos tornou-se desregulada. Para que as coisas fossem recolocadas dentro da “normalidade” dos ex-senhores e políticos, a força policial seria o instrumento a ser usado. Não à toa, era preciso classificar homens e mulheres negros(as) livres tendo como fundamento as orientações do darwinismo social. Rotulados como preguiçosos, viciosos, vadios e ligeiramente propícios ao crime, o ideário para o trabalho ia sendo forjado pelos homens da elite política e econômica da Bahia. Ao invés da recusa ao trabalho ser vista dentro de um conjunto mais ampliado de ressignificação dele e de expectativas sobre a própria liberdade, passou-se a ser tida como característica intrínseca do racismo científico.

E de que modo a polícia se insere aí? Vai haver, logo no pós-abolição, incentivos para o melhoramento do corpo policial baiano. A justificativa, obviamente, remetia aos insurgentes libertos e sua vadiagem. Mesmo limitadas, as forças policiais atuaram com prisões correccionais, estipulação do termo de bem viver, isto é, “[...] meio de informar ao indivíduo que assinava o termo de que estava sob vigilância policial e que se cometesse qualquer deslize seria conduzido a prisão” (Mata, 2008, p. 52-53) e com o recrutamento. Eram mecanismos de coação direcionados ao trabalho, principalmente, das pessoas negras libertas. Em síntese, a autora afirmava:

[...] apesar da polícia reprimir as tentativas de reescravização surgidas após a abolição, surge uma certa unidade, um novo consenso, que liga políticos, ex-senhores e polícia em torno da luta contra a desordem e a vadiagem e a necessidade de obrigar os libertos ao trabalho que vai orientar a atuação policial (Mata, 2008, p. 56).

Em sua dissertação de mestrado, Alisson Gonçalves Barbosa (2014) explorava o tema da violência policial na Bahia entre os anos de 1900 a 1920. A sua abordagem é um claro diálogo com a tendência historiografia inaugurada no final da década de 1980 que pretendia avançar em investigações sobre os policiais em relacionamento com o público. Pesquisando em jornais baianos, o autor demonstrava a presença cotidiana da truculência dos agentes não apenas na capital do Estado, Salvador, mas também nas cidades interioranas.

A polícia baiana foi criada ainda no calor dos acontecimentos da Independência do Brasil em 1825. O objetivo principal era a manutenção da ordem, coibindo sublevações escravas e, mais tarde, com o fim da escravidão, corroborando para o controle das classes pobres livres, assim, investindo em seu disciplinamento e evitando a vadiagem. Cabe reforçar que o maior peso da força policial incidia sobre as pessoas de cor. Movida pelo ímpeto da modernidade, a polícia baiana passou a combater “a prática de jogos, o consumo desbragado de

álcool, a prostituição, a vadiagem, os desordeiros e os inúmeros gatunos que infestavam a cidade” (Barbosa, 2014, p. 29).

Ao discutir sobre os abusos policiais, Alisson Barbosa (2014) encontrou os principais meios de combater as constantes ondas de violência policial: as cartas e ofícios. Esses instrumentos coletivos de denúncia, visto que muitas vezes eram assinados por grupos de pessoas, eram enviados rotineiramente aos juízes (já que esses gozavam de certo poder e poderiam fazer frente aos policiais desregrados), mas também remetidos à própria Secretaria de Segurança, conforme diz:

A população que se considerava desrespeitada, por parte de integrantes da polícia, no interior baiano se valiam de estratégias como abaixo-assinado acionando a justiça [...]. Na capital as vítimas gozavam de outras opções de resistência e cobrança de soluções ao poder público, frente às arbitrariedades policiais. Uma delas era a possibilidade de se fazer uma denúncia pessoalmente ao secretário de segurança [...] (p.122).

Os estudos citados demonstraram o peso da força policial no cotidiano da população pobre e negra em tempos/espacos distintos. Mesmo assim, como expresso por Alisson Barbosa (2014), isso não garantiu uma submissão cega das classes pobres. Tal historiografia demonstrou como as trincheiras da cotidianidade serviram muito bem aos lances de resistência com robustez física e, em paralelo, dissimulada. É esse o enredo que tentaremos montar a partir de agora com as resistências na Guerra de Espadas.

Em sua dissertação de mestrado, Rafael Peixoto Barros (2012) beirou acerca de conflitos entre espadeiros, espadeiras e policiais em uma celebração que se situava dentro do espaço comemorativo do São João, em Cruz das Almas: o Casamento do CEAT<sup>80</sup>. Entre acordos e desacordos, no ano de 2010, o autor identificou combinados que foram rompidos por ambos os lados:

Segundo os organizadores da festa, havia um acordo entre PM (Polícia Militar) e os espadeiros, onde estipulava que só deveriam tocar o artefato no centro da cidade, na Praça Senador Temístocles. Na altura da Praça dos

---

<sup>80</sup> A sigla remete ao Colégio Estadual Alberto Torres. Essa instituição, durante o ano letivo, promovia iniciativas diversas. Uma delas fazia referência às práticas culturais do São João, objetivando a sua manutenção pelas gerações futuras. Nesse bojo de manifestações juninas, surgiu o Casamento do CEAT, no final da década de 1970. Os estudantes faziam comidas típicas, casamento na roça, quadrilhas, danças de roda e muito mais. Com o afã de degustar as bebidas do período, a exemplo do licor, os estudantes passaram a realizar o Casamento dentro e fora do ambiente escolar, visto que o consumo de álcool naquela estrutura seria inviável. Os membros da escola concordaram e, desse modo, tornou-se o Casamento do CEAT uma tradição notória na cidade: “[...] o Casamento sempre foi arrumado em uma das salas do colégio, onde um aluno se travestia de noiva e uma aluna de noivo; o padre era sempre um aluno; todos vestidos a rigor saindo do CEAT, conduzido por uma carroça enfeitada, passando pela rua da Estação até à praça dos Artífices, em direção à rua do hospital, rua da Suerdieck, rua Crisógno Fernandes, daí até o coreto na praça Senador Temístocles, onde acontecia a cerimônia do Casamento em grande estilo. Depois a festa se transformava numa grande batalha de espadas, consequentemente dando início ao São João de Cruz das Almas. Portanto, o Casamento do CEAT é uma tradição criada pelos alunos daquela casa de ensino há mais de vinte anos, que também contou na época com o entusiasmo de pessoas como o Capitão Antônio Leite e outras figuras que participavam do evento” (Bingre, Almanaquecruzalmense, 2016). A celebração popular conhecida pelo nome de Casamento do CEAT deixou de existir em 2011, com o advento da criminalização da Guerra de Espadas.

Artífices, o acordo foi rescindido e várias espadas foram tocadas ao mesmo tempo. A consequência foi embates entre espadeiros e Policiais Militares, gerando conflitos e repúdios de ambas as partes envolvida. O que chama atenção, diante disso, é que na maioria das vezes esses acordos são pactuados expressamente de forma verbal, fortalecido pelos contatos mútuos entre espadeiros e polícias locais e desenvolvido antes mesmo ou no ato das Guerras de Espadas (Peixoto, 2012, p. 45).

O que teria dado errado? A resposta dessa questão pode ser construída tendo em vista dois indícios. O primeiro, debatido na seção anterior, remete aos impulsos contentores das forças policiais (incitadas pelo Ministério Público à época) em evitar que os espaços da cidade fossem conduzidos por mãos espadeiras. Como tradicionalmente observado, essa era a hora em que trabalhadores(as)/espadeiros(as) e estudantes/espadeiros(as) assumiam a frente do evento, determinando os rumos das coisas nos espaços da urbe. Ora, o Casamento do CEAT, que tem sua origem na década de 1970, instituiu no calendário da cidade um novo programa festivo que tinha as espadas como protagonistas. O acordo acima referido rompia com essa construção de anos, já que se tornou convencional a queima das espadas durante todo o trajeto que se dava do CEAT à praça principal do município.

A pressa em controlar o espaço urbano, por parte do Ministério Público, foi lembrada pelo policial Alex. O militar afirmou que nem mesmo a Polícia estava preparada para o ato que proibiu espadeiros e espadeiras de tocar espadas no São João. A súbita manifestação da promotoria do Ministério Público, em pegar de surpresa os populares que já tinham prontas suas espadas, evidencia ausência de diálogos entre as forças do controle social. Ele, respondendo a algumas de nossas perguntas sobre as estratégias montadas pelos promotores em articulação com policiais militares para combater a Guerra de Espadas, disse:

Bom, eu não participei. Eu estava aqui no primeiro ano em que houve a proibição e soube da decisão do promotor de proibir as espadas aqui. Não sei qual foi a motivação, mas foi subitamente, no sentido, assim, de próximo do acontecimento do evento, da festa popular que seria o São João. Então, já bem próximo houve a proibição. Eu entendo que, provavelmente, muita gente já tinha fabricado esses fogos de artifício, esses artefatos. E, por isso, mesmo com a proibição, houve a queima. Houve a resistência da população que pratica, que participa da queima da espada. Então, mesmo com a proibição, alguns bairros, a exemplo do bairro dos Poções, os principais bairros que fizeram a resistência, eu participei do combate, da tentativa de inibir, porém a população é muito maior do que o policiamento que havia no momento, né, no período da proibição. Então, tinha resistência aqui nos Poções, rua da Estação, Estrada de Ferro, nos lugares em que tinham a incidência maior foi onde houve mais resistência. Nos anos seguintes também. A resistência continuou. As pessoas continuaram a fabricar escondido, na zona rural, porque o fabrico era nos quintais das casas, em suas próprias casas ou galpões. Mas com a proibição uma boa maioria passou a fabricar na zona rural em locais mais ermos, né, em locais mais escondidos pra evitar a apreensão, pra proteger. E no período do São João eles aparecem com os materiais e faz a queima dos fogos. E a polícia fica, assim, tentando entre a questão judicial, a questão cultural e a questão da polícia. Porque, eu lembro muito bem, não citando nomes também, mas alguns gestores, prefeitos apoiavam, faziam discurso de apoio à queima de fogos. Então, isso deu força à resistência, eu estou assim nomeando a resistência que são aqueles que insistem na prática e,

após a proibição, passa a ser delituosa, né, pode haver prisão em flagrante por tá cometendo ali um delito, um crime (Alex, entrevista, 10 set. 2021).

Jânio Roque Castro (2012, p. 248) elucidou sobre outra função que cabia ao Casamento do CEAT: o teste das espadas. Sabe-se que os dias em que antecedia a Guerra de Espadas – 23 e 24 de junho – eram cruciais para essas avaliações e, assim, ajuizar a potência: “O objetivo inicial desse evento era testar a qualidade e o poder de fogo e de deslocamento das espadas, preparando-se para a apoteose nos dias 23 e 24 de junho”. O programa promovia a sociabilidade de espadeiros/espadeiras e suas espadas. A atenção, observação, ponderação e análise eram indelévels. Constituíam a linha que garantiria espadas boas para os próximos dias ou espadas ruins, aquelas que explodiriam ou sairiam “mijonas”. Aqui reside a problemática que estimulou a quebra dos acordos entre espadeiros, espadadeiras e policiais militares: “O Casamento do CEAT significa, para os foliões apreciadores das espadas, o mesmo que os antigos gritos de carnavais, o anúncio de aproximação de uma determinada festa e a divulgação desse evento” (Castro, 2012, p. 249).

O Casamento do CEAT não impregnava a vida das pessoas exclusivamente pelos sentidos e valores de manutenção da tradição cultural da Guerra de Espadas. Capitulava-se ali entre o corpo múltiplo de espadeiros e espadadeiras a apropriação espacial da rota. Foi a rachadura naquele acordo que provocou desavenças com a polícia. Em nossas pesquisas, encontramos um interessante boletim de ocorrência produzido dias após à realização do Casamento do CEAT. Naquele fatídico ano, ainda permitida na cidade a Guerra de Espadas, policiais apreenderam espadas e outros materiais para sua produção:

O policial acima qualificado compareceu nesta unidade policial fazendo a apresentação de aproximadamente vinte quilos de pólvora em um tonel e quinze de limalha de ferro em um tambor médio, cento e trinta e uma unidades de bambu e cinco espadas em um saco. Todo o material encontrado na residência de uma pessoa de nome Jairo AS, conhecido como [...] residente na rua VL1 S/N Loteamento Miradouro. Nesta é o registro (B.O. 1282010001131, 2010).

Se o primeiro argumento remete ao campo estrutural, o segundo despacha sobre o acontecimento. Entretanto, o acontecimento não se deu em isolamento, como mostraremos: “Se existe um culpado pelo fim, eu diria que o culpado poderia ter sido eu. Quando eu aqui cheguei [em 2010] procurei mexer naquela situação para evitar que continuasse daquela maneira” (Menezes, entrevista, 2013 apud Cezarinho, 2018, p. 69)<sup>81</sup>. O discurso de efeito foi operado

---

<sup>81</sup> Lamentavelmente, a entrevista desapareceu do site. Por esse motivo que optamos em trazer o trecho por meio da dissertação já citada nesta tese. A efemeridade, instantaneidade e instabilidade das fontes digitais são questões que ganharam relevância entre historiadoras e historiadores (não apenas por esse

pelo recém-chegado promotor do Ministério Público, Christian Menezes, ao município cruzalmeno.

A espada atende a múltiplos sentidos. Um deles está imbricado à resolução de divergências que se entrelaçam ao período junino. Defende-se aqui que animosidades aparentes da vida cotidiana podem ganhar novos tons dentro dessa brecha que é o São João. Festejar não é um mero divertir-se encharcado de bebidas e flertes alucinantes. “A festa é feita de devires [...]” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 148). Festejar é, e costuma ser, oportunidade de revisitar antigos ou recentes desafetos.

Era 24 de junho de 2010 quando o investigador de polícia Renato A adentrou a delegacia circunscricional de Cruz das Almas/BA para comunicar um fato ocorrido em sua residência e que envolvia sua vizinhança. No dia 21, acordado pelo susto da espada que atingira o muro residencial, por volta de 23h30min, no Bairro Ana Lúcia, ele foi até a rua para tomar partido do que estava acontecendo. Depois de arguir alguns moradores, que tarde da noite faziam-se presentes nas portas de suas respectivas residências, “estes lhe informaram que não sabiam e que tinha sido dois homens que estavam em uma motocicleta e que jogaram do lado contrário ao que eles estavam” (B.O. 1282010001191, 2010). Não conformado e ao perceber que havia vizinhos do outro lado da rua, o policial movimentou-se até lá para cruzar informações e soube que a espada “tinha vindo da direção onde estavam os primeiros vizinhos indagados” (B.O. 1282010001191, 2010).

Desconfiado e nada satisfeito com as versões que os residentes da rua deram sobre a história, o policial decidiu ficar de tocaia dentro de sua casa e esperar novas ações. Foi exatamente o que aconteceu. As altercações continuaram na madrugada do dia 23. Novas duas espadas foram lançadas, “sendo visto pelo policial que quem arremessou ficou escondido no matagal do lado direito de sua casa” (B.O. 1282010001191, 2010). O problema aparente é o de que as espadas foram jogadas “desta vez dentro da garagem da casa do policial causando danos nas paredes, no portão, telhado e piso”. Ora, tudo indica que o policial estava no centro das desavenças, isto é, ele era o motivo. Conforme uma vizinha, “foram os vizinhos do lado que estavam com raiva do policial que jogaram as espadas na garagem da casa e evadiram [...] foram dois homens sendo um gordo e de pele escura e outro alto” (B.O. 1282010001191, 2010). O policial afirmou no boletim que, ao sair de casa, viu marcas de frenagem e manobra abrupta de um carro. Encontrou, ainda, um pé de sandália perdida nas adjacências<sup>82</sup>.

A situação leva a interpretar que a espada fora devidamente apropriada para responder a possíveis limitações impostas pelo policial que se refletia no cotidiano daquelas pessoas ou em discordâncias passadas com relação à queima das espadas. As espadas de fogo, por proporcionar sensações de poder àqueles e àquelas que as manuseiam, forneceriam a oportunidade para reajustar as tensões e as relações de força entre esses sujeitos que, no dia a

---

grupo de profissionais) nos últimos anos (Cezarinho, 2018; Lucchesi, 2015; Oliveira, 2014; Tomasi, 2013). O retorno a determinado conteúdo pode se tornar impossível. Basta que um gerenciador de específico site ou uma usuária assídua das plataformas digitais deseje deletar uma memória de sua rede. Com isso, a fonte em potencial deixa de existir, pelo menos no campo do visível.

<sup>82</sup> O caso revela certo arranjo por parte dos agentes que o formalizaram. Ainda no primeiro capítulo desta tese, apresentamos a mesma situação. Entretanto, não indicamos que esse acontecimento fora registrado duas vezes pela mesma vítima. Outro documento já tinha sido feito pelo policial no dia 23. Algumas pequenas diferenças são perceptíveis com o conteúdo do segundo registro, o que está em análise no texto, e pode ser interpretado como justificativa do seu retorno à delegacia. No outro registro, a vítima sugere o nome da pessoa que pudesse ter cometido a ação.

dia, estão à mercê dos simbólico e legal constrangimentos perpetrados pelos policiais. Basta lembrar que o abuso do poder é recorrente entre esse grupo profissional.

Abusos ou excessos apareceram nas palavras do bombeiro militar/espadeiro Vando quando de uma desproporcional atuação de policiais militares na coibição da Guerra de Espadas. O seu aborrecimento é justificado da seguinte maneira:

A gente vê muitas ações, aí, ilegais. Esse ano eu presenciei uma muito complicada, né, infelizmente. Eu não culpo os policiais como um todo, porque a gente sabe que eles têm as suas obrigações, eu tenho as minhas obrigações, entendeu, Filipe? Foi uma situação meio assim. Acho que esse ano a ação aqui foi complicada, né? Tem muito a questão dos excessos. Excessos vai existir de ambas as partes, do lado civil, que muitas vezes o policial não fez nada, mas vai dizer que o policial bateu, fez isso e aconteceu; como também, às vezes, tem o cara que chega ali, às vezes, por causa da adrenalina, o cara mesmo que não é daqui, às vezes ele tá até com medo, né, da espada, porque a pessoa que não é dela sente medo. Então, o cara também tá com aquela questão do medo, ele tá na defensiva, mas a gente vê algumas ações como situações de ver a polícia chegar em casas, assim, com a pessoa de 80 e poucos anos de cama, a pessoa que não, não, quase vegetando, e a polícia chegar jogando gás lacrimogêneo. Então, assim, você tem pessoas idosas na casa e como eu vou lidar com isso? Como é que a polícia, ela vai achar legal sair jogando, em ruas que [...] quem está dentro das casas, sair jogando em ruas. Eu tô em uma manifestação em rua, em praça pública, é comum. Mas chegar numa rua estreita, que muitas vezes é só pra afastar a população, eu vou sair jogando gás lacrimogêneo? (Vando, entrevista, 31 ago. 2021).

Portanto, não descartaremos a hipótese de que o policial Renato A pudesse ter sofrido retaliações de seus vizinhos por alguma inadaptabilidade com relação ao fluxo da queima de espadas em sua rua. Porém, o argumento que sustentamos sobre esses conflitos está focado na concessão da instituição social Guerra de Espadas à resistência. É a defesa de uma economia moral espadeira revestida pelo costume que confere a esses homens e mulheres a legitimidade para o confronto. Ou seja, não é o desafio pelo desafio. Lidamos com padrões de uso das ruas que foram sendo enraizados e naturalizados pelos populares quando dos festejos juninos e que, agora, passavam por constrangimentos. Esse cuidado que estamos tendo em utilizar o termo formulado por Thompson (1998, p. 257) faz parte de suas observações: “Se estendido a outros contextos, o termo deve ser redefinido para não haver perda de foco”.

As desafiadoras provocações feitas por Evandro MS aos policiais militares podem ser interpretadas dentro desse prisma conceitual. Retirar de suas falas os sentidos e significados históricos construídos comunitariamente seria como desconsiderar toda a legitimidade que essas pessoas acusam ter sobre os espaços da cidade. Reclamam pelo direito costumeiro de tocar as espadas sem a sufocante presença do controle estabelecido pelo policiamento das ruas.

A guarnição da polícia militar composta pelos [...], apresenta a pessoa de Evandro MS pelo o fato de o mesmo estar insuflando a população a queimar espadas no momento em que a guarnição tentava controlar uma situação de tumulto na Rua Ruy Barbosa, quando o referido elemento proferiu palavras desrespeitosas, desacatando a guarnição. Posteriormente, o mesmo foi conduzido para esta unidade que no momento da apresentação ao ser indagado pelo delegado, Antônio SC, em que, fazia-se presente no momento da

condução, pois que, este desacatou também a autoridade competente. É o registro (B.O. 1282013001783, 2013).

Podemos ver que as formas de questionar as forças policiais são diversas. Variam e dependem das circunstâncias. Admitem o manejo das espadas de fogo como recurso, considerando o seu poder de dissuasão, principalmente quando da participação da coletividade. Por outro lado, também podem abrir-se para o campo do discurso. O crime de desacato presente no Código Penal, em seu artigo 331, é definido como “desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela” (Código Penal, 2017, p. 124). Qualquer desentendimento entre o público e policiais militares, costumeiramente, pode ser interpretado por esses últimos como crime de desacato. Nos boletins de ocorrência que encontramos essa classificação, pouco se registraram sobre o que fora dito por espadeiros ou espadeiras nos momentos de tensão. Não temos como balizar, visto que a definição contida na lei é dilatada. Todavia, podemos perceber que a tonalidade na emissão das palavras influencia a tomada de decisão, definindo ser ou não desacato.

O ocorrido com Antônio MCS, cruzalmeno, 33 anos de idade, 2º grau completo, pardo e sem profissão (registrado como outras), serve como exemplo. O possível espadeiro envolvido reclamou com os policiais militares, em tom aparentemente alterado, conforme versão impressa no documento, sobre o vai e vem dos camburões da Polícia que estavam colocando em risco as pessoas que brincavam de tocar espadas na praça João XXIII, em plena tarde do dia 24 de junho de 2014. Como observado na fonte, a tonalidade abriu caminho para o desenfrear dos atos:

Na data, hora e local acima citado o Cap. PM [...] e seus comandados faziam rondas em razão de algumas pessoas estarem “soltando espadas”, quando o conduzido passou a arguir em tom desrespeitoso que a ação desenvolvida pela polícia militar estaria pondo em risco a integridade física das pessoas ali presentes. Diante do exposto, foi determinada pelo condutor a realização de busca pessoal, contudo, o conduzido negou-se a ser abordado, o que obrigou o uso da força para realização de tal intento. Após receber voz de prisão, novamente o conduzido ofereceu resistência, sendo necessário a utilização de técnicas de imobilização, gás de pimenta e algemas e após isto o conduziu até esta delegacia para as medidas cabíveis (B.O. 1282014001851, 2014).

A crítica operada por Antônio MCS deu vazão aos impulsos de violência dos policiais. O que parece ter levado ao desencadeamento da coisa foi, realmente, a arranhadura que a fala causara à autoridade dos militares. Os questionamentos feitos por um homem comum, direcionados à forma com a qual os operadores da lei conduziam o seu trabalho, deram o incentivo que faltava para o emprego da força. Não aparece o que disse o descontente Antônio MCS, mas supomos que a sua “ousadia” e, depois, a sua tentativa em defender-se movimentaram as engrenagens do conflito mais do que a própria perseguição às espadas. Tanto fora que o histórico leva a lembrar que a viatura já havia passado diversas vezes naquela região, como se os policiais quisessem demonstrar trabalho.

O pouco diálogo entre as partes deveu-se mais à tentativa de Antônio MCS em corrigir aspectos da atuação policial ou da vontade intestina de resolver os problemas pelo uso da violência? Mesmo sabendo que, tradicionalmente, o recurso à violência como método para manutenção da ordem seja o mais utilizado por policiais, acreditamos na existência dos elementos individuais, das leituras que cada operador realiza do contexto, das pessoas envolvidas do outro lado e do grau de periculosidade. Todos esses fatores contribuem e definem a ação. O policial Alex, mais uma vez, pode contribuir nesse sentido. Conforme indicam os

seus relatos, a formação militar é um fator-chave, mas sem negar a proeminência do que ele chamou de “personalidade”. Acrescenta a tudo isso as divergências entre hierarquias, os que mandam e os que obedecem às determinações, o que ele chamou de “constrangimentos”, um eufemismo para evitar palavras mais agressivas no relacionamento entre os pares:

Por exemplo, há colegas que às vezes são mais duros na ação. A gente tem uma forma de trabalhar, tipo, é meio comprometedor [o entrevistado fica sem jeito de relatar a situação]. Mas assim: às vezes, a pessoa opta pelo diálogo, né, e outros optam mais pelo tratamento mais rígido, mais duro, não é? E a teoria diz que a gente usa a força necessária e progressiva. Primeiro, o diálogo; depois, se houver resistência, vai usando a força proporcional e progressiva. Então, eu costumo seguir essa linha. Mas, assim: às vezes há, por questões de estresse, por questões de... n questões que eu não posso definir o porquê. Mas alguns são mais pra frente, mais enérgicos. Às vezes, a gente acaba discordando nesse ponto e aí pode haver o constrangimento. Acatar ou não o seu posicionamento, entendeu? Eu não quero aqui colocar situações pra não comprometer nem a mim, nem a terceiros [inaudível]. Dos episódios. Mas, assim: que há constrangimento, de certa forma, alguns superiores que, às vezes, é um pouco duro na forma de tratar, isso vem do militarismo; ou por questão de personalidade mesmo, né, ser um pouco duro, ordens arbitrárias, essas coisas, podem acontecer (Alex, entrevista, 10 set. 2021).

As ponderações e os termos empregados pelo policial Alex denunciam o corporativismo recorrente entre esses profissionais que também pode interferir na constituição dos boletins de ocorrência. A versão de que temos acesso é a dos policiais. Os julgamentos feitos por Antônio MCS poderiam ser, somente, tentativas de melhor sugerir um comportamento ostensivo menos danoso. Nossas hipóteses ganham densidade quando lemos mais um caso que aconteceu no mesmo ano, dia, horário (ambos 15h30min), rua e que envolveu a mesma guarnição. Por sorte, conseguimos encontrar o registro que acabou conduzindo Jeferson AN por estar filmando o desempenho dos policiais militares na ocasião em que, supomos, se debatiam com Antônio MCS:

Sob o comando do Capitão [...], foi apresentado pelo SD/PM [...] a pessoa Jeferson AN, que estava filmando a ação dos policiais no momento da queima de espadas, que ao ser abordado, proferiu contra o efetivo palavras de baixo calão, ofensivas ao trabalho da polícia militar, e ofereceu resistência. Este é o registro (B.O. 1282014001850, 2014).

Jeferson AN, pardo, 2º grau completo e funcionário público estadual, filmava a provável truculência da polícia militar e foi constrangido por isso. O modo de operar dos policiais é idêntico ao anterior. Alega-se desacato no documento e, diante disso, são abertas as portas da repressão e legitimação do uso da violência. Possivelmente, os policiais envolvidos – cabe frisar que havia um capitão entre eles – sentiram-se ameaçados ao perceberem que câmeras estavam sendo apontadas em direção aos seus corpos em atuação. Bom, mas não achemos que as coisas findaram por aí. Esse dia parece ter sido frenético, cheio de aventuras e de muito trabalho para os policiais. As apreensões feitas não cessaram – o que leva a intuirmos algo maior.

A interpretação isolada dos boletins de ocorrência gera uma visão espasmódica da realidade, sem causa aparente. Os acontecimentos que marcaram as vidas de Antônio MCS e Jeferson AN fazem parte de um todo complexo que não se limita ao individual. Como descobrimos na leitura da documentação, a trama em que esses personagens se envolveram fora

oficializada separadamente. Nesse caso, teríamos tramas. Contudo, ao colocarmos lado a lado cada registro encontrado, percebemos a ação de uma comunidade resistindo aos lanços repressivos e disciplinares das forças policiais. O que poderia ser lido como coincidência é, na verdade, a expressão reivindicada coletivamente de um direito tradicional que remete ao uso das ruas como palco de realização da Guerra de Espadas. Por esse e outros motivos que o soldado da polícia militar, Emanuel LAF, apareceu como vítima por ter sido atingido por uma espada na mesma fração de tempo em que Antônio MCS e Jeferson NA se achavam:

Alega o comunicante SD/PM Emanuel, que estava em operação na praça João XXIII por conta da queima de espadas, tentando afastar a população, quando foi atingido por um artefato de bambu jogado, utilizado na fabricação de espadas, jogado por desconhecidos, atingindo sua perna esquerda, abaixo do joelho. Nada mais (B.O. 1282014001854, 2014).

Os conflitos entre espadeiros, espadeiras e policiais na praça João XXIII, em 2014, informam sobre agência dos indivíduos, mas, impreterivelmente, sobre momentos de rebeldia coletiva, sublevação dos descontentamentos, vontade de ter de volta o seu espaço. A espadeira Lia lembra sobre os anos iniciais da proibição das espadas. O questionamento popular às ordens do Ministério Público e às iniciativas policiais eram contrapostas com a produção de espadas mais potentes e com o enfretamento cara a cara pelas ruas:

Existe a resistência. A resistência está aí. Esses meninos que resistem, ainda que de maneira equivocada, sabe, não é o que a gente quer, as espadas estão violentas e tal. Sabe, a banalização, o enfretamento, a provocação às autoridades não é o que a gente quer. Mas essa galera é a galera da resistência. É a que mantém a chama acesa. Então pense. Começou assim: dois ou três, alguns poucos continuaram resistindo. Aconteciam as prisões e a partir daí, com os anos, foi aumentando. As pessoas iam presas e as pessoas que aderem foi aumentando. Pessoal tá nem aí. A polícia vem, corre, e por conta dessa multidão a polícia tem dificuldade também. Esse clima é involuntário, não é nada organizado, não é nada, sabe? É involuntário. Que se cria uma barreira em torno dos espadeiros, uma barreira de proteção. Porque quando a barreira, essa multidão, pra polícia chegar e tal, dá muito trabalho. E eles têm que lembrar, também, que tem os civis ali que não estão tocando, que não têm nada a ver com a coisa, mas tão olhando, tão olhando. Eles têm que se atentar para não machucar esse pessoal. Isso nos dá tempo (Lia, entrevista, 10 set. 2021).

Da fala de Lia podemos retirar duas ideias importantes. A primeira acaba retomando as diferenças existentes entre espadeiros e espadeiras. São participantes da mesma instituição social, a Guerra de Espadas, mas que não são iguais. Falamos sobre isso quando refletimos, em linhas precedentes, sobre a cor e a classe dessas pessoas. Está na forma de resistir, para Lia, o terceiro traço de distinção. Seus pensamentos vivificam uma resistência, que não é a dela, desorganizada, apta para o contato *vis a vis* e nada submissa. Não que queiramos discordar da espadeira Lia, mas acreditar que os ajuntamentos de populares carecem de racionalidade, e prévio diagnóstico da realidade em que estão inseridos é algo difícil de conceber. A força advém da turba. Dentro dela os indivíduos são embaralhados, tumultuados. Não foi à toa que os policiais militares não encontraram a pessoa que jogara a espada contra o policial Emanuel

LAF. O que os boletins de ocorrência tentam fazer é, exatamente, diluir essa forma de organização autêntica, nomeando pessoa por pessoa e afastando-as do conjunto.

A segunda ideia se ancora na instituição social. Pensada assim, a Guerra de Espadas projeta em seu corpo humano, espadeiras e espadeiros, alguma coisa similar ao que a Polícia faz em seus operadores. Como se veem enquanto militares e, conseqüentemente, não iguais aos civis, a Guerra de Espadas faz emergir o espadeiro e a espadeira que também não se igualam aos civis. Disse, no final de seu relato: “E eles têm que lembrar, também, que têm os civis ali que não estão tocando, que não têm nada a ver com a coisa, mas tão olhando, tão olhando” (Lia, entrevista, 10 set. 2021). Se policiais agem em defesa de uma instituição, espadeiros e espadeiras fazem o mesmo. Se destacam por isso. Se tornam diferentes. Fazem parte, conforme pensam e legitimam, de uma comunidade espadeira. Comunidade que, quando necessário, não pensa duas vezes em enfrentar as forças coibidoras de sua manifestação.

O caso que trazemos para encerrar o capítulo amplia os sentidos atribuídos ao poder coletivo da resistência na Guerra de Espadas. Para completar, ainda traz à baila a participação feminina que tanto tem sido negligenciada pela historiografia da Guerra de Espadas e pelas fontes, como discutimos atrás. A colisão causada do encontro com a polícia vivifica a proposição de que espadeiros e espadeiras não foram impassíveis com o ato da criminalização, mas que suas reações variavam de lugar para lugar, de contexto para contexto.

Vejamos o que foi dito pelo policial quando da comunicação do fato:

Compareceu nesta unidade policial o SD/PM [...] alegando que no momento em que a guarnição abordou um elemento que estava queimando espada no local acima mencionado, a população partiu para cima da guarnição, subindo na carroceria, pulando e tentando quebrar o giroflex VTR, quando os policiais que tinham como comandante o Sgt/PM [...], em que, um dos seus comandados, o soldado [...] que foi agredido com um tombo pelas costas por um dos populares, sendo obrigado a fazer três disparos para cima, que neste momento um populares [*sic*] tentou tomar a sua arma, sub-metralhadora [*sic*] Taurus MT 40 G2 N° série 03303, puxando pelo cano, havendo um disparo acidental para o chão, no qual, os estilhaços atingiram as pessoas de Gerson JC na panturrilha direita, portador do RG [...], de raspão na perna direita de Tainan CM portadora do RG [...], o pé direito de Deplon MV, portador do RG [...], o pé esquerdo de Pedro ASJ, portador do RG [...], e o braço direito de Antônio AFA. É o registro (B.O. 1282013001782, 2013).

O episódio foi registrado pelo policial que se assustou devido ao tombo recebido por parte de um dos populares presentes na confusão. A problemática tende a apontar que os policiais passaram por maus bocados. A incisiva reação dos espadeiros e das espadeiras projetou uma sequência de acontecimentos que escaparam sobremaneira do controle da guarnição e que, por outro lado, caracterizava o objetivo capital da turba: a tomada das armas dos policiais militares. O disparo efetuado para o chão nos leva a visualizar uma fotografia onde muitas mãos contorciam-se insistentemente e perigosamente para tomar a frente da situação. Como resultado, estilhaços de bala acertaram, aleatoriamente, algumas pessoas que integravam o conflito.

Fica demonstrado nesse documento que as ideias de serem criminosos e de estarem praticando um crime não foram bem absorvidas por espadeiros e espadeiras. Subiam ao palco das ruas os significados, os valores mantidos por aquelas pessoas e que foram construídos por gerações passadas. Enfrentar as forças policiais, incitadas desde 2011 pelo Ministério Público local, sugere algo mais profundo do que o simples desejo de manifestar discordância da lei.

Assume, na verdade, a postura de que a rua é o território do povo, sendo o povo o seu real protagonista.

Toda essa história contada até aqui serviu para abrir novos caminhos. É a hora de conhecermos e desbravarmos outros horizontes, dinâmicas muitas vezes ocultas às letras impressas nos boletins de ocorrência, mas que existem e podem ser acessadas por outros meios. Sairemos dos confrontos para as articulações entre policiais, espadeiros e espadeiras. Com isso, gostaríamos de tornar a realidade desses agentes históricos ainda mais difícil de ser contada. Portanto, é um esforço de pesquisa, assim como o modo de olhar o objeto e as fontes.

#### 4 NEGOCIANDO O (I)NEGOCIÁVEL: POLICIAIS/ESPADEIROS, ESPADEIROS E ESPADEIRAS VIVENCIANDO A GUERRA DE ESPADAS

A intenção deste último capítulo é destrinchar outras dinâmicas entre espadeiros, espadeiras e policiais militares que não necessariamente estão voltadas à repressão. Busca-se entender como esses atores e atrizes sociais, em certas circunstâncias, criam estratégias para a manutenção da Guerra de Espadas e, quando possível, se articulam em prol disso. Nesse caso, podemos conceber o desenvolvimento desta narrativa como um avanço ao capítulo anterior que versou, principalmente, pelo viés do controle social. Cabe informar que a presente abordagem foi bastante influenciada pela perspectiva do historiador Marcos Luiz Bretas (1997), que destacou o relacionamento entre público e policiais a partir de seus estudos com o caso do Rio de Janeiro, do século XIX e início do XX. Não significa dizer que se trata aqui de um simulacro. Está na forma de olhar para o objeto a principal influência; considerar o cotidiano como dimensão capaz de misturar regras, normas e condutas, assim, abrindo leituras nem sempre óbvias.

O cotidiano embaralha regulamentos, amplia as margens de atuação dos sujeitos, (des)estabiliza práticas, aproxima e afasta pessoas. Se adicionarmos um olhar diacrônico ao cotidiano, as coisas se complicam ainda mais. A grande problemática do capítulo é: se a Guerra de Espadas é uma instituição social possuidora de valores, regras, normas e enraizada historicamente na cidade de Cruz das Almas, de que maneira esses esquemas culturais, os projetos individuais e as vivências cotidianas afetam as ações policiais – que operam no mesmo tempo/espaço – no relacionamento com espadeiros e espadeiras?

Essa é a questão dominante de todo o capítulo. Tal provocação começou a ser delineada ainda no período em que desenvolvíamos a pesquisa de mestrado. Nas conclusões daquela dissertação trazíamos à tona a interação policiais/espadeiros/espadeiras como uma abordagem profícua e, naquele momento, inédita para o objeto de estudo. Deveu-se, claramente, pela percepção de que muitos policiais que residiam (ou não) na cidade apareciam como citados nos relatos orais de espadeiros e espadeiras. Não como insistentes operadores da lei e da ordem, mas como membros participantes ocultos da Guerra de Espadas. Desde então, identificamos um alinhamento da realidade com as contribuições historiográficas encabeçadas pelo historiador Marcos Bretas (1997, p. 14): “Os historiadores, usando o conceito de controle social, salientaram que a polícia ocupou um certo lugar na estrutura social e agiu de acordo com as expectativas, impondo os valores sociais dominantes, quer pela persuasão, quer pela força”.

Para abordar o tema, utilizamos as fontes orais – entrevistas com policiais militares, espadeiros e espadeiras – e documentos oficiais que apresentam de modo formal uma articulação entre esses indivíduos protagonistas. Os jornais também se exibem como fontes para esse tipo de abordagem, como bem demonstrou Cláudia Mauch (2004, p. 30), por serem veículos de informação que se inserem no íntimo da população. Tratando especificamente da cidade de Porto Alegre/RS, a autora revelou um complexo de desordens e imoralidades que envolviam policiais, mesmo quando, “na década de 1890, a polícia é a instituição privilegiada para a observação dos *projetos e práticas* de ordenação e moralização do espaço público”. À Polícia, as tarefas de disciplinar e reprimir qualquer tipo de ociosidade. Todavia, as queixas cotidianas dos jornais locais ultrapassavam essas expectativas.

É dentro desse quadro historiográfico que este capítulo está inserido. Dividido em duas partes, a primeira engendra as articulações e negociações cotidianas entre espadeiros,

espadeiras e policiais que acabam sendo identificadas no momento de deflagração da Guerra de Espadas. Em palavras simples, a vivência em um mesmo tempo/espço permite que vínculos sejam estabelecidos, que modos de resolução de problemas sejam criados e recriados, que afetos e amizades sejam construídos. A segunda parte envereda por articulações formais, de caráter recente, que sugerem a hipótese de que a criminalização não se consolidou e, por tal, novas agitações parecem estar próximas.

#### **4.1 Nas frestas das normas, no coração do cotidiano: participação oculta**

Iniciaremos a seção com uma fonte que garante o seu valor exatamente por ter sido a única encontrada dentre todos os 76 boletins de ocorrência concatenados para a produção desta tese. A sua exclusividade pode ser esclarecedora de uma cultura policial que se mantém e que se refere a um corporativismo quando a questão está voltada à blindagem do policial desviante. Por outro lado, como tentaremos explicitar, a participação de policiais, em diversas esferas da Guerra de Espadas, é evidente.

O caso de Denilson SJ, acontecido em 22 de junho de 2013, no Bairro Suzana, demonstra a presença de policiais na Guerra de Espadas. Não equivalente a uma mera participação repressiva, mas enquanto partícipes que compartilham de códigos e valores culturais múltiplos que podem impulsionar suas ações a depender do momento. Seguir pelo caminho das *circunstâncias de poder* parece ser o modo mais apropriado de lidar com esse tipo de problemática, evitando abordagens que criem bifurcações ou respostas decisivas em que, por exemplo, no choque entre essas instituições sociais (a Polícia e a Guerra de Espadas), os agentes do Estado estariam, no final das contas, mais comprometidos com o viés policial. Tomar essa rota seria como conceber que os padrões culturais da Guerra de Espadas pouco influenciariam quando comparados com os padrões da instituição Polícia. Em certas situações, os espadeiros são policiais e as decisões tomadas serão imprevisíveis.

O caso abaixo é representativo:

Alega o comunicante que se deslocava para casa, quando um policial militar em frente a uma residência, e logo em seguida um artefato junino que foi tocado por alguém que estava próximo ao policial quase atingiu a esposa do comunicante. Que o comunicante não gostou das atitudes, chamando a atenção e logo depois o policial militar foi até a residência do comunicante abrindo o portão e com uma arma de fogo em punho lhe ameaçou apontando a arma em direção à sua cabeça, dizendo se o comunicante retornasse à sua residência ia dar um tiro na cara do comunicante. Que foi chamada uma viatura da polícia militar sob o comando do SD/PM [...], que tomou a arma de fogo e conduziu o policial para a 27ª CIPM, juntamente com o seu veículo. Que o declarante não sabe declinar o nome do policial em questão. É o registro (B.O. 1282013001772, 22 jun. 2013).

A cultura policial pode ser reconhecida por meio da não identificação do policial que ameaçou a vítima de morte, “com um tiro na cara”, como registrado em boletim de ocorrência. A dissimulação e a desconfiança, bem apontado por Marcos Luiz Bretas e Paula Poncioni (1999), são condições geradoras de ocultação de informações. Apesar desses autores se remeterem à polícia civil carioca, parece factível a sua aproximação com o caso acima retratado. A não anúncio da identidade do transgressor é a evidência da existência de uma distinção já muito estudada pela historiografia da Polícia: a diferença entre militar e civil. Esse corte gera um tipo de blindagem que leva a proteger seus agentes das críticas externas.

Com farda ou sem farda, essa informação não consta no documento oficial, foi um militar que cometeu a ação criminosa. Por tal, e mantendo a distinção de praticamente todos os casos de civis envolvidos com as espadas, não é notada, a não ser na descrição do fato, a seção do boletim de ocorrência “Outros Envolvidos” que informaria explicitamente sobre como a polícia civil tipificou a atitude do policial. Com isso, a omissão desse dispositivo no registro inviabilizou a identificação do agente. Vale dizer que o ano do acontecimento foi 2013, estando a Guerra de Espadas proibida naquela conjuntura.

Faz-se necessária a observação de que, historicamente, a relação da Guerra de Espadas com a Polícia nem sempre se deu por meio da pura repressão. Um recorte de jornal que encontramos na Biblioteca Municipal Carmelito Barbosa Alves, em Cruz das Almas, indica que, em períodos anteriores à criminalização da prática, havia tons de permissibilidade do festejo, mesmo por parte de policiais civis, como indicado na fonte a seguir:

O delegado Romualdo Sales, residente em Cruz das Almas há mais de 32 anos, abordado sobre a “Batalha de Espadas”, disse que não restam dúvidas que se proibir a queima de espadas acaba o São João. É claro que existe muita gente contra, mas 80 por cento está a favor da realização da Batalha. “Eu particularmente nada tenho contra, porém acho que a coisa deve ser organizada. Graças a Deus funcionou o bom senso por parte do prefeito em escolher a Praça Senador Temístocles. Cabe agora à Polícia dar as garantias. Como o prefeito se responsabilizou pela hospedagem de soldados do Corpo de Bombeiro e mais seis soldados para garantir a ordem na cidade, durante os festejos juninos, vamos montar o nosso esquema de segurança” (A Tarde, 19 jun. 1983).

Embora comecemos a penetrar no íntimo das relações entre policiais e espadeiros(as), lidar com essa problemática não é simples. Durante os anos em que buscávamos desenvolver a pesquisa de campo, identificamos resistências, por parte dos agentes militares, em se disporem a colaborar com a pesquisa. As várias tentativas frustradas de entrevistar policiais que participavam (antes da proibição) e continuam participando (depois da proibição) da Guerra de Espadas, ou tiveram suas produções de espadas apreendidas, sendo até mesmo presos por isso, indicam a dificuldade com o objeto de estudo. Mesmo quando conseguíamos o contato e a realização de entrevistas, havia uma dissimulação da realidade, levando o pesquisador/entrevistador, pelas condições postas, a entrar no jogo. A história oral também é feita em disfarces. Queremos dizer que, mesmo quando víamos a presença física desses agentes na Guerra de Espadas ao longo desses últimos anos, os relatos dos entrevistados buscavam encobrir as ações, fossem as deles ou as dos outros colegas – uma estratégia de proteção e de, sobretudo, manutenção de uma ideia de respeito às regras e às leis frente a um civil.

Contudo, muito se obteve. As entrevistas com espadeiros, espadeiras, policiais e policiais/espadeiros permitiram reconstituir um cenário amplo de interação entre todos esses sujeitos. O espadeiro Lau, quando provocado para responder sobre a presença de policiais na Guerra de Espadas, dizia que “têm vários espadeiros que são policial” e, dando seguimento, complementava afirmando: “Alguns participa; alguns não...” (Lau, entrevista, 23 dez. 2022). As poucas palavras no tocante à participação de agentes do Estado na Guerra de Espadas reflete o receio de se pronunciar sobre tema sensível, visto que em sua frente estavam um gravador (tablet) sobre a mesa e um pesquisador/entrevistador sentado no interior de sua cozinha.

Se, por um lado, as perguntas feitas ao espadeiro Lau sobre a vinculação de policiais na Guerra de Espadas eram respondidas de forma objetiva, por outro, os questionamentos sobre a

repressão eram mais valorizados por ele, sendo um caminho viável que encontramos para que ele, inconscientemente, oferecesse aberturas no discurso e alcançássemos diferentes níveis de inserção policial na prática:

Hoje em dia tá bem melhor. Mas já foi pior porque sempre que tinha o movimento de São João de rua, a polícia já vinha dando tiro, jogando bomba para dispersar a galera. Hoje em dia, eles, eu acho que entendeu que é uma tradição, *quando chega trata a gente super bem e a gente não toca espada* [grifos meus]. Respeita a polícia. E quando a polícia sai, começa a brincadeira de novo (Lau, entrevista, 23 dez. 2022).

O relato de Lau revela mudanças de atitude dentro de uma temporalidade. Evitando os devidos excessos em seu discurso, como aquele do tratamento dispensado aos espadeiros e às espadeiras que conduziria a uma relação romantizada, percebe-se um aprendizado de ambas as partes ao longo dos anos em que a Guerra de Espadas se tornara crime. Os sujeitos envolvidos parecem dispor de mecanismos outros para a resolução de seus problemas. Um acordo tácito, mas também o não questionamento do *status quo* dos agentes policiais são notórios. É como se todos já soubessem o que fazer quando a viatura policial apontasse nas esquinas das ruas com o giroflex ligado, indicando a sua presença. Esse mecanismo também funcionaria positivamente aos policiais que, ao darem sinais de sua chegada, almejavam o devido respeito por parte dos que participavam da queima das espadas.

James Scott (1990, p. 191, tradução livre) debruçou-se sobre o que ele chamou de transcrições ocultas. Dentro de seu programa intelectual, passou a desvendar as muitas formas de resistência dos grupos subalternos. Transcrições ou discursos ocultos, enquanto instrumento analítico, parecem funcionar muito bem quando submetemos à Guerra de Espadas. A engenhosa política deflagrada por essas pessoas no momento de contato com a Polícia revela o modo sofisticado de resistência palpável. Para ele, “nós podemos, a esse respeito, ver o lado social das transcrições ocultas como domínio político que se esforça para impor formas de conduta e resistência na relação com os dominantes”<sup>83</sup>. As nossas saídas pelas ruas em tempos de Guerra de Espadas e os contatos diretos com espadeiros e espadeiras ratificam a proeminência dessas resistências que se fingem submissas e passivas.

Esse tipo de engenho foi identificado em outras entrevistas realizadas. A espadeira Lia situou a existência de códigos entre espadeiros, espadeiras e policiais quando dos encontros pelas vias públicas. Obviamente, um jogo de performances que objetiva manter a prática, mas principalmente da demonstração de poder por parte das forças policiais:

Hoje com as redes sociais não precisa mais de uma esquina para a outra. A gente: “Olha, a polícia passou aqui agora e tá indo na em direção à rua tal. Tá na rua dos Poções, passou aqui agora, tá indo em direção à rua da Estrada de Ferro”. Aí, o pessoal: “Ó, já tá aqui, subindo a rua da Estação”. Aí, todo mundo já se prepara. E também é aquela coisa, né? *A galera, a polícia já vem lá debaixo com os holofotes acesos. A galera enxerga, todo mundo* [onomatopeia de silêncio] *se aquieta, espera a polícia passar pianinho* [grifos meus]. Ainda tem essa questão de, às vezes, passar um desfile, a gente fica

<sup>83</sup> [Original] We can, in this respect, view the social side of the hidden transcript as a political domain striving to enforce, against great odds, certain forms of conduct and resistance in relations with the dominant.

assistindo um desfile das viaturas. Pronto! A viatura passa e, aí, a gente dá um tempinho e depois começa tudo de novo (Lia, entrevista, 10 set. 2021).

O relato chama a atenção por vários motivos. Destacaríamos o ritual promovido pelos policiais. “Passar um desfile” pode ser facilmente traduzível pela ideia de representação do poder. Por que violência física quando modos mais inteligentes de dissuasão são exequíveis? A fila de viaturas experienciada por Lia, e por outras pessoas que se aventuram na Guerra de Espadas, tornou-se corriqueira, mas altamente produtiva. Com esse artifício ritualístico, os policiais conseguiam manobrar as críticas e imprimir duas importantes realizações. A primeira se refere à presença *in loco* que evitaria ruídos por parte da população e agentes (promotores, por exemplo) contrários à Guerra de Espadas. Nesse caso, a polícia estaria fazendo o seu trabalho ao estar presente nos cenários de atividade das espadas. A segunda tem a ver com o benefício do respeito recebido pelos espadeiros e espadeiras. O trato dado à situação proporcionaria, no limiar das circunstâncias, deferências mútuas, assim, a sensação de estar agradando a todos. Por esse motivo, acreditamos, é que o espadeiro Lau tenha se referido ao “bom tratamento” por parte dos policiais.

Ora, uma primeira avaliação é a de que nem sempre a relação entre público (espadeiros e espadeiras) e policiais se fez via violência física. André Rosemberg (2010) chamou a atenção para o cuidado com o método, ou seja, o de não naturalizar a instituição policial como puramente violenta. Para ele, em seu contexto de análise, existia uma cultura da violência oriunda de uma sociedade alimentada pela escravidão. Trabalhando com as décadas de 1870 a 1880, esse historiador propôs fazer uma história sociocultural da polícia, em São Paulo, colocando-a dentro de um cenário em que suas práticas produziram diversos arranjos, além da própria violência. A ideia, então, era a de perceber as práticas de violência como casuísticas:

[...] antes nos interessa buscar as variantes históricas que determinaram as contingências da relação da polícia com o público e do público com a polícia, dentre as quais se destacam as de apelo violento e arbitrário. Mas, de todo modo, evitaremos iniciar a análise a partir da afirmação de que a polícia era violenta e arbitrária como um dado autoexplicativo [...] (p. 368).

Modo estimulante de seguir, visto que se altera o eixo de orientação<sup>84</sup>. A Polícia e os policiais deixam de ser meros instrumentos de um projeto estatal ou de forças classistas, mesmo quando esse elemento não seja negado. O que a espadeira Lia apontou acima foi a rica engenharia de táticas e estratégias entre espadeiras, espadeiros e policiais. Alguém pode questionar que a atitude dos policiais em fazerem-se notados seria, antes, um recurso de precaução, evitação de um possível choque entre as partes que desembocaria em violência. Essa chave interpretativa também é considerada. Entretanto, queremos ir mais a fundo nessas interações, o que somente o recorte da cautela não possibilitaria.

---

<sup>84</sup> Devemos esclarecer que essa abordagem não é nova e já se consolidou no Brasil. Citamos um texto recente apenas como continuador dessa historiografia. Tal mudança de pensamento sobre os estudos é oriunda das contribuições de Edmundo Campos Coelho (2000, p. 18), ainda na década de 1970. Vejamos um pequeno trecho de sua contribuição: “Permaneço fiel à ideia de que as Forças Armadas são antes de tudo *organizações* e que vê-las por este prisma ainda é a melhor maneira de entender seu comportamento. E mais: o equívoco em que incorrem os que lhes negam interesses próprios e autonomia explica muito da conduta protagonista dos militares no passado mais recente e no longínquo”.

Novamente, a nossa colaboradora Lia oferece vestígios que endossam nossas hipóteses. Em diálogo direto, e ao ser inquerida de como tem sido realizado o processo de produção das espadas, revelou pontos significativos que exprimimos em sua integralidade:

Ah... É uma verdadeira operação de guerra. Olha, eu já lhe digo que eu já tive que ficar 14 horas de relógio sentada escovando espadas, porque as espadas estavam todas lá já prontinhas, compassadas para serem fechadas e, aí, *chegou o aviso de iria haver uma batida* [grifos meus]. Que o promotor estava indo para lá com a polícia. E, aí, o pessoal teve que pegar essa espada de tudo que era jeito, teve que levar para um lugar secreto, entendeu? E voltar a fazer tudo às vésperas do São João, em pleno 22 de junho. Com espadas de encomenda de um amigo nosso, para mandar para Senhor do Bonfim, e espadas do pessoal daqui e tal. E, aí, fazendo uma operação de guerra num esconderijo. Onde eu fiquei, duas e meia da manhã eu caí num matagal. Depois de 14 horas sentada, escovando essas espadas para poder entregar a tempo, porque com a questão da apreensão nós tivemos que tirar tudo do lugar, a organizar tudo para não ser pego pela polícia. E, aí, teve que voltar a fazer o processo todo do início de reorganizar as espadas para saber o compasso certo, tudo direitinho, para saber qual era a boca certa, né? E, aí, era cada lugar, Filipe. Hoje, por ser assim os lugares escondidos, lugares bem distantes, lugares bem fechados que ninguém tem acesso, porque não é possível mais da gente fazer, sabe? Para [não] ficar exposto, porque tem a denúncia, as apreensões. Tem que escolher um lugar onde as pessoas não escutem o barulho, por causa do socador, entendeu? Para não chamar a atenção, para não denunciar (Lia, entrevista, 10 set. 2021).

O discurso de Lia abre múltiplas mãos de compreensão da Guerra de Espadas desde que se tornou uma prática criminalizada. Uma delas, que foi tratada no segundo capítulo, condiz com a sagacidade de movimentação dos espadeiros e espadeiras em remanejar toda a produção das espadas para outro lugar, evitando o flagrante por parte das forças policiais. A outra é a que reafirma a presença de mulheres no ato de produção, contribuindo, como registrado no trecho acima, na reorganização de todo o avançar de confecção das espadas. Uma terceira confirma as transações econômicas de compra e venda das espadas para pessoas de outras cidades, o que remete à articulação entre espadeiros e espadeiras de distintas cidades. Finalmente, se destaca a mão que conecta espadeiros, espadeiras e policiais.

Conquanto o empenho de policiais em obter volumosa quantidade de espadas seja frequente durante os meses que antecedem o período junino, o relato da espadeira coloca em apreciação fecundas articulações entre espadeiros, espadeiras e policiais. Quem avisaria sobre a ação da polícia? De que modo o vazamento de informações comunga com o vínculo criado pelas partes integrantes? Pode ser essa a atitude mais comum que traz à realidade a conexão de policiais com a Guerra de Espadas. Esse laço de solidariedade faz-se pelo fato de serem integrantes de um mesmo padrão cultural. Espadeiros ou não, certos policiais parecem apresentar aderência à instituição Guerra de Espadas, seja por terem nascido na localidade ou por adquirirem com o tempo esses valores.

Ainda, no relato da espadeira Lia, é notada a participação do promotor do Ministério Público na empreitada repressiva às espadas. O trecho de sua entrevista é reforçado em um boletim de ocorrência que encontramos. Nessa circunstância, consideraremos que as condições de burla por parte dos policiais sensíveis à Guerra de Espadas diminuiriam, sendo que uma outra personalidade de poder, no caso o promotor, objetaria determinadas condutas. Isto é, há

um obstáculo na margem de atuação. Como endosso dessa suposição, encontramos uma fonte em que a regulação e o controle feito pelo promotor tenderiam a modificar a formulação dos registros formais. Analisando todos os boletins policiais, identificamos notória preocupação em caracterizar, minuciosamente, o acontecido em um deles.

Na data e hora acima citada, a Polícia Civil sob o comando do DPC Cristóvão EMO, em operação conjunta com o Ministério Público Estadual, representado pelo promotor de justiça José RN, em cumprimento a mandado de busca e apreensão, realizou diligência no sítio do Sr. Regis JBA e apreendeu 68 (sessenta e oito) artefatos incendiários conhecidos por “espadas”, estando no local a pessoa de Rafael SS, que acompanhou a busca. Em seguida, continuando a diligência, foram até a serraria de Paulo CAS, onde estava presente o seu irmão Manoel GAS, que acompanhou a busca, sendo arrecadados na referida serraria os seguintes materiais: 1 (uma) máquina artesanal para enrolar espadas, 2,70 kg de enxofre (s), 2,5 kg de limalha de ferro, 1kg de carvão, 40 (quarenta) bambus preparados para espada, 7 (sete) macetes, 1 (um) socador e 252 (duzentos e cinquenta e duas) do artefato incendiário conhecido como “espadas”. Após, seguiram para a loja de fogos Caravéa Fogos, de propriedade de José ANV, que acompanhou a busca, sendo arrecadados 120 (cento e vinte) do artefato conhecido por “espadinha” e 200 (duzentas) bombas B-50, sem a devida informação sobre a natureza, características, qualidade, quantidade e segurança do produto. Foi expedida a guia pericial N° 191/2017, para os produtos apreendidos no estabelecimento comercial de Paulo CAS; e a guia pericial N° 192/2017, para os produtos em poder de José ANV. É o registro (4ª CRPN C ALMAS-BO-17-01511, 22 jun. 2017).

Comparemos agora com outra diligência feita em cooperação por policiais militares e civis, sem a participação física do promotor, porém seguindo determinações da comarca local expressas em redação:

Policiais militares da 27ª CIPM/Cruz das Almas, com o apoio dos investigadores de polícia [...], em cumprimento de mandado de busca e apreensão expedido pela Comarca de Cruz das Almas, referente aos autos do processo N° 0000874-65.2011.805.0072, apreenderam os seguintes materiais de artefato tipo espada junina: 16 (dezesseis) dúzias de espada [*sic*], 02 (dois) pilões, 03 (três) socadores, 01 (uma) mão-de-pilão. 01 (uma) peneira para cessar barro (argila) e 01 (um) saco de barro (argila). Apreendidos às 11h30min. Na Rua Nemésio Dutra da Costa, N° 216, Bairro Banguela, tendo como responsável pelo imóvel naquele momento a Sra. Martinha FS, de 49 anos de idade, sendo testemunhas a Sra. Juscilene ES, 38 anos de idade e o Sr. Jairo PAO, 29 anos de idade. Na fazenda Lisboa foram apreendidos 117 (Cento e dezessete) dúzias de espada [*sic*], 02 (dois) pilões, 04 (quatro) sacos de pólvora, 02 (dois) socadores de ferro, meio saco de limalha de ferro, 01 (um) fardo de barbante sem cera, 03 (três) bolas de barbante manipulados com cera e 06 (seis) bolos de barbante sem cera. Tendo como responsável pelo imóvel o Sr. Paulo SD, nascido em 19/03/1943, filho de José D e Marcelina SD, natural de Cruz das Almas, sendo testemunhas a Sra. Marluce JÁ, 23 anos de idade e o Sr. Josenei SB, 47 anos de idade. Apreensão esta ocorrida às 16h desta data. O material acima referido ficou custodiado na 27ª Companhia Independente da Polícia Militar, nesta cidade, cujo termo foi assinado pelo

Comandante [da] 27ª CIPM, o MAJ PM Davi OL. É o registro (B.O. 1282011001447, 14 jun. 2011).

Na investida em que estava o promotor do Ministério Público, José RN, é identificável a utilização de mecanismos que buscavam a criminalização dos envolvidos. Olhando para a composição documental, foram atribuídos dois tipos de crime à situação, a saber: afirmação falsa ou enganosa sobre produto ou serviço<sup>85</sup> e posse de artefato exclusivo desautorizado. O desejo de construir o sujeito criminoso é real, já que nenhum outro registro policial trouxe em seu bojo duas configurações de crime. Assim, caso a situação desembocasse em processo judicial, como aconteceu em diversas oportunidades<sup>86</sup>, se teria mais um crime a prestar contas.

É preciso fazer uma constatação sobre a redação dos boletins de ocorrência que trazem como tema a Guerra de Espadas. Com exceção dos casos em que houve grandes apreensões de espadas, participação de outros poderes nas diligências (a exemplo de promotores do Ministério Público) e nas ocorrências em que policiais estivessem envolvidos como partícipes da prática, a grande maioria desses documentos não parece gozar de importância suficiente para as pessoas que os redigem. Essa percepção aproxima-se da realidade quando detectamos que 21 dos 76 boletins foram designados como ocorrências não delituosas, sendo que 17 deles partem do ano de 2011, quando a Guerra de Espadas estava criminalizada. Como no caso indicado acima, em que as operações se deram com policiais militares e civis, os fatos aparecem como não delituosos. Todos os 17 traziam em seu conteúdo alguma relação com as espadas, fossem em termos de apreensões ou flagrantes de pessoas tocando-as pelas ruas. Parece que o rigor na descrição do acontecimento e o seu posicionamento criminal se deveram à presença do promotor. Percorramos o próximo exemplo em que também a natureza do fato é caracterizada como não delituosa:

Em cumprimento do mandado de busca e apreensão expedidos nos autos do processo N° 0000874-65.2011.805.0072, foi realizada busca na residência do Sr. Nilson NP, em uma atuação conjunta da polícia civil, militar e oficiais da justiça da vara crime desta comarca, em virtude de denúncia de que no local estava havendo fabricação de artefatos tipo espada, sendo apreendido no local um pilão de madeira de aproximadamente um metro de altura e 60 kg de pólvora, e duas “mãos” de madeira. Nada mais (B.O. 1282011001456, 15 jun. 2011).

Sem o promotor, a margem de atuação parece aumentar. O que explicaria a classificação da ocorrência como não delituosa? Jamais teríamos as condições de responder a esse tipo de questão. Asseguramos, ainda, que nenhum instrumento analítico seria capaz de fornecer uma

---

<sup>85</sup> A primeira tipificação remete à Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor. Essa caracterização pode ser encontrada no Art. 66 do aparato legal que diz: “Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços: Pena – Detenção de três meses a um ano e multa”. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18078compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm). Acesso em: 12 mar. 2024.

<sup>86</sup> Não é objetivo desta tese discorrer sobre os possíveis avanços judiciais decorridos dos boletins de ocorrência. Sabemos que alguns casos prosseguiram, fazendo com que espadeiros (as) respondessem a processos-criminais. Nesse sentido, tais processos entendidos como continuidade dos acontecimentos tornam-se fontes formidáveis para o avanço dos estudos que abordam as interações entre espadeiros, espadeiras e policiais.

resposta objetiva e definitiva. Podemos, no entanto, tomando perspectivas teóricas, adentrando profundamente no contexto e utilizando evidências, sugerir uma saída como hipótese. E a saída é a que estamos demonstrando ao longo da nossa redação. A Guerra de Espadas se expande por toda a cidade cruzalmense, ganhando corpo e espaço dentro da corporação policial. Seus agentes têm vida social. Eles e elas não estão apartados da comunidade em que empregam, rotineiramente, o policiamento. São também envolvidos por ela.

Lembramos, como tratado no capítulo anterior, que o policial/espadeiros Beto tivera suas espadas apreendidas em uma certa ação policial. Malgrado acontecido, em nenhum momento citamos que ele fora encaminhado para a delegacia ou preso. Desse acontecimento podemos entender a existência da solidariedade entre os policiais, mais diretamente a cultura policial que opera na proteção desses indivíduos em situações contraditórias. O acordo, naquele momento, era o de levar os materiais e deixar o espadeiro/policial fora da situação. Não encontramos, em nossas pesquisas na delegacia de Cruz das Almas, boletins que tivessem registrado o nome do espadeiro/policial Beto. Ele perdeu os materiais devido à participação dos dois policiais que não faziam parte do contexto da Guerra de Espadas. Ora, precisava-se mostrar trabalho à sociedade, apreendendo alguma quantidade de espadas, condição que acabou fazendo com que Beto e seus colegas produtores perdessem suas produções de meses.

Porém, cabe destacar que, na sequência de nossos diálogos, o espadeiro/policial Beto revelou o seguinte ao ser perguntado sobre as estratégias entre espadeiros, espadeiras e policiais:

Eu mesmo não tenho, assim, ideia nenhuma para chegar nessa situação, entendeu? Agora, uma coisa eu lhe digo: têm vários companheiros de polícia que tocam, fazem, mas uma estratégia, assim, fundamental, é um pouco difícil, até porque, eu vou me incluir, nós mesmos ficamos com um pé atrás, entendeu? (Beto, entrevista, 13 ago. 2021).

Inocentes seríamos em pensar que o entrevistado diria abertamente como operam nas negociações e articulações quando envolvidos com a Guerra de Espadas. Se alguma coisa aprendemos com a História Oral, foi que nem sempre, ou melhor, na maioria das vezes as nossas perguntas e expectativas são frustradas com respostas esquivas e evasivas. E aqui não é o caso de negar ou julgar as expressões narrativas do depoente, mas o de ampliar os horizontes quando o assunto está atrelado à análise de relatos orais. As esquivas e as evasivas são essenciais para as interpretações e formulação de hipóteses quando do emprego dessa metodologia. Em nenhuma circunstância devemos avançar para uma entrevista em História Oral sem reconhecermos que o depoente ou a depoente pode tentar, consciente ou inconscientemente, nos envolver na história, desviar os olhares, nos fazer reformular táticas etc.

Ricardo Cavaliere (2013, p. 375) afirmou que “a fragilidade das fontes orais revela-se dramaticamente quando o historiógrafo se propõe a avaliá-las mediante critérios mais rígidos”. Conforme argumenta – e nesse ponto concordamos –, entrevistados e entrevistadas podem burlar as formalidades de uma entrevista e utilizarem-se de mentiras e fantasias. Mesmo tomando tais cuidados, seria injusto tratar como um problema de credibilidade as flutuações presentes nas fontes orais. Qual fonte pode garantir a sua credibilidade sobre o real e o verdadeiro? Diríamos que as variações existentes deixariam a História Oral ainda mais perto da realidade. É a sua complexidade e subjetividade que abrem acesso aos vestígios do real, que autorizam a utilização de métodos complementares. Uma fonte que nos dê uma resposta concreta, definitiva e absoluta do real (claro, apenas enquanto suposição) pode estar ainda mais distante daquilo que consideramos verdade. O que Cavaliere (2013) denominou de “critérios

mais rígidos” como um infortúnio à fragilidade das fontes orais, reformularíamos e diríamos que são os recursos a critérios mais amplos e não menos rigorosos os potencializadores da fonte oral.

No relato acima, Beto exercitou o seu direito em omitir certas informações, pois seria difícil pensarmos que essas pessoas não se comunicariam, ainda mais com todos os riscos envolvidos quando o tema é a Guerra de Espadas. De outro lado, ao não indicar as possíveis estratégias, interpretamos a sua fala como plausível. O que queremos dizer é que as estratégias podem ser estabelecidas no instante presente do acontecimento, ou melhor, nas *circunstâncias de poder*. Não tem como prever o que acontecerá caso uma empreitada policial alcance espadeiros/policiais que produzem espadas. Tudo dependerá das personagens em questão e da cultura policial tradicionalmente reproduzida entre os pares.

As falas de Beto são claras quando da participação de policiais. A espadeira Lia forneceu meios para entender esses movimentos. O aviso recebido de “batida” da polícia à produção das espadas em que estava envolvida adveio de um policial conhecido. Aplicativos de mensagens, via celulares, tornaram-se os grandes aliados de espadeiras e espadeiros contra os intentos repressivos. Segue o diálogo sobre a denúncia e a interação entre espadeiros, espadeiras e policiais:

Filipe: Entendi, Lia. Quem alertou nesse dia a vocês? Vocês sabem que vai dar uma batida por que alguém alertou?

Lia: [...] Era de um amigo nosso. Justamente, nós estávamos já nos preparando, quando ficamos sabendo por um policial que estava na guarnição.

Filipe: Conhecido?

Lia: Isso! Que daria a batida. E esse policial era vizinho do rapaz e avisou. Viu a lista de batidas e avisou que iria dar a batida no dia seguinte ou no mesmo dia, não me lembro. Só sei que foi tudo muito afoito. Então, nós fomos avisados que tava nessa situação e não tinha para onde levar essas espadas. Nós tivemos que providenciar em cima da hora.

Filipe: Então, um vizinho que, provavelmente, não gostava.

Lia: Denunciou e, aí, já estava na lista. Ia haver algumas apreensões durante esses dias e esse rapaz, o nosso amigo, estava na lista. Uma das pessoas que trabalha na apreensão avisou (Lia, entrevista, 10 set. 2021).

Os resultados dessas trocas se verificam na habilidade dos policiais em conseguirem manter a sua permanência enquanto representantes de uma instituição social e de conquistarem o seu respeito entre as partes envolvidas. Os policiais, ao não se furtarem em mobilizar esforços nas operações, as famosas “batidas”, tendem a garantir a sua legitimidade com aqueles e aquelas que denunciam constantemente a Guerra de Espadas. Do mesmo modo, ganham respeito de espadeiros e espadeiras que veem nessas relações algo de extrema importância para a manutenção da ordem e do funcionamento da Guerra de Espadas.

Quando organizamos e analisamos essas informações, são vivificadas as experiências desses agentes históricos dentro de um programa ou sistema de relações muito maior. O que mais chama a atenção é que não podemos submeter as ações dos policiais, principalmente, aos interesses das normas e regulamentos da instituição Polícia. A gama de condicionamentos que

dá variedade aos comportamentos e às formas de resolver problemas atende a dimensões heterogêneas. O policial Alex chama a atenção para o aspecto humano por detrás das fardas militares:

Filipe: Existem, eu acredito, policiais que são espadeiros [...]. Dentro dessa perspectiva da criminalização da Guerra de Espadas, como é que se dá essa relação com policiais que são espadeiros e continuam a tocar espadas?

Alex: Pelo fato de eu não participar desse ciclo, eu até desconheço. Eu não tenho contato, particularmente, pode ser um fato existir policiais que queimam em seu período de folga, que tem a prática. Eu, particularmente, não conheço, não tenho contato, até para eu não fazer parte do ciclo, não participar, não tá diretamente ligado mais à cultura, a não ser na inibição, né? Então, assim, eu não tenho esse conhecimento direto. Mas responde a uma pergunta que você fez anteriormente à questão dos constrangimentos. Se a gente vai em uma ocorrência e, chegando lá tem um colega cometendo um delito, ou um colega que tá ali com o som alto, ou que tá ali tocando espadas, sendo proibido, na cidade que é proibido, acaba sendo um constrangimento. Graças a Deus, até hoje eu não cheguei a passar por isso. Mas pode existir e eu resumo como constrangimento essa situação. Mas eu acredito que o fato se dá pela questão, como eu digo, por trás da farda há pessoas. E é como você citou também, envolvida com a cultura, né, cresce com isso e que acaba achando isso natural, né? Não vê da forma criminosa, mas vê exatamente, simplesmente, como uma cultura e como algo prazeroso, né? Divertido e prazeroso. Eu acredito que a visão deve ser essa de quem pratica (Alex, entrevista, 10 set. 2021).

Como dito e reconhecido pelo policial Alex, a hipótese de participação de colegas de farda na Guerra de Espadas se deve à percepção de pertencimento a uma cultura. Esse enraizamento que a instituição social causa nos sujeitos tende a contribuir para o tensionamento de outras formas discursivas como, por exemplo, a do crime. O jeito apressado de promotores do Ministério Público local em criminalizar espadeiras e espadeiros favoreceu, no final das contas, à resistência. Acreditando na ilusória ideia de que a Guerra de Espadas era uma mera tradição, calcada por irracionalidades, instituíram o crime, mas não conseguiram modificar completamente a mente desses sujeitos. A mentalidade fiada através da história não se desfaria tão facilmente.

O policial Alex também aponta especificidades importantes em seu relato. A questão do constrangimento orienta os olhares para as peripécias policiais e as solidariedades existentes. Dar de cara com um colega de farda tocando espadas, quando de uma operação, pode acarretar ambiguidades na lida da situação. Não é à toa que pouquíssimas vezes encontramos registros em boletins de ocorrência da participação de policiais militares na Guerra de Espadas: apenas um documento. Marcos Bretas (1997, p. 155) percebeu esse problema no trato da documentação utilizada em suas pesquisas. O vazio, ou melhor, “os problemas entre membros da mesma força são muito mais difíceis de ser apreciados uma vez que a solidariedade tornava as prisões muito improváveis”. Por isso, queremos acreditar que o espadeiro/policial Beto não fora levado à cadeia.

No início deste capítulo, falávamos em não apressar afirmações que submetiam a instituição social Guerra de Espadas à instituição Polícia. Como se a segunda, no final das contas, superasse a primeira. Como se os policiais, ao aderirem à corporação, negassem completamente ou passassem a aplicar roboticamente as regras e as leis. Nem mesmo o policial

Alex desconectou-se por inteiro dos condicionamentos que a Guerra de Espadas lhe proporcionou. No limite de seus pensamentos e entendimentos, as espadas fazem parte de algo muito maior. Quando fizemos a pergunta à espadeira Conce sobre a existência de policiais espadeiros na Guerra de Espadas, ela respondia dizendo assim:

Filipe: Falar em policial. Você conhece policiais que são espadeiros?

Conce: Nego.

Filipe: É espadeiro também?

Conce: É espadeiro. Quer dizer: ele era. Porque não posso dizer que é. Paulinho<sup>87</sup> também. Paulinho. Aí, Paulinho era da alçada da gente. Andava com a gente lá em casa (Conce, entrevista, 8 dez. 2022).

A espadeira Conce nos convida a pensar sobre uma frase específica: “Porque não posso dizer que é”. Aqui temos duas possibilidades de ler a sua sentença. Na primeira suposição, ela poderia, simplesmente, estar afirmando que não sabe se aquela pessoa continua sendo espadeira. Se assim tomarmos, não faria sentido citar o próximo nome sem as restrições anteriores. Conce deveria manter a lógica argumentativa e dizer que também não sabia sobre Paulinho. Não é o que faz. Com isso, resta a segunda suposição, que tem grande respaldo teórico e documental. A colaboradora evitou dizer que ele, Nego, continua sendo espadeiro, mesmo na condição de policial. Verifica-se uma interdição na fala, um controle sobre o que se pode dizer. Caso seja isso, estamos identificando como essas atrizes e atores manipulam o real.

O lastro de acordos entre policiais, espadeiras e espadeiros é polivalente. O que parece exercício de aplicação da lei, na verdade pode caracterizar-se em uma teatralização do real, onde personagens, que ocupam seus devidos espaços no palco da rua, encenam e envolvem a plateia. A espadeira Lia, bastante ativa em muitas frentes na Guerra de Espadas, descreveu sobre uma das situações de contato direto entre policiais e espadeiras(os). As suas memórias, como veremos adiante, reavivaram o embolado e conflituoso contexto da proibição.

As negociações feitas nem sempre prescindem de calma. Muitas vezes são fruto de atitudes violentas. Com isso, cabe a devida observação ao tratarmos das articulações entre esses sujeitos – policiais militares, espadeiras e espadeiros –, pois não queremos negar que a violência explícita existe. Não estamos tentando apagar o que há de mais comum entre as polícias militares brasileiras. Forjar acontecimentos inexistentes e abusar da violência são métodos que estão magnetizados nas fardas desses agentes de segurança. Isso não deixa de se aplicar ao enredo da Guerra de Espadas.

Ao atropelar o jovem rapaz com a viatura, os policiais não imaginavam que ali também estaria um colega policial acompanhando a espadeira Lia. Mesmo aposentado, como dissera, esses sujeitos mantêm a autoridade, algo que parece ser nutrido por toda a vida pelos pares. A manutenção desse poder simbólico é a condição para que essas pessoas, mesmo fora de atuação, consigam gerir a distinção do mundo civil. O policial que acompanhara Lia durante anos na Guerra de Espadas, segundo suas informações, é um espadeiro antigo, sabedor da arte de produção e oriundo de outro município, Maragogipe, onde as espadas são parte do cenário cultural local. Além da presença desse agente, chama a atenção na fala de Lia o instante em que

---

<sup>87</sup> Manteremos o nome verdadeiro do policial Paulinho, pois ele aparecerá na próxima seção em documentos públicos recentes atuando em conjunto com espadeiros e espadeiras.

atua com criticidade ao estigma de criminosa. Lia, mulher, espadeira, é a verdadeira protagonista da cena.

Filipe: Você já presenciou cenas de violência policial? Com espadeiros e espadeiras?

Lia: Já.

Filipe: Você pode relatar algumas dessas cenas?

Lia: Posso. 2013. Aquelas cenas do filme de Taise Andrade<sup>88</sup>, né? Onde a polícia, onde o pessoal gritava e tal, foi, se eu não me engano, naquele ano onde aconteceu aquela história das balas de borracha em algumas pessoas. Eu tinha um casal de amigos e o sogro, o pai da menina, que um mestre espadeiro também, muito bom, de Maragogipe. Mestre Vaval. Mas ele morava em Salvador, ele era policial federal da reserva. Estava aposentado. Então, todo ano ele vinha passar São João aqui. Ficava em minha casa. Pessoa maravilhosa.

Filipe: Dentro do processo de criminalização já?

Lia: Isso! Aí, ele vinha para minha casa. A gente estava na Rua da Estação, na frente do bar de Camelo, e, aí, o genro dele, de junto de mim, tocou um corisquinho pequenininho. Quando ele tocou, de repente a viatura veio de lá e atropelou ele. Jogou ele para cima assim [onomatopeia que remete ao som do tombo do rapaz]. Filipe, foi horrível aquilo. Ao invés deles darem socorro, eles pegaram o menino e jogou dentro da viatura. Nesse momento estava acontecendo uma outra confusão na rua transversal, da biblioteca, na casa de XXXX. Alguém queria prender XXXX. Uma confusão. Não sei se foi XXXX, os parentes dele. Eu sei que tinham colocado alguém na *Ranger* e o pessoal subiu na *Ranger*. E, aí, foi quando aconteceu os tiros de borracha. Nisso, tá eu preocupada, porque o menino tava machucado dentro da viatura. E, aí, eu comecei uma briga, uma discussão com o capitão, com o tenente. E, aí, o tenente disse: “Vocês estão aqui porque é tudo marginal”. Aí, eu não aceitei aquilo. Aí, eu cheguei com o tenente XXXXX, tenente XXXXX, cheguei pra ele e perguntei: “Soldado, com todo o respeito, o senhor me chamou de marginal”? Ele: “Não, minha senhora, não quer dizer que vocês são marginal, não”. Eu disse: “Será? Venha cá. O menino tocou um corisquinho, vocês vão prender o menino por causa de um corisquinho?” Ele: “Não, o problema não é o corisquinho, não. O problema é que vocês estão no meio de marginais”. Aí, eu voltei e disse assim: “Marginais? Espadeiros e o senhor está chamando de marginais? O senhor acha mesmo que marginal perde três a quatro meses de noite batendo espada? Que tem aptidão pra isso? O senhor acha que marginal se mete no meio de bambuzal para se lascar todo para tirar bambu? O senhor acha mesmo que marginal faz tudo isso? Bater espada para queimar dinheiro e, pior que isso, investe o seu dinheiro, trabalha os meses todos para juntar um dinheiro para queimar, porque é para queimar. O senhor acha mesmo que marginal faz isso? Queima o dinheiro dessa forma? Me responda

<sup>88</sup> A espadeira faz uma primeira alusão ao documentário produzido por Taise Andrade, *A casa e a rua*, sobre a Guerra de Espadas, em Cruz das Almas. Recomendamos que os leitores e as leitoras acessem o material. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ExnMGB8Kl-U>. Acesso em: 31 jul. 2024.

com toda a sinceridade, sem querer lhe faltar com o respeito. Sem querer lhe desacatar”. Ele me olhou, fez assim: “Minha senhora, eu acho melhor a senhora sair daqui”. Eu disse: “Eu só saio daqui quando você soltar o meu menino que está aí dentro”. E, aí, vai levar para a delegacia. Pronto! Vai levar para a delegacia. Nessa altura, eu já estava machucada, porque eu tinha sido atropelada por uma moto, né? Eu disse: “Eu vou para a delegacia”. Fui para a delegacia, fomos para a delegacia e, aí, o sogro do rapaz entrou para conversar, ele se apresentou e tal. Quanto seu Vaval se apresentou e disse que era policial da reserva, aí a coisa já acalmou. Disseram: “Não, a gente vai levar o seu genro para a delegacia e lá vocês tiram ele, não vai ficar preso não. A gente só precisa tirar ele daqui”. Até pela questão da autoridade, não dizer que prendeu e soltou na mesma hora. Para dar exemplo, pronto. Prenderam o menino para dar exemplo. E, aí, fomos para a delegacia e o rapaz não chegou. Nós ficamos aflitos: “Meu Deus do céu, a gente não conseguiu alcançar o carro da viatura”. O rapaz não chegou. Foi quando a gente descobriu que eles deram uma volta com o menino e soltou na frente da Justiça do Trabalho. Aí, ligaram pra gente avisando que era para voltar para a rua da Estação que o menino estava lá, estava bem [...] (Lia, entrevista, 10 set. 2021).

O longo relato da espadeira, que conforme a sua memória remete a 2013, pincela com tons cinzentos os anos iniciais da proibição da Guerra de Espadas. Pinceladas que sugerem conflitos deslizados por toda a cidade. Em muitos casos, pessoas foram presas por estarem com espadas nas mãos. O acontecimento mostra que até quem não estava com espadas acabou sendo submetida aos interesses da Polícia. A proibição apressada, pouco planejada e ambicionada pelo promotor do Ministério Público, Christian de Meneses, que não se pautou por um estudo técnico prévio da espada de fogo, não promovendo a devida discussão pública da situação, fez com que todo e qualquer tipo de fogos de artifício que apresentasse rabeio fosse visto pelos policiais (aqueles que desconheciam a prática) como irregular.

Um dos questionamentos da espadeira Lia tocou nesse ponto, demonstrando que não houve aguda preparação por parte dos envolvidos quando da repressão às espadas. As confusões naquele período foram tamanhas. Encontramos um boletim que insinua prisões à revelia. O acontecimento foi oficializado às 13h10min por Arlene A, e o adiantamento às 20h12min por Ívia VS:

O policial qualificado acima compareceu nesta unidade fazendo a apresentação de um saco de tecido preto contendo uma luva de couro e três espadas já utilizadas apreendidas no local acima citado [praça João XXIII], onde alguns rapazes estavam “tocando” espadas. Segundo os prepostos da PM, o Sr. Carlos OST foi flagrado com uma espada na mão e, ao perceber a presença dos militares, a teria soltado, vindo esta a cair nas proximidades de seus pés. Que também foram apresentadas as pessoas de Jarbas SS, Mário SSCL e seu primo o menor Tiago SM, 17 anos, que se encontravam no local acima citado caracterizados para “batalha de espadas”. Porém, nada foi encontrado em poder dos mesmos. Que a pessoa de Carlos OST foi flagranteado com base no Art. 16, parágrafo único, III da Lei 10.826/03. É o registro.

[Adiantamento feito em 24/06/2012, às 20h12 min, por Ívia VS]

Digo, após oitiva de duas testemunhas, não parentes do conduzido Carlos O, confirmando a versão do mesmo, de que estava apenas observando a queima de espadas e que uma delas tocou em sua perna e o mesmo foi afastá-la,

quando a polícia militar chegou no local. O mesmo foi posto em liberdade. Nada mais (B.O. 1282012001030, 24 jun. 2012).

Deslocar policiais de um canto a outro da cidade, durante o dia inteiro, atrás de espadeiros e espadeiras é um esforço que precisa ser recompensado de alguma maneira. Parece que os fins justificavam os meios, em alguns casos. A situação supracitada remete a esse tipo de interpretação quando simpatizantes foram levados à delegacia por estarem observando a Guerra de Espadas. Observadores, que por sinal, participavam lado a lado de espadeiros(as), visto que a espada alcança um deles que, com o objetivo de afastá-la de si mesmo, pega-a e lança-a para longe.

Verdade ou não, as testemunhas relataram o fato de acordo com o que foi dito por Carlos OST. Quem eram essas testemunhas que sabiam exatamente o que dizer para confirmar a inexistência de delito por parte do acusado e, deste modo, liberá-lo? Por que essas pessoas não tiveram seus nomes registrados no boletim? Como garantir que alguém realmente tenha ido à delegacia sete horas mais tarde com o objetivo de fazer justiça? Carlos OST só foi liberado muitas horas após a diligência. Podemos propor a hipótese de que houve uma ação organizada com as testemunhas. O que ocorre de mais comum em delegacias são as versões que se alteram, como pontuou Acácia Hagen (2008, p. 8), o que não houve com a situação presente. “A compreensão do que teria acontecido no evento que está sendo registrado ainda pode ser dificultada pela existência de diversos relatos, seja da vítima, do autor, das testemunhas ou do policial que fez o primeiro atendimento”. No caso presente, testemunhas e suspeito colocaram em xeque a fé pública dos policiais, refazendo o contexto em harmonia. Os esforços dos militares, dessa vez, não seguiram como o combinado.

Sejam pessoas encaminhadas à delegacia acusadas por tocar espadas, como na situação que acabamos de mostrar, ou pessoas tocando corisquinhos, como abordou a espadeira Lia, a criminalização das espadas deu-se de um modo capcioso. Foi o promotor do Ministério Público que afirmou ser a espada um artefato explosivo. A inexistência de pareceres técnicos demonstra o jeito abrupto e sem critérios com a proibição. Não é à toa que policiais ordenados a reprimir espadeiros e espadeiras, aqueles vindos de outras cidades, achassem semelhantes espadas e coriscos. Sem rigor na classificação, tudo seria possível. Como as pessoas continuaram a tocar espadas, o Ministério Público resolveu, finalmente, consultar o Exército sobre o que seria a espada. O documento emitido em 2015, surpreendentemente, concluiu:

No que tange ao questionamento do Ministério Público do Estado da Bahia, o artefato denominado espada apresenta características semelhantes aos fogos de artifício, podendo ser considerado um centelhador de tubo, pois se trata de um cilindro de canos de PVC ou gomos de bambu, contendo composição pirotécnica que se destina à produção de efeitos luminosos e sonoros por meio da emissão de centelhas [...]

Haja vista não ter sido informado na consulta se o produto espada passou por avaliação técnica, não é possível, garantir a ausência de efeitos indesejados para o produto em questão, tais como efeitos incendiários ou explosivos, que podem ocorrer em virtude da queima não controlada.

Por fim, apesar de o produto apresentar características similares aos fogos de artifício que permitem este enquadramento, não houve avaliação de critérios de confiabilidade e segurança quanto à fabricação e ao manuseio; portanto este produto não deve ser comercializado (Parecer Técnico: Nº 02/2015 – Seção de Registro – DFPC, 2015, p 4-5).

A composição pirotécnica das espadas se assemelha a dos fogos de artifício. Mesmo com a publicação desse documento, pessoas continuaram a ser presas por estarem produzindo ou comercializando supostos artefatos explosivos. Não há qualquer avaliação técnica que indique o seu atrelamento aos explosivos. Efetivamente, o enquadramento das espadas de fogo como explosivos deu-se dos interesses de procuradores do Ministério Público que, à revelia de apurações científicas e com o discurso de purificação social, impuseram ao seu modo como as coisas deveriam funcionar na cidade.

Então, imaginemos a arena conflituosa estabelecida a partir de 2011. Há também que considerar as dezenas de espadeiros e espadeiras que passaram a encher os bancos da delegacia nos dias de Guerra de Espadas. Se junta a isso as práticas cotidianas que não deixaram de ser cometidas – furtos, roubos, homicídios, violência contra mulher – que lotavam as salas de espera da delegacia com pessoas para terem formalizadas as ocorrências. Tal confusão corroborou para o entendimento de que os infortúnios gerados pela queima de espadas, tradição mantida por um século, eram de segunda classe, havendo coisas mais importantes e sérias acontecendo.

Esperamos ter alcançado a primeira parte do objetivo proposto neste capítulo: entender as negociações e articulações entre policiais militares, espadeiros e espadeiras. Como vimos, a dificuldade em traçar esses movimentos é grande. Em muitos acontecimentos, as fontes precisam ser espremidas para que consigamos visualizar algo maior. Renunciar a um potente arcabouço teórico-metodológico pode arruinar as intenções. Até aqui as veredas pelas quais caminhamos foram as das ruas. Tentaremos avançar para outra fonte de resistência, negociação e articulação que se realiza não mais com a multidão, mas pela concentração de poucas pessoas que se utilizam de espaços institucionais diversos para pôr em funcionamento suas demandas.

## 4.2 Estratagemas na Guerra de Espadas: articulações visíveis

A abordagem proposta para essa seção é aquela que continua tentando enxergar articulações entre policiais, espadeiras e espadeiros em Cruz das Almas/BA, articulações que, agora, “escapam” das ruas, dos combates físicos. Passa-se a desenvolver mais uma frente de resistência e negociação que, aos nossos olhos, tende a ser circunstanciada, seletiva. Desde o momento em que aprofundamos os estudos com a Guerra de Espadas, pactuamos em canalizar permanente energias que contribuíssem, de alguma maneira, com essa instituição social e com seus membros participantes, garantindo não sermos meros estudiosos ambicionados por progressão acadêmica e, como consequência, esquecendo de construir mudanças em conjunto com espadeiras e espadeiros.

Nessa jornada, que já dura quase dez anos de conversas, pesquisas e ações, fomos observando que espadeiras e espadeiros, principalmente, estavam em constante movimentação, tentando meios para a continuidade de sua tradição através da regulamentação. Tivemos a oportunidade de integrar, na condição de historiador estudioso do fenômeno, algumas dessas tentativas<sup>89</sup>. Uma maneira de demonstrar que a nossa presença serviria para algo. Além disso,

---

<sup>89</sup> Destacamos dois momentos: o primeiro aconteceu durante a pandemia do Covid-19, quando foi discutida a criminalização junto com espadeiros e outros estudiosos sobre o tema. O segundo, em 2021, mobilizou espadeiros e espadeiras de cidades baianas e aconteceu na Assembleia Legislativa da Bahia - ALBA. Configurou-se em uma audiência pública que tinha o intuito de buscar formas de regulamentação e descriminalização do festejo. Respectivamente, podem ser acessados via os seguintes links: disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=5hwrMg\\_L3\\_0](https://www.youtube.com/watch?v=5hwrMg_L3_0) Acesso em: 14 jun. 2024; disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=608MfDFb5OQ>. Acesso em: 14 jun. 2024.

nas entrelinhas do visível, essas pessoas mantinham e mantêm alto nível de articulação por meio de redes sociais digitais, aplicativos de conversas síncronas, fóruns etc. Publicamos, em certa oportunidade, a importância do uso da internet para espadeiros e espadeiras que elevavam suas vozes ao público e compartilhavam seus pensamentos sobre a Guerra de Espadas, a sociedade e sobre si mesmos(as) (Cezarinho; Felizardo, 2019).

Outra ação que encabeçamos, tendo a contribuição maciça de espadeiras e espadeiros de municípios onde a Guerra de Espadas é prática cultural manifesta, foi a aprovação do projeto pelo Edital Nº 01/2020 – Premiação Fundação Pedro Calmon, Lei Aldir Blanc, categoria Memória, que resultou no livro *No ritmo do fogo: contos e memórias da Guerra de Espadas na Bahia* e que, acreditamos, contribuiu para o fortalecimento do laço entre essas pessoas. Nessa oportunidade, estabelecemos diálogos durante meses com muitas pessoas, inventariando memórias por meio de áudios e fotografias pessoais que foram publicadas no livro. Mesmo participando efetiva e constantemente, houve sempre a preocupação de não nos tornarmos a voz sobre o tema, como se nossos estudos dessem a legitimidade do monopólio da fala. O mais importante era que os caminhos fossem propostos pelos espadeiros e pelas espadeiras e, assim posto, contribuir para o alcance de seus objetivos.

Os iniciais parágrafos serviram para percebermos que as pessoas participantes da Guerra de Espadas não aparecem apenas uma vez a cada ano. O silêncio é a arte da resistência, da negociação e da articulação. Grupos de conversas em aplicativos de celulares têm sido, no presente, condição favorável para que policiais, espadeiros e espadeiras tracem horizontes e suscitem expectativas sobre a instituição Guerra de Espadas. São essas, temporalmente falando, recentes tecnologias que, quando devidamente manobradas, permitem a formulação de planos de ação, planos que não têm ficado nas esferas do digital. Desdobram-se, como veremos, por instituições decisórias da realidade cruzalmense.

Em 2023, quando ainda estávamos na escrita desta tese, a Associação de Incentivo à Cultura Junina Cruzalmense, popularmente chamada de Associação dos Espadeiros, na pessoa de seu presidente, Cléo Rocha, recebia da Câmara de Vereadores a seguinte indicação:

Prezado,

Vimos por meio deste, solicitar a indicação, via ofício, de um titular e um suplente para representarem a Associação de Incentivo à Cultura Junina Cruzalmense na composição da *Comissão que irá discutir permanentemente as estratégias para uma melhor organização das manifestações populares dos festejos juninos na cidade de Cruz das Almas*, conforme Requerimento nº 058/2013, aprovado por esta Casa Legislativa.

Em tempo, informamos que a primeira reunião da referida Comissão será realizada no dia 19 de setembro de 2023, às 18h e 30 minutos, no Salão Nobre da Câmara de Vereadores.

Desde já, comunicamos que o membro que representará o Poder Legislativo será o Vereador Paulo Sérgio Oliveira dos Santos (Paulinho Policial – PSD), o qual conduzirá o início dos trabalhos. Assim sendo, quaisquer dúvidas, gentileza entrar em contato com a assessoria, no número [...].

Atenciosamente (OF PRESID Nº 252/2023, 5 set. 2023).

O brevíssimo documento publicado pela Chefe de Gabinete da Câmara de Vereadores, Eliane da Silva Conceição Almeida, é rico não unicamente pelo conteúdo, mas por resultar de um longo processo de luta de espadeiros e espadeiras pela regulamentação de sua tradição. Olhando o contexto em que se deu a criminalização, chegar até aqui é a constatação de que a mentalidade espadeira manteve-se presente durante esses anos. Consuma-se também a

insistente reação dessa comunidade. Devidamente formal e assinado, seguindo os protocolos técnicos regulares daquela instituição, a fonte sinaliza deferência. Contrariando as representações da Polícia e da promotoria do Ministério Público, a Câmara de Vereadores aventa certos valores, revelando a sua presença no campo de força na qual está inserida a Guerra de Espadas.

A fonte merece que seja esmiuçada. Chamaremos a atenção para a inteligentíssima tática dos espadeiros e espadeiras ao se associarem. Ou seja, a criação de uma Associação tende a orientar as pautas de luta através de um grupo organizado e selecionado. Não pensemos que as astuciosas movimentações de participantes da Guerra de Espadas pelas ruas sejam descoordenadas. A lógica das ações se liga à base estrutural da cultura. Nenhum espadeiro ou espadeira sai para tocar espadas sem que tenha, minimamente, esquemas ou sistemas de aprendizado assimilados, experienciados e postos em prática individualmente (Bourdieu, 2003). Cair nessa tentativa interpretativa, da ausência de orientação, é um erro.

Feita a observação, queremos que o leitor e a leitora percebam a nuance no nome: Associação de Incentivo à Cultura Junina Cruzalmense. Poderíamos dizer, com tranquilidade, que esse é o nome menos falado entre a comunidade espadeira. No dia a dia, o que ouvimos é Associação dos Espadeiros ou apenas Associação. O que queremos dizer? Espadeiras e espadeiros puseram uma maquiagem para tratar de assuntos referentes à Guerra de Espadas a partir da sua inserção no bojo da cultura junina, cuja legitimidade é indiscutível. Um eufemismo que denota sagacidade e criatividade. Essas pessoas são agentes da história.

Lia é uma associada e assim aborda a questão:

Como por conta de XXXX nem sempre pode atender às demandas, então a gente divide esse papel. Quando ele não pode, eu vou. E, para mim, dá até mais visibilidade pelo fato de eu ser mulher. Então, para todo mundo, o fato de ter uma mulher na liderança, ter uma mulher na Guerra de Espadas, ter uma mulher na luta pela regulamentação, isso chama muita a atenção. As pessoas acham estranho, entendeu? E, aí, por isso que eu assumo esse papel à frente da Associação (Lia, entrevista, 10 set. 2021).

As mulheres, na Guerra de Espadas, exercem funções cruciais. Lia é a personagem que conseguiu estabelecer a sua importância entre espadeiros e espadeiras. Indiscutivelmente comprometida politicamente com a instituição social à qual pertence, a espadeira não mede esforços em se mostrar disponível e pronta para o embate, seja qual for. Em suas palavras, fica patente que a Associação foi projetada com a finalidade de discutir os rumos da tradicional manifestação cultural das espadas. Figura-se, como destaque na fala de Lia, a sua percepção de que o fator mulher é de grande relevância para a defesa das espadas. Ela sabe muito bem o contexto micro e macro em que vive, manuseando com precisão os valores da igualdade, da figura do feminino no âmbito público, nas camadas do político.

Vistos alguns dos pormenores impressos, mas não simples de identificação no ofício, cabe olhar para o legislador escolhido pela Câmara de Vereadores para compor a comissão permanente que busca organizar os festejos populares na cidade: Paulo Sérgio Oliveira dos Santos, popularmente conhecido como Paulinho Policial. A sua indicação não foi um lapso da instituição, muito menos uma tentativa de controlar os anseios e demandas espadeiros. Se a leitora e o leitor desta tese se lembrarem, a espadeira Conce, quando da indicação nominal de alguns policiais participantes da Guerra de Espadas, citou exatamente o policial Paulinho. Seria ingenuidade acreditar que essa escolha não tenha sido fruto de articulações entre aquelas

pessoas. Aqui se vislumbra a astuciosa movimentação que concorre e tende ao tensionamento das asseverações do Ministério Público e da Polícia (instituições).

O documento ainda estabelece a data de primeira reunião do grupo formado para debater melhores condições de existência das práticas populares locais. O ofício em questão originou-se como uma tentativa de pôr em andamento ou dar continuidade ao que havia sido discutido em audiência pública na Câmara de Vereadores de Cruz das Almas em 15 de julho de 2023. Vê-se que há um esforço das espadeiras e dos espadeiros em redirecionar a trajetória da Guerra de Espadas. Por meio de grupos na plataforma *WhatsApp*, conseguimos a ata da audiência e, novamente, encontramos um campo de forças na prática:

Aberto aos trabalhos, o vereador Thiago Chagas agradece a presença de todos e chamam [*sic*] as seguintes autoridades para a composição da mesa: O Sr. Alexandre Messias, major da Polícia Militar; o secretário do planejamento Euclides Neto; representando o poder Executivo municipal; Dr. José Reis, representante do Ministério Público; os senhores Cléo Rocha e Rosângela Silva representantes *da associação dos espadeiros de Cruz das Almas* [grifos meus] (Ata, 2023, p. 1).

O chamamento público para discutir a Guerra de Espadas é, no mínimo, a demonstração do malogro que foi a sua criminalização. Insucesso em termos de disputa pela verdade. Convocar o promotor do Ministério Público, que, por meio de decisões passadas, tentava decretar o fim daquela instituição social, é a garantia da vivacidade de um pensamento, de um associao cultural histórico que não vacilou e não se deixou dobrar. Retirar o promotor de seu refrigerado escritório e fazê-lo sentar-se ao lado de uma espadeira e um espadeiro é romper com a verdade em seu discurso.

O campo social da Guerra de Espadas é tracejado por instituições diversas. Com um único documento vemos como cada uma se posiciona frente ao objeto. Polícia, Espadeiros(as), Ministério Público, Legislativo, Executivo e sociedade civil compõem essa emaranhada trama que, como disse Bourdieu (2003, p. 120), abre-se para a tensão: “A estrutura do campo é um *estado* da relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou, se se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores”. Como se tem identificado ao longo desta tese, o campo da Guerra de Espadas não se restringe às divisões e combates internos entre espadeiros e espadeiras. A penetração forçada de instituições externas contribui para o adensamento das relações, colorindo dramaticamente o jogo de interesses envolvidos. Podemos, mais uma vez, encontrar vestígios de como algumas dessas pessoas, segurando suas devidas bandeiras, posicionam-se frente ao objeto em questão: a Guerra de Espadas.

Destacaremos alguns trechos que sempre serão articulados com breves análises. No final, esperamos ter uma melhor percepção de como se comportam atores, atrizes e instituições quando o tema é a Guerra de Espadas. Assim:

A seguir, o vereador Thiago Chagas passa a fala ao vereador Paulo Sérgio, também autor da matéria, o qual relatou que não realizou a audiência para se promover e sim dialogar com a população e ouvir os senhores e senhoras presentes e finaliza sinalizando o seu desejo de ter um São João de paz (Ata, 2023, p. 1).

Como veremos em todas as passagens da fonte, as falas foram filtradas por alguém que registrou em ata o desenvolvimento da audiência. Portanto, temos que considerar adaptações

nos discursos. Porém, isso não inviabiliza o entendimento de como cada indivíduo concebeu a situação. No caso do policial/espadeiro/vereador Paulinho, é inquestionável o seu desejo de alterar a situação em que se enquadra a Guerra de Espadas. Proponente da audiência, como consta no documento, o policial militar/espadeiro/vereador, que em outras situações poderia não dispor de poder suficiente para projetar algo de tamanha relevância, visto a sua condição de praça na instituição policial, encontra eco em seu mandato e as condições de possibilidade para tentar alterar as dinâmicas estabelecidas naquela conjuntura. Se em sua corporação recebe ordens, obedece a hierarquias e se submete às mais variadas formas de dominação, ele, no auditório da Câmara de Vereadores, gozava de algum poder e sabia como utilizá-lo em benefício de seus interesses pessoais e coletivos.

Se este trabalho tem alguma intenção em contribuir com a historiografia da Polícia, acreditamos que seja no campo das escolhas dos policiais. O que estamos demonstrando é que não é possível determinar que esses sujeitos, por comporem a instituição Polícia, esquecessem, de uma vez por todas, padrões culturais anteriores. Até mesmo as instituições totais são limitadas. Combinando nossos dados e reflexões com o que foi salientado por Erving Goffman (2015, p. 23), teríamos um lapso, mas não uma obstrução global dos valores pretéritos interiorizados do mundo social externo:

Aparentemente, as instituições totais não substituem algo já formado pela sua cultura específica; estamos diante de algo mais limitado do que aculturação ou assimilação. Se ocorre mudança cultural, talvez se refira ao afastamento de algumas oportunidades de comportamento e ao fracasso para acompanhar mudanças sociais recentes no mundo exterior. Por isso, se a estrada do internado é muito longa, pode ocorrer, caso ele volte para o mundo exterior, o que já foi denominado “desculturamento” – isto é, “destreinamento” – que o torna temporariamente incapaz de enfrentar alguns aspectos de sua vida diária.

Em situações assim, o melhor a ser feito é realizar profunda investigação, partindo do pressuposto de que cada realidade possui especificidades. A Guerra de Espadas, igualmente à Polícia, insere-se na esfera social como uma instituição que também pressiona corpos, mentes e corporações. Ora, a Guerra de Espadas tem o seu poder. Não podemos submetê-la tão facilmente aos grilhões da lei positiva. Por essa esteira, o próximo a falar na audiência fora o major da polícia, Alexandre Messias:

Dando continuidade, o vereador [Thiago Chagas] passa a fala ao Major da Polícia Militar, o qual inicia a sua fala sinalizando que esperava mais engajamento da sociedade nesse momento, fala que em diálogo com o vereador Paulo Sérgio que existe um consenso, mas que há doze anos quando ocorreu a proibição tivesse esse diálogo não estaria dessa forma e que a polícia às vezes é um pouco mais repreensiva e que espada continua sendo uma prática proibida, ressalta que a polícia militar quer um São João de paz e que as espadas sejam tocadas de forma segura, e que possa discutir com o Exército e Corpo de Bombeiros a construção de um artefato seguro, podendo até gerar renda, porém precisa de ajuda de todos, diz receber ligações de pessoas de pessoas desesperadas pedindo socorro. Ainda assim, aborda que o movimento dos espadeiros tem perdido apoio pela queima ser considerada um crime, e finaliza enfatizando que é preciso uma solução civilizada (Ata, 2023, p. 1).

Muitas linhas de discussão são facilitadas com esse pequeno discurso. Focaremos o olhar para dois aspectos que foram trabalhados nesta tese e que servem como ponto de avanço da análise. O leitor e a leitora devem se lembrar quando a Polícia associou espadeiros e espadeiras ao tráfico. Ou melhor, como se a Guerra de Espadas fosse patrocinada por traficantes. Com base no trecho acima, o pronunciamento do major nem insinuou possível aproximação. Isso indica a cautela no pronunciar de palavras quando não estão blindados em seus ambientes corporativos. Se expostos ao mundo público, seus discursos são submetidos a critérios mais rigorosos, suas performances são polidas. Distintamente da página da 27ª Companhia Independente de Polícia Militar, na plataforma *Instagram*, que parece banalizar o conteúdo que propaga, visto a impessoalidade promovida pela rede on-line, o major não pôde prescindir do autocontrole, da atenção e do cuidado no tratamento da situação.

O outro quesito que também já foi discutido nesta tese firma a ideia de que a Polícia e os policiais nem sempre foram combativos à Guerra de Espadas. O que acarretou interação afoita foi, exatamente, a abrupta criminalização. Feita sem a devida observação da realidade social, esvaziada de diálogos que privilegiassem o contraditório, a proibição lançou pelas ruas policiais, espadeiros e espadeiras à própria sorte. Acrescentamos que não há, em nenhum momento de sua apresentação discursiva, a utilização do termo artefato explosivo. Chega a dizer que “quer um São João de paz e que as espadas sejam tocadas de forma segura” (Ata, 2023, p. 1). Uma mudança no tratamento do objeto que não se faz aleatória. O que estamos presenciando são os termos de negociação e articulação para a manutenção da Guerra de Espadas.

Passemos, então, para o que disse o presidente da Associação de Incentivo à Cultura Junina Cruzalmense, ou melhor, da Associação dos Espadeiros. A sua postura é a de enfatizar a expressiva quantidade de populares que são favoráveis à Guerra de Espadas. Não apresenta dados quantificáveis obtidos de alguma pesquisa, assim, suas afirmações são intuitivas, oriundas dos relacionamentos com os moradores de seu logradouro: a rua da Estação.

Em prosseguimento o presidente da Associação dos Espadeiros, o Sr. Cléo Rocha parabeniza a iniciativa dos autores dessa audiência e fala que a Associação vem tentando organizar a queima de espadas desde 2009 (dois mil e nove) e que a mídia exerce uma má influência da imagem da espada, e diz garantir que 90% (noventa por cento) dos moradores da Rua da Estação gostam de espadas (Ata, 2023, p. 1).

Faz-se necessário adicionar uma informação. Estamos no campo de uma abordagem muito criticada pela historiografia tradicional: a História Imediata. A aproximação com o tempo vivido, ou melhor, a contemporaneidade da fonte com as quais lidamos nesta tese requer cuidados em seu tratamento. Não obstante à árdua tarefa de manusear acontecimentos que ocorrem sincronicamente à escrita desta pesquisa, pensamos que, sim, é possível investigar e criar hipóteses sobre o candente presente. Para alguns defensores dessa perspectiva, “a história imediata faz parte do cabedal de possibilidades de análises do historiador a longo tempo, de Heródoto e Tucídides até Jules Michelet e Karl Marx, tendo se tornado alvo de críticas somente no século XIX [...]” (Patschiki, 2012, p. 226). Nas análises deste autor, o problema com a história imediata deveu-se mais às tensões políticas do que à falta de arcabouço teórico e metodológico para a sua execução<sup>90</sup>.

<sup>90</sup> Há um novo movimento de apoio por parte de espadeiros e espadeiras que tentarão, nas eleições de 2024, eleger como vereador o espadeiro Cleo Rocha. *Cards* já são disseminados com o seu nome entre

A par dessas intrigas, voltamos a olhar para o documento. O espadeiro Cléo Rocha se queixa da influência midiática sobre a Guerra de Espadas. Podemos, com isso, constatar que as pressões vindas dos meios comunicativos tendem ao enrijecimento das ações policiais. As mídias, não especificadas pelo autor do enunciado, imprimem sobre a Polícia a obrigação de combater a Guerra de Espadas. Concomitantemente, ajudam a construir o inimigo a ser combatido: o espadeiro e a espadeira. Desse modo, a imprensa, seja ela escrita, televisiva ou radiofônica, apoia-se em temas voltados à moralidade e naquilo que acredita ser o certo/errado, bom/ruim.

Cláudia Mauch (2004, p. 63) se debruçou em questões como essas quando tratou da relação imprensa e policiamento, no final do século XIX, em Porto Alegre. Em termos metodológicos, a pesquisadora orientava o modo de agir com as versões veiculadas pela imprensa: “O relevante aqui, então, é descobrir como essas versões produzidas pelos jornais constroem e divulgam imagens e estigmas sobre aquilo que era considerado *transgressão* [...]”. No caso da Guerra de Espadas, abordada pelo espadeiro Cléo Rocha, as mídias oficiais parecem não promover artifícios que, minimamente, ocultem o seu viés no conflituoso campo da Guerra de Espadas. Poderíamos dizer que o espadeiro Cleo Rocha sabe muito bem que de neutra as mídias nada têm<sup>91</sup>.

Empenhado com a instituição Guerra de Espadas, o secretário Euclides Neto, que representa o poder Executivo municipal na audiência, diz ser um “espadeiro de coração”. Mais uma vez identificamos a permeabilidade de espadeiros e espadeiras na estrutura do Estado, reforçando a ideia de que a criminalização só se efetivou no campo da oficialidade devido à decisão autocrática do Ministério Público local. Dificilmente conseguiria apoio suficiente de outras camadas institucionais para tamanha ação. Conforme as palavras do secretário,

[...] o São João de rua do município é um patrimônio, que a cultura da guerra de espadas está enraizada, informa ainda que teve outra discussão juntamente com o Ministério de Defesa, contratando um químico e trazendo o exército com o objetivo de encontrar entendimento, se coloca à disposição para buscar uma regulamentação (Ata, 2023, p. 1-2).

Gostaríamos de ter presenciado a expressão facial e gestual quando da utilização dos termos “patrimônio”, “cultura da guerra de espadas” e “enraizada”. Na conjuntura de seu uso, essas palavras se contrapõem aos estigmas regulamentados pelo Ministério Público e pela Polícia (instituição). Explicitam a maneira como certas pessoas, que ocupam posição de poder no município, pensam a Guerra de Espadas. Necessário lembrar que a Câmara de Vereadores, ainda em 2011, tornou a Guerra de Espadas patrimônio local. Essa observação é relevante porque reafirma as disputas pelo objeto: “Declara como Patrimônio Histórico e Cultural do município de Cruz das Almas a queima das espadas, tradição em nosso município” (Lei nº 2.191/2011, 2011, p. 1). Tal documento, que alçou a Guerra de Espadas ao patamar de patrimônio, foi elaborado exatamente no instante em que o Ministério Público proibia a sua

---

grupos de *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook*. A sua atuação na Associação dos Espadeiros tem rendido notoriedade entre a população participante da Guerra de Espadas.

<sup>91</sup> Investigar a maneira com a qual a TV Bahia, emissora afiliada da Globo, localizada em Salvador, se posiciona no tocante ao tema da Guerra de Espadas é relevante para o entendimento da construção do crime. Desde 2011, mesmo antes desse marco, os jornais dessa emissora e seus jornalistas intensificaram críticas à queima de espadas em Cruz das Almas e em toda a Bahia. Portanto, um estudo que considere esse recorte – mídia e Guerra de Espadas – permite avançar para uma melhor leitura da realidade em voga.

manifestação pela cidade. Uma tentativa, acreditamos, de responder e de dar condições para a resistência continuar existindo e com legitimidade.

Como estamos vendo, a instituição Guerra de Espadas é atravessada por diversos grupos que buscam representá-la de diferentes formas. Para alguns, seria uma tradição enraizada, um patrimônio municipal. Para outros, uma atividade criminosa que precisa ser banida a todo custo. É dentro desse emaranhado de percepções e entendimentos que a fala do promotor, José Reis Neto, se instala. Autor da *Recomendação N 01/2015*<sup>92</sup>, que engrossou a repressão à produção das espadas e aos espadeiros e espadeiras cruzalmenses, exigindo da Polícia Militar maior desempenho por parte de seus operadores, fica clara a sua postura contrária à Guerra de Espadas. Ele faz isso manejando argumentos que o coloca na condição de protetor da sociedade:

O promotor José Reis agradece aos vereadores autores da audiência e que todos presentes já conhecem a sua posição sobre a queima de espadas e que do jeito que era não será mais. Continua dizendo que gosta do São João de Cruz das Almas e que não é uma cultura que agrada universalmente, pois o São João não é só espadas. Discorda que não houve avanços, pois a ocorrência de queimados vem caindo de trezentos para oitenta e oito nos últimos anos. Ressalta que não houve avanços em alguns diálogos por conta disso começou a repressão, salienta que tem responsabilidade com a cidade e com as pessoas que moram no município (Ata, 2023, p. 2).

O ponto de maior tensão, pelo menos no excerto acima, liga-se às queimaduras. Já demonstramos anteriormente que a queimadura não é compreendida por espadeiras e espadeiros como danosa ao corpo. A posição do promotor, válida para casos em que ocorra acidentes com pessoas não envolvidas com a Guerra de Espadas, nega a existência de simbolismos presentes no ato de queimar-se. Como em qualquer instituição social, há regras para as queimaduras, regras tácitas e devidamente produzidas ao longo da historicidade da Guerra de Espadas. As queimaduras precisam ser orgânicas, isto é, não provocadas calculadamente. O desejo de ganhar uma marca da espada é real, porém não pode advir de um ato de violência contra o outro. As fotografias e discussões que apresentamos no segundo capítulo desta tese tendem a sustentar o argumento. Algumas daquelas pessoas, a exemplo da espadeira Quele Fabiano, voltou a se queimar com as espadas de fogo anos mais tarde<sup>93</sup>. Após a Guerra de Espadas que presenciamos em 2024, o que observávamos pelas ruas da cidade eram pessoas exibindo suas queimaduras – atitudes que no atual contexto não se limitam aos significados da dádiva, mas que sinalizam rupturas com os mandos da lei.

A noção de desvio torna-se importante para o entendimento da discussão. Howard Becker (2008) dedicou-se a pesquisar sobre o tema e contribuiu demonstrando que a ideia de desvio ou do desviante depende de cada grupo ou contexto em interação. As pessoas que se

<sup>92</sup> “Recomendar aos prepostos das polícia civil e militar com atuação no município de Cruz das Almas/BA que adotem as providências necessárias para coibir as atividades de fabrico, transporte, comércio e uso (queima) de fogos de artifício e pirotécnicos, bem como de explosivos, pólvoras mecânicas e pólvoras químicas de qualquer tipo, inclusive ‘espadas’, realizadas em desacordo com as determinações legais e regulamentares, inclusive: (a) apreensão dos artefatos produzidos, transportados, comercializados e utilizados de forma irregular; e (b) prisão em flagrante pelo cometimento dos crimes listados na presente recomendação, ressaltando o disposto na lei nº 9.099/1995, quando for o caso” (Recomendação 01/2015, 2015, p. 3).

<sup>93</sup> Encontramos na Guerra de Espadas, em 2024, a espadeira com um dos pés queimado por espadas. Ela mesma cuidou de sua queimadura.

queimam no expressar da Guerra de Espadas não estão envolvidas em atos desviantes. Ao contrário, estão dentro das regras que foram sancionadas comunitariamente e historicamente. Por tal, não é o absurdo a ser destacado, mas a normalidade. O que torna espadeiros e espadeiras desviantes é a conduta de alguém que está de fora do processo, um *outsider*, que, no nosso caso, se vivifica na pessoa do promotor:

Se tomarmos como objeto de nossa atenção o comportamento que vem a ser rotulado de desviante, devemos reconhecer que não podemos saber se um dado ato será categorizado como desviante até que a reação dos outros tenha ocorrido. Desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele (2008, p. 27).

Sabidos de seu desconhecimento com relação à dinâmica interna da Guerra de Espadas, não podemos dizer que a posição contrária do promotor se faz exclusivamente por isso. Suas palavras também sugestionam concepções de cultura, como demonstramos em páginas passadas.

O que a ata e todas as demais fontes apresentadas e discutidas nesta tese tendem a revelar é a incapacidade de determinação. No caso do nosso objeto principal, a interação entre policiais e espadeiras(os), não podemos apontar para apenas um lado e dizer que, no final das contas, policiais executariam as leis e apagariam definitivamente os valores culturais adquiridos com a Guerra de Espadas. Nem podemos acreditar que, por disporem dos padrões culturais anteriores com a instituição das espadas, esses sujeitos manobriariam os imperativos legais, as normas institucionais da Polícia e passariam para o lado de espadeiros e espadeiras. O que podemos garantir é que tudo dependerá das *circunstâncias de poder* em que essas pessoas se apresentam no dado momento: “Não havendo mais nada a declarar, o vereador Paulo Sérgio [Paulinho Policial] agradece a todos presentes e diz continuar o diálogo e enfatiza o seu desejo de fazer parte da associação e encerra a presente audiência” (Ata, 2023, p. 3).

Marcos Bretas (1998, p. 221), quando abordou sobre a polícia carioca no Império, não negligenciou essas questões. Em seu caso, a polícia ainda se estruturava e passava por sérias dificuldades com o seu corpo humano recrutado. Sobre o vínculo dos homens que eram introduzidos na instituição policial, disse: “Recrutados nas camadas sociais que teriam preferencialmente que controlar, policiais e agentes semelhantes podiam muitas vezes se solidarizar com seus objetos, mesmo em detrimento da tarefa que deveriam executar”. Pensamos que, em tempos recentes, nem mesmo as mudanças ocorridas e as transformações percebidas nas instituições policiais foram capazes de apagar esse passado que causa oposições nas práticas cotidianas de policiais.

Durante o percurso de construção do trabalho, as jornadas de campo, principalmente aquelas voltadas à etnografia, não surpreendentemente, foram fecundas para a percepção de que policiais fazem parte da pele que cobre o corpo da Guerra de Espadas. Enquanto testemunha ocular, incluindo os anos de 2022, 2023 e 2024, que serviram como laboratório, negar a presença física e os múltiplos modos de inserção de policiais nesse circuito competiria na negação de um longo esforço de pesquisa.

Negação que, como consequência do primeiro ato, também impactaria na própria reflexão teórica que deu sustentação ao que até aqui foi refletido. Se estamos tratando do encontro de duas instituições sociais, não podemos acreditar na hegemonia de uma sobre a outra. No mínimo, poderíamos pensar que, em certos momentos na história, uma delas – seja a Polícia ou a Guerra de Espadas – passa a acionar e a praticar discursos que seriam considerados

mais próximos da verdade. No entanto, o alcance disso é limitado. Não abarca a globalidade dos sujeitos históricos ou instituições envolvidas na trama social. Nem mesmo uma instituição total seria capaz de tamanha conquista (Goffman, 2015).

A voz e experiência do espadeiro/policial aposentado Beto ajudam a entender o que estamos afirmando quando, mesmo sob a proibição, continuou a fazer espadas:

Eu fabriquei um tempo. Mas é como você falou, tudo dentro da clandestinidade. Você com medo. Tem situações, assim: “Ah, a polícia tá indo para tal lugar”. Como já aconteceu com um compadre meu, que a gente faz muita espada juntos. A gente sai pegando, tirando de um lugar, botando em outro. Sempre nessa correria. Meio complicado, viu? (Beto, entrevista, 13 ago. 2021)<sup>94</sup>.

Finalmente, a história. Homens e mulheres não se reduzem a documentos tecnicamente manobrados por especialistas. Suas trajetórias são construídas por rupturas e permanência. Não sabemos até que ponto se pode garantir um generalizado apagamento do passado em benefício do presente. Espadeiros, espadeiras, policiais/espadeiros(as), mesmo quando instalados em diferentes sistemas culturais, nem sempre negaram a sua história. Por isso, visitar as *circunstâncias de poder* é conceber uma posição que se localiza no campo do intermediário, aberta a variáveis, a indeterminações, assim, comprometida com a História.

---

<sup>94</sup> Encontramos Beto, em 2024, na rua da Estação, em plena Guerra de Espadas. Minutos depois, no momento em que conversávamos e trocávamos abraços e risadas, guarnições da Polícia Militar apareceram para coibir a queima das espadas. Não demoraram muito. Foram embora, e a alegria retomava os rostos da população presente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese que aqui se encerra buscou tratar das inventivas teias que envolviam e envolvem espadeiros, espadeiras e policiais militares<sup>95</sup> na Guerra de Espadas desde a década de 1980 até os anos atuais. Tarefa difícil dadas as condições temporais de seu desenvolvimento, já que os acontecimentos e eventos continuavam a acontecer, sem cessar. Esta é uma pesquisa que se voltou para o campo da História. Entretanto, a sua concretização não seria possível sem o apoio de instrumentos teóricos e analíticos oriundos de outras ciências. Fora preciso ser um pouco de cada coisa: antropólogo, etnógrafo, sociólogo, filósofo, jornalista, crítico literário etc. Acreditamos que esse é um imperativo aos historiadores e historiadoras do Tempo Presente.

Com as fontes históricas manobradas para a construção da pesquisa – boletins de ocorrência e relatos orais, principalmente –, edificamos um cenário em que a instituição social Guerra de Espadas, por sua força histórica na cidade, explicitasse o seu enraizamento no pensamento e nas práticas individuais e coletivas. Tal enredo foi de extrema importância para dar sentido aos fragmentados registros policiais que coletamos durante as jornadas de campo. Precisávamos montar uma postura teórica que desse fundamentação à leitura daquela documentação. Com as fontes orais, arregimentamos e fincamos os paus da memória, da identidade e da tradição em terras cruzalmenses. Postos assim, lemos os boletins policiais dentro dessas circunstâncias territoriais e temporais, podendo perceber os condicionamentos visíveis e invisíveis projetados nesses vestígios históricos.

Cabe, então, esclarecer: *para* que esta tese? Essa pergunta, feita pelo professor Luís Edmundo de Souza Moraes, em suas aulas no doutorado e na qualificação desta tese, instigava a todos(as), marcando a sua presença em nossos pensamentos até aqui. Desconsiderá-la, agora, seria desrespeitoso. Suas provocações serviram como um abrir de olhos. Assim, tentaremos elucidar algumas das finalidades desta pesquisa.

A primeira tem a ver com a historiografia da Polícia. Não somos especialistas no tema, muito menos almejamos algo do tipo. Porém, ao relacionar, ler estudiosos e estudiosas e identificar abordagens distintas, pensamos que esta tese, além de se encaixar na tendência crítica ao puro controle social, oferece algo a mais. Pode servir, portanto, *para* causar deslocamentos na propositada ideia de que policiais, mesmo eivados de padrões culturais da instituição policial, tenham abortado por completo antigos planos e modos de conceber a vida e a realidade. As evidências desta tese parecem levar a caminhos menos deterministas e mais históricos.

Antes de avançarmos, gostaríamos de relatar a seguinte experiência. No dia 22 de junho de 2024, saímos do Rio de Janeiro/RJ e retornamos à Cruz das Almas/BA para a terceira participação consecutiva na Guerra de Espadas. Passados os dias 23 e 24 de junho, datas em que intensamente são tocadas as espadas pela cidade, recebi o convite de uma amiga espadeira, Ana Márcia, para ir com ela à comunidade rural do Bom Gosto, distrito de Carapé, em São Felipe/BA. Experiência nova, pois nunca tínhamos ido até aquela localidade para tocar espadas,

---

<sup>95</sup> Apesar do recorte explícito aos policiais militares, acabamos avançando um pouco mais, o que levou a perceber envolvimento da polícia civil e a sua influência no objeto em questão. Por outro lado, não acreditamos que, por isso, deva haver uma reformulação do título ou do problema central que deu sentido à investigação. Até porque seria impossível operar reflexões utilizando boletins de ocorrência, documentos oficializados dentro da estrutura físico/institucional da polícia civil, sem considerarmos a sua existência. Assim, propomos que a sua inclusão em momentos do texto seja vista como um ingrediente a mais, merecendo a devida atenção em pesquisas futuras.

principalmente quando o São João já havia passado. Era primeiro de julho, e aceitei o convite, visto que ela ainda tinha uma dúzia e meia de espadas para serem tocadas.

A comunidade do Bom Gosto fica a cerca de 10 km da área urbana de Cruz das Almas. Ao chegar, descemos do carro, ajeitei sobre os meus ombros o saco de farinha com as espadas dentro e percebemos que ali estavam presentes centenas de pessoas que também foram com as mesmas intenções: tocar todas as espadas que sobraram do São João. Por sinal, muita gente conhecida. Nesse vai e vem, encerramos a nossa participação rapidamente e decidimos voltar para casa, baseados nos riscos propícios devido ao expressivo número de espadas sendo tocadas. Caminhando em direção ao carro, deparamo-nos com uma pessoa vestida com traje de couro e carregando uma bolsa cheia de espadas. No meio da escuridão da zona rural, sem postes de energia que facilitassem a visão, reconhecemos a sua face: era o famoso Lampião<sup>96</sup>.

Durante alguns anos tentamos entrevistar o espadeiro/policial que tivera suas espadas apreendidas e que fora preso pelos mesmos motivos. Ao vê-lo naquele lugar, prestes a participar da Guerra de Espadas que acontecia, percebemos que a entrevista pouco valeria, porque estávamos presenciando, na prática, que aquele indivíduo não negou ou apagou da sua existência os valores da instituição Guerra de Espadas. Sabido de que as empreitadas das forças policiais não haveriam de aparecer no ambiente, as *circunstâncias de poder* deram condições suficientes para que ele se realizasse enquanto espadeiro, sem grilhões. Possivelmente, se tivéssemos feito a entrevista tempos atrás, ele nos diria que não mais participava da Guerra de Espadas, pelo simples motivo de ter em sua frente um interlocutor desconhecido e apto para registrar suas falas em um aparelho de gravação.

Agora, voltemos às finalidades. Esta tese pode ser útil no sentido de oferecer uma interpretação, até então, inédita à Guerra de Espadas. Nesse sentido, contribui *para* promover um olhar que se volte ao campo das instituições sociais. Não negaríamos, como discutido em linhas passadas, os valores da manifestação cultural, da tradição ou do patrimônio. Entretanto, esses atributos fariam parte de algo maior que, em nossa percepção, vivifica-se e se ritualiza através do conceito de instituição social. Orná-la com esse predicado sugere um estado maior nas relações de força, possuidora de seu próprio poder simbólico:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela anunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário (Bourdieu, 1989, p. 14).

A reflexão que nomeou e classificou a Guerra de Espadas como instituição social se frutificou da ruptura com o senso comum. Deu-se com o manuseio de instrumentos conceituais que engendrassem um novo saber sobre o objeto, embora tenha se construído, sobretudo, com a prática, e não pela submissão irrestrita da realidade pela teoria. Os riscos com isso, dadas as peripécias levantadas e postas em debate, são grandes. Mesmo assim, esperamos não ter ultrapassado os limites do bom senso ou do rigor científico que tanto primamos durante a jornada investigativa.

A terceira finalidade é menos ambiciosa. Sabendo-se que essa pesquisa não possui características de aplicação, acreditamos que a sua publicização poderá contribuir *para* que futuros pesquisadores e pesquisadoras, ou espadeiros e espadeiras que intentem construir um

---

<sup>96</sup> Apelido.

corpo documental que favoreça à regulamentação e à elevação da Guerra de Espadas como patrimônio do Estado, possam ter em mãos um material sólido, fundamentando em fontes e atravessado por reflexões que garantem o devido respaldo científico. Isso porque acreditamos que ciência e política não andam afastadas. Destarte, a sua importância é acadêmica. Esperamos que suas ideias sejam compartilhadas, criticadas e revistas, quando preciso for.

A quarta finalidade recai sobre a Polícia Militar da Bahia. Queremos acreditar que esta tese pode contribuir *para* a compreensão de uma importante instituição social em tempos de democracia: a polícia baiana. A visão panorâmica desenvolvida no primeiro capítulo também permitiu olhar para minuciosas relações que informavam a permanência do passado no presente no mundo da Polícia. Dados os limites óbvios do objetivo proposto, ainda assim mantivemos um fluxo textual devidamente embasado, sustentado por literatura base e fecunda em análises.

A quinta e última intenção volta-se para a forma de estudar o Estado e a Polícia. Com o gradual avançar dos capítulos, os leitores e as leitoras começam a perceber que estamos sugerindo caminhos profícuos de analisar tais fenômenos. Dessa maneira, dividimos em dois momentos. Um deles pode ser traduzido pela metáfora do olhar de cima de um prédio, estando em destaque no primeiro capítulo. Essa é uma maneira interessante que, ainda que não permita adentrar nas profundezas das relações sociais, oferece uma visão geral passível de ser emoldurada. Com isso, torna visível as regras em funcionamento que delimitam e orientam os comportamentos. Ou seja, são os documentos oficiais produzidos por essas instituições sociais que nos ajudam a investigar sobre como se projetam para a sociedade.

O outro momento entra em evidência, principalmente, nos capítulos três e quatro, quando avançamos pelas linhas do mundo cotidiano. São linhas que aprofundam as relações entre pessoas e instituições. Diferentemente, dão conta das inconstâncias, das rupturas com as normas e regras. Policiais e o público espadeiro criam relações, tendendo a sustentar ou derrubar as regras impostas para o jogo. Em outras palavras, criam as suas próprias. São nessas *circunstâncias de poder* que demonstrarão fidelidade ou não a determinado padrão sociocultural e institucional. Estado e Polícia ganham contornos de real vivência. Logo, *Limalhas e gás lacrimogêneo* se insere no campo da História Social das Instituições, podendo ser lida por quem se interessa por esse tipo de objeto.

Para finalizarmos, a Guerra de Espadas, espadeiros e espadeiras continuam em movimento, fazendo girar as engrenagens da memória, da identidade e do costume na concretude da vida social. Negociam e se articulam demonstrando protagonismos, enfrentando os mais diversos percalços. Não podemos prever o futuro dessa instituição social. Podemos, sim, inscrevê-la nos anais como mais uma referência histórica de comunidade cultural contestadora, que não se deixa abater facilmente quando desafiada por sujeitos e instituições desejosos de sua supressão. Todos esses anos pesquisado a Guerra de Espadas, espadeiros e espadeiras permitiram-nos, pelo menos, fazer uma constatação: a Guerra de Espadas vive!

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. **Patrimônio e Memória**, v. 7, n. 1, p. 134-150, jun. 2011.

ALBUQUERQUE, Carlos Linhares de; MACHADO, Eduardo Paes. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 214-237, jan./jun. 2001.

**Anuário Brasileiro de Segurança Pública** / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 1 (2006)- . – São Paulo: FBSP, 2023.

ARCHANJO, Georgecohama D. A. **A massa da tropa**: greve na Polícia Militar da Bahia – 1981. Salvador: Solisluna Desing e Editora, 2008.

AZEVEDO, Pedro Pontes de. Segurança pública e atuação estatal na pós-modernidade. **Revista de Direito da Cidade**, v. 5, n. 2, p. 178-205, 2013.

BAHIA. **Polícia Civil do Estado da Bahia**: história, lideranças e influências. Salvador: EGBA, 2018.

BAHIA. **Plano estratégico da Polícia Militar da Bahia 2017-2025**: a Bahia rumo ao seu bicentenário. Salvador: EGBA, 2017.

BARBOSA, Alisson Gonçalves. **O povo, os juízes e a polícia**: história de abuso de poder policial na Bahia 1900-1920. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas** – introdução aos seus usos historiográficos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.

BARROS, José D' Assunção. **A construção da teoria nas ciências humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

BARROS, José D' Assunção. **Os conceitos**: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BARROS, José D' Assunção. **Escrita da História**: desafios contemporâneos. Conferência de abertura para o II Encontro Vivências, Reflexões e Pesquisa, realizado em 20 de outubro de 2010, em Eunápolis/BA, na Universidade Estadual da Bahia (UNEB). 2010. p. 1-27.

BAYLEY, David; SHEARING, Clifford. The future of policing. **Law & Society Review**, v. 30, n. 3, p. 585-606, 1996.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudo de sociologia do desvio. Tradução Maria Luiza X de A. Borges; revisão técnica Karina Kuschmir. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, M. M; MARTINS, J. S. (Orgs.). **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 193-199.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRASIL. **Código Penal**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRETAS, Marcos Luiz. A polícia carioca no império. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 219-234, 1998.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade**: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Tradução de Alberto Lopes. – Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz; PONCIONI, Paula. A cultura policial e o policial civil carioca. In: (Orgs.). Pandolfi, Dulce Chaves... [et al]. **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 149-163.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidades de muro**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMPOS, Luiz Augusto. O pardo como dilema político. **Insight Inteligência**, Edição 63, p. 80-91, out. nov. dez., 2013. Disponível em: <https://insightinteligencia.com.br/o-pardo-como-dilema-politico/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

CÁRCAMO, Juan Garcia. Microsociología e historia de lo cotidiano. **Ayer**, ed. 19, p. 189-222, 1995.

CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1990.

CASTRO, Jânio Roque Barros de. **Da casa à praça pública**: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano [online]. Salvador, 2012.

CAVALIERE, Ricardo. As fontes orais e a sua relevância nos estudos linguístico-históricos. **D.E.L.T.A**, v.29, n. 2, p. 363-377, 2013.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CEZARINHO, Filipe Arnaldo. Por uma pedagogia da espada: saberes tradicionais na Guerra de Espadas em Cruz das Almas/BA. **Sillogés**, v. 5, n. 1, p. 229-261, jan./jul. 2022.

CEZARINHO, Filipe Arnaldo; FELIZARDO, Sara Menezes. Guerra de Espadas em Cruz das Almas/BA: a internet como instrumento de luta pela tradição (2012-2016). In: LOURENÇO, Alexandra; OLIVEIRA, Eduardo A Santos de. (Orgs). **História e cultura dos povos tradicionais**. 1º ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, p. 134-150.

CEZARINHO, Filipe Arnaldo; FIGUEIREDO, Tábata Dourado. **No ritmo do fogo**: contos e memórias da Guerra de Espadas na Bahia. 1ª ed. Gradus Editora: Bauru, São Paulo, 2021.

CEZARINHO, Filipe Arnaldo. Fontes orais e digitais: apontando possibilidades. **Faces da História**, Assis – SP, v. 6, n. 1, p. 223-245, jan./jun. 2019.

CEZARINHO, Filipe Arnaldo. História e fontes da internet: uma reflexão metodológica. **Temporalidades – Revista de História**, Edição 26, v. 10, n. 1, p. 320-338, jan./abr. 2018.

CEZARINHO, Filipe Arnaldo. **A Guerra de Espadas em Cruz das Almas – BA (1980-2016)**. 2018. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati/PR, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CORRÊA, Marisa. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CUNHA, Mário Pinto da. Olimpíada joanina. In: SANTOS FILHO, Hermes Peixoto. **São João e as criaturas movidas a fogo veloz**. Cruz das Almas: Fundação Cultural Galeno D' Avelírio. 2003. p. 10-12.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5º ed. – Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Compreender por meio da fotografia**. Entrevista com Arno Gisinger, p. 86-106, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **Pós: Belo Horizonte**, v. 2, n. 4, p. 204-219, nov. 2012.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan./jun. 2012.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. Tradução Eugênio Marcondes de Moura. - 1. ed., 1. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

DUNKER, Christian. A lógica do condomínio. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 11, p. 102-109, 2017. Disponível em: [https://sites.usp.br/projeto4\\_iauusp/wp-content/uploads/sites/613/2020/05/099y\\_A-L%C3%B3gica-do-Condom%C3%ADnio--ArchDaily-Brasil.pdf](https://sites.usp.br/projeto4_iauusp/wp-content/uploads/sites/613/2020/05/099y_A-L%C3%B3gica-do-Condom%C3%ADnio--ArchDaily-Brasil.pdf). Acesso em: 22 maio 2024.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. A história do tempo presente: reflexões sobre um campo historiográfico. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, v. 12, n. 1, p. 13-27, jan./jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Subjetividade (Howison Lectures). **Revista de Comunicação e linguagem**, n. 19. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p. 203-223.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIDDENS, Antony. **Dualidade da estrutura**: agência e estrutura. Oeiras: Celta Editora, 2000.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. [tradução Dante Moreira Leite]. – São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOLDSTEIN, Herman. **Policinando uma sociedade livre**. Tradução Marcello Rollemberg; revisão da tradução Maria Cristina P. da Cunha Marques. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HAERTER, Leandro. O conceito de controle social nos olhares estruturalista, funcionalista, fenomenológico e interacionista. **Cadernos de campo: Revista de Ciências Sociais**, n 16 p. 21-35, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/download/7314/5176>. Acesso em: 31 ago. 2021.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Boletins de ocorrência como fontes para o estudo da atividade policial. **A polícia em perspectiva histórica: Argentina e Brasil**, p. 1-22, 28/29 ago. 2008.

HAGEN, Acácia Maria Maduro; GRIZA, Aida. Quem procura a polícia e para quê? Análise de boletins de ocorrência em Porto Alegre. **Perspectiva**, São Paulo, v. 36, p. 121-153, jul./dez. 2009.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1970.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IBGE. **Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba.html>. Acesso em: 25 set. 2020.

IBGE. **Área territorial brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba.html>. Acesso em: 25 set. 2020.

JESUS, Sérgio Nunes de. **Discurso policial: a subjetividade em boletins de ocorrências (sob a perspectiva da violência doméstica)**. – 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2011.

JOHNSON, Allan. **Dicionário de Sociologia: Guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KNOOW.NET ENCICLOPÉDIA TEMÁTICA. **Partitura**. Publicado em: 30 jan. 2018. Disponível em: <https://knoow.net/arteseletras/musica/partitura/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

KOSELECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.

LE BRETON, David. **As paixões ordinárias: antropologia das emoções**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

LUCCHESI, Anita. Historiografia em rede: história, internet e novas mídias – Preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI. In: MARTINS, Estevão C. de Rezendes; MOLLO, Helena. **Desafios a caminhos da história da historiografia**: 2012. Mariana: SBTHH, 2015. p. 9-52.

MARTIN, Monique de Saint. Capital simbólico. In: CATANI, Afrânio Mendes et al. **Vocabulário Bourdieu**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 109-112.

MARTINI, Rafael Andrade. **O gesto do arranjador na música popular**. 2017. 84 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Música, Belo Horizonte, 2017.

MARTINS, Leonardo. Inaugurado o maior centro de operações de segurança da América do Sul. **Portal Gov. Bahia**, Salvador, 2016. Disponível em: <http://www.bahia.ba.gov.br/2016/07/noticias/seguranca/inaugurado-maior-centro-de-operacoes-de-seguranca-da-america-do-sul/>. Acesso em: 6 out. 2020.

MARTINS, Herbert Toledo; MELO NETO, Marcelino Soares de. Violência institucional na Polícia Militar da Bahia. **Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares**, v. 1, n. 2, p. 35-65, 2018.

MAUCH, Claudia. **Ordem pública e moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH\_RS, 2004.

MISKOLCI, Richard. Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea**, v. 6, n. 2, p. 275-297, jul./dez. 2016.

MIZRAHI, Mylene. Funk é cultura?: arte, racismo e nação na criminalização de um ritmo musical. **METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 40-59, jan./jun. 2020.

MONSMA, Karl. O problema do viés de seleção na pesquisa histórica como fonte judiciais e policiais. **História Social**, n. 21, p. 27-46, segundo semestre de 2011.

MONSMA, Karl. James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 95-121, 1º semestre de 2000.

OLIVEIRA, Adauto Sena. **Avaliação de desempenho na Polícia Militar da Bahia**: uma proposta. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

OLIVEIRA, Adriana da Silva. **Entre a cruz e as espadas**: práticas culturais e identidades no São João de Cruz das Almas – BA (1950-1990). 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas, Campus V. 2012.

OLIVEIRA, Núcia Alexandra Silva de. História e internet: conexões possíveis. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 23-53, maio/ago. 2014.

PATSCHIKI, Lucas. As lutas da história imediata: para quem serve a verdade histórica? **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 48, p. 225-240, dez. 2012.

PEIXOTO, Rafael Caldas Barros. **A Guerra de Espadas em Cruz das Almas: cultura, turistificação e estigmatização**. 2012. 134 f. Dissertação (Ciências Sociais) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Cachoeira, 2012.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-201, 1992.

PONCIONI, Paula. **Tornar-se policial: processo de construção da identidade profissional do policial nas academias da polícia**. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2021.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**, São Paulo: PUC, 22, jun. 2001.

PRIORI, Claudia; PAIVA, Valdemir. Mulheres no ‘mundo’ da violência e do crime: algo fora do lugar? **Dilemas**, v. 12, n. 2, p. 427-49, maio/ago. 2019.

PROST, Antoine. Os conceitos. In: PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RAMALHO NETO, Jaime Pinto. **Farda & cor: mobilidade nas patentes e racismo na Polícia Militar da Bahia**. 2008. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó, SC: Argos, 2011.

RODRIGUES, Pedro Eurico. A teia, a tela e o tempo: internet e a história do tempo presente. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 131-150, maio/ago. 2014.

ROLIM, Marcos. Guerreiros ou guardiões? Notas sobre o conceito de polícia. **Revista Direito & Praxis**, v. 14, n. 1, p. 248-269, 2023.

ROLIM, Rivail Carvalho. Direitos Humanos no Brasil democrático – trajetória e perspectivas: 1988/2019. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 30, e0206, maio/ago. 2020.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim: uma história da polícia paulista no final do Império**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010.

ROSENWEIN, Barbara. **História das emoções: problemas e métodos**. tradução Ricardo Santhiago. São Paulo: Vozes, 2011.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SAHLINS, Marshall David. **Metáforas históricas e realidades míticas**: estrutura nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SALIBA, Elias Thomé. Pequena história do documento: aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes** (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2009. p. 309-328.

SANTOS, Aretuza Pereira dos. A polícia Militar da Bahia e o primeiro movimento reivindicatório no século XXI: a circulação de sentidos. **Entheoria: Cadernos de Leras e Humanas**, Serra Talhada, v. 4, n. 1, p. 101-112, jan./dez. 2016.

SANTOS, Maria de Fátima Silva dos; SILVA NETO, João Gomes da. Planos de texto e a composição: o gênero boletim de ocorrência. In: XVII Congreso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL 2014), 2014. João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa, Paraíba, 2014. [n/p].

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos da Era Republicana. **Topoi**, v. 5, n. 8, p. 138-169, jan./jun. 2004.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, n. 5, Brasília, p. 217-243, jan./jul. 2011.

SCOTT, James C. **Dominations and the arts of resistance**: hidden transcripts. Yale University, 1990.

SILVA; Kalina Vanderlei; Silva, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 3. ed., 2º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David. H. **Policamento comunitário**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. Por que é tão difícil mudar as polícias? In: KUCINSKI, Barbardo et al. **Bala perdida**: violência policial no Brasil e os desafios para a sua superação. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 27-32.

STORCH, Robert. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 7-33, set. 1984/abr. 1985.

TAVARES, Raimilson da Silva. **“Eu sou espada”**: representação da masculinidade a partir da Guerra de Espadas em Senhor do Bonfim-BA (1967-2010). 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2012.

TOMASI, Julia Massucheti. O presenteísmo e a revolução documental: as páginas da internet como documentos de pesquisa para a História – da volatilidade à instantaneidade. **Cadernos do Tempo Presente**, UFS, n. 12, [n/p], jun. 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. [Organizadores Hermano Vianna, Karina Kuschnir, Celso Castro]. – Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VELHO, Gilberto. **Projetos e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. **O desafio da cidade**: novas perspectivas da Antropologia brasileira. [coordenação de Gilberto Velho]. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

WANDERLEY, Rodrigo Gomes. **Guerreiros do fogo**: uma etnografia da “morte anunciada”. 2016. 136f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Brasília, 2016.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. Editora Moraes: São Paulo, 1987.

WESTLEY, William A. Violence and the police. In: KAPPELES, Victor E.; SCHAEFER, Brian P. (Org.). **The police & society**: touchstone readings. Waveland Press, Inc, 2019. p. 352-364.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia**: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002). Rio de Janeiro: Record, 2005.

ZENHA, Celeste. As práticas da justiça no cotidiano da pobreza. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 5. n. 10, p. 123-146, mar./ago. 1985. Disponível em: [www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3605](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3605)>. Acesso em: 6 jan. 2021.

## FONTES

### Boletins de Ocorrência

4ª CRPN C ALMAS-BO-17-01511, 22 jun. 2017.

4ª CRPN C ALMAS-BO-17-01379, 7 jun. 2017.

4ª CRPN C ALMAS-BO-16-01521, 24 jun. 2016.

4ª CRPN C ALMAS-BO-16-01417, 17 jun. 2016.

4ª CRPN C ALMAS-BO-16-01328, 7 jun. 2016.

4ª CRPN C ALMAS-BO-15-00269, 24 jun. 2015.

4ª CRPN C ALMAS-BO-15-00266, 24 jun. 2015.

B.O. N° 1282014001860, 24 jun. 2014.

B.O. N° 1282014001859, 24 jun. 2014.

B.O. N° 1282014001855, 24 jun. 2014.

B.O. N° 1282014001854, 24 jun. 2014.

B.O. N° 1282014001851, 24 jun. 2014.

B.O. N° 1282014001850, 24 jun. 2014.

B.O. N° 1282014001830, 23 jun. 2014.

B.O. N° 1282014001828, 24 jun. 2014.

B.O. N° 1282013001783, 23 jun. 2013.

B.O. N° 1282013001782, 23 jun. 2013.

B.O. N° 1282013001772, 22 jun. 2013.

B.O. N° 1282012001034, 24 jun. 2012.

B.O. N° 1282012001030, 24 jun. 2012.

B.O. N° 1282012001017, 23 jun. 2012.

B.O. N° 1282012001014, 23 jun. 2012.

B.O. N° 1282011001609, 27 jun. 2011.

B.O. N° 1282011001477, 17 jun. 2011.

B.O. N° 1282011001472, 17 jun. 2011.

B.O. N° 1282011001563, 24 jun. 2011.

B.O. N° 1282011001456, 15 jun. 2011.

B.O. N° 1286011001447, 14 jun. 2011.

B.O. N° 1282010001284, 29 jun. 2010.

B.O. N° 1282010001280, 29 jun. 2010.

B.O. N° 1282010001232, 26 jun. 2010.

B.O. N° 1282010001191, 24 jun. 2010.

B.O. N° 1282010001131, 17 jun. 2010.

B.O. N° 1282010001100, 14 jun. 2010.

B.O. N° 1282009000971, 30 jun. 2009.

B.O. N° 1282009000910, 25 jun. 2009.

B.O. N° 1282009000882, 24 jun. 2009.

### Fontes orais

Entrevista realizada por Filipe Arnaldo Cezarinho na residência de Lau, em 23 de dezembro de 2022.

Entrevista realizada por Filipe Arnaldo Cezarinho na residência de Conce, em 8 de dezembro de 2022.

Entrevista realizada por Filipe Arnaldo Cezarinho na residência de Alex, em 15 de setembro de 2021.

Entrevista realizada por Filipe Arnaldo Cezarinho na residência de Lia, em 10 de setembro de 2021.

Entrevista realizada por Filipe Arnaldo Cezarinho na residência de Vando, em 31 de agosto de 2021.

Entrevista realizada por Filipe Arnaldo Cezarinho na residência de Beto, em 13 de agosto de 2021.

### Sites

BAHIA. Comando de Operações Policiais Militares. In: **Portal Oficial da PM da Bahia**. Site. Disponível em: <http://www.pm.ba.gov.br/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BINGRE, Edisandro Barbosa. O casamento do CEAT. In: **Almanaque cruzalmeno**: histórias, estórias e curiosidades de Cruz das Almas [Internet]. set. 2016. Disponível em: <https://almanaquecruzalmeno.wordpress.com/2016/09/08/o-casamento-do-ceat/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PM/BM N.º 001-CG/2022. **Concurso Público de Provas para Admissão no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar**. 2022. Disponível em: [https://www.cfopmbm2022.uneb.br/documentos/EDITAL\\_CFO\\_PM\\_2022\\_DOE\\_Final.pdf](https://www.cfopmbm2022.uneb.br/documentos/EDITAL_CFO_PM_2022_DOE_Final.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES – SAEB/05/2022, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022. **Concurso Público para Seleção de Candidatos ao Curso de Formação de Soldado da Polícia Militar da Bahia e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia**. 2022. Disponível em: [https://www.concursosfcc.com.br/concursos/govba222/edital\\_de\\_abertura\\_de\\_inscricoes\\_doe\\_de\\_28.09.2022.pdf](https://www.concursosfcc.com.br/concursos/govba222/edital_de_abertura_de_inscricoes_doe_de_28.09.2022.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.

G1 BAHIA. Quase 150 mil pessoas com mais de 15 anos foram assaltadas entre 2020 e 2021 na Bahia, diz IBGE. In: **G1 Bahia**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/12/07/quase-150-mil-pessoas-com-mais-de-15-anos-foram-assaltados-entre-2020-e-2021-na-bahia-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 22 dez. 2022.

IBGE. **Cidades**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cruz-das-almas/panorama>. Acesso em: 19 jul. 2024.

NOVAIS, Wendel. Ninguém foi preso por Guerra de Espadas durante o São João na Bahia. In: **Correio**. [Internet]. Publicado em: 27 jun. 2022. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ninguem-foi-preso-por-guerra-de-espadas-durante-o-sao-joao-na-bahia/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

ONLINE ETYMOLOGY DICTIONARY. **Pyrotechnic**. [Online], 2022. Disponível em: <https://www.etymonline.com/search?q=pyrotechnic>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

REVISTA RECÔNCAVO. **Polícia Militar apreende espadas de fogo em Cruz das Almas**. [Internet]. Publicado em: 2 jun. 2022. Disponível em: <https://revistareconcavo.com.br/policia-militar-apreende-espadas-de-fogo-em-cruz-das-almas/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

27ª CIPMBA. **Polícia Militar da Bahia, Cia Independente**. *Instagram*. Disponível em: <https://www.instagram.com/27cipmba/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

#### **Legislações, Decretos e Pareceres**

**AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA** Nº 0001047-89.2011. 805. 0072. Cruz das Almas, 2011.

BAHIA. Lei Nº 13.201 de 9 de dezembro de 2014. **Reorganiza a Polícia Militar da Bahia, dispõe sobre o seu efetivo e dá outras providências**. 2014.

BAHIA. **Recomendação Nº 01/2015**. 1º Promotoria de Justiça de Cruz das Almas, Ministério Público do Estado da Bahia, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1992 a 66/2010, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994, - 33. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRASIL. **Decreto Nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm). Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. **Estatuto do Desarmamento**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2013.

**DECRETO Nº 7.302 DE 06 DE MAIO DE 1998**. Dispõe sobre a transformação da 5ª Companhia do 14º Batalhão de Polícia Militar em 27ª Companhia Independente de Polícia

Militar – 27ª CIPM e dá outras providências, 1998. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/decreto-n-4390-1995-bahia-dispoe-sobre-a-transformacao-da-3a-companhia-do-14o-batalhao-de-policia-militar-em-5a-companhia-independente-de-policia-militar-5a-cipm-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 08 fev. 2024.

**DECRETO Nº 2.243, DE 3 DE JUNHO DE 1997.** Regulamento de continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar das Forças Armadas, 1997. Disponível em: <http://www.3bsup.eb.mil.br/docs/regulamentos/R2%20-%20RCont.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

**DECRETO Nº 13.753, DE 10 DE SETEMBRO DE 1919.** Regulamento de cotinencias, signaes de respeito e honras militares – R. Cont. Segunda Edição. Rio de Janeiro, 1919. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13753-10-setembro-1919-525050-regulamento-pe.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

CRUZ DAS ALMAS (BA). **Lei Nº 2191/2011, 21 de junho de 2011.** Dispõe sobre os locais proibidos para queima de fogos de artifícios (ESPADAS) no período junino e das medidas de fabricação e declara a queima de espadas Patrimônio Histórico Cultural, Cruz das Almas, 2011.

**Parecer Técnico:** Nº 02/2015 - Seção de Registro – DFPC, 2015.

### **Revistas e Jornais**

Biblioteca Municipal Carmelito Barbosa Alves

A TARDE. **A vida vem antes da tradição.** 2019.

A TARDE. **Queima de espada preocupa no Recôncavo.** 26 maio 2010.

A TARDE. **Espada: mistura de risco e tradição dos festejos juninos.** 19 jun. 2007.

A TARDE. **“Espadeiros” vão queimar em um dia toda a produção.** p. 16, 21 jun. 1994.

A TARDE. **Cruz das Almas prepara “Batalha das Espadas”.** 3 jun. 1985.

A TARDE. **São João em Cruz das Almas.** 15 jun. 1986.

A TARDE. **Batalhas das espadas terá proteção dos bombeiros.** 19 jun. 1983.

VEJA. **Brincando com fogo.** Ano. 24, n. 23, p. 6, 5 jun. 1991.